



Revista
Portuguesa de
História
Militar



Ano II - n.º 2
Junho 2022

Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI)



**Revista Portuguesa
de
História Militar**

ANO II - N.º2

DA FUNDAÇÃO À EXPANSÃO
SÉCULOS XII-XVI

DA FUNDAÇÃO À EXPANSÃO
(SÉCULOS XII-XVI)



Revista Portuguesa de História Militar
Ano II - n.º2

Editor:
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:
João Vieira Borges – Presidente da CPHM
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha e Humberto Nuno de Oliveira
Imagem de capa: “1382 - Primeiro encontro de D. Nuno Álvares Pereira com os castelhanos em Alcântara”
(alterada digitalmente)

IMPRESSÃO
Rainho & Neves – Artes Gráficas

Junho de 2022

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

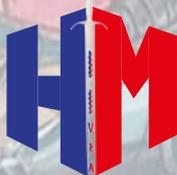
Todos os direitos reservados



Revista Portuguesa
de
História Militar

ANO II - N.º2

DA FUNDAÇÃO À EXPANSÃO
(SÉCULOS XII-XVI)



Revista
Portuguesa de
História
Militar

INDÍCE

DA FUNDAÇÃO À EXPANSÃO (SÉCULOS XII-XVI)

Editorial

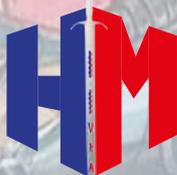
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira Diretores	11
1. <i>Linhas de força do conceito estratégico nacional: da Fundação à Expansão</i> Victor Rodrigues Viana	17
2. <i>A mobilização concelhia na região de Ribacoa entre os séculos XII e XIII</i> Carlos Filipe Afonso	39
3. <i>Operações militares ao tempo de D. Sancho II: a luta pelo Alentejo (1226-1241)</i> José Varandas	61
4. <i>Batalha naval do Tejo – 18 de Julho de 1384</i> José António Rodrigues Pereira	81
5. <i>El uso de la fuerza como arma política: Castilla y Portugal a finales del siglo XIV y la toma de Badajoz de 1396</i> Carlos Rodríguez Casillas	93
6. <i>A conquista de Ceuta: aspectos políticos e estratégicos</i> João José Brandão Ferreira	105
7. <i>A guerra aos olhos de um cronista tardo-medieval: Rui de Pina e a Crónica de D. Afonso V</i> António Martins Costa	123
8. <i>O corso e a pirataria no golfo luso-hispano-marroquino: da conquista de Ceuta (1415) à morte de D. Manuel I (1521)</i> Fernando Pessanha	141

9. <i>La acción portuguesa en la costa rifeña, desde el inicio de las hostilidades hasta mediados del siglo XVI</i>	
Ahmed Tahiri	161
10. <i>A Busca de Informações Sobre o Poder Naval Turco em Meados do Século XVI – Alguns Dados</i>	
Carlos Manuel Baptista Valentim	189
TEMAS EXTRA-DOSSIER	
<i>Grunwald 15 de Julho de 1410. A Grande Batalha Esquecida</i>	
Abílio Pires Lousada	209
<i>John Brown na Imprensa Portuguesa (1859-1861)</i>	
Júlio Rodrigues da Silva	217
<i>The Great War as the Reference Point in Bilateral Cooperation Between Serbia and Portugal</i>	
Aleksandra Pećinar	233
<i>Museu de Marinha. Um mundo de descobertas</i>	
José António Croca Favinha	255



**Revista Portuguesa
de
História Militar**

**DA FUNDAÇÃO À EXPANSÃO
(SÉCULOS XII-XVI)**



Revista
Portuguesa de
História
Militar

EDITORIAL

Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira
Diretores

Apresenta-se o segundo número da Revista Portuguesa de História Militar (RevPHM) que, em Dezembro passado, «nasceu» fruto de um longo amadurecimento da Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM).

Não sendo ainda o tempo de balanço, gostaríamos de deixar duas pequenas notas. A primeira, e que nos deixa uma justificada motivação, a excelente recepção e críticas positivas recebidas aquando da publicação do número um, sintomáticas da oportunidade do *Dossier* então escolhido – «Início da Guerra de África 1961-1965» – e da diversidade, oportunidade e rigor de tratamento que nos norteou. A segunda, o facto de uma vez mais, termos logrado cumprir o apertado calendário, fazendo sair este segundo número no mês de Junho, conforme previsto.

Se para o primeiro número se optou por um tema marcante da contemporaneidade portuguesa, o *Dossier* do presente número, «Da Fundação à Expansão Séculos XII-XVI», transporta-nos para um período histórico mais antigo. Período que se balizou da Fundação da Nacionalidade e o tempo da gesta de D. Afonso Henriques, até esse outro grande momento que foi a Expansão Ultramarina, abrindo espaço na RevPHM a investigadores versados nesse horizonte cronológico. Embora sujeitos às investigações dos diversos autores que nele participam, num total de onze, procurámos que dessa pluralidade resultasse a maior cobertura possível daquele longo tempo histórico, bem como a diversidade dos palcos das operações: terra e mar, aquém e além-mar. Igualmente se procurou a contribuição de investigadores estrangeiros, que se materializou numa colaboração de autores de nacionalidade espanhola e marroquina.

O acervo surge enquadrado por uma necessária e importante reflexão sobre as

linhas de força do conceito estratégico nacional. Depois, relativo aos séculos XII e XIII, consta um tema relacionado com a mobilização concelhia na região de Ribaoia e outro sobre as operações militares desencadeadas por D. Sancho II no Alentejo. Do século XIV e no contexto da Guerra da Independência, atenta-se à pouco estudada Batalha Naval no Tejo, respeitante ao cerco de Lisboa de 1384, e ao confronto entre Portugal e Castela em Badajoz, no período pós Aljubarrota. O século XV inicia-se com a sempre marcante Conquista de Ceuta ou o início do balanceamento da terra para o mar, iniciando a Expansão, e termina com a interessante abordagem da guerra no reinado de D. Afonso V, à luz do cronista Rui de Pina. Efectuando--se a transição dos séculos XV para o XVI, ou da era medieval para a moderna, o leitor tem ao dispor três temas: um relacionado com as acções de corso e de pirataria no golfo luso-hispano-marroquino; outro com a acção portuguesa na costa rifeña; o terceiro centra-se sobre a importância da busca de informações entre vontades antagónicas pelo domínio do Mediterrâneo.

Extra *Dossier*, a Revista inclui três temas. Um sobre o raid de Harper's Ferry protagonizado pelo abolicionista John Brow e o seu reflexo na imprensa portuguesa. O segundo, de uma autora sérvia, sobre a Grande Guerra como referência para a cooperação bilateral entre Portugal e a Sérvia. O terceiro recupera uma impactante e esquecida batalha tardo-medieval ocorrido no Leste da Europa – Grunwald ou a primeira de Tannenberg.

A finalizar, e dando seguimento a uma ideia editorial de apresentação em cada número da Revista de um museu militar ou museu com acervo militar, o Museu de Marinha, inequivocamente alinhado com a temática da Expansão, concede aos leitores, através do seu director, «um mar de descobertas».

Os directores da RevPHM agradecem penhoradamente a todos os autores que, com o seu saber e cortesia, agradeceram a Revista e presentearam os leitores. A bem do conhecimento histórico-militar de Portugal.

ABÍLIO PIRES LOUSADA

Militar Historiador e Mestre em Estratégia, co-Director da Revista Portuguesa de História Militar. Membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e membro fundador da Associação Ibérica de História Militar. Autor/co-autor de 18 livros e de mais de 70 artigos sobre História Militar e Estratégia. Prémio Defesa Nacional e Jornal do Exército



HUMBERTO NUNO DE OLIVEIRA

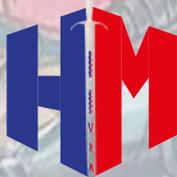
Historiador (doutor em História), co-Director da Revista Portuguesa de História Militar. Membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e da Direcção de História e Cultura Militar. Presidente da Academia Falerística de Portugal. Professor da Universidade Pedagógica Nacional- Dragomanov (Quieve). Cumpriu, como Miliciano, o Serviço Militar Obrigatório no Exército Português



Citar este texto:

LOUSADA, Abílio Pires, OLIVEIRA, Humberto Nuno de – Editorial. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022); <https://doi.org/10.56092/REHT7678>

DA FUNDAÇÃO À EXPANSÃO (SÉCULOS XII-XVI)



Revista
Portuguesa de
História
Militar

LINHAS DE FORÇA DO CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL: DA FUNDAÇÃO À EXPANSÃO¹

Vitor Rodrigues Viana

Resumo

A identificação de conceitos estratégicos nas várias épocas da nossa História é sempre um exercício ousado e complexo. De facto, a escassez de provas documentais – que praticamente se confinam às crónicas ou às “cartas de comando” que os nossos reis emitiam – induzem uma grande limitação neste exercício e obrigam a grande prudência.

Ainda, assim, o objetivo do presente artigo é identificar as linhas de força do conceito estratégico nacional da “fundação” de Portugal à “expansão”, partindo do estudo daquilo que a História indica como tendo sido feito para chegar à grande ideia da manobra estratégica que possa ter estado na sua origem. Trata-se, portanto, da adoção de uma metodologia inversa à normalmente utilizada no planeamento da ação estratégica.

O artigo evidenciará que o conceito estratégico nacional evoluiu desde a fundação de Portugal até meados do século XVI, porque evoluíram os objetivos nacionais a atingir, justificando-se a individualização de determinados períodos históricos, e porque aos mesmos corresponderam conceções estratégicas diferenciadas.

De igual modo, demonstrará que os vetores estratégicos preponderantes no período em análise foram a Estratégia Diplomática e a Estratégia Militar. E que a Estratégia Militar assumiu particular relevo durante os períodos da “formação” e da “consolidação” e alguma dimensão durante a fase áurea do período da “expansão”.

Abstract

The identification of strategic concepts in the various periods of our history is

¹ O presente artigo é baseado no livro do autor intitulado “Evolução do Conceito Estratégico Nacional: da Fundação ao Estado Novo”.

always a bold and complex exercise. In fact, the scarcity of documentary evidence - which is practically confined to the chronicles or the “letters of command” issued by our kings - induces a great limitation in this exercise and forces great prudence.

Even so, the aim of this article is to identify the lines of force of the national strategic concept from Portugal’s “foundation” to its “expansion”, starting by studying what history indicates as having been done to arrive at the grand idea of the strategic manoeuvre that may have been at its origin. It is, therefore, the adoption of an inverse methodology to the one normally used in strategic action planning.

The article will show that the national strategic concept evolved from the foundation of Portugal until the mid-16th century, because the national objectives to be achieved evolved, justifying the individualization of certain historical periods, and because differentiated strategic conceptions corresponded to them.

Likewise, it will demonstrate that the predominant strategic vectors in the period under analysis were Diplomatic Strategy and Military Strategy. And that Military Strategy assumed particular relevance during the periods of “formation” and “consolidation” and some dimension during the golden phase of the period of “expansion”.

Palavras-chave

Conceito Estratégico Nacional; Da Fundação de Portugal à Expansão; Estratégia Nacional; Opções Estratégicas de Portugal; Evolução do Conceito Estratégico; Grandes Objetivos Nacionais.

Keywords

National Strategic Concept; From the Foundation of Portugal to Expansion; National Strategy; Portuguese Strategic Options; Evolution of the Strategic Concept; Major National Objectives.

Introdução

Para o General Martins Barrento (1991, p. 209) um “Conceito Estratégico é uma elaboração intelectual apropriada a um espaço geográfico e político, a um poder com capacidade de utilizar certos vetores estratégicos e a uma determinada conjuntura – é, portanto, percepção de um ambiente e rumo para uma ação”.

Do mesmo modo que a Estratégia, cuja codificação só surgiu no século XX, também o processo tradicional de formulação de uma grande estratégia nacional era essencialmente informal. Não havia documentos estratégicos formais como os que corporizam hoje os conceitos estratégicos. A proximidade entre os monarcas e os seus ministros dispensavam tal necessidade. Quando se pretendia transmitir ou registar determinada grande estratégia, em regra, isso era feito em correspondência, sob a forma de crónicas ou de um discurso apologético.

Por outro lado, ao pretendermos identificar conceitos estratégicos nas várias épocas da nossa história, teremos de ter bem presente, desde logo, que o conceito de estratégia total é contemporâneo e que até ao século XIX a estratégia estava centralizada na sua conceção e na sua execução, coincidindo, na prática, com a estratégia militar. Assim sendo, se o estudo dos acontecimentos concretos é suscetível de permitir distinguir os pontos nodais da ação estratégica militar e, a partir daí, identificar os aspetos essenciais da conceção estratégica neste domínio, já se torna muito mais problemático visualizar as outras formas de coação empregues e entender a conceção a que eventualmente estariam subordinadas.

Uma outra limitação reside na escassez de provas documentais que permitam identificar conceitos estratégicos. Por isso, o exercício intelectual terá de partir do estudo daquilo que a História indica como tendo sido feito para chegar à grande ideia da manobra estratégica que possa ter estado na sua origem. Trata-se de uma metodologia que parte dos factos para a conceção, a que o General Martins Barreto (1991, p. 211) chamou de “metodologia de inversão”.

Mais concretamente, opta-se por um método inverso ao normalmente adotado para o planeamento da ação estratégica, observando-se, em regra, os seguintes passos, para cada período histórico: uma análise da situação política internacional para identificar os principais parâmetros da política internacional, suscetíveis de condicionar as opções estratégicas nacionais; a identificação dos pontos nodais da ação estratégica desenvolvida nos vários domínios para possibilitar uma visualização das conceções que possam ter estado na sua origem, ao nível das estratégias gerais, e a dedução dos objetivos a alcançar (objetivos estratégicos intermédios); com base na análise precedente, deduzir os objetivos estratégicos que materializam a missão estratégica ao nível da estratégia total, os objetivos políticos nacionais e um possível conceito estratégico.

No presente artigo, por limitações de espaço e de tempo, não poderemos seguir, em toda a sua amplitude, a metodologia preconizada. Por isso, daremos prioridade em cada período, às estratégias diplomática e militar, que foram os vetores estratégicos preponderantes desde a “formação de Portugal” à “expansão” e tentaremos, sobretudo, ser coerentes com a metodologia indicada.

Em regra, as conceções estratégicas mudam quando se alteram os objetivos nacionais ou quando, mantendo-se os objetivos, se torna necessário redefinir a forma de os alcançar. Ora, na verdade, o conceito estratégico nacional evoluiu desde a fundação de Portugal até meados do século XVI, porque evoluíram os

objetivos a atingir, justificando-se a individualização de determinados períodos – “Formação”; “Consolidação e Afirmação”; “Expansão” –, e porque aos mesmos corresponderam conceções estratégicas diferenciadas.

É esta, portanto, a periodização que seguiremos no presente artigo: A Formação de Portugal (1096-1297); Consolidação e Afirmação (1297-1411); a Expansão (1411-1542).

1. A formação de Portugal (1096-1297)

Para possibilitar uma análise estratégica apropriada delimitámos o período em apreço entre o ano em que D. Henrique terá recebido do seu sogro, Afonso VI de Leão, a responsabilidade pelo governo das Terras de Entre Minho e Tejo (1096) e o ano em que foi celebrado o tratado de Alcanizes (1297) que resolve definitivamente a questão da fronteira portuguesa.

É um período em que o grande objetivo nacional foi a individualização de Portugal como reino soberano, caracterizado por uma ação estratégica cujo resultado final foi a formação de uma entidade viável e politicamente independente.

Pontos nodais da ação estratégica

A Estratégia Militar foi o vetor estratégico mais importante no período em análise. Contudo, nunca é demais realçar que a Estratégia Política (Diplomática e Política Interna) e a Estratégia Militar estiveram intrinsecamente ligadas durante o período em análise.

O vetor da Estratégia Política tinha, no campo externo, um vasto espaço de manobra, particularmente entre a cristandade e, dentro dela, no seu lugar cimeiro – em Roma. Numa primeira fase, em que teve lugar a criação de uma entidade que reuniu os antigos condados de Portucale e de Coimbra, a política externa é orientada no sentido de uma distanciação prudente face ao reino de Leão e de uma aproximação à Santa Sé, apoiada na resistência à ofensiva almorávida. No campo interno, assume especial importância, em termos estratégicos, a decisão de Afonso Henriques de mudar a capital do Condado, de Guimarães para Coimbra (1131), libertando-se, assim, da nobreza de Entre Douro e Minho.

No âmbito da Estratégia Diplomática, poder-se-á dizer que a mesma esteve sempre presente e abrangeu uma vasta gama de iniciativas, desde os casamentos régios na Península e no norte da Europa, a uma grande variedade de alianças, tratados e porfiados esforços com vista ao reconhecimento por Roma. Adicionalmente, viria a ter uma importância decisiva quando, em 1137, Afonso Henriques se encontrava na situação clássica da posição central face a duas ameaças: a leonesa na fronteira galega e a muçulmana na fronteira Sul. Para não dividir a Hoste Real, que diluiria a força, Afonso Henriques firma com Afonso VII de Leão a Paz de Tuy (1137) que lhe garante uma pausa estratégica a Norte e

viabiliza a orientação do esforço para Sul, em defesa desta fronteira.

Em 1143, pelo tratado de Zamora, Afonso Henriques consegue concretizar aquilo que era seu objetivo desde que, em 1128, tomou as rédeas do governo – a independência de Portugal. O reconhecimento de Roma seria alcançado após demoradas negociações com a Santa Sé, em 1179, quando o papa Alexandre III, através da bula “Manifestis Probatum”, reconheceu Portugal como reino independente e D. Afonso Henriques como rei de Portugal.

Um outro aspeto a destacar, nesta vertente estratégica, foi a constante procura do auxílio dos cruzados, em apoio da Estratégia Militar concebida. Os diplomatas encarregados dessas missões eram os bispos, que deviam convencer os chefes dos cruzados que tão santa era a guerra contra os infiéis de Espanha como a cruzada para libertar o Santo Sepulcro. Foi desse modo que D. Afonso Henriques contou com o auxílio dos cruzados na conquista de Lisboa, em 1147, acontecendo o mesmo com D. Sancho I em Alvor e Silves (1187) e com D. Afonso II em Alcácer do Sal (1217).

No que respeita à Estratégia Militar desenvolvida, começando pelo período de D. Afonso Henriques, é de realçar o sentido estratégico que revelou durante a fase inicial das incursões na Galiza, na época da Paz de Tuy, durante a expansão até ao Tejo e, posteriormente, na continuação das ações militares além Tejo. D. Afonso Henriques invade quatro vezes a Galiza, através de ações de objetivo limitado e de curta duração, com o objetivo de obter ganhos territoriais que interessassem como tal ou que servissem como “moeda de troca” para conseguir outras vantagens. O objetivo seria alterar o estado de dependência face a Leão, por forma a atingir com essas ações a independência do reino. Assim sendo, Afonso Henriques revelou uma clara perceção da estreita ligação entre os meios e o objetivo, que determinaram a escolha de objetivos táticos compatíveis com os escassos meios militares de que dispunha, e a noção da oportunidade das ações, já que as empreendia, sobretudo, quando Afonso VII se confrontava com problemas internos ou externos.

Na época da Paz de Tuy, como já se referiu, Afonso Henriques optou por resolver o conflito a Norte com uma manobra diplomática e exercer o esforço a Sul para fazer face à ameaça mais perigosa. Com esta opção, concentrou a força (Hoste Real) no momento e locais adequados, reconquistando a importante posição de Leiria (posição estratégica de grande relevo e guarda avançada de Coimbra) e consolidando a linha defensiva com dois castelos: o de Penela e o de Pombal.

Mas como esta fronteira era insegura e permitia incursões islâmicas no reino, Afonso Henriques lançar-se-ia até à linha de defesa natural do Tejo efetuando um notável e arrojado golpe de mão sobre Santarém e, em seguida, já com o apoio dos cruzados, apodera-se da cidade de Lisboa (1147). Conquista, assim, os dois grandes objetivos militares para obtenção daquela linha de defesa. Na primeira ação, Afonso Henriques demonstrava, para além da sua sensibilidade estratégica,

o seu virtuosismo tático. Na conquista de Lisboa volta a evidenciar uma clara percepção da relação entre meios e objetivo, recorrendo a uma aliança: o auxílio dos cruzados que rumavam para a Terra Santa. Mas para demonstrar ao Papa a plena autonomia portuguesa tornava-se necessário obter ganhos territoriais que colocassem o espaço organizado português ao abrigo das razias muçulmanas. Era necessário conquistar território além Tejo. D. Afonso Henriques altera então a sua estratégia, passando a empregar formas de ação mais diretas, de conquista progressiva dos castelos da planície alentejana, explorando a momentânea fraqueza berbere (segundos reinos Taifa).

Só após a decadência do império almóada e a sua fragmentação nos terceiros reinos Taifa é que se reiniciou o avanço português para Sul. As expedições guerreiras foram particularmente numerosas durante o reinado de D. Sancho II, que retomou decididamente a ofensiva, mas só em 1249, no reinado de D. Afonso III, foi conquistada a última parte do território algarvio.

Ainda no que concerne à Estratégia Militar importa sublinhar a importância das ordens religiosas militares, não só na fase das conquistas a sul do Tejo, como também na defesa das fronteiras e do povoamento do território. Destaca-se, igualmente, a importância estratégica do triângulo Coimbra – Santarém – Lisboa.

Relativamente à organização militar da época, é com D. Dinis que são compreendidas as medidas mais relevantes. Ao mesmo tempo que assegurava a autoridade real, mandava restaurar os velhos castelos e construir muitos novos. Institui a milícia municipal dos “besteiros de conto”², procede à nacionalização das ordens militares, redige o “Regimento de Guerra”³ e impulsiona a organização da marinha de guerra com vista a proteger o país dos ataques da pirataria moura.

No domínio da Estratégia Política Interna o esforço é exercido no sentido da afirmação do poder real e na centralização. O poder real vai aumentando de reinado para reinado, durante o período em análise, por ações de centralização progressiva. Fixada a fronteira Sul no reinado de D. Afonso III, com o atingir da costa sul do Atlântico, é dado o passo definitivo com vista à criação de uma entidade territorial viável e politicamente independente. Foi D. Dinis que levou a cabo essa tarefa, estabelecendo uma linha fronteiriça defensável, ao longo de obstáculos naturais, que seria formalmente delimitada e reconhecida pelo tratado de Alcanizes (1297), assinado entre o rei de Portugal e D. Fernando, rei de Leão e Castela.

Dedução dos objetivos políticos nacionais

Em coerência com a metodologia que nos propusemos seguir, importa agora, a partir da análise das linhas de força da ação estratégica anteriormente identificadas, deduzir quais os objetivos estratégicos que se pretendiam atingir ao nível das estratégias gerais (Objetivos Nacionais Instrumentais), e,

² Os “besteiros de conto” eram remunerados. Constituíam uma tropa profissional.

³ Verdadeiro regulamento de serviço de campanha.

seguidamente, os Objetivos Nacionais Principais.

Nesta conformidade, os Objetivos Nacionais Instrumentais no período em análise seriam: conquistar terreno a Sul; conter Leão e Castela, a Norte e a Este; defender-se da pirataria moura a Oeste; obter o reconhecimento da soberania pelo Papa; estabelecer uma fronteira defensável; desenvolver a capacidade de defesa naval e o uso do mar; fomentar a coesão interna.

Quanto aos Objetivos Nacionais Principais que os soberanos portugueses se propuseram alcançar neste período, seriam: numa primeira fase (1096 a 1179), a individualização de Portugal como reino soberano; numa segunda fase (1179 a 1297), expandir o território e formar uma entidade territorial, viável e politicamente independente.

Um Conceito Estratégico Nacional possível

Com base nos Objetivos Políticos Nacionais antes referidos, consideramos que as grandes linhas de força do que teria sido o grande conceito estratégico à época seriam:

- “De 1096 a 1179: com vista a obter a independência nacional, conduzir operações militares ofensivas, a Sul, e adotar uma atitude militar defensiva nas restantes três direções; manter frequente atividade militar na Galiza, através de ações de objetivo limitado e alternadas, por forma a conservar a autonomia já conseguida e, se possível, obter ganhos territoriais; combinar as operações militares com a execução de ações diplomáticas para obter o auxílio dos cruzados em apoio da conquista territorial a Sul e demonstrar à Santa Sé a plena autonomia portuguesa; complementar as ações militares com medidas políticas internas de povoamento do território por forma a potenciar a capacidade defensiva das áreas fronteiriças, preencher espaços vazios e reforçar a coesão interna”⁴.

- “De 1179 a 1297: com vista a garantir a individualidade e a soberania portuguesa na Península Ibérica, conduzir operações militares ofensivas a Sul, para aumentar o território até atingir a costa sul do Atlântico; empreender as ações militares e diplomáticas necessárias com a finalidade de estabelecer uma linha fronteiriça defensável, apoiada em obstáculos naturais, sempre que possível, que permita uma defesa eficaz face a Castela; simultaneamente, desenvolver uma capacidade defensiva naval para fazer face às ameaças vindas do Ocidente, via marítima; conjugar estas ações com medidas políticas internas de povoamento, organização do território e centralização estatal, tendo em vista o desenvolvimento e a coesão interna do reino”⁵.

2. Período da consolidação e afirmação (1297-1411)

Após a formação de uma entidade territorial, viável e politicamente

⁴ VIANA, Vítor Daniel Rodrigues – A Evolução do Conceito Estratégico Nacional: da Fundação ao Estado Novo. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1996. p. 29 e 30.

⁵ Id. p. 30.

independente, segue-se um período de consolidação da independência política de Portugal e afirmação da identidade nacional, em que o principal objetivo nacional é a defesa face a Castela.

Considerámos este período delimitado entre 1297, ano em que foi celebrado o tratado de Alcanizes, e 1411, data do acordo de paz com Castela que asseguraria, em definitivo, a afirmação de Portugal como país soberano.

É um período em que a ação estratégica desenvolvida tem um caráter defensivo, especialmente centrada num único agente de ameaça – Castela – e em que se procura o recurso à aliança inglesa para potenciar as possibilidades de concretização desta estratégia.

Pontos nodais da ação estratégica

O vetor estratégico preponderante no período em análise foi a Estratégia Militar, acompanhado de perto pelas Estratégias Política e Diplomática. Quanto à Estratégia Política (Diplomática e Política Interna), sublinha-se o reforço do poder central do reino e o recurso à aliança inglesa, enquanto grande eixo da Estratégia Diplomática de Portugal. No que concerne à Estratégia Militar, destaca-se a afirmação do Exército enquanto elemento essencial do poder nacional.

Começando pela Estratégia Política, desde o tratado de Alcanizes verifica-se uma crescente afirmação do poder interno e um esforço de centralização, a par com o desenvolvimento de uma consequente política administrativa. D. Dinis, durante o seu longo reinado (1297-1325), fortalece o poder real, normaliza as relações com a igreja, nacionaliza as ordens militares, inicia a organização da justiça e da administração, promove o povoamento, cuida do fomento económico e da defesa, desenvolve o comércio externo e interno e estabelece, em Lisboa, o Estudo Geral. Adicionalmente, empreende outra importante medida político-administrativa que viria dar um novo elemento à base nacional do poder político: o “Beneplácito Régio”. Esta medida inovadora tinha por objetivo retirar à Igreja a possibilidade de interferir na administração pública e pode ser considerada, a par com a nacionalização das ordens militares, como elemento essencial da construção da base nacional do poder político português.

No plano externo, a participação de D. Afonso IV na batalha do Salado marcou uma decidida intervenção externa ao lado do rei de Castela, genro do nosso rei, de que resultaria a definitiva derrota das pretensões do Islão em recuperar as antigas posições na Península Ibérica. O clima de euforia que a vitória suscitou terá levado o monarca português a solicitar autorização ao Papa para manter o estado de guerra levando-a ao norte de África. A empresa não chegou a ter lugar por morte do monarca, mas é costume relacionar com aquele projeto a viagem às Canárias que se realizou em 1341, em conjunto com os genoveses, a qual poderá ser considerada como precursora da ulterior expansão ultramarina.

O prestígio alcançado por Portugal nos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV projeta-se no reinado de D. Pedro que iria empreender relevante ação diplomática

ao arbitrar a guerra entre Castela e Aragão. Contudo, o pragmatismo de D. Pedro no campo da política externa iria em breve ser substituído pelo intervencionismo malsucedido da época de D. Fernando. O objetivo da união ibérica iria levar D. Fernando a aceder ao pedido dos nobres espanhóis, que se refugiavam em Portugal após a subida ao trono espanhol de Henrique de Trastâmara, para disputar o trono de Espanha. A ambição política do rei levou-o a assegurar-se do apoio do Papa e da Inglaterra às suas pretensões, a firmar uma aliança com o rei de Aragão e, ainda, a aliar-se com o rei mouro de Granada – este facto, inédito em Portugal, assume relevância estratégica já que materializava uma aliança com um rei não-cristão para combater contra um rei cristão. Assim, D. Fernando, ao iniciar a primeira guerra com Castela (1369-1370) fê-lo à cabeça de uma coligação em que participavam todos os reinos peninsulares, possivelmente a Inglaterra e ainda um forte partido castelhano adverso ao novo rei espanhol. Porém, os apoios esperados não se concretizariam (exceto o da Galiza) e o desfecho da campanha que se desenvolveu no mar e em terra foi-lhe desfavorável. Foi assinado o tratado de paz em 1371 (Paz de Alcoutim) que continha a renúncia de D. Fernando às suas pretensões.

A partir desta altura, a Inglaterra passaria a ser o grande eixo da Estratégia Diplomática de Portugal no período em estudo. A segunda e terceira guerras com Castela inserem-se já no contexto da Guerra dos Cem Anos e, conseqüentemente, relacionadas com a luta que a Inglaterra travava com a França.

Com a emergência da crise de 1383 a ameaça castelhana aproximou-nos de novo dos ingleses. Contudo, durante as hostilidades com Castela, de Inglaterra apenas viria um auxílio de duas naus, com poucas tropas e promessas de mais. Valeu a determinação de resistência dos portugueses. Nas vitórias militares traduzidas pela retirada castelhana assentaram as Cortes de Coimbra de 1385 que aclamaram D. João, Mestre de Aviz, como rei de Portugal. Aljubarrota viria a reafirmar o triunfo, não só do ponto de vista militar, mas fundamentalmente na ótica da consolidação da independência portuguesa. Portugal explorou inteligentemente os efeitos materiais e psicológicos do grande sucesso alcançado, afirmando a sua identidade nacional de forma decisiva e adquirindo uma muito mais ampla capacidade de negociação no plano internacional. Finalmente, em 31 de outubro de 1411, é firmada a paz definitiva com Castela. O tratado estabeleceu a paz e a aliança “perpétuas” entre D. João I de Portugal e D. João II de Castela e asseguraria, em definitivo, a afirmação de Portugal como país soberano.

Sendo o recurso à aliança inglesa, como já se referiu, o grande eixo da Estratégia Diplomática de Portugal, esta teve ainda como constante a política de alianças e os casamentos para firmar laços entre aliados.

Relativamente à Estratégia Militar, com D. Fernando tem lugar a reforma militar que vai enformar o Exército que vai estar presente na crise da independência. D. Fernando trata de alargar a obrigação do serviço militar através das Ordens de

1373⁶, procede à fortificação de Lisboa (cerca fernandina), desenvolve a Marinha Real e fomenta a marinha mercante.

Mas o aspeto mais marcante no domínio da Estratégia Militar, neste período, prende-se com o esforço de consolidação da independência política de Portugal e a perceção dos monarcas portugueses de que o reforço do poder nacional passava pela sua afirmação além-fronteiras. Logo no reinado de D. Afonso IV tal desiderato é notório relativamente às Canárias, cuja primeira expedição seria realizada em 1336, e ao projeto de uma expedição militar a Marrocos que não chegaria a concretizar-se. No mesmo conceito de ação se inscreviam as ações militares na Galiza que visavam o prolongamento do núcleo territorial para Norte.

Sendo o grande objetivo nacional, na época, a defesa face a Castela, pode dizer-se que os monarcas portugueses desenvolveram uma Estratégia Militar consentânea com aquele objetivo, à exceção de D. Fernando. Cuidaram do reforço da defesa terrestre, desenvolveram a capacidade de defesa naval e o uso do mar, tentaram prolongar o núcleo territorial para Norte e levar a “reconquista” ao norte de África, ocupada pelo “infiel”, para obter pontos de apoio além-fronteiras.

No reinado de D. Afonso IV foi a batalha do Salado que constituiu o evento militar mais notável pelas consequências já apontadas de libertar a Península Ibérica da ameaça árabe. Contudo, com D. Fernando, as três guerras com Castela foram o exemplo de uma estratégia não conseguida do ponto de vista militar. D. Fernando parece ter sempre confiado demasiado no poder inglês e na concretização do seu auxílio militar. Mas os apoios ingleses ou não se concretizaram, ou chegaram surpreendentemente atrasados, ou, como na ocasião da terceira guerra, assumiram uma postura mais própria de inimigos do que aliados.

Bem diferente seria a Estratégia Militar do Mestre de Aviz e de D. Nuno Álvares Pereira, seu principal mentor, durante a Guerra de Independência (1383-1411). Nuno Álvares viria a revelar-se um chefe militar de excepcional envergadura. Nomeado Condestável do Reino obteve o seu primeiro êxito na Batalha dos Atoleiros (6 de abril de 1384), na qual adotou um dispositivo tático brilhante que lhe permitiu anular todas as vantagens do ímpeto da cavalaria castelhana. Esta batalha marcava o nascimento da infantaria portuguesa, revelava o génio militar do Condestável e quebrava a insolente confiança de Castela no poder da sua cavalaria e na superioridade numérica das suas tropas.

Mas o rei de Castela invade de novo Portugal (2ª invasão) para reclamar a Coroa a que se julgava ter direito. Nuno Álvares convence D. João a concentrar as forças portuguesas numa posição central, em atitude expectativa estratégica. A posição escolhida para a concentração foi Abrantes, o que permitia, logo que identificado o esforço do inimigo, balancear forças por forma a fazer-lhe face no local e momento adequados. Cedo se confirmou que o objetivo militar-

⁶ A partir daqui podia dizer-se que o Exército era toda a “nação em armas”.

estratégico de D. João de Castela era Lisboa. A tese de Nuno Álvares – defrontar o inimigo com todas as forças em terreno aberto - prevaleceria sobre a opinião do rei que preconizava uma ação defensiva em Lisboa e aguardar os reforços de Inglaterra. Contra a opinião do rei, parte intempestivamente de Abrantes para Tomar, decidido a travar a batalha. O local escolhido para dar batalha aos castelhanos situava-se nas imediações de Aljubarrota e aí teve lugar a batalha que se traduziu numa brilhante vitória portuguesa, corolário de uma Estratégia Militar bem concebida e melhor executada, que decidiria não só a campanha de 1385, como a própria crise da independência.

Numa súmula sobre a Estratégia Militar desenvolvida, no período, não se poderá deixar de sublinhar a constante de se eleger a Galiza como um objetivo militar nas principais campanhas e a resposta adequada quando da segunda invasão castelhana, através da ocupação de uma posição central de expectativa estratégica. Em termos do que viria a tornar-se uma constante no futuro importa ainda destacar o facto de Lisboa ser considerado o objetivo decisivo para os castelhanos e a sensível questão dos aliados terrestres.

Embora sem aprofundar, não se poderá deixar de fazer uma referência à Estratégia Económica. Como refere António Sérgio (1989), “as duas atividades essenciais, à época, eram a agricultura e o comércio marítimo, às quais correspondiam duas políticas: a política da Fixação (da gente e da riqueza) e a política do Transporte”. Contudo, não seria atingida a complementaridade entre as duas vertentes e, ao invés, elas tornar-se-iam antagónicas.

Dedução dos objetivos políticos nacionais

Da análise das linhas de força da ação estratégica anteriormente consideradas, admite-se que os Objetivos Nacionais Instrumentais que os nossos monarcas pretendiam alcançar, no período em apreço, fossem os seguintes: defender o território de ataques terrestres e navais, de Leste e Oeste; desenvolver a capacidade de defesa naval e o uso do mar; consolidar o poder central; prolongar o núcleo territorial para Norte, à custa da Galiza; recorrer à aliança inglesa para potenciar as capacidades de Portugal concretizar com êxito a sua ação estratégica defensiva e obter apoio económico; intervir militarmente no exterior, reforçando o poder nacional através da sua afirmação além-fronteiras (Salado, Canárias e projeto de expedição a Marrocos); promover o desenvolvimento económico do país com vista a reforçar o potencial estratégico nacional (reformas de base agrícola e proteção ao comércio marítimo).

O Objetivo Nacional Principal que os soberanos portugueses se propuseram alcançar, neste período, seria a contenção de Castela (defesa face a Castela) e a garantia da independência de Portugal.

Um Conceito Estratégico Nacional possível

Com base nos Objetivos Políticos Nacionais antes referidos, considera-se que

as grandes linhas de força do que teria sido o grande conceito estratégico à época seriam:

“A fim de consolidar a independência política de Portugal e garantir a integridade do território, conduzir uma ação estratégica defensiva face à ameaça de Castela, combinando as necessárias ações militares com uma ação diplomática que possibilite, através de acordos dinásticos e alianças, obter apoios e suprir insuficiências do nosso potencial militar; complementarmente, levar a efeito ações ofensivas na Galiza, para prolongar o núcleo territorial para Norte, e intervir militarmente no exterior, de forma direta ou em colaboração com aliados, para reforçar o poder nacional e aumentar o nosso prestígio além-fronteiras; simultaneamente, empreender medidas de caráter administrativo para reforçar o poder central e promover o desenvolvimento económico, fomentando a exploração agrícola e estimulando o comércio marítimo e o uso do mar”⁷.

3. A expansão (1411 - 1542)

Após um período de consolidação da independência política de Portugal e de afirmação da identidade nacional, que culminou com o estabelecimento das pazes com Castela, em 1411, Portugal iria iniciar a sua expansão ultramarina com a conquista de Ceuta, em 1415. Seria o período de maior protagonismo estratégico da história de Portugal.

Considerámos este período da expansão portuguesa, que atinge o auge no reinado de D. Manuel I, delimitado entre o final do período anterior (1411) e 1542, ano em que D. João III iniciou o abandono das praças do norte de África (à exceção de Ceuta e Tânger), que encerra o período de criação e auge do império e abre um novo período em que se verifica uma profunda mudança nos objetivos estratégicos nacionais. De facto, D. João III irá alterar profundamente a política do ultramar português, iniciando a organização da retração do império e adequando os objetivos aos meios.

É um período marcado por uma fase de ação estratégica ofensiva, no que concerne à expansão portuguesa, em que se procura obter zonas de exploração económica que se concretizarão em três grandes fases correspondentes a outras tantas áreas: norte de África, Guiné e Índia. Simultaneamente, procurar-se-á obter o domínio político de Castela e garantir uma maior liberdade de ação política na comunidade internacional.

Pontos nodais da ação estratégica

No que concerne à Estratégia Política, no período em apreço, teve continuidade o esforço para o fortalecimento do poder real, em detrimento da fidalguia. D. Duarte publicou a importante Lei Mental que teria grande importância para o exercício do poder em Portugal, ao dispor que as doações só deviam transmitir-se por via masculina. Mais tarde, D. João II daria o combate decisivo à aristocracia.

⁷ Vítor Rodrigues Viana, op. cit., p. 50.

Com ele o poder político reside, sem equívocos, na instituição real.

A procura de zonas de exploração económica vai alimentar a expansão marítima que constituiria o grande projeto nacional na época. O alcance e uso, em proveito próprio, dessas zonas de exploração económica, possibilitaria manter a liberdade de ação política face ao poderoso vizinho regional, na medida em que isso contribuiria para a autossuficiência económica e permitiria obter meios militares.

Inicialmente, com o Infante D. Henrique, o fulcro da ação estratégica centrou-se no norte de África, por razões de carácter essencialmente económico e religioso. O Infante foi o arauto da política marroquina, com um plano sistemático de conquista militar no norte de África que sempre defendeu. Mas como se sabe esta política não era consensual. Após a conquista de Ceuta, em 1415, formaram-se dois partidos: um primeiro, em torno de D. Henrique, que preconizava a continuidade da política expansionista, quer dirigida a Marrocos, quer a Granada; o segundo, em torno do infante D. Pedro, que defendia o abandono de Ceuta porque se tornara, segundo ele, num sorvedor de gente, de armas e de dinheiro. A tese de D. Henrique prevaleceria. Ceuta foi mantida e a ideia de uma expansão militar no norte de África foi uma das constantes da política portuguesa até aos finais do século XVI.

Com a projeção portuguesa para a costa marroquina não são obtidos grandes proventos económicos. Contudo, ficou constituído um grande domínio português sobre as costas marroquina, mediterrânica e atlântica que possibilitava exercer pressão sobre Castela, apoiar ações no estreito de Gibraltar contra a pirataria e garantir a autonomia atlântica que definia, com o apoio do Papa, uma nova área de influência – o Atlântico Sul.

Com D. João II, autêntico príncipe do Renascimento, surge uma Grande Estratégia, com os seus meios e fins bem definidos. O grande objetivo era chegar à Índia, por via marítima, e, assim, desviar para Lisboa o tráfico rico que do Oriente vinha até Alexandria e cujos produtos, pelas mãos de Veneza, irradiavam desse porto por toda a Europa (o chamado “plano das Índias”). Para concretização do seu objetivo, o Príncipe Perfeito concebe e leva a efeito uma Estratégia Total, em que conjuga, de forma coordenada, uma adequada Estratégia Genética, uma extraordinária Estratégia de Informações (“política de sigilo”) e, ainda, uma Estratégia Diplomática.

Relativamente à “política de segredo”, D. João II tudo fez para privar o conhecimento dos dados cartográficos do resto da Europa, pelo que as cartas e os roteiros elaborados no seu reinado eram ciosamente escondidas em obediência à cerrada política de segredo. Na mesma política se inseriu “o segredo da Mina”. Em dezembro de 1482, D. João II envia Diogo de Azambuja com a missão de erguer uma fortaleza na Costa da Mina (castelo de S. Jorge da Mina) que assegurasse o comércio do ouro do interior de África. Diogo de Azambuja levava ordens secretas para destruir e afundar as naus velhas, a fim de fazer constar na

Europa que os navios não podiam voltar de África e, por esse meio, evitar toda a concorrência no comércio e navegação nos mares da Guiné. No âmbito da sua Estratégia de Informações, para resolução do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, D. João II concebeu um plano para obter as informações necessárias, através de duas vias: encarregou Bartolomeu Dias de continuar a exploração das costas africanas e tentar descobrir o caminho marítimo para a Índia; a Pêro da Covilhã de ir por terra até ao Cairo e daí embarcar para o Índico para estudar as relações entre a Índia das especiarias e a África do ouro (Sofala); e a Afonso Paiva de visitar e trazer informações concretas do reino do Preste João. A missão dos emissários foi rodeada de grande secretismo e o conteúdo das cartas enviadas a Pêro da Covilhã só eram do conhecimento do rei e de um muito reduzido círculo de conselheiros.

Como resultado desta iniciativa ficava traçado o esquema da viagem de Vasco da Gama. Pêro da Covilhã adquirira a certeza de que navegando ao longo das costas de África ocidental e austral e rumando daí para Leste se podia atingir os empórios de Calecute, Goa e Cananor; e Bartolomeu Dias descobrira o “Cabo Tormentório” e confirmara que o caminho marítimo para a Índia estava aberto.

No âmbito da Estratégia Diplomática, D. João II foi o precursor da estratégia que iria ser utilizada posteriormente na Índia. Logo nas expedições de Diogo Cão (iniciadas em 1482) foram estabelecidos contactos com os povos indígenas, nomeadamente com o chamado rei do Congo, lançando os fundamentos para futuras relações, que levariam posteriormente não apenas a ajustes de paz e amizade, mas à cristianização do reino do Congo. Mas a obra-prima culminante da política diplomática de D. João II foi o Tratado de Tordesilhas, negociado com os Reis Católicos, em 1494. Como consequência do Tratado, D. João II reservava para Portugal a verdadeira rota e posse das Índias e, além disso, uma grande parte do Brasil atual.

A expedição de Vasco da Gama à Índia, já com D. Manuel I no trono, viria a alterar a História do Mundo, no dizer de Toynbee. Portugal apodera-se do caminho do Oriente e o eixo do Mundo desloca-se do Mediterrâneo para o Atlântico.

Contudo, o objetivo primordial de D. Manuel era trazer especiarias da Índia; tudo o resto parecia secundário. O Estado transformava-se numa “grande loja” e prevalecia a “estratégia de entreposto comercial”⁸. A estratégia principal de D. Manuel I é a estratégia de extorsão das especiarias aos “mouros” que dominavam o comércio na Índia e a estratégia de afirmação do Estado português passa a apoiante da primeira. O esforço principal centra-se na Índia e todos os outros – Marrocos, Brasil (apoio da rota da Índia) e ilhas e margens do Atlântico – são apoiantes.

⁸ Como refere António Sérgio (1989), “a missão de Vasco da Gama, completada pelas de Cabral e João da Nova, fez de Portugal o intermediário máximo e de Lisboa o empório do grande comércio”.

A controvérsia entre as estratégias de comércio e de conquista – uma constante ao longo da história da expansão – vai reacender-se. Desta feita vão realizar-se, sucessivamente, duas formas de ação estratégica distintas para a Índia (ambas demasiado ambiciosas): primeiro, a do Imperialismo Marítimo de Francisco de Almeida; depois, a do Imperialismo Territorial de Afonso de Albuquerque. A primeira (estratégia de controlo) fixou como objetivo o controlo do comércio do Oriente e a manutenção do exclusivo da navegação para os portugueses, o que obrigava a garantir o domínio do mar por grandes esquadras e ter em terra pontos de apoio⁹. A segunda (estratégia de conquista) teve como objetivo criar fontes de receita pela conquista de territórios, pelos tributos impostos a soberanos avassalados. O plano de Albuquerque previa conquistar e manter os pontos-chave a ocidente e oriente de Ormuz e Malaca, fundando depois, em situação bem central, uma cidade portuguesa cabeça do futuro império - Goa – e depois penetrar no coração da península do Indostão até a dominar completamente. Aden também estava nos planos de Afonso de Albuquerque mas nunca se conseguiu tomar, pelo que nunca se chegou a controlar e a fechar o Mar Vermelho.

A estratégia de Francisco de Almeida seria provavelmente mais realista se fosse sensata a administração da Coroa. O que não era o caso: a Corte não pensava senão em enriquecer e gozar. Com Afonso de Albuquerque, o império conheceu momentos gloriosos, atingindo o ponto máximo do seu esforço com a tomada de Ormuz, Goa e Malaca. Todavia tratava-se de um plano irrealista, dada a carência de recursos para ocupar, a tantos milhares de léguas da metrópole, tao imensos territórios.

Durante trinta anos o Atlântico e o Índico foram mares portugueses mas as dificuldades foram crescendo progressivamente naqueles oceanos. Quer se continuasse a política imperialista territorial de Albuquerque, quer se voltasse à política marítima de D. Francisco de Almeida, o resultado seria um permanente estado de guerra, no mar ou em terra.

Com a ascensão de D. João III ao trono iria operar-se uma profunda mudança na política do ultramar português. Apercebendo-se que o esforço simultâneo em tantas frentes, não era compatível com as capacidades nacionais, D. João III vai reorganizar a retração do império e tentar adequar os objetivos aos meios. Em 1522 põe limite à expansão do nosso domínio na Índia, em 1530 dá o primeiro sinal da reorientação do esforço para o Brasil e em 1542 decide o abandono de algumas praças de Marrocos (Azamor e Safim) dando início ao recuo estratégico em Marrocos, que, no dizer de Carlos Selvagem (1991, p. 190), “pesava excessivamente nas despesas da Coroa sem compensação de qualquer natureza”.

Relativamente à Estratégia Diplomática, importa referir que a expansão ultramarina portuguesa se apoiou muito em bases diplomáticas. No apoio da Santa Sé, no entendimento com a Espanha, mas também, muitas vezes, numa

⁹ Fortalezas e feitorias.

ação diplomática local, exercida nas terras ultramarinas, junto dos príncipes com algum domínio sobre essas terras, nomeadamente em Marrocos, na Guiné, no Congo, na Etiópia e no Índico. Uma outra característica marcante, do ponto de vista da política externa, foi a manutenção da neutralidade em face dos conflitos europeus que dividiam os Estados cristãos, e que foi conseguida.

No que concerne à Estratégia Militar, ela continuava estreitamente ligada à Estratégia Política, na sua conceção e execução. E, claro está, ambas estavam centradas na instituição real, mais precisamente na pessoa do Rei. Quando perante as Cortes, estas lhe colocaram a questão de que não deveria fazer a guerra sem as consultar, D. Duarte afirmou que “fazer ou não a guerra é assunto da exclusiva vontade do Rei” (Selvagem, 1991, p. 190).

Segundo Carlos Selvagem (1991, p. 306), os sucessivos reis vão dedicar uma preocupação atuante à capacidade militar do reino. D. João I dá uma organização mais regular e unitária à milícia medieval, adequando-a à nova ordem política. D. Duarte define o “Regimento dos Coudéis” para a classe média dos pequenos lavradores que, conjugado com as anteriores instruções de D. João I para a milícia dos besteiros, configurava a organização militar territorial do reino como uma efetiva “nação em armas”. D. Afonso V publica as “Ordenações Afonsinas - verdadeira reorganização militar do reino - e impulsiona a marinha real. D. João II desenvolve uma ação notável no domínio das reformas e progressos da marinha militar (uma esplêndida estratégia genética ligada ao mar), mormente através da melhoria da construção naval e artilhamento das caravelas.

O período de 1450 a 1540 correspondeu à época áurea do poder marítimo do reino. Possuía-se a mais eficiente escola de navegação, os melhores estaleiros, os mais perfeitos processos técnicos de navegação, as melhores cartas marítimas e os melhores navegadores.

Nesse período organiza-se um potencial naval capaz de proteger as linhas de comunicação marítimas e de projetar um poder militar ofensivo conjunto, coerente e poderoso, em especial na Índia. E é justamente a supremacia tecnológica dos seus meios navais e o domínio do que havia de mais avançado na ciência náutica, que irão conferir a Portugal, na época alta da epopeia portuguesa, o estatuto de primeira e única potência marítima do Atlântico Sul.

Para garantir o monopólio da navegação e do comércio do Oriente, tornava-se necessário assegurar o domínio marítimo do Atlântico oriental e meridional e, posteriormente, controlar e dominar o Oceano Índico e o Mar Vermelho. Seria, portanto, na conquista e consolidação da “Rota das Especiarias” que se iriam realizar as ações militares mais notáveis, navais e terrestres. A ação estratégica para a construção do Império do Oriente comportou, como já antes se referiu, duas fases distintas, correspondentes às governações de D. Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque.

A segunda viagem de Vasco da Gama à Índia (1502) esclarecia os objetivos estratégicos de D. Manuel e marcava o início da fase ofensiva na Índia. Os objetivos

estratégicos eram: fechar o Mar Vermelho, estabelecendo na embocadura daquele um “cruzeiro” de caça às naus dos moiros que lhes vedassem o acesso ao Mar das Índias; castigar o Rajá de Calecut que tinha criado problemas a Pedro Álvares Cabral; consolidar a fortaleza de Cochim; ocupar na costa oriental de África os portos de escala indispensáveis à segurança da nossa navegação – Sofala, Quíloa e Melinde; e carregar pimenta.

Para concretizar a sua ideia, D. Manuel nomeou para o cargo de Governador-Mor da Frota da Índia, D. Francisco de Almeida, que aprendera com Gonçalo de Córdova a moderna arte da guerra, e, em instruções de 7 de fevereiro, completadas pelo regimento de 5 de março seguinte, definia o seu conceito estratégico determinando-lhe que devia alcançar bases para as armadas mas não o senhorio das terras. Para além disso, dava-lhe igualmente instruções no sentido de procurar e efetivar alianças políticas e militares com os príncipes indígenas, mesmo que muçulmanos. Seria dentro desta política de estabelecimento de bases de apoio que D. Francisco de Almeida construiria, na costa oriental africana, as fortalezas de Moçambique, Sofala e Quíloa e, na costa de Malabar, as fortalezas de Angediva, Cananor e Cochim.

O crescente poder naval português desarticulava a rede de mercadores e das feitorias muçulmanas e interferia com o sistema de interesses vigente. Consequentemente formou-se uma coligação da República de Veneza, do sultão da Turquia e do sultão do Egipto contra os portugueses, que reúne uma poderosa esquadra com a finalidade de bater definitivamente o poderio naval português do Oriente. A batalha decisiva (batalha naval de Diu) trava-se a 2 de fevereiro de 1509, junto ao porto de abrigo de Diu, e traduziu-se numa retumbante vitória dos portugueses. Era a primeira grande ação naval do Oriente que teria enormes consequências em termos de afirmação do valor militar da nova potência marítima. Através desta batalha naval, D. Francisco de Almeida tinha liquidado pelo período de alguns anos o poderio naval muçulmano no Oriente. A sua ação estratégica centrava-se na obtenção de pontos de apoio para a navegação e comércio ao longo da costa, agora no Índico, e na procura do combate naval para a destruição direta do poder marítimo adversário.

Afonso de Albuquerque altera, como já se referiu, a conceção estratégica de Francisco de Almeida. O seu plano previa a ocupação de posições-chave, no Oceano Índico, que permitissem o controlo das suas correntes comerciais. O tráfego marítimo podia ser controlado por quem dominasse os seus prolongamentos periféricos ou as passagens a outros oceanos, isto é, pela posse dos estreitos que conduzem para o exterior da bacia central. Esta correlação entre a posse do valor estratégico dos estreitos e o domínio do mar estava bem presente na visão de Afonso de Albuquerque.

Não cabe neste artigo fazer uma descrição das operações de guerra levadas a cabo por Afonso de Albuquerque durante os anos da sua ação no Oriente. Importa, sobretudo, salientar a desproporção entre os meios e recursos de que

dispunha e os objetivos que se propunha atingir. Na sua ação compensava a precariedade de recursos através da execução de uma notável estratégia psicológica, ora usando o terror intimidativo, ora usando de larga tolerância e generosidade. E, assim, desde os fins de 1506 até 1515, cumpriu o seu plano, conquistando sucessivamente os três pontos-chave do Império, Ormuz (1507), Goa (1510) e Malaca (1511) e voltando a Ormuz (1515) para consolidar a posse da cidade e acabar definitivamente a respetiva fortaleza. Pelo meio ficaria o ataque a Áden (1513) que se malograria por manifesta falta de meios. Era uma estratégia de conquista que assentava: na obtenção de novos pontos de apoio à navegação e ao comércio, agora estendidos para o sueste asiático; no abandono do combate naval como meio direto e principal para imposição do controlo marítimo; no estabelecimento de uma base de apoio logístico e de operações no Oriente, representada pelo território de Goa; na criação de fontes de receita pela conquista do território; e no controlo dos principais estreitos.

O génio político e militar de Afonso de Albuquerque permitira fundar um “império” no Oriente, corolário do poder criativo e do valor militar dos portugueses. Contudo, Áden continuava a ser o empório comercial e marítimo dos árabes no Oriente e, conseqüentemente, qualquer que fosse o carácter que a ocupação da Índia apresentasse (dual ou misto), resultaria num estado de guerra permanente com os mouros e com os naturais. Como referiu Oliveira Martins (1972, p. 257), “ninguém, nação alguma seria capaz de resistir a um século inteiro de semelhante vida”.

Apesar das dificuldades a expansão continuou. A viagem de circum-navegação do globo de Fernão de Magalhães, apesar de realizada ao serviço dos Reis de Espanha, constituiu mesmo o corolário da excepcional estratégia genética portuguesa. E verificaram-se ainda, na Índia, vários sucessos de relativa importância militar e política.

Mas a situação tornara-se cada vez mais crítica na Índia. Como refere Carlos Selvagem (1991, p. 290), “D. João III preparou a nação para se salvar da derrocada final, quando a falência do império da Índia arrastasse consigo fatalmente a falência política da própria Metrópole”. D. João III vai tentar adequar os objetivos aos meios e organizar a retração do império. E o primeiro cerco de Diu, em 1538 (ocorrido na sequência do levantamento geral dos povos da Índia contra os portugueses) vai marcar a passagem à fase defensiva na Índia.

Pontos nodais da ação estratégica

Da análise das linhas de força da ação estratégica anteriormente consideradas, admite-se que os Objetivos Nacionais Instrumentais que os nossos monarcas pretendiam alcançar, no período em apreço, fossem os seguintes: obter e manter o monopólio do comércio com o noroeste africano, Guiné e Índia; obter e manter a liberdade de ação nos mares, nomeadamente no Atlântico e no Índico; desenvolver a ciência náutica e o poder marítimo do reino por forma a obter um diferencial tecnológico que garantisse o domínio dos mares; incrementar

as relações diplomáticas com os povos indígenas, nas áreas de exploração, por forma a conseguir equilíbrios favoráveis ao domínio por Portugal; conseguir entrelaçamentos dinásticos, a apoiar militarmente, que levassem à união ibérica, sob Portugal.

Nesta decorrência, os Objetivos Nacionais Principais seriam: obter zonas de exploração económica com vista a manter a liberdade de ação política face a Castela; dominar politicamente Castela (através de uma política persistente de casamentos e acordos dinásticos e do estabelecimento de alianças favoráveis a esse objetivo).

Um Conceito Estratégico Nacional possível

Com base nos Objetivos Políticos Nacionais antes referidos, considera-se que as grandes linhas de força do que teria sido o grande conceito estratégico à época, seriam:

“Com vista a garantir a soberania nacional e a liberdade de ação política na comunidade internacional, criar um espaço de afirmação extra peninsular, através da expansão marítima, que permita obter zonas de exploração económica e o controlo do comércio com o noroeste africano, Guiné e Índia; para o efeito, desenvolver, continuamente, a ciência náutica e o poder marítimo do reino de forma a obter e manter o domínio dos mares, estabelecendo pontos de apoio à navegação e ao comércio; complementarmente, conduzir uma política persistente de casamentos e acordos dinásticos conducentes à união ibérica, sob o nosso domínio, ou que, no mínimo, aumente a liberdade de ação política face a Castela; efetuar, ainda, uma dinâmica ação diplomática junto da Santa Sé, para obtenção de bulas favoráveis que legitimem as conquistas e zonas de influência obtidas com as Descobertas, reforçando assim a posição nacional”¹⁰.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo pudemos constatar que, no período em análise, o conceito estratégico nacional evoluiu desde a “fundação” até meados do século XVI, porque evoluíram os objetivos a atingir, justificando a individualização de determinados períodos - “Formação”; “Consolidação e Afirmação”; “Expansão” -, e porque aos mesmos corresponderam conceções estratégicas diferenciadas.

A Estratégia Diplomática e a Estratégia Militar foram os vetores preponderantes no período. A Estratégia Militar assumiu particular relevo durante os períodos da “formação” e da “consolidação” e alguma dimensão durante a fase áurea do período da “expansão”.

No domínio da Estratégia Diplomática, sendo importante a ação desenvolvida nos períodos da “formação” e da “consolidação” (celebração de tratados com reinos cristãos da península; acordos celebrados com a Santa Sé; tratado de Alcanizes), ela passou a assumir maior relevância a partir da Guerra da

¹⁰ Vitor Rodrigues Viana, op. cit., p. 81 e 82.

Independência (1383-1411), altura em que se tornou claro que Portugal, para manter a sua individualidade na Península, necessitava de contar com apoios externos poderosos, propiciadores de um equilíbrio regional. O apoio externo no qual Portugal baseou, de forma sistemática, a sua independência foi a Inglaterra.

No que concerne à Estratégia Militar, como refere o General Loureiro dos Santos (1991, p. 84 e 85), a sua ação, relativamente ao núcleo territorial português, foi basicamente defensiva. “O uso de uma estratégia militar ofensiva na Península e nas áreas de exploração ultramarina aparece fundamentalmente como apoiante da estratégia geral defensiva” (Santos, 1991, p. 84).

Relativamente à Estratégia Económica, foi essencialmente a procura de zonas de exploração económica que alimentou a expansão marítima portuguesa. Mas, após um período de apogeu, perdeu-se o monopólio do comércio oriental que, aliás, já entrara em grande crise, face à diminuição dos lucros e ao aumento das despesas com as armadas e a defesa dos territórios. A manutenção das linhas de comunicação representava um encargo económico-militar excessivo, bem acima das nossas capacidades. Todavia, é justo salientar, neste domínio, o rasgo de D. João III que organizou a retração do império e transferiu, oportunamente, o esforço para o Brasil, área de exploração económica que constituiu a base da economia portuguesa até praticamente à sua independência.

A partir daqui o grande objetivo nacional seria assegurar a sobrevivência de Portugal como país soberano e independente.

BIBLIOGRAFIA

BARRENTO, António Martins - Reflexões sobre temas militares. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1991.

BARRENTO, António Martins – D. Afonso Henriques: A Guerra e os seus objetivos. Lisboa: Direção do Serviço Histórico-Militar, 1983.

COELHO, António Borges – A revolução de 1383: tentativa de caracterização. 3ª Edição. Lisboa: Seara Nova, 1977.

CORTESÃO, Jaime – A política de sigilo nos descobrimentos nos tempos do Infante D. Henrique e de D. João II. Lisboa: 1960.

CORTESÃO, Jaime – Os fatores democráticos na formação de Portugal. Vol. I das Obras Completas. Lisboa: Portugália Editora, 1966.

CORTESÃO, Jaime – História dos descobrimentos portugueses. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1979, 1980.

GODINHO, Vitorino Magalhães – A economia dos descobrimentos Henriquinos. Lisboa: 1962.

MACEDO, Borges de – História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força. Lisboa: Edição da revista Nação e Defesa, IDN, 1976.

MAGALHÃES, José Calvet de – Breve história diplomática de Portugal. 2ª

Edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

MARQUES, Oliveira – História de Portugal. Vol. I e II. 4ª Edição. Lisboa: Palas Editores, 1974.

MARTINEZ, Pedro Soares – História Diplomática de Portugal. Lisboa: Editorial Verbo, 1985.

MARTINS, Oliveira – História de Portugal. 16ª Edição. Lisboa: Guimarães e Cª Editores, 1972.

RODRIGUES, José Filipe de Barros – Lições de História Militar (Secção IV). Lisboa: Escola Militar, 1935-1936.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos – Apontamentos de história para militares. Lisboa: IAEM, 1979.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos – Como defender Portugal. Lisboa: IAEM, 1991.

SÉRGIO, António Sérgio – Breve interpretação da história de Portugal. 13ª Edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989.

SELVAGEM, Carlos – Portugal Militar. Lisboa: INCM, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – História de Portugal. Vol. I a XI. Lisboa: Editorial Verbo, 1997.

SOUSA, Alfredo de – História Económica e Social. Lisboa: IAEM, 1977.

VIANA, Vítor Rodrigues – A evolução do conceito estratégico nacional da Fundação ao Estado Novo. Lisboa: IAEM, 1996.

VITOR RODRIGUES VIANA

Major-General do Exército Português na situação de reforma. Frequentou os cursos de Estado-Maior e Superior de Comando e Direção no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM). É Mestre em Estratégia pelo ISCSP. Desempenhou várias funções de comando e estado-maior e lecionou no IAEM, onde chefiou a Secção de Ensino de Estratégia. Foi Assessor Militar do Presidente da República Jorge Sampaio e comandou a Escola Prática de Artilharia. Foi chefe de gabinete de três ministros da Defesa Nacional e diretor do Instituto da Defesa Nacional entre 2010 e 2019.



Citar este texto:

VIANA, Vitor Rodrigues – Linhas de Força do Conceito Estratégico Nacional: Da Fundação à Expansão. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/UYQQ1938>

A MOBILIZAÇÃO CONCELHIA NA REGIÃO DE RIBACOA ENTRE OS SÉCULOS XII E XIII

Carlos Filipe Afonso

Resumo

Os foros e costumes concelhios da região leonesa de Ribacoa que veio, após o Tratado de Alcañices, em 1297, a ser incorporada no reino de Portugal, são extremamente ricos em informação sobre a vivência quotidiana, incluindo as disposições relacionadas com a prática da guerra. Propomo-nos caracterizar a mobilização de recursos militares concelhios em Castelo Bom, Alfaiates, Castelo Melhor e Castelo Rodrigo, nos finais do século XII e inícios do século XIII, época em que a guerra contra o Islão se ia tornando mais distante, mas ainda assim constituía uma base significativa da economia regional.

Palavras-chave: Reconquista; Ribacoa; Foros Extensos; mobilização concelhia

Abstract

The extensive *fueros* or municipal customs and usages of the Ribacoa Leonese area – that was incorporated in the Kingdom of Portugal after the Alcañices Treaty of 1297 – deliver much data on the locality's daily life, including norms related to warfare. Our intent is to portray the mobilization of military resources within the municipalities of Castelo Bom, Alfaiates, Castelo Melhor and Castelo Rodrigo, between the late 12th and the beginning of the 13th centuries. This was a period when the war against the Islamic powers was progressively becoming farther yet it kept constituting a significant pillar of the regional economy.

Keywords: Reconquista; Ribacoa; Extended *Fueros*; municipal mobilization

Introdução

Em Portugal, desde Alexandre Herculano que, entre as fontes jurídicas medievais normativas dos concelhos, se distinguem o foral dos foros e costumes¹.

¹ Os historiadores espanhóis usam a mesma palavra *fuego* para designar tanto um foral como

De um modo geral, o primeiro constitui o momento fundacional de um município, ao passo que os segundos colmatam lacunas deixadas pela carta de foral². A passagem a escrito dos foros e costumes, ou dos foros extensos, foi uma realidade que eclodiu por toda a Europa no início do século XIII, movimento acompanhado quer pelo direito leonês, quer pelo português, na mesma cronologia³.

Pela riqueza da informação que proporcionam, os foros extensos são fontes documentais excepcionais. O mais antigo de que dispomos, para o território português, é um fragmento das posturas municipais de Coimbra, de 1145 que, infelizmente para nós, não transmite nenhuma disposição militar explícita e dificilmente descortinamos preceitos relacionados com a guerra na implicitude⁴. Será necessário aguardar pelo início do século XIII para, no território que mais tarde veio a pertencer a Portugal, encontrar documentos desta natureza que chegaram até aos dias de hoje.

Estes correspondem a quatro foros extensos atribuídos a concelhos da margem direita do rio Côa, três dos quais – Alfaiates (1209-1229), Castelo Rodrigo (1211-1237) e Castelo Melhor (poss. 1237) – foram adaptados do foro extenso de Ciudad Rodrigo e um quarto – o de Castelo Bom (poss. 1237) – reproduz o foro extenso de Cória⁵. Todos constituem repositórios extraordinários, passados a escrito sob a égide de Afonso IX de Leão, e aparentados com os foros de Salamanca, Alba de Tormes, Zamora e Ledesma. Foram confirmados por D. Dinis, entre 1296 e 1298, juntamente com os de Almeida, do Sabugal e de Vilar Maior, que não chegaram até nós⁶.

Como abordaremos em seguida, a condição de dupla marca dos territórios em causa, onde diferentes poderes cristãos entravam em contacto entre si, e estes com os poderes islâmicos, assim como a atividade económica predominante – a ganadeira – constituíram condições que fomentaram o estabelecimento de um conjunto muito detalhado de disposições militares. Estas permitem não só os costumes municipais dos concelhos, distinguindo-os por intermédio dos adjetivos “breve” e “extenso” (CINTRA, 1984, p. LXXVI).

² DOMINGUES e PINTO, 2015, p. 154.

³ CINTRA, 1984, p. LXXVIII; DOMINGUES e PINTO, 2015, p. 155.

⁴ Os preceitos publicados por Herculano debruçam-se sobre os mouros, e sobre mesteiros: sapateiros, carneiros, pescadores, vendedores e cultivo da vinha (Leges I, pp. 743-744 de 1145, junho, 6).

⁵ DOMINGUES e PINTO, 2015, p. 156. O foro extenso de Ciudad Rodrigo, no qual se baseiam os três primeiros, encontra-se perdido (SANTOS, 2018, p.18).

⁶ Em 1999, Baquero Moreno afirmava que a confirmação se sucedera ao tratado de Alcañices, celebrado a 12 de setembro de 1297 (1999, p. 122). No entanto, as confirmações são das seguintes datas: Castelo Rodrigo, Castelo Bom e Almeida, de 1296, novembro, 8; Sabugal e Vilar Maior, de 1296, novembro, 17; Alfaiates, 1297, março, 1; Castelo Melhor, 1298, junho, 25 (DOMINGUES e PINTO, 2015, p. 167). D. Dinis assumiu o controlo da região, de facto, ainda antes da assinatura do tratado com o rei de Leão e Castela.

compreender muitos aspetos bélicos inerentes às populações que habitaram a região nos séculos XII e XIII, mas também desenvolver hipóteses de trabalho extensivas a outras áreas geográficas.

Duas ideias concorrem para sustentar esta abordagem. Uma primeira reside no conhecimento de que os foros extensos foram mais numerosos – e, portanto, abrangeram mais localidades – do que os que sobreviveram até à atualidade. Além disso, na sua qualidade de normativa consuetudinária, é possível que muitos nunca tenham chegado à forma escrita. No entanto, pela brevidade de muitos forais e aforamentos portugueses outorgados entre os séculos XII e XIII, é imperativo que as populações se regessem, no dia-a-dia, por sistemas de costumes mais amplos do que os patentes na maioria das cartas que conhecemos.

Em alguns casos, como o do foral de Tentúgal de 1108, os outorgantes – os condes Henrique e Teresa – determinaram que “habeant omnes foros quos in Colimbrie curerint”⁷, apontando para a existência de um foro mais extenso na cidade do Mondego que, sabemos, em 1145 estava já passado à forma escrita. Em outros casos, apesar de não termos conhecimento de documentos redigidos, existem indícios da existência de conjuntos normativos consuetudinários mais amplos do que os forais outorgados pelos reis ou senhores, como detetamos no foral de Viseu, de 1123, que alude à “bona consuetudine”, ou seja, aos costumes que já vigoravam na urbe antes da concessão da carta⁸; ou ainda no foral de Seia, no qual D. Afonso Henriques declarou conceder à localidade melhores costumes do que os que vigoravam na vila anteriormente⁹.

Apesar de certamente existirem ocorrências em que os “foros” a que os diplomas aludem poderem corresponder tão-somente às próprias cartas de foral/forais breves, não parece ser este o caso na atual Beira Interior. É verdade que o esforço colonizador de ambas as margens do rio Côa, na segunda metade do século XII e início da centúria seguinte, é revelador de duas abordagens distintas: na margem direita, o rei de Leão privilegiou a concessão de foros extensos, ao passo que na margem esquerda, o rei de Portugal outorgou forais breves, sem que haja notícia da existência de foros extensos passados a escrito¹⁰. No entanto, considerando que os foros representam, em larga medida, direito consuetudinário¹¹, que antes do século XII a população, em ambas as margens, provinha das mesmas origens, que todo o território em causa permaneceu, entre os séculos VII e XII com um elevado grau de autonomia em relação a poderes centrais¹² e que os sistemas sociais e económicos eram idênticos, é de admitir

⁷ Leges I, p. 354 de 1108.

⁸ Leges I, p. 360, de 1123.

⁹ Leges I, p. 379 de 1136, maio.

¹⁰ DE LA TORRE, 1998, p. 784.

¹¹ O direito consuetudinário existia sem ser passado a escrito, constituindo prática social repetida ao longo do tempo (HESPANHA, 1982, p. 176; DOMINGUES e PINTO, p. 164).

¹² MARTÍN VISO, 2005, pp. 106-107. O autor designa este espaço periférico desde a adminis-

que, do lado português, sob as cartas de foral e aforamentos concedidos, entre 1130 e 1229, a Numão, Trancoso, Moreira, Marialva, Celorico, Guarda e Vila Mendo, vigorassem costumes mais detalhados, passados de geração em geração, embora nunca registados em documento¹³. É, ainda, verosímil admitir que esses costumes não diferissem muito dos patentes nos foros extensos que conhecemos na margem leonesa do rio¹⁴.

Uma segunda ideia, que confere validade à generalização a outras regiões de certos preceitos patentes nos foros extensos da região de Ribacoa, reside na constatação de que muitas realidades elementares são comuns à maioria dos espaços concelhios, independentemente da sua localização. Por exemplo, a existência de uma economia de guerra, relacionada com a obtenção de um espólio, que incluía cativos, gado e outros bens móveis, é característica de boa parte do universo municipal do ocidente ibérico. Acresce que, à semelhança dos municípios da região do Còa que receberam foros extensos do rei de Leão, em todos os concelhos, de um modo geral, a organização administrativa correspondia exatamente à organização militar, cujas principais características residiam na existência de uma elite guerreira, coincidente com a elite administrativa, assente na cavalaria-vilã; na presença de um conjunto mais ou menos vasto de tributários, que eram, essencialmente, os peões; na ocasional existência de uma categoria intermédia, a dos besteiros e numa nítida diferenciação de estatuto entre os moradores da vila e os habitantes dos espaços rurais do alfoz, ou aldeias.

Pelas razões aduzidas, os foros extensos de Ribacoa constituem uma fonte de primeira importância para o estudo e compreensão do modo de fazer a guerra e, por conseguinte, dos mecanismos de mobilização e de manutenção do potencial militar, primeiramente das comunidades de fronteira da região ocidental da Meseta a norte do Sistema Central e, por extensão, embora com as reservas adequadas, às comunidades que patenteavam o mesmo tipo de condições de autonomia, de atividades de subsistência e de organização social.

tração visigoda, sem controlo efetivo posterior por parte dos poderes islâmicos, e excêntrico aos eixos principais dos reinos de Portugal e de Leão, no século XII, como “uma fronteira invisível”.

¹³ O Foral de Numão foi outorgado em 1130 por Fernão Mendes, tenente de Bragança e Lampaças e cunhado de D. Afonso Henriques (Leges I, pp. 368-370). Os forais de Trancoso (Leges I, pp. 434-436), Moreira (Moreira de Rei, c. Trancoso, Leges I, pp. 436-440), Marialva (Leges I, pp. 440) e Celorico (Leges I, pp. 444-447), foram todos outorgados, seguindo o paradigma de Numão, por D. Afonso Henriques, entre 1157 e 1169. O primeiro foral de Pinhel é muito breve e foi outorgado pelo prior da ermida de Santa Maria de Riba Paiva, em 1191, por mandado de D. Sancho I (Leges I, pp. 481-482). O foral da Guarda foi outorgado por D. Sancho I em 27 de novembro de 1199 (Leges I, pp. 508-511) e o de Pinhel, pelo mesmo monarca, em 1209 (Leges I, pp. 541-543). O foral de Vila Mendo foi outorgado por D. Sancho II em março de 1229 (Leges I, pp. 610-612).

¹⁴ Efetuamos esta inferência pelas características comuns, quer da população, quer e das atividades económicas em ambas as margens do Còa e pelo princípio de que, a haver grande diferenciação nos costumes, certamente seria detetada a existência de uma força centrípeta, atraindo povoadores para onde as normas fossem mais favoráveis, algo de que não temos nota.

1. O território de Ribacoa



Figura 1: os reinos cristãos à morte de Fernando Magno (1065) e a região de Ribacoa. MONSALVOANTÓN, 2010, p. 100 (adaptado pelo autor).

Estudar o território de Ribacoa no século XII e início da centúria seguinte permite a análise de um espaço com a dupla característica fronteira entre duas entidades cristãs – a leonesa e a portuguesa, em processo de estabelecimento e consolidação – e a extremadura cristã face aos poderes islâmicos, em movimento no sentido sul¹⁵. A região estudada constitui a parte ocidental de um território mais vasto, a norte do Sistema Central, caracterizada por um desenvolvimento próprio e autónomo dos poderes centrais, onde os reis tiveram dificuldade em

¹⁵ Na documentação portuguesa dos séculos XII e XIII deteta-se a tendência para designar por fronteira o espaço confinante com o reino de Leão e por extremo ou extremadura a faixa que separa os poderes cristãos dos islâmicos. Uma das primeiras menções explícitas a fronteira encontra-se no foral de Freixo (c. Freixo de Espada à Cinta), outorgado por D. Afonso Henriques em 1152, carta que dispensa os moradores do serviço de fossado, precisamente “pro que estis in fronteira” (Leges I, p. 379), disposição que se replicou em Urros (c. Torre de Moncorvo), em 1182 (Leges I, p. 424); em Junqueira de Vilariça (c. Torre de Moncorvo), em 1201 (Documentos de D. Sancho I, doc. 137 de 1201, janeiro, 15); e em Santa Cruz (c. Freixo de Espada-à-Cinta), em 1205 (Leges I, p. 601 de 1205, junho, 6). Extremadura é um termo que encontramos, por exemplo, de uma forma muito clara quanto ao seu significado de limite com o Islão, no foral que D. Teresa outorgou a Tavares, em 1114: “tharasia regis adefonsi filia regnantes in portugal et in stremadura colimbria viseo et sena” (Leges I, p. 359 de 1114, março).

penetrar. Com efeito, o seu carácter periférico era uma realidade no período visigodo e na altura do desaparecimento daquele poder, as populações estavam acostumadas ao autogoverno¹⁶. Profundamente ruralizada, não foi alvo de campanhas muçulmanas nem da cobiça cristã durante os séculos seguintes, tendo-se ali desenvolvido sociedades complexas, com algum grau de sofisticação, mas de governo descentralizado e sem pretensões à expansão territorial¹⁷.

Nestas condições, as elites locais definiram-se como dirigentes militares das comunidades, enquadrando uma atividade bélica orientada para a rapina e a obtenção de saque, igualmente capaz de se defender eficazmente contra-ataques externos. Quando os leoneses chegaram, no século XI, as comunidades locais tinham construído lugares centrais fortificados, a partir de onde controlavam os terrenos de pasto, vigiavam as vias de comunicação e defendiam as gentes e o gado face aos ataques de muçulmanos de cristãos de outras paragens¹⁸. O ethos militar daqui resultante está bem patente nos textos dos foros extensos.

Os reis cristãos de Portugal, Leão e Castela disputaram o controlo da região no século XII, através da combinação de vários mecanismos, entre os quais se contam a outorga de forais, com o correspondente estabelecimento de poderes concelhios, a formação de redes episcopais e o incremento da atividade agropecuária¹⁹. No entanto, a implementação deste controlo demorou bastante tempo, num processo marcado por conflitos entre Portugal e Leão, nos reinados de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II do lado português e de Fernando II e Afonso IX, por parte do lado leonês.

Após a morte de Afonso VII de Leão e Castela, Fernando II herdou o reino de Leão e o seu irmão, Sancho III, passou a governar Castela. Este tratou de assegurar a passagem no sentido norte-sul, ao longo da Via da Prata, através da portela ou espaço entre as atuais serras de Candelario e de Gredos²⁰. Fernando II de Leão teve, pois, de procurar uma alternativa mais a ocidente, que pudesse exercer o controlo de uma outra passagem para sul. Encontrou-a em Ciudad Rodrigo, local que não só permitia cumprir essa finalidade, como também contribuía para limitar as ambições de expansão do seu vizinho português em direção a Leste,

¹⁶ MARTÍN VISO, 2005, p. 94.

¹⁷ Os habitantes da região não tinham pretensões à expansão territorial e, no século X, os reinos cristãos também não estavam interessados nela. É o que parece demonstrar o resultado da vitória cristã na batalha de Simancas, em 939, que apesar de ter criado condições para a ocupação cristã da região, esta não veio a acontecer. Um dos indicadores de que as populações da região atravessaram inúmeras gerações em completa autonomia é o facto de as fontes islâmicas não mencionarem o território como estando sob o domínio dos poderes cristãos até ao século X e, após essa data, o controlo cristão exercido era muito ténue, mais nominal do que efetivo (JUSTO SÁNCHEZ, 2018, pp. 48-49). Não sendo a condição de autogoverno um exclusivo desta região é, no entanto, um dos territórios em que mais perdurou, entre o século VIII e o XII (MARTÍN VISO, 2005, p. 113).

¹⁸ JUSTO SÁNCHEZ, 2018, p. 50.

¹⁹ MARTÍN VISO, 2005, p. 114.

²⁰ Onde posteriormente, em 1208, Afonso VIII de Castela viria a fundar a cidade de Béjar.

tendo estabelecido o município em 1161 e iniciado de imediato a construção das suas muralhas²¹.

A partir desta altura acentuou-se a diferença entre o modo de atuação dos poderes centrais de ambos os reinos relativamente à região, com impacto nos modelos de povoamento. Do lado português, na margem esquerda do Côa, a opção foi o estabelecimento de pequenos núcleos populacionais com normativo simples e idêntico, de modo a não criar discrepâncias que levassem as populações a fluir para onde a lei lhes fosse mais favorável. Do lado leonês, a fundação de Ciudad Rodrigo correspondeu ao modelo utilizado na meseta castelhana-leonesa, de criação de núcleos urbanos mais espaçados entre si, embora dotados de todas as condições para se desenvolverem autonomamente²². Face a isto, a fundação de Pinhel, entre 1189 e 1191, constituiu, pela parte portuguesa, o estabelecimento de um núcleo populacional capaz de disputar influência na região com o concelho leonês²³.

Ignacio de La Torre propõe que a opção pela outorga de forais breves do lado português (e não de foros extensos) tenha residido no caráter de urgência do estabelecimento das comunidades da margem esquerda em reação ao novo centro polarizador da região, Ciudad Rodrigo²⁴. Por um lado, a possibilidade dos forais de Trancoso, Celorico, Marialva e Moreira de Rei terem sido outorgados em datas muito próximas, todas entre 1157 e 1169, sugere urgência no povoamento. Por outro lado, à exceção dos já mencionados fragmentos do foro extenso de Coimbra, que datam de 1145, não conhecemos nenhum outro documento dessa natureza passado a escrito em Portugal antes de 1254, pelo que a outorga dos referidos forais em vez da atribuição de foros extensos pode residir, simplesmente, na coerência com o que estava em uso no reino português.

Em ambos os casos, a reabilitação de antigas comunidades, o estabelecimento de novas e a realocação de outras desencadeou um repovoamento da região e, embora não possamos identificar diferenças entre os dois reinos na proveniência dos novos colonizadores, identificam-se galegos, asturianos, portugueses, francos, mouros e moçárabes. Quer os forais portugueses, quer os foros leoneses, incentivaram a fixação de moradores em busca de asilo, concedendo-lhes privilégios²⁵.

As condições apresentadas transformaram a região, na segunda metade do século XII e no início do século XIII, numa zona de fricção bastante acentuada entre os reinos de Portugal e de Leão. No panorama leonês, a elevação de Ciudad Rodrigo a concelho começou por causar incómodo à elite concelhia salmantina,

²¹ DE LA TORRE, 1998, pp. 783-784.

²² Ciudad Rodrigo estava inserta no alfoz de Salamanca desde 1136, data em que Afonso VII tinha vendido o lugar aos cavaleiros daquela cidade (MARTÍN VISO, 2007, pp. 200-201).

²³ BARROCA, 2008-2009, p. 230.

²⁴ DE LA TORRE, 1998, p. 799.

²⁵ DE LA TORRE, 1998, p. 794.

uma vez que esta viu parte do seu alfoz retirado. A tensão foi de tal ordem que, em 1162, os cavaleiros de Salamanca decidiram marchar sobre a cidade refundada, para lhe derrubar as muralhas, tendo sido derrotados na batalha de Valmuza, perto da atual Salvaterra de Tormes.

Por seu turno, do lado português, D. Afonso Henriques procurou estender a sua soberania sobre a zona, apoiando-se e apoiando os mesmos cavaleiros de Salamanca, a partir de 1163. Nesse ano, depois de ter ocupado a cidade do Tormes durante algum tempo, acabou derrotado na batalha dos Campos de Argañara²⁶. Mais tarde, em 1179, D. Sancho, ainda infante, atacou Ciudad Rodrigo e combateu na batalha do Arganal²⁷. Posteriormente, em 1198 ou 1199, a região foi palco de pelo menos uma campanha, onde se devem ter inserido a lide de Ervas Tenras²⁸, a “hoste de Pinhel”²⁹ e um ataque do rei D. Sancho I a Ciudad Rodrigo³⁰. Contudo, não foram só os poderes cristãos que disputaram o controlo da zona, pois, em 1174, a cidade do Águeda foi cercada pelas tropas almóadas, que a consideravam núcleo de primeira ordem³¹.

A situação estratégica gerada fomentou a “guerra de posição”, materializada pelo esforço de fortificação cristã, de parte a parte. Do lado português, sabemos que o castelo de Pinhel estava a ser edificado em 1209, uma vez que o foral alude aos trabalhos³². O castelo da vila de Touro³³, construído pelos templários a partir de 1215 ou 1220 motivou, pela parte leonesa, a reocupação de Caria-Talaia ou Caria-Atalaia, que tinha sido abandonada no período altomedieval³⁴. Do lado leonês, a transferência da população do Sabugal Velho (ou Abaroncinos) para o atual Sabugal, ordenada por Afonso IX³⁵, motivou o reforço de povoamento – e consequente defesa – de Sortelha, resposta de D. Sancho II de Portugal³⁶.

Como se pode depreender, a combinação de um substrato social com condições quer para a autodefesa, quer para a execução de operações ofensivas, com um ambiente de conflitualidade recorrente, por certo teve reflexo nos hábitos das populações e, por conseguinte, influenciou os costumes e tradições guerreiras,

²⁶ MATTOSO, 2007, p. 294.

²⁷ Chronicon Mundi, p. 404; De Rebus Hispaniae, p. 292.

²⁸ Livro do Deão, 1M3; BARROCA, 2003, pp. 52-53.

²⁹ Inquisitiones, pp. 519b, 199b, 791b, 797a, 798a, 816b, 829b, 888a, 1211a, 1256b, 1381a e b.

³⁰ BARROCA, 2003, pp. 52-53.

³¹ MARTÍN VISO, 2007, pp. 202.

³² Leges I, pp. 541-543 de 1209, setembro.

³³ OSÓRIO, 2010, p. 73. O foral da vila de Touro foi outorgado pelo mestre templário Pedro Alvites, em 1220 e contém uma expressão que pode indicar a intenção de edificação do castelo ou uma construção já em curso: “et faciat domino magistro suo castelo...” (Leges I, p. 587).

³⁴ OSÓRIO, 2010, p. 73.

³⁵ MARTÍN VISO, 2005, p. 109.

³⁶ Leges I, p. 608 de 1228-29. O castelo é anterior a 1220 pois, nessa data, já tinha alcaide (BARROCA, 2008-2009, p. 229).

bem como os mecanismos de mobilização e de manutenção do potencial militar das comunidades. São esses aspetos que nos propomos analisar de seguida.

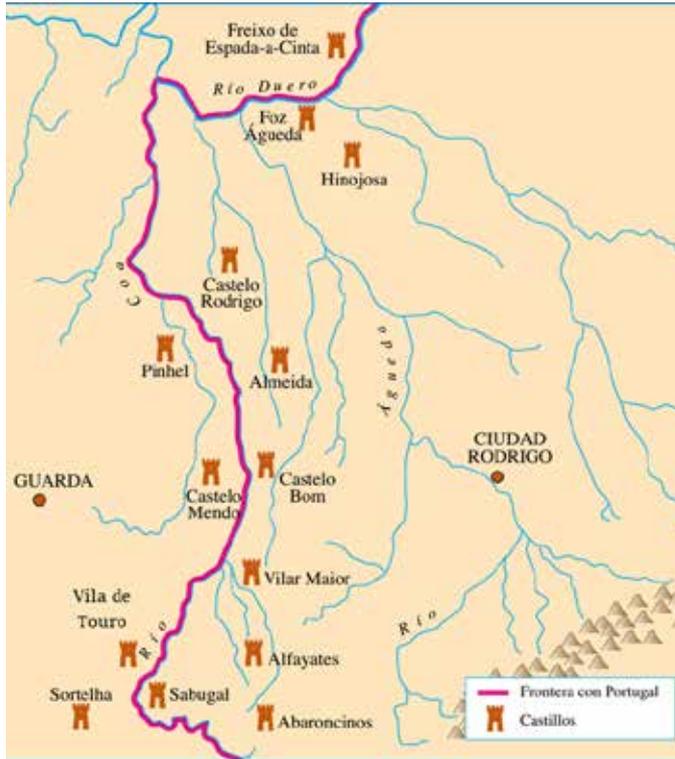


Figura 2: fortificação em Ribacoa no reinado de Afonso IX de Leão (1188-1230). MONSALVO ANTÓN, 2010, p. 136 (adaptado pelo autor).

2. O tecido social em Ribacoa

A primeira distinção social em Ribacoa era entre os cristãos e os não-cristãos, englobando este grupo os muçulmanos e os judeus. Entre os cristãos, distinguíam-se, de um modo geral, os guerreiros dos produtores, inserindo-se os primeiros no grupo dos cavaleiros e os segundos no dos homens livres – agricultores, artesãos ou mercadores. Abaixo destas categorias, existiam os dependentes ou aportelados, que trabalhavam para um senhor. Havia, no entanto, outro tipo de distinção entre os moradores, fossem eles cavaleiros ou peões: os habitantes da vila, que eram designados por vizinhos e os da área rural do alfoz, designados por aldeãos³⁷. Estas distinções adquiriam certamente grande relevância, tanto mais que a presença da nobreza era muito ténue na região. Nos foros, o rei e o rico-homem são mencionados, em muito poucos preceitos³⁸. Todavia, os dominos

³⁷ SANTOS, 2018, pp. 48-49.

³⁸ Por exemplo “Rico omme que a vila touer” (FCR, p.116; FCM, p. 100; FCB, p. 789).

e os seniores, referidos com muito mais frequência, devem corresponder aos proprietários das cabanas ou rebanhos, e é natural que fosse deste modo, uma vez que nos encontramos no domínio do direito municipal, um mundo onde a nobreza dificilmente penetrava.

A elite concelhia era, portanto, a cavalaria-vilá, sendo esse grupo, aliás, o destinatário dos foros. Em relação a este assunto, em Portugal, a historiografia consagrou o termo “cavaleiro-vilão” para designar o combatente a cavalo não-nobre, mas em Ribacoa existia uma distinção clara entre um cavaleiro-vilão e um “cavaleiro-aldeão”. Os vilãos eram vizinhos, ou seja, habitantes da vila e ali tinham casas onde habitavam com os seus dependentes. Podiam aceder ao governo municipal, participar no concelho e demais assembleias, desempenhar cargos públicos e era sobre eles que impendiam os deveres militares. Os aldeãos habitavam nas áreas rurais do alfoz. A diferença de estatuto era de tal ordem que quem derrubasse um vilão da sua montada onerava numa multa de dez morabitanos, ao passo que quem descavalgasse um aldeão estava sujeito a pagar somente dois morabitanos³⁹.

A capacidade de sobrevivência do concelho dependia da eficácia militar da sua milícia, primeiramente em operações de vigilância do alfoz e de defesa em caso de agressão efetiva e, em segundo lugar, em expedições ofensivas, uma vez que a captura de espólios de guerra era um dos pilares da economia da região. A motivação para o serviço militar com cavalo e armas era, certamente, potenciada pela própria atividade ganadeira, onde cada cabana, ou seja, cada criador de gado, dispunha dos seus pastores-cavaleiros. Estes, designados por cavaleiros de rafala, eram pagos para acompanhar e proteger os rebanhos, função que adquiria especial importância nas alturas do ano em que o gado era apascentado a sul do Maciço Central, mais exposto às incursões muçulmanas. Se, na época, era comum a elevação dos peões ao estatuto de cavaleiros por via das posses em quase todo o ocidente peninsular, no Ribacoa esta ascensão tinha, certamente, uma motivação adicional, por via da atividade económica predominante. Em Castelo Bom, quem possuísse riqueza avaliada em 300 morabitanos ou mais, tinha obrigação de ser cavaleiro⁴⁰.

Concomitante com as distinções sociais que temos vindo a descrever, existia uma outra, que consistia no estatuto de “escusado”, algo que não foi, até agora, possível compreender em toda a sua extensão no contexto dos foros. Saber definir com precisão esta condição equivaleria a obter a chave de leitura para uma parte significativa das obrigações militares. É que se alguns autores, como João Marinho dos Santos, não hesitam em afirmar que um “escusado” é um indivíduo eximido de obrigações económico-financeiras⁴¹, outros, como Mário

³⁹ FCB, p. 750.

⁴⁰ SANTOS, 2018, p. 57.

⁴¹ SANTOS, 2018, p. 58. Nos foros de Ribacoa esta assunção pode ser colocada de lado, uma vez que alguns preceitos são explícitos quanto ao facto de “posteiros”, ou seja, pagadores de impostos,

Viana, optam por um sentido diretamente relacionado com a prática da guerra, em que os dependentes ou aportelados poderiam ser “escusados” de participar nas expedições se isso não conviesse aos seus amos, linha de pensamento com a qual concordamos⁴².

Com efeito, um escusado podia sê-lo de forma permanente, como o eram os clérigos ou os ferreiros, embora estes últimos só o fossem mediante determinadas condições⁴³, ou ainda a título excepcional, como nos casos dos viúvos e dos maridos que tivessem as suas mulheres ou os seus cavalos doentes quinze dias antes de serem convocados para as campanhas⁴⁴. Também estavam dispensados os que tivessem perdido o cavalo em combate e ainda não tivesse decorrido o prazo previsto de um ano para o reaverem. Havia, ainda os que eram escusados por opção dos seus amos. Em todo o caso, quem podendo fazê-lo, fosse dispensado de participar no fossado ou no apelido, também não era considerado para desempenhar cargos públicos ou como interveniente em assuntos judiciais⁴⁵.

Estes escusados podiam, no entanto, ser conduzidos para a guerra e, quando o eram, desempenhavam, maioritariamente, funções de auxiliares das entidades que os levavam. É verdade que os foros previam a distinção entre “cavaleiros escusados” e “peões escusados”⁴⁶, embora o facto de entre os escusados haver cavaleiros não signifique que estes não viessem a combater – ainda que a isso não estivessem obrigados. Sobre este assunto, sem pretender dar uma resposta definitiva, mas observando a questão na perspetiva militar, os foros fornecem algumas pistas que não são de desprezar. Nos costumes de Alfiates e de Castelo Bom, o preceito “De quin leuarit tienda redonda” especifica que os escusados eram aldeãos e que, se fossem da vila, não seriam escusados⁴⁷. Nos foros de Castelo Melhor, o preceito “Qui ouer ualia e non toueier cauallo” estatui que quem entregar o seu cavalo a outro para se eximir da ida em apelido, terá a cauda do animal cortada “si da vila fore”, ou seja, se se tratar de um cavaleiro da vila. Por exclusão, podemos depreender que a pena não se aplicava a um aldeão o que, por esta via, significa, no mínimo, que a fuga ao apelido por parte de um aldeão não era tão grave como de um vilão, provavelmente pelo facto de o

moradores e lavradores em herdades de senhores, poderem ser dispensados, ou seja, escusados de fossado e apelido (FCM, p. 71), ou seja, estamos perante um caso de indivíduos escusados de serviço militar, mas não escusados de impostos.

⁴² VIANA, 2020, pp. 158-159.

⁴³ Para serem “escusados”, os ferreiros da vila tinham de produzir um mínimo de 30 relhas de arado até à festa de São Cipriano, 16 de setembro, ao passo que aos das aldeias bastava produzir 15 até à mesma data (FCB, p. 757, FA, p. 803, FCM, p. 79).

⁴⁴ Em Castelo Bom, a dispensa por ter mulher doente vigorava durante o tempo da doença, até à cura ou morte (FCB, p. 776).

⁴⁵ FCR, p. 114; FCM, p. 98.

⁴⁶ “...leuet I escusado cauallero (...) et quin leuar elmo cum brofuneras aia I escusado peon” (FCB, p. 765).

⁴⁷ FCB, p. 765; FA, p. 811.

primeiro ser “escusado”⁴⁸. Estamos perante indícios de que, naqueles municípios, os verdadeiros guerreiros eram os cavaleiros da vila, enquanto cavaleiros e peões do espaço rural do alfoz serviriam de elementos de apoio e, embora o pudessem fazer, não se esperava que combatessem.

É natural que os cavaleiros e peões da vila, por habitarem no único local de ambiente urbano do concelho e, por essa razão, terem condições para desenvolver laços de solidariedade, que certamente incluíam rituais de investidura⁴⁹, e ainda por deterem um estatuto de superioridade em relação aos rústicos do alfoz, fossem considerados os guerreiros por excelência. No entanto, após as operações, quer os vilãos, quer os “aldeãos” que tivessem participado, tinham direito ao seu quinhão dos esbulhos, sem diferenças nas regras de repartição⁵⁰. Esta equidade pode residir no facto das operações ofensivas, que normalmente implicavam a entrada em território inimigo, exporem aos mesmos perigos tanto escusados como não-escusados.

3. A mobilização e a manutenção do potencial militar em Ribacoa

O serviço militar nos concelhos de Ribacoa era indissociável da condição de morador. Por conseguinte, todos estavam abrangidos, em primeiro lugar nas ações defensivas e, em segundo lugar, nas expedições ofensivas. O morador passava a dar o seu contributo militar aos 15 anos⁵¹, idade associada ao momento a partir do qual um indivíduo passava a ser tributável.

O serviço defensivo, nomeadamente o apelido, era extensivo a todos os moradores, com muitas poucas isenções, esperando-se que o cavaleiro acudisse trotando e peão correndo. Quando possível, o chamamento para a defesa da terra era efetuado por intermédio do brado de “às armas”, que não devia ser proferido senão em casos verdadeiramente válidos, pois os costumes penalizavam quem difundisse falsos alarmes⁵². Os foros de Salamanca explicitam que, na sequência de apelido lançado por roubo de gado, os pastores e os aldeãos tinham de participar na perseguição e combate aos ladrões⁵³. Apesar de os foros extensos de Ribacoa serem omissos a este respeito, é possível que fosse esperado um

⁴⁸ FCM, p. 106.

⁴⁹ Cf. OLIVEIRA, 2005, p. 6.

⁵⁰ “Et los de castel bono aut de suo termino qui acertauerit in ipso fosado aut in ipsa azaria de la sua parte lo dent isto” (FCB, p. 765).

⁵¹ Idade vigente em quase todos os municípios leoneses (SANTOS, 2018, p. 55) que não devia ser diferente nos portugueses, como se depreende pelo foral de Junqueira da Vilarça (c. Torre de Moncorvo), que é explícito em relação aos 15 anos como a idade em que o indivíduo passava a ser tributável (Documentos de D. Sancho I, doc. 137, p. 210 de 1201, janeiro, 15).

⁵² FCB, p. 752; FA, p. 796; FCR, p. 49; FCM, p. 44.

⁵³ J. RUANO, 1870, pp. 61, título CCVII. É bastante elucidativo que este título do Fuero de Salamanca seja designado por “De apelido de estremo”, ou seja, da estremadura ou faixa de fronteira com os inimigos da Fé.

comportamento semelhante nestes concelhos. Em todo o caso, estatuem que as aldeias que não respondessem ao apelido estavam obrigadas a uma multa coletiva de cem morabitinos⁵⁴. Caso se tratasse de uma recusa individual, cortava-se a cauda da montada do cavaleiro e a barba do peão, de modo análogo ao que ocorria por falta às operações ofensivas⁵⁵.

Quanto a estas expedições de ataque a objetivos afastados, talvez estejamos perante um indicador de que, na altura da passagem a escrito dos costumes, se estivesse a assistir à alteração do paradigma nas comunidades de Ribacoa, pois verificamos que alguns textos contemplam, em simultâneo, um preceito dedicado ao “foro antigo de cavalgada”⁵⁶ e um outro que estatui o fossado e a azaria, ou seja, denunciando-as como um novo tipo de operações. É possível que o foro antigo dissesse respeito aos costumes locais e que o novo foro correspondesse à intenção do rei, que não podemos saber se acabou concretizada. Em todo o caso, os preceitos de ambos parecem ser complementares, uma vez que o foro novo se sobrepõe muito pouco ao antigo. Contempla, antes, aspetos não mencionados anteriormente, como a alteração das regras de distribuição do saque em função do número de cavaleiros que participassem na operação⁵⁷.

Antes do desencadeamento de qualquer expedição, era necessária a obtenção de informações que permitissem o planeamento e preparação. Esse serviço era desempenhado pelos atalaieiros, guerreiros que eram posteriormente recompensados com a possibilidade de serem os primeiros a escolher o quinhão

⁵⁴ Em Castelo Rodrigo e em Castelo Melhor, a multa coletiva para a aldeia que resistisse à ordem de um alcaide, incluindo ao chamamento para apelido, estava estatuída em cem morabitinos (FCR, p.51 ; FCM, p.45). Os foros de Castelo Bom referem a infração de desobediência ao alcaide de toda uma aldeia, mas não a relacionam com o apelido. Cremos, no entanto, por comparação com os preceitos análogos relativos a Castelo Rodrigo e a Castelo Melhor, que é verosímil que a coima coletiva fosse, igualmente, de 100 morabitinos, para uma falta ao chamado defensivo (FCB, p. 776). Os foros de Alfaiates são os que registam o preceito mais explícito, referindo expressamente que a multa coletiva a uma aldeia que faltasse ao apelido era de 80 (?) morabitinos (FA, p. 839).

⁵⁵FCB, p. 782; FA, p. 819.

⁵⁶ Expressamente, com a designação de “foro velho de cavalgada”: FCR, p. 110; FCM, p. 94. Com a designação de “Foro de Cavalgada”, cujo texto principia por “Esto es foro de cavalgada per que sempre caualgaron los adaliles...”, que coexiste com um outro artigo, intitulado “De fosado et de azaria”, parecendo este constituir uma atualização normativa posterior, veja-se FCB, p. 757. Nos foros de Alfaiates não ocorre nenhum preceito que aluda a costumes mais antigos relacionados com expedições ofensivas, encontrando-se, somente, a disposição relativa ao fossado e à azaria (FA, p. 811).

⁵⁷ Pequenas expedições, até 10 cavaleiros, deviam meia “ração” a Santa Maria, ao passo que efetivos superiores pagavam ração inteira. Também se estabeleciam regras específicas para fossados com menos de 50 cavaleiros, entre 50 e 100 cavaleiros e mais de 100, cada configuração obedecendo a um modelo de distribuição do espólio algo diferente. Fossados com mais de uma centena de cavaleiros deviam ser comandados por dois adais e não só por um (FCB, p. 765; FA, p. 811; FCR, pp. 120-121; FCM, p. 104).

dos esbulhos, sendo as parcelas remanescentes, depois de quantificadas e divididas pelos alcaides⁵⁸, sorteadas entre os restantes combatentes⁵⁹.

Ao contrário de outros espaços, onde o rei tinha de intervir fornecendo armas, montadas e até mesmo serviços militares⁶⁰, as comunidades de Ribacoa eram perfeitamente autossuficientes, devendo o armamento ser de produção local. Embora existisse, o ferro não abundava, devendo ser pouco mais do que suficiente para as necessidades de consumo, incluindo alfaias agrícolas e armas⁶¹. Como já mencionado, os foros dão um lugar de destaque aos ferreiros, isentando-os de qualquer tributo, desde que produzissem determinado número de ferramentas num ano. Esta exiguidade material tornava a preservação de equipamento militar de tal modo importante que, nos foros de Alfaiates, a sua venda a alguém exterior à comunidade incorria na pesada coima de 20 morabitanos⁶².

Os cavaleiros-vilãos recebiam tanto mais privilégios e incentivos quanto maior fosse a capacidade militar, traduzida, nos preceitos legais, pela qualidade do equipamento e armamento utilizado. Nos foros de Alfaiates e de Castelo Bom verificamos que os guerreiros mais bem equipados tinham direito a um maior espólio, no final de uma operação⁶³. Premiava-se deste modo o investimento na ação guerreira, considerando-se que um melhor equipamento correspondia a

⁵⁸ Os alcaides de concelho eram magistrados eleitos de entre os cavaleiros-vilãos, com funções governativas, administrativas, militares e legislativas, exercendo funções em concomitância com o juiz. Em Salamanca chegaram a ser seis e sete em simultâneo (SANTOS, 2018, p. 73). O alcaide, no contexto da região de Ribacoa, não deve ser confundido com o alcaide, nobre com função essencialmente militar, normalmente um rico-homem, que era o mais elevado representante régio junto do município ou da terra-chã. Pelo menos até à primeira metade do século XIII, nos municípios sobre os quais nos debruçamos, não parecem ter existido alcaides.

⁵⁹ De modo diverso do que encontramos em outros locais, pelo menos em Castelo Melhor, a repartição do saque obtido não cabia aos quadrilheiros, mas sim aos alcaides e, na ausência destes, aos adaís (FCM, p. 95).

⁶⁰ Em certas regiões, a capacidade militar era de tal modo limitada que o rei tinha de intervir em apoio dos moradores, conferindo-lhes melhores condições de defesa. Por exemplo, em 1162 D. Afonso Henriques forneceu armas a todos os moradores de Mós (c. Freixo de Espada-à-Cinta), cavaleiros e peões, de modo a que pudessem defender o castelo (Leges I, p. 391). Um outro modo de apoio régio era o fornecimento de certos serviços militares, como ocorreu em Leiria, logo após a restauração do castelo, em 1142, altura em que o monarca se comprometeu a guarnecer as atalaias durante metade do primeiro ano após a outorga do foral (Leges I, p. 376). Havia ainda casos mais críticos, cuja falta de efetivo militar levava o rei a fixar cavaleiros ao território por intermédio de concessão de cavalarias de herdade, ou seja, préstamos em troca de serviço militar pessoal, como podemos observar, por exemplo, na região de Penalva do Castelo, onde se deteta uma incidência invulgar deste tipo de solução (Inquisitiones, pp. 802b e 803a) ou em torno de Santarém, onde Mário Viana identificou, entre 1167 e 1239, seis transmissões de património envolvendo cavalarias (VIANA, 2005, pp. 580, n.12 e pp. 592-593).

⁶¹ CASTRO, 1984, p. 566; GOMES, 1996, p. 476; DUARTE, 1996, p. 100.

⁶² FA, p. 838.

⁶³ FCB, pp. 757-758; FA, p. 829.

mais possibilidades de um bom contributo militar.

Relativamente a um outro tipo de combatentes, é quase certo que os besteiros não eram tidos como uma categoria social diferenciada, mas somente guerreiros com uma valência especial. Os textos aludem a eles unicamente no preceito dedicado ao foro antigo de cavalgada, não dedicando nenhuma outra passagem a detalhar a sua condição. Adicionalmente, a normativa estabelece que para ser besteiro, o morador deveria possuir uma besta com duas cordas, uma antecorda e 60 virotes, podendo ser cavaleiro ou peão. Esta, sim, era a condição que materializava a porção relativa de despojos a que tinha direito⁶⁴.

No que aos espólios diz respeito, o saque era contabilizado em avorerias ou rações. Uma ração equivalia a quatro morabitanos, moeda metálica que, apesar de escassear materialmente, não deixava de servir de referência para as transações de bens. Parte do obtido era entregue ao clero, sendo que fossados com efetivos inferiores a dez cavaleiros deviam meia ração a Santa Maria, até 50 cavaleiros uma ração completa e um efetivo superior devia pagar duas rações⁶⁵.

Os guerreiros de Ribacoa beneficiavam de uma espécie de “seguro de vida”, que garantia o recebimento de uma recompensa tanto mais avultada quanto a gravidade dos ferimentos sofridos, de quatro morabitanos por uma ferida que trespassasse o corpo ou quebrasse ossos da cabeça e de dois morabitanos por feridas simples⁶⁶. A perda de um membro, que provavelmente determinaria incapacidade permanente, era compensada com a enorme quantia de 20 morabitanos, que devia ser suficiente para que o indivíduo e a família pudessem sustentar-se por longo tempo. Se o cavaleiro tivesse sido capturado pelo inimigo, a sua família receberia o melhor muçulmano que tivesse sido feito cativo na operação ou, em alternativa, o melhor equídeo que os familiares escolhessem.

A coragem e bravura em combate eram igualmente recompensadas. Neste âmbito, um cavaleiro que se batesse, em batalha campal ou na defesa do castelo, de um para um, contra um cavaleiro inimigo, à vista de todos, e o derrubasse, ganhava o direito a receber todo o espólio do adversário caído. Se o mesmo ocorresse no contexto de uma perseguição ou de um recontro ocasional, o vencedor poderia escolher para si o melhor objeto transportado, quer pelo cavaleiro, quer pelo cavalo. Claramente reveladora do espírito bélico que os foros procuravam incentivar era a recompensa pela captura da cabeça de um adail muçulmano, que valia, de imediato, 10 morabitanos para aquele que o conseguisse, de acordo com os costumes de Castelo Bom⁶⁷.

⁶⁴ FCB, p. 758. Os besteiros não são referidos para nenhuns outros propósitos, denunciando que não constituem uma categoria social diferenciada. Tudo nos textos aponta para uma designação exclusivamente funcional, relacionada com a sua especialidade de atiradores.

⁶⁵ FCB, p. 765; FA, p. 811; FCR, pp. 120-121; FCM, p. 104.

⁶⁶ Todas as feridas que sarassem antes da repartição dos esbulhos não eram consideradas (FCB, p. 758; FCM, p. 95).

⁶⁷ FCB, p. 766.

Os cavalos perdidos numa operação ofensiva eram substituídos, dentro do possível, por animais capturados ao inimigo. Se, de uma cavalgada, não resultasse a obtenção de um espólio, cabia ao concelho a compensação ao cavaleiro, pagando-lhe o mesmo preço pelo qual aquele tinha adquirido a montada, até um máximo de 300 morabitanos⁶⁸. Os cavaleiros de rafala que perdessem o seu cavalo no decorrer das atividades de escolta ganadeira, podiam vê-la restituída a partir do gado conduzido. Isto talvez queira dizer que o proprietário da cabana deveria pagar em cabeças de outro tipo de gado o preço equivalente ao cavalo, ou então que restituía o cavalo perdido por outro, da sua criação. Nos casos em que a perda da montada ocorria no contexto de um apelido, se esta tivesse sido adquirida há menos de um ano, competia ao concelho restituir todo o valor pelo qual o animal fora adquirido; caso a aquisição remontasse a mais de um ano, o concelho pagaria 300 morabitanos⁶⁹.

A organização da milícia municipal era efetuada com base em pequenas unidades de cavaleiros ou de peões, cujos elementos constituintes eram designados por “companheiros de pão”. Estas células eram, por certo, os pilares em que assentava todo o espírito de corpo e coesão das milícias, sendo isto evidente nos foros através dos preceitos que responsabilizam todos os “companheiros de pão” pela falta ou infração de um só dos seus elementos, bem como os incumbem de tomar decisões coletivas em apoio das famílias dos cavaleiros mortos ou capturados. Por exemplo, se um cavaleiro traísse o grupo, fugindo com um cavalo, competia aos seus companheiros de pão pagá-lo, quer obtivessem espólio, quer não⁷⁰. Competia, igualmente, aos companheiros de pão de um cavaleiro capturado, escolherem o melhor “mouro ou moura” cativos para entregarem à família do desventurado, à laia de compensação⁷¹.

Várias “companhias de pão” eram agrupadas numa “quadriela” que, se fosse de cavaleiros, era comandada por um adail e se fosse de peões, comandada por um quadrilheiro. Quando em operações ofensivas, a peonagem tinha como missões permanecer no arraial ou zaga a proteger o saque que ia sendo capturado pelas algaras de cavaleiros, guardar os cavalos que aí permanecessem estacionados e organizar a evacuação dos feridos⁷². O comando das operações cabia aos alcaides, podendo ascender estes até um máximo de quatro, caso o número de cavaleiros o justificasse, uma vez que o concelho só previa o pagamento de quatro soldadas quando em fossado ou azaria⁷³.

Num território cujo contexto guerreiro era incentivado, havia o risco do

⁶⁸ FCB, p. 757; FCR, p. 110; FCM; p. 94.

⁶⁹ FCB, p. 764.

⁷⁰ FCM, p. 94; FCR, p. 110;

⁷¹ FCB, p. 765. Cativo muçulmano que podia, por exemplo, ser utilizado como troca, para resgate do familiar capturado.

⁷² TAVARES, 2013, p. 41.

⁷³ FCB, p. 786; FCR, p. 114; FCM, p. 98.

surgimento de grupos armados que atuassem por conta própria, pelo que os foros são bastante duros, considerando traidores os que “fizessem bando fora do corpo do rei”, castigando-os com o derrube das suas casas, o despojamento de todos os haveres e, como consequência, certamente que a expulsão do concelho⁷⁴.

Castelo Bom, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e Alfaiates eram pequenos concelhos, sendo este um dos fatores que tornam difícil a resposta à questão dos efetivos possíveis de mobilizar. Todos os quatro foros se referem a expedições de 10, 50 e 100 ou mais cavaleiros, embora isto não signifique que cada uma das comunidades conseguisse mobilizar uma centena ou mais⁷⁵. As duas principais razões que concorrem para esta inferência são o facto de os foros serem decalcados de costumes de cidades grandes, como Salamanca ou Ciudad Rodrigo que, essas sim, deveriam conseguir alcançar esses números; e o facto dos textos de forais ou de foros outorgados a comunidades que se pretendia desenvolver, expressarem frequentemente a intenção do outorgante e não necessariamente a materialização real do explicitado. Acresce, ainda, que a distribuição dos cavaleiros de rafala pelos diferentes rebanhos ou cabanas, que muitas vezes pastavam bastante afastados da vila, devia contribuir para que fosse ainda mais reduzido o efetivo disponível para mobilização imediata⁷⁶.

No entanto, a ordem de grandeza de 50 cavaleiros pode ser tomada como indicadora da diferença entre uma expedição de pequena e uma expedição de grande envergadura, número muito próximo do que ocorre em alguns forais portugueses, cujo efetivo que diferencia as regras de distribuição do espólio é de 60 cavaleiros⁷⁷. Naturalmente que, por serem mais abrangentes e inclusivas, as ações defensivas deviam integrar mais cavaleiros do que as ofensivas.

De um modo geral, aceita-se que nas operações militares ofensivas ibéricas a proporção entre tipologias de combatentes seria em torno de um cavaleiro para cada dois peões, podendo ascender para 1:2,5 ou descer a 1:1⁷⁸. Podemos deduzir que em Ribacoa a proporcionalidade seria semelhante, através do número de peões escusados que cada cavaleiro devia levar. Veja-se que nos foros de Castelo Bom, um cavaleiro que tivesse uma tenda de 20 cordas tinha a opção de se fazer acompanhar por dois cavaleiros escusados ou por quatro peões⁷⁹. Esta norma sugere que na conceção mental dos contemporâneos, para efeitos de proporcionalidade, um cavaleiro devia equivaler a dois peões.

⁷⁴ FCM, p. 26; FCB, p. 745; FCR, p. 43; VIANA, 2020, p. 153.

⁷⁵ FCM, p. 104; FCB, p. 765; FCR, p. 120, FA, p. 811.

⁷⁶ De qualquer modo, devia ser possível, pelo menos em alguns casos, a mobilização de mais de uma centena de cavaleiros. Uma disposição sugestiva nos Foros de Castelo Melhor, determina que em expedições com menos de cem cavaleiros, o quinhão do espólio que competia aos cavaleiros mais bem equipados era de meia-ração e, acima da centena, de uma ração inteira (FCM, p. 101).

⁷⁷ Vejam-se os forais de Santarém, Lisboa e Coimbra, de 1179 (Leges I, pp. 408, 414 e 417).

⁷⁸ GARCÍA FITZ, 1998, p. 142.

⁷⁹ FCB, p. 765. Os foros de Alfaiates expressam a mesma proporcionalidade (FA, p. 811). Os de Castelo Melhor e de Castelo Rodrigo não fazem menção a este assunto.

Conclusões

Os foros extensos de Ribacoa são fontes incontornáveis para o estudo da guerra nos séculos XII e XIII, claramente no que respeita à Beira Interior portuguesa e meseta castelhano-leonesa, embora com possibilidade de extrapolação de alguns fatores para outros espaços. No âmbito suprarregional, permitem iluminação recíproca: com os devidos cuidados, podemos testar o que sabemos para Ribacoa em outros espaços e, em sentido inverso, podemos verificar se alguns aspetos que conhecemos para outras regiões nos ajudam a decifrar aspetos menos claros dos foros.

Tendo permanecido muitas gerações sem um enquadramento administrativo central e beneficiando de um modelo económico próprio, relacionado com as condições do meio físico, as populações desenvolveram um modelo militar eficaz e compatível com o seu modo de vida, que não só permitia a defesa efetiva das comunidades, como promovia uma economia de guerra bastante ativa. Para obter resultados verdadeiramente remuneradores, as expedições ofensivas desencadeadas por estes concelhos tinham uma autonomia considerável, como o comprovam os serviços dos atalaeiros, que podiam efetuar reconhecimentos a sul do rio Tejo, cobrindo distâncias superiores a 150 quilómetros.

A mobilização para emergências defensivas estava pensada para decorrer de modo muito rápido e organizado. Apesar de não serem explicitados nos foros, os locais de reunião das forças deviam ser do conhecimento de todos. Só assim se compreende que os cavaleiros saíssem trotando e os peões correndo, pois certamente cada um sabia exatamente onde era esperado. As expedições ofensivas eram preparadas cuidadosamente e existem indícios de um sistema de subunidades constituídas, com as respetivas cadeias de comando, que devia ter algum grau de permanência. Neste âmbito, inclinamo-nos para colocar como hipótese verosímil os companheiros de pão constituírem grupos coesos, comungando de aspetos como a bravura e honra coletivas, talvez associados aos grupos de rafala, ao serviço de uma mesma cabana.

Tendo analisado as principais disposições normativas dos foros extensos relacionadas com mobilização e recrutamento militares, podemos afirmar que a região beneficiava de mecanismos de geração, preservação e manutenção de potencial militar muito eficazes. Apesar de regulamentarem muitos outros aspetos da vida comunitária, os foros extensos detalham exaustivamente a atividade militar, conferindo uma dinâmica enformadora da sociedade que vai muito para além da relação direta entre a categoria social e a função bélica. Nos concelhos em apreço, desenvolveu-se um ethos guerreiro de tal modo profundo que enaltecia a coragem e bravura na guerra, compensando-a quer diretamente, por intermédio das regras de repartição dos espólios, quer indiretamente, neste caso através do benefício dos parentes diretos do combatente. Em contrapartida, do mesmo modo que os valores guerreiros eram recompensados, a sua ausência

era penalizada. Na sequência da quebra de um preceito militar relevante, mais do que a coima que pudesse recair sobre o faltoso ou companheiros, a desonra e a humilhação seriam suficientes para determinar a exclusão ulterior do responsável e, conseqüentemente, da sua família.

Principais Fontes e Bibliografia

Fontes impressas:

Chonicon Mundi. Crónica de España por Lucas, Obispo de Tuy, ed. Julio Puyol. Madrid: Tipografia de la “Rev. de Archivos, Bibliotecas y Museos”, 1926.

Documentos de D. Sancho I (1174-1211), vol. I, ed. Rui de Azevedo; P. Avelino de Jesus da Costa; e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1979

“Foros de Castelo Bom”, ed. Alexandre Herculano, in *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, Vol I, Fasc. V. Lisboa: Academia das Ciências, 1866, pp. 745-790 (= FCB).

“Foros de Alfaiates”, ed. Alexandre Herculano, in *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, Vol I, Fasc. V e VI. Lisboa: Academia das Ciências, 1866 e 1868, pp. 791-848 (= FA).

“Foros de Castelo Rodrigo”, ed. Luís Filipe Lindely Cintra, in *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. Edição facsimilada do original de 1959, pp. 21-128 (= FCR).

“Foros de Castelo Melhor”, ed. Mário Viana, in *Foros de Castelo Melhor. Contributos para o estudo da normativa municipal*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores, 2020, pp. 20-110 (= FCM).

Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, vol. I, fasc. I a VIII. Lisboa: Academia das Ciências, 1888-1961 (= Inq).

Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines, Vol I, Fasc. I a VI. Lisboa: Academia das Ciências, 1856-1868 (= Leges).

RUANO, J. Sanchez. *Fuero de Salamanca*. Salamanca: Imprenta de D. Sebastian Cerezo, 1870.

Bibliografia:

BARROCA, Mário Jorge. “De Miranda ao Sabugal - Arquitectura Militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”, *Portvgalia*, Nova Série, vols. XXIX-XXX. Porto, 2008-2009, pp. 193-252.

BOTELHO, Manuel Lopes e DIAS, Mário Simões. Foral Leonês de Alfaiates (1188-1230). Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.

CASTRO, Armando de. “Ferro”, Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, vol II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984b, pp. 565-566.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. Edição facsimilada do original de 1959.

DOMINGUES, José e PINTO, Pedro. “Os foros extensos na Idade Média em Portugal”, Revista de Estudios Historico-jurídicos, outubro 2015, pp. 153-174.

DUARTE, Luís Miguel. “A Actividade Mineira em Portugal durante a Idade Média (tentativa de síntese)”, Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular: León 26 al 29 de septiembre de 1995, Colegiata de San Isidoro de León. León: Fundación Hullera Vasco-Leonesa, 1996, pp. 67-90.

GARCÍA FITZ, Francisco. Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión e tácticas militares (siglos XI-XIII). Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998.

GOMES, Saul António. “A Produção Artesanal”, Nova História de Portugal, vol. III – Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996, pp. 476-486.

HESPANHA, António Manuel. História das Instituições: Épocas medieval e moderna. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

JUSTO SÁNCHEZ, Daniel. “Castillos, castros y fortalezas durante la expansión del reino de León. Poder y funciones en la montaña leonesa y el interfluvio Távora-Côa (siglos X-XI)”. Studia Historica, Historie Medieval, nº36 (1). Salamanca: Universidad de Salamanca, 2018, pp. 31-56.

MARQUES, A. H. de Oliveira. “A moeda Portuguesa durante a Idade Média”, in Ensaios de História Medieval Portuguesa, 2ª edição. Lisboa: Vega, 1979c, pp. 195-220.

MARTÍN VISO, Iñaki. “Una frontera casi invisible: los territorios al norte del Sistema Central en la Alta Edad Media (Siglos VIII-XI)”. Studia Historica, Historia Medieval, vol. 23. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2005, pp. 89-114.

MARTÍN VISO, Iñaki. “Capere vel populare. Formación y desarrollo de una frontera feudal entre el Duero y el Tajo (siglos XI-XII)”, Balaguer 1105: cruïlla de civiltzacions, ed. Flocel Sabaté i Curull. Balaguer: Pagès editors, 2007, pp. 177-223.

- MATTOSO, José. D. Afonso Henriques. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- MONSALVO ANTÓN, José Maria. Atlas Histórico de la España Medieval. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.
- MORENO, Humberto Baquero. “A irmandade de Ribacoa: novos documentos”, Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam, vol. II. Porto: 1999, pp. 121-130.
- OSÓRIO, Marcos. “Sabugal Velho e Caria Talaia - duas morfologias de povoamento, a mesma cronologia”, Sabucal, nº2. Sabugal: Município do Sabugal, 2010, pp. 61-78.
- REIS, António Matos. História dos Municípios (1050-1383). Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- REIS, António Matos. Origens dos Municípios Portugueses. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- REIS, António Matos. Foros e Costumes, [em linha]. 2011 [Consult. 29 agosto, 2021] Disponível em <https://sites.google.com/site/foresecostumes/>.
- SANTOS, João Marinho dos. Costumes e Foros de Castelo Bom. Lisboa: Colibri, 2018.
- TAVARES, Maria Alice da Silveira. Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos Costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007. Dissertação de mestrado.
- TAVARES, Maria Alice da Silveira. Costumes e Foros de Riba-Côa – Normativa e Sociedade. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. Tese de doutoramento.
- VIANA, Mário. “Os cavaleiros de Santarém nos séculos XII e XIII”, Arquipélago, História, 2ª série, IX. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2005, pp. 577-598.
- VIANA, Mário. Foros de Castelo Melhor. Contributos para o estudo da normativa municipal. Ponta Delgada: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores, 2020.
- DE LA TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio. “La sociedad de frontera de Ribacoa, fueros y modelos de poblamiento”, Revista da Faculdade de Letras. História, nº15, 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 783-800.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “Os cavaleiros de carneiro e a herança da cavalaria vilã na Estremadura. Os casos de Arruda e Alcanede”, Medievalista [em linha], nº1. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2005b, pp. 1-18 [consult. 22 junho

2020]. Disponível em: <https://medievalista.fcsh.unl.pt/MEDIEVALISTA1/medievalista-cavaleiros.htm>.

POWERS, James. “The creative interaction between Portuguese and Leonese Municipal Military Law, 1055 to 1279”, *Speculum*, vol. 62/1. Chicago: The Medieval Academy of America: University of Chicago, 1987, pp. 53-80.

CARLOS FILIPE AFONSO

Nasceu em Lamego, em 1975. É oficial de infantaria do Exército Português, tendo tomado parte em missões na Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Iraque. Foi docente de História Militar no Instituto Universitário Militar. É doutor em História, área de especialização de História Medieval, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigador Integrado no Instituto de Estudos Medievais, sócio-fundador da Associação Ibérica de História Militar e membro do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago.



Citar este texto:

AFONSO, Carlos Filipe – A Mobilização Concelhia na Região de Ribacoa Entre os Séculos XII e XIII. *Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI)*. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/YNLT8398>

OPERAÇÕES MILITARES AO TEMPO DE D. SANCHO II. A LUTA PELO ALENTEJO (1226-1241)

José Varandas

Resumo

D. Sancho II de Portugal (1223-1248) é, no nosso entender, um dos mais importantes reis do processo de conquista militar português durante a primeira dinastia. Este monarca mantém a tradição de «assalto ao Sul», sobre as terras do Além-Tejo, numa dimensão que acabará por redimensionar o reino, uma nova expressão espacial que implica processos de adaptação, que criam, e depois mantêm, correntes hierárquicas e linhas de comunicação, por onde circula a vontade do rei. Mas existe ainda uma dúvida, sobre quem teve a iniciativa e o comando dessas ações militares. Fontes historiográficas, documentais ou narrativas, dão pouca informação e são contraditórias. Para umas, o envolvimento e liderança do rei é uma certeza, para outras, todas as campanhas militares se devem apenas à estratégia do Mestre de Santiago, D. Paio Peres Correia.

Também as mais recentes obras sobre história militar medieval portuguesa costumam, nos seus planos de trabalho, terminar a ofensiva portuguesa com a conquista definitiva de Alcácer do Sal, em 1217, e apenas voltar a falar de guerra contra o Islão a partir de 1249. Tem ficado por estudar, e analisar, um vasto período de tempo. Praticamente, todo o reinado de D. Sancho II.

Abstract

D. Sancho II of Portugal (1223-1248) is, from our point of view, one of the most important kings of the Portuguese military conquest process during the first dynasty. The monarch maintains the tradition of the southern assault, on the lands of Além-Tejo and in a dimension that will eventually resize the kingdom. A new spatial expression implies adaptation processes, which in turn create and maintain hierarchical currents and lines of communication, through which the king's will circulates. But there is still a doubt about who had the initiative and command of these military actions. Documents or narrative sources provide little

information and are contradictory. For some, the involvement and leadership of the king is a certainty, for others, all military campaigns are due only to the strategy of the Master of Santiago, D. Paio Peres Correia.

The most recent works on Portuguese medieval military history also tend in their work plans to end the Portuguese offensive with the definitive conquest of Alcácer do Sal, in 1217, and only to speak of the war against Islam from 1249 onwards. It is never studied, from a military perspective, a vast period of time that practically encapsulates the full reign of D. Sancho II.

Palavras-chave: D. Sancho II; Guerra; Islão; Reconquista; Ordens Militares

Keywords: D. Sancho II; War; Islam; «Reconquista»; military orders

Introdução

«Bem sei que há-de parecer a muitos cousa nova ocupar a el-rei D. Sancho em guerras, vestir-lhe armas e não hábitos religiosos e, o que mais é, pôr-lhe o elmo na cabeça em lugar do capelo: mas a tudo se dará satisfação com fundamento, com que restituiremos a este rei o que mereceu justamente. Algumas vezes reparei no modo de escrever dos nossos no tocante a el-rei D. Sancho e não acabo de me maravilhar das cousas que publicaram e muito mais das que encobriram ou ignoraram; porque, havendo dele e de seu tempo empresas de muito crédito, vitórias insignes e conquistas de muitas terras, com cuja relação se ficava ilustrando a História e acreditando o reino, passam estas cousas em silêncio, e só falam das faltas de el-rei e da inabilidade de seu governo, com tão pouco recato que se arrojam a dizer o que não foi e exagerar o que sucedeu em parte.»¹.

Assim fala António Brandão da crítica às capacidades militares de Sancho II. Apesar de ter herdado o trono ainda menor, o seu reinado ficará marcado por uma imparável expansão sobre as terras do Sul. Aproveitando fatores conjunturais favoráveis, como a desagregação da estrutura almóada, confrontada com o aparecimento das terceiras Taifas no que restava do Andaluz, ou a pressão castelhana e leonesa nas marcas de Cáceres e de Badajoz, o exército português pôe-se em marcha sobre a sua linha natural de expansão, e apesar de algumas vicissitudes, não mais parou até chegar ao Algarve. Esse era um dos objetivos, a aquisição do «segundo reino», a partir da conquista e consolidação das terras alentejanas, procurando assim limitar, de forma definitiva, as capacidades de iniciativa das unidades militares islâmicas que ainda se encontram ativas por todo o Alentejo, depois das importantes vitórias de Navas de Tolosa e de Alcácer do Sal. E, por

¹ BRANDÃO, Fr. António – Crónica de D. Sancho II, p. 21.

isso o rei faz a guerra. Sancho II mantém a tradição de «assalto» ao Sul, dos seus antecessores. A dinâmica iniciada com a queda das fortalezas de Leiria, Santarém, Lisboa, Palmela, Évora e Alcácer, não se quebra com este rei. A conjuntura envolve-o e a marcha das tropas conhece novas terras e velhas muralhas. E, o acesso a estes espaços redimensiona o país. E essa nova dimensão espacial implica processos de adaptação, que possibilitem criar, e depois manter, correntes hierárquicas e linhas de comunicação, por onde circula, também, a vontade do rei, embora seja difícil vislumbrar naquelas lides a sua presença².

Embora a dúvida subsista sobre a quem se deve a iniciativa e o comando dessas ações nas terras do Sul, fontes historiográficas, documentais ou narrativas, dão pouca informação e, muitas vezes, são contraditórias. Para uns, o envolvimento e liderança do rei é uma certeza, para outros, todas as campanhas se devem apenas à estratégia do Mestre de Santiago, D. Paio Peres Correia, referenciado como único comandante pela Crónica da Conquista do Algarve. O estado atual dos conhecimentos mantém as mesmas dificuldades, ou seja, a ausência de provas documentais que situem o rei diretamente em cada uma das conquistas, com exceção de Aiamonte³. Mas, com ou sem a presença do rei, a existência de forças militares, com comandantes nacionais, nos campos do Alentejo, parece-nos indesmentível.

O processo militar

O ano de 1217 marca o retomar do movimento expansionista português. D. Afonso II, por intermédio do bispo de Lisboa, auxiliado pelos cruzados, ordens militares e cavaleiros peninsulares conquista a formidável fortaleza de Alcácer do Sal⁴. A captura de tal praça militar irá abrir por completo o ferrolho que impedia o acesso ao Sul, permitindo a futura conquista das terras alentejanas e abertura do caminho para o Algarve. Rei mais virado para a administração e organização do reino, monarca sedentário, provavelmente limitado pela doença que o havia de vitimar, Afonso II, contudo, não deixa de aproveitar o refluxo e a desorganização das forças muçulmanas derrotadas na batalha de Navas de Tolosa, ocorrida uns antes, em 1212, e mesmo não lhe reconhecendo a história grandes façanhas militares, o certo é que a coroa portuguesa não se fez rogada e fez avançar a sua máquina militar.

A tomada de Alcácer abria novas áreas para a fixação de excedentes demográficos e para a produção de alimentos, vitais para suprir as necessidades de uma população em progressivo crescimento. Maus anos agrícolas, fomes, pestes ajudaram a criar nos primeiros anos da centúria de Duzentos um clima de intranqui-

² VARANDAS, José – «Bonus Rex» ou «Rex inutilis»..., p. 564.

³ Sobre estas bulas veja-se as transcrições de COSTA, António Domingues de Sousa – Mestre Silvestre e Mestre Vicente..., pp. 197 e 204, notas 318 e 324.

⁴ VARANDAS, José – «O assédio a Alcácer...», pp. 365-390.

lidade e de agitação no que a ação política do rei, fortemente centralizadora, não ajudava a apaziguar. A pressão da coroa sobre as famílias nobres e a incapacidade de o país absorver muitos dos juvenes, em atividades específicas, fez com que muitos optassem pela saída para o estrangeiro. Os excedentes do sexo feminino tinham outra opção: a entrada para uma ordem monástica, situação cada vez mais entendida como a melhor saída possível.

O retrato da Península Ibérica durante a primeira dinastia portuguesa é bem vincado pela ameaça constante do poder militar muçulmano, o que obrigou a um estado de guerra permanente, onde o rei se torna no chefe militar incontestado, coordenador máximo da guerra contra um inimigo comum, ao mesmo tempo que líder político cada vez mais enraizado e determinante na ação política dentro do seu território. Senhor, por direito próprio, do esforço da Reconquista, dinâmica fortalecedora do poder da Coroa, o rei português, contudo, viveu ao longo de todo o século XIII momentos difíceis, motivados por contestações, mais ou menos explícitas, dos grupos nobiliárquicos e de outros sectores da sociedade portuguesa, que desde o governo de D. Afonso I, se perfilam contra a monarquia. Quando no ano de 1223, D. Sancho II, sobe ao trono, esta contestação estava, mais do que nunca, ativa. Do conjunto de fontes e informações, ideologicamente bem corporizadas, que chegaram, percebe-se a existência de uma forte crise política, institucional e social ao longo de todo o seu reinado, resultado de opções mais centralizadoras desenvolvidas por seu pai, D. Afonso II e que a incapacidade funcional de D. Sancho II parece acentuar.

Tratava-se de guerra pela conquista. Mas, também, guerra por obrigação vassálica, a que o texto da bula *Manifestis probatum* vincula os monarcas portugueses e cujas demais bulas que lhe sucedem não deixam de subentender. Este é um dos problemas nucleares do reinado de D. Sancho II, o ser acusado de não pretender fazer a guerra aos Sarracenos. Contudo, o monarca parece estar presente no arranque de quase todas as operações e a sua própria casa participa com grande atividade nos combates. O seu irmão mais novo, D. Fernando de Serpa, infante muito irrequieto, detestado em várias dioceses do reino, recebe não menos de dez bulas papais, exortando-o à guerra contra os mouros e promovendo-lhe condições para que a possa fazer. Um outro aspeto interessante sobre a dinâmica de guerra de D. Sancho II relaciona-se com um episódio muito curioso passado com o Mestre dos Espatários. Depois de morto Sancho, em Toledo, em 1248, D. Paio Peres Correia solicita à Santa Sé a confirmação e a ratificação de todas as importantes doações de castelos, vilas e territórios que D. Sancho II tinha concedido à ordem de Santiago, o que parece indicar que a conquista de praças como Alvito, Sesimbra, Mértola, Cacela e Tavira tenha sido efetuada pelos cavaleiros espatários, eventualmente sem a participação do rei⁵.

As duas bulas de Gregório IX, datadas, respetivamente, de 1232 e de 1234 (*Fide qua tutilas e Ex parte carissimi*), conferem ao rei proteção enquanto mi-

⁵ VARANDAS, José – «Bonus Rex» ou «Rex inutilis»..., p. 564.

litar, concedendo indulgências de cruzada a todos os que acompanhassem o rei na guerra. Não indicam expressamente a presença de D. Sancho II na tomada de uma determinada fortaleza, mas, também, não a negam. E a tradição na Península Ibérica é a de que nas grandes operações militares o rei desloca-se com o exército. Observados com alguma atenção, os dois documentos pontifícios deixam subentender que o rei participa da dinâmica dos preparativos, sobretudo no segundo, onde parece que o monarca e as suas forças, em conjunto com os Espatários, estão a preparar ou uma ofensiva em larga escala, ou uma operação muito especial e delicada. Certo é que o rei surge referido nesses preparativos. Em 1241, a bula *Cum carissimo in Christo* incita os cristãos de Portugal a ajudarem D. Sancho II na guerra contra os Sarracenos, concedendo-lhes as mesmas indulgências dos cruzados que vão à Terra Santa⁶.

A vitória almóada em Alarcos, a 18 de julho de 1195, tinha criado grande comoção na Cristandade e garantido aos guerreiros almóadas um triunfo como há muito tempo o Islão não conhecia nas terras do al-Andaluz. Centros urbanos, linhas de comunicação, espaços reordenadores e redistribuidores, que as monarquias cristãs tinham consolidado ficaram mais frágeis, na sua defesa, face a estes cavaleiros islâmicos, que durante algum tempo têm a iniciativa das armas. Entre muitas consequências trazidas por este fatídico acontecimento está a desarticulação do conceito superior que privilegiava a existência na Ibéria cristã de um império dominador, cujo epicentro estava, no século XII, em Leão. Este conceito é substituído por uma outra realidade, a dos cinco reinos. Acontece que os equilíbrios de poder e de influência se alteram e a potência leonesa decresce, ao mesmo tempo que reinos como Castela (que detém a antiga capital do império visigótico, Toledo), Portugal, Aragão e Navarra conseguem entender-se contra o seu antigo dominador e limitar-lhe a iniciativa.

Em 16 de julho de 1212, tropas castelhanas vingam Alarcos, ao derrotarem o califa Muhammad al-Nasir, chefe dos exércitos almóadas, que se encontravam em campanha na Meseta Central. Concentrados num local designado Las Navas de Tolosa os guerreiros de Castela desbarataram as forças sarracenas e colocaram-nas em fuga. Está aberto o ferrolho que condicionava o acesso de forças cristãs às ricas planícies da Andaluzia. Para o dispositivo almóada, que inicia aqui o seu processo de declínio há algum tempo, apenas resta a fuga continuada para o Sul e para o Leste. Esta batalha não faz apenas refluir o que resta dos cavaleiros almóadas, liberta, também, a pressão que se fazia sentir sobre os reinos cristãos periféricos, como Portugal.

Não é só a Andaluzia que fica desprotegida, os caminhos para as praças alentejanas e para os contrafortes algarvios ficam mais acessíveis, permitindo a concentração e a deslocação de cavaleiros portugueses sobre essas regiões que, dentro de pouco tempo, estarão na posse do rei de Portugal, já que em 1217 o ferrolho

⁶ AN/TT, Mç. 36 de Bulas, doc. 77 - 1241, fevereiro, 18, Latrão: bula; COSTA, António Domingues de Sousa – Mestre Silvestre e Mestre Vicente..., nota 533.

almóada do Gharb al-Andaluz também se quebra, com a tomada da importante praça militar de Alcácer do Sal pelas forças de D. Afonso II. O que resta do dispositivo islâmico, refugia-se cada vez mais nas proximidades do Mediterrâneo ou da costa atlântica do Algarve, e pouco a pouco resta apenas desses poderosos exércitos o reino nasrida de Granada.

Estão criadas condições para que colunas cristãs, saídas das fronteiras aragonesas, leonesas, castelhanas e portuguesas intensifiquem a pressão sobre as fortalezas intermédias do sul islâmico. Cáceres, Badajoz e Elvas, inscrevem-se neste plano alargado de ofensiva estratégica gizado sem dúvida pelos estrategos das ordens militares e com a conivência dos respetivos reis. Sabemos que em 1226, concertada com o rei leonês a primeira expedição é preparada. Pela primavera marchou D. Sancho sobre Elvas, com a hoste real, comandada pelo alferes-mor Martim Anes e pelo arcebispo de Braga. Assolados os campos em volta, enquanto os leoneses atacavam Badajoz, os capitães de D. Sancho punham cerco a Elvas onde a tradição refere o jovem rei português a acometer pessoalmente as muralhas, ficando mesmo em perigo de vida, acabando por ser retirado a salvo da refrega pelo cavaleiro Afonso Mendes Sarracines. A importante localidade caiu por fim em poder dos portugueses, mas a aproximação do outono e o facto de os leoneses terem abandonado a empresa de Badajoz, deixando o flanco oriental do exército de D. Sancho completamente exposto, pelo que o monarca luso teve de abandonar também Elvas, depois de a desmantelar.

O combate pelo Além-Tejo

As campanhas estivais de 1226 não se dirigiram só à fortificação de Elvas. Desta altura é a concessão do foral de Marvão aos novos moradores que ali se vão fixar, definitivamente, garantindo a defesa daquele espaço que defendia uma região estrategicamente importante, sobretudo porque impedia a organização de «raides» inimigos vindos das praças muçulmanas da Extremadura espanhola. O castelo sarraceno de Ielbax foi várias vezes perdido e tomado pelos portugueses antes da sua ocupação definitiva em 1230. Nesse ano, organiza-se de novo o concelho pelo estatuto expedido no ano anterior, e desde então a documentação mostra-nos persistente o povoamento de Elvas (Elvix, 1234; Elvis, 1241; Elvas, 1271) bem como a transmissão de imóveis no seu termo. Em 1241 as ordens de Calatrava e Santiago estavam aí representadas por seus comendadores e já a vila se estendia extramuros, pela freguesia de St^a Maria de Fora. Também Marvão fora um baluarte de grande importância para os Sarracenos e terá dificultado, durante muito tempo, o estabelecimento de colonos cristãos na região (Beira Baixa e Alto Alentejo). Aparece nomeado pela primeira vez em 1214, nas confrontações de Castelo Branco, ao sul do Tejo. Do foral, e dos extensíssimos limites (desde o Tejo até à foz da Ribeira de Ouguela) que D. Sancho II concedeu em 1226 aos seus povoadores, infere-se que se abrigava aí uma guarnição aguerrida. Numa sentença

de 1226, D. Sancho II manda demarcar a vila de Marvão além de declarar os seus termos⁷. No entanto, em 1224, o rei tinha doado ao cabido de Évora as dízimas dos quintos régios e das portagens e do pão, bem como dos gados e de todas as casas que o rei possuía em Évora, Montemor e Marvão.

Vencido, em 1230, o forte núcleo de resistência sarracena Elvas-Badajoz, logo Marvão, por perda de influência militar, sofre considerável desfalque na sua área territorial, em benefício de outros baluartes e populações que acorreram a repovoar a região. A parte setentrional é cedida aos Templários em 1232 para a fundação do Crato. A vila de Arronches, com seu castelo é doada a Santa Cruz de Coimbra em 1236⁸ e recebe o foral de Elvas no ano de 1255. Em 1230 numa carta do bispo da Guarda ao seu «colega» de Évora, este reconhecia que as povoações de Elvas, Arronches, Monforte, Açumar, Alter do Chão, Crato, Ares e Ameira eram do bispado de Évora⁹. Portalegre, talvez herdade reguenga do alfoz de Marvão, aparece nomeada pela primeira vez em 1249, mas já como povoação importante, e o concelho de Portu Alecri com judex e selo próprio, em 1253.

Era esta uma campanha necessária. Apesar de com a conquista de Alcácer do Sal em 1217, se garantir maior segurança sobre o litoral da Estremadura portuguesa, em particular sobre a entrada das barras do Sado e Tejo, e de no dispositivo de defesa português já se encontrarem as praças militares da zona de Palmela-Sesimbra e as fortalezas de Évora, Montemor e Arronches, a verdade é que quase todas eram fortalezas permeáveis às incursões muçulmanas mais para Norte, e por isso, de facto, a fronteira estabilizada do país situava-se na linha do Tejo, onde Templários e Hospitalários assentavam estruturas defensivas que impediam a progressão daquelas forças inimigas pelos flancos das nossas vilas. Como Idanha-a-Velha, em 1229, localizada num dos extremos desse flanco estava desabitada e sem estruturas defensivas. Mas, a planície alentejana não estava dominada, apesar da presença regular de forças cristãs saídas das fortificações acima citadas. Era necessário «adquiri-la» ocupando as fortalezas islâmicas remanescentes e garantindo o controlo de todas as vias de comunicação, inclusive o controlo da linha de costa.

Na tradição está sempre presente quando se fala das guerras no Alentejo que o rei de Portugal, D. Sancho II, não mostrava muita vontade de as fazer, apesar das reclamações em contrário de Fr. António Brandão e de mais alguns. E, por isso, passou a ser representado como um rei fraco, cujos nobres «desprezavam», os quais por não terem ocupação ofereciam os seus serviços às coroas castelhana, leonesa e aragonesa. Embora não se discuta para já a capacidade ou incapacidade de D. Sancho para conduzir ações militares, ou tão pouco a sua vontade, certo é que quando subiu ao trono existia uma trégua firmada entre D. Afonso II e os sarracenos. Esta paz assinada datava de 1219, e é um dado com que o novo rei

⁷ AN/TT, Gavetas III, mç. 3, doc. 7.

⁸ AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 18 - 1236, janeiro, 7: doação.

⁹ PEREIRA, Gabriel, Documentos Históricos da Cidade de Évora, p. 253.

tem de contar. Reforça-se este acordo com outro, firmado com a coroa leonesa em 1223, pelo qual D. Afonso II assinava com o seu homólogo de Leão um tratado que levaria Portugal para a guerra contra os mouros ao seu lado. Também este acordo é herdado por D. Sancho II¹⁰.

Sabendo das suas fragilidades na marca alentejana, aproveitando o estímulo que as movimentações leonesas e castelhanas, no flanco oriental português, estavam a desenvolver e dando resposta às solicitações de Honório III, que tinha enviado à península um legado especial e depositado no arcebispo de Braga a responsabilidade de impulsionar o rei para a guerra, o dispositivo português entra, finalmente, em ação. E, de facto, a condução da guerra no Sul assenta melhor aos comandantes indigitados por reis anteriores e confirmados por D. Sancho II, ou seja, os mestres provinciais das Ordens Militares com presença na Península Ibérica. Não passam despercebidas as ações da Ordem de Santiago e do seu prior, D. Paio Peres Correia, na conquista do Baixo Alentejo; ou de D. Afonso Peres Farinha, que à frente dos freires hospitalários arremete sobre Moura, Serpa e outras terras de «Além-Odiana». Nas bulas papais enviadas ao rei e cavaleiros portugueses entrevê-se a participação de outras forças, como privados ou membros da casa real, como o infante mais novo, D. Fernando de Serpa¹¹, e a intervenção de muitas milícias municipais, especialmente aquelas mais próximas da fronteira com o Islão¹².

Sobre a primeira expedição a Elvas predomina a tese do «desastre». Na historiografia dos séculos XIX e XX a tónica é de que o rei não tinha condições para preparar e dirigir uma expedição deste calibre e que o abandono da praça resultou numa pesada «humilhação» para o soberano que viu os seus nobres «abandoná-lo» e que foi forçado a retirar¹³. Interessante é ver como a cronística tratou, de facto, este acontecimento. Nas suas próprias descrições ficamos com a impressão de que esta campanha já começou tarde, e só foi lançada por causa da insistência leonesa.

A concentração de tropas e a sua deslocação não são coisas que se processem com rapidez no contexto medieval, por isso o arranque para Elvas levou algum tempo, o que naturalmente diminuiu o tempo para cercar e tomar aquela praça. A resistência muçulmana, relativamente forte, e o facto de as forças leonesas começarem a retirar do cerco de Badajoz levaram o rei português a ter de interromper o assédio. Era muito arriscado permanecer mais tempo sem ter o flanco protegido, sobretudo aquele por onde poderiam chegar reforços inimigos. Qualquer comandante experimentado não teria ficado naquelas paragens por

10 FERNANDES, Hermenegildo – D. Sancho II..., p. 130.

11 MATTOSO, José – História de Portugal..., p. 124, refere que o papa Gregório IX outorga ao reino doze bulas de exortação à guerra contra os mouros, só para o ano de 1239.

12 VARANDAS, José – «Bonus Rex» ou «Rex inutilis»..., p. 170.

13 AZEVEDO, Luís Gonzaga – História de Portugal..., pp. 16-18; HENRIQUES, António Castro – Conquista do Algarve... pp. 52-53.

muito mais tempo. A tese de que o rei teria fugido, humilhado, parece-nos um exagero das crónicas e o facto de a nobreza o ter deixado e dado início a uma insurreição, que culminou com a derrota destes e com a saída do infante D. Afonso (o futuro D. Afonso III) para o estrangeiro, também nos parece que não deve ser diretamente deduzida do «fracasso» de Elvas.

Um dos objetivos fundamentais era o de impedir o acesso de forças muçulmanas dos castelos aquém do Guadiana às praças que o Islão detinha na atual Estremadura espanhola, ou seja, Portugal desempenha nesta conceção tática um papel nuclear: cabe-lhe fixar e destruir todos os possíveis reforços que os muçulmanos pudessem ainda reunir nestas praças colocadas na esfera portuguesa, e com isso defender o flanco leonês. A primeira tentativa de conquista de Elvas, em 1226, que parece ser um «fracasso» total, de facto não o foi totalmente. O desmantelamento da infraestrutura militar daquela praça impediu que no refluxo invernal dos guerreiros portugueses e das outras «nações» cristãs, tropas frescas do Islão ali se pudessem voltar a concentrar. De facto, a fortaleza não foi ocupada definitivamente, mas os muçulmanos não a puderam reaproveitar, e pouco tempo depois, quando, numa segunda vaga, as forças militares por ali passam, não existe qualquer guarnição que as possa incomodar e acaba por se integrar no território nacional, cuja marca fronteiriça já se encontra muitos quilómetros à frente. A cidade está abandonada em 1229 e o rei apressa-se a conceder-lhe foral. As razões para o abandono da praça, por parte da guarnição, além da pressão dos cavaleiros portugueses e espatários naquela região, podem ter tido a ver com a conquista de Mérida por D. Pedro Sanches, tio do rei de Portugal e agora ao serviço do rei de Leão. Um exército de socorro saído de Sevilha, comandado pelo xeque Ibn Hud¹⁴, tentou reconquistar essa cidade, mas acabou derrotado pela cavalaria leonesa. O desaparecimento deste exército pode ter criado o pânico nas praças muçulmanas vizinhas e, no caso de Elvas, precipitado o abandono da população¹⁵.

A morte de D. Afonso IX de Leão trouxe uma nova dinâmica às forças de Castela e de Leão. A sua subida ao trono fez com que o dispositivo militar passasse a obedecer a um comando único, o que permitiu uma melhor coordenação das investidas no Sul e uma maior eficácia nas operações combinadas com as Ordens Militares. Esta coordenação, de certa forma, faz-se sentir sobre as guarnições do Sul de Portugal. O que se passa é que o avanço das forças combinadas castelhanoleonesas elimina e fixa eventuais reforços que pudessem ocorrer aos corredores de expansão das forças portuguesas, ou seja, a máquina militar nacional tem à sua frente guarnições inimigas com recursos muito limitados, o que não significa que algumas não ofereçam uma resistência mais encarniçada, como terá sido o caso de Mértola¹⁶.

¹⁴ FERNANDES, Hermenegildo – D. Sancho II..., p. 190.

¹⁵ MATTOSO, José – «D. Sancho II, o Capelo»..., p. 560.

¹⁶ VARANDAS, José – «Bonus Rex» ou «Rex inutilis»..., p. 571.

Esforços combinados dos exércitos cristãos, forte ação dinamizadora da Santa Sé, que envia legados aos reinos peninsulares com instruções para «levantarem o ânimo» e predisporém os governantes para a guerra contra o inimigo, são condições que se combinam para levar com êxito uma investida de grande envergadura sobre as guarnições muçulmanas. A luta intensifica-se a partir de 1234, partindo D. Sancho II para a sua última campanha. E, de facto, a ofensiva portuguesa é surpreendente: Moura e Serpa são tomadas em 1232, Beja, já abandonada, integra-se pouco depois, Aljustrel ocupada em 1234. Em 1238, são lançados ferozes ataques a toda a linha do Guadiana, concentrando-se especialmente sobre os castelos de Mértola e Alfajar de Pena, que caem em 1238/1239.

Sobre Mértola, D. Sancho II, a 16 de janeiro de 1239, assina em Lisboa um instrumento de doação, passado à Ordem de Santiago, na pessoa do seu Mestre, D. Paio Peres Correia, que confere aos cavaleiros espatários a posse da fortaleza daquela vila. Parece ser um ato simples, normal, como outros, em que o rei faz entrega de povoações à ordem de Santiago, sobretudo de vilas e castelos cuja localização estratégica é vital para a segurança da fronteira nacional e se encontram integrados em plena zona de operações daquela Ordem Militar. Era normal, não fora o facto de surgirem algumas dúvidas sobre a data da sua conquista, e também sobre o sobredimensionamento da sua importância estratégica¹⁷.

Em 1240, forças militares combinadas com a Ordem de Santiago, tomam Aiamonte, Cacela, dominando a fronteira da Andaluzia. Estômbar e Alvor caem em 1240 ou 1241 e Tavira, provavelmente, em 1242. Esta última é doada, com seus direitos, termos e padroados à Ordem de Santiago. Segundo a crónica, estas duas guarnições teriam sido tomadas por uma hoste espatária que as teria atacado a partir de Aljustrel¹⁸, e D. Paio Peres Correia procura apoderar-se de Silves e Paderne¹⁹, sem alcançar sucesso, pelo menos nesse ano.

A coroa adquire o Baixo Alentejo e crava uma cunha no Sotavento algarvio, impedindo os mouros da Andaluzia de auxiliarem os castelos do Barlavento ou de acederem às planícies de Beja e de Évora. A paralisia do sistema militar do Gharb al-Andaluz parece-nos quase total, restando algumas praças junto à costa, com possibilidade de receberem abastecimentos, que mantêm alguma resistência, mas as rotas terrestres, os caminhos que dão acesso ao norte, ao oriente e ao ocidente, são patrulhados por cavaleiros espatários, e nas áreas circunvizinhas às grandes cidades já adquiridas movimentam-se milícias municipais, bem equipadas e motivadas, e cujo objetivo é garantirem a segurança de espaços que são cada vez mais vastos.

¹⁷ AN/TT, Coleção Especial, Série Preta, cx. 28, doc. 52; AN/TT, Ordem de Santiago, DR, m. 1, nº 8; AN/TT, Chancelaria de Afonso III, fls. 147; BRANDÃO, Fr. António, Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III, Escritura VI, p. 355.

¹⁸ Crónica de Cinco Reis, ed. Magalhães Basto, p. 161 e a Crónica dos Sete Reis, ed. Carlos Silva Tarouca, p. 254.

¹⁹ BRANDÃO, Fr. António – op. cit., caps. XV-XVI, p. 58.

Superioridade esmagadora dos exércitos portugueses, novos equipamentos, utilização de engenhos sofisticados, grande concentração de efetivos? Nenhuma destas explicações nos parece adequada para explicar a velocidade das conquistas. Até porque o exército português não apresentava nenhum destes requisitos, quanto mais os três em simultâneo.

Aliás, parte destas conquistas ocorre num período onde a crise interna de contestação ao poder do soberano já é visível, o que naturalmente condiciona a disponibilidade régia para participar mais ativamente no Sul com todos os seus efetivos. O rei tem de manter próximo de si forças que o defendam ou que possam ser chamadas a intervir em situações mais gravosas. Por outro lado, a situação política interna, sobretudo a que caracteriza a margem norte do rio Tejo, deixava de ser favorável ao levantamento de novas unidades militares, embora o rei o tentasse, recorrendo muitas vezes a processos ilícitos. Recordemos, aqui, as queixas dos vários bispos acerca da violação dos privilégios eclesiásticos. Oficiais régios entravam nas dióceses e recrutavam à força, para as tropas do rei, dependentes e até clérigos.

Para onde iam estes homens? Para que unidades? Com que destino militar? Destinar-se-iam ao Sul? Iriam reforçar as milícias concelhias, ou o rei pretendia formar uma hoste própria e partir para a guerra nos campos do Alentejo?

De facto, estes habitantes, dependentes dos bispos, eram recrutados à força, havendo para isso referências documentais substanciais, que colocadas ao lado das bulas que pedem ao rei que organize campanhas contra o Islão criam algum desconforto, pequeno é certo, mas presente, à linha que defende a total exclusão de D. Sancho II como guerreiro da Reconquista.

Muito se tem afirmado sobre a participação, ou não, deste monarca na guerra de Reconquista, assentando a maioria das descrições no facto de o soberano ter tido nela pouco envolvimento. Não estava, não participava, não organizava, não comandava. Os terrenos do Sul caíam desta forma na mão dos portugueses por causa da mera ação das Ordens Militares. Mas, não é D. Sancho II o seu maior patrocinador? Não é o rei português que lhes concede doações importantíssimas? Não vemos os Mestres destas Ordens orbitar em torno de Sancho e dele receberem a necessária autorização para as operações militares? O espaço, as terras, os caminhos, as vilas, os castelos, as gentes que tomam pela força das armas ficam sob que autoridade?

A ausência do rei parece dar maior margem de manobra às Ordens Militares, que têm apenas como rivais no terreno outras Ordens Militares ou milícias municipais, que não possuem a mesma operacionalidade, mas que não podem ser escamoteadas ao processo. Vistas as fontes documentais, lidas as crónicas e os livros de linhagens, produz-se uma imagem, que ainda não sabemos se é distorcida, de que a conquista e ocupação do Alentejo e do Algarve se deve apenas à ação dos freires militares. São esmagadores os testemunhos que nos dão conta da

presença destes elementos em todas as operações, de menor ou maior amplitude, contra as forças muçulmanas. Nomes como Paio Peres Correia e Martim Anes do Vinhal, pelos espatários, ou Afonso Peres Farinha, que com os seus Hospitalários assaltou e tomou Moura, Serpa, Aroche e Aracena, continuam a ser referências indiscutíveis. Porém ainda continuamos a desconhecer a verdadeira capacidade desta «específica» demografia militar.

A idêntica movimentação das numerosas forças leonesas e castelhanas de D. Fernando III permitiu que a progressão no Gharb al-Andaluz fosse mais fácil para as unidades militares, sobretudo, para a Ordem de Santiago, mas o processo de aquisição de espaço vital não se reduz a esta questão de saber se foi o rei ou se foram as Ordens Militares. O esforço de guerra é substancialmente atribuído a D. Sancho II, que participa em muitos dos combates, cabendo aos cavaleiros de Santiago e ao seu comendador-mor, D. Paio Peres Correia, parte importante na guerra contra os mouros, e a ideia de que o monarca está presente é dominante. O esforço dos espatários é largamente recompensado pelo rei que lhes entrega vasto património fundiário, doações que a Santa Sé se apressa a confirmar. Mas todas estas conquistas régias são postas em causa pelos cronistas de Castela por causa de um pequeno detalhe: a nomeação, em 1242, de D. Paio Peres Correia para Grão-mestre da Ordem de Santiago. Como a sede dos espatários se encontra em Castela, todas as conquistas e presúrias feitas nos anos trinta pelos cavaleiros de D. Paio Peres nas terras algarvias seriam feitas sob o pendão castelhano. Não importa, para essas fontes, que quando aquelas operações militares foram realizadas o agora chefe militar dos cavaleiros espatários fosse apenas comendador de Alcácer do Sal.

D. Sancho II e a acusação de ser um *rex inutilis*

As conquistas do rei servem também para contrariar as censuras que lhe faziam de que vivia no esquecimento dos seus deveres e numa apatia tal que se esquecia de defender as fronteiras do reino contra as agressões dos Sarracenos. Atribui-se essa maledicência ao facto de, naquela época, nenhum laico escrever sobre os feitos dos reis. Os cronistas eram clérigos que, movidos por uma grande má vontade contra o rei, não escreviam sobre as conquistas de D. Sancho II, nem sobre a sua participação nas expedições de guerra. A certeza da excelente capacidade militar do rei não se pode encontrar nos textos dos eclesiásticos, mas antes nos indícios que as cartas de doação aos espatários deixam entrever. Pormenor com muito interesse, e que resulta do facto de D. Sancho II considerar as conquistas feitas pelos espatários portugueses como propriedade sua, e que era por sua vontade, e do conhecimento dos grandes do reino de Portugal, que concedia as suas novas possessões à Ordem de Santiago.

Falar da Ordem de Santiago no reinado de D. Sancho II é falar de D. Paio Peres Correia e das suas ações à frente dos cavaleiros espatários em terras que

iriam ser portuguesas. O período de liderança deste cavaleiro é um dos mais brilhantes na história daquela Ordem Militar, marcado pelas vastas e importantes conquistas realizadas nas atuais regiões do Baixo Alentejo e Algarve, bem como pelas campanhas posteriores conduzidas fora do espaço português, nomeadamente contra as taifas de Múrcia, Jaén e Sevilha. Não se sabe ao certo a data exata em que D. Paio assumiu a comenda-mor de Alcácer, mas provavelmente foi entre os meses de março de 1232²⁰ e fevereiro de 1235²¹. Esta última data encontra-o já como comendador de Alcácer e a conceder carta de foral aos moradores de Vila Nova de Canha, aos quais dá os mesmos foros e costumes de Palmela.

A este mesmo período (1232-35), parece, segundo alguns autores, ter correspondido uma fase de intensa reorganização interna, sobretudo ao nível das estruturas dirigentes da Ordem. A 31 de Março de 1235, o rei D. Sancho II outorgou à Ordem de Santiago o castelo de Aljustrel, com todos os seus termos e respetivas demarcações²². É começa aqui uma longa lista de doações. É provável que este lugar já tivesse caído antes nas mãos dos cristãos. A doação tem lugar em março, mês que marcava o início das campanhas de primavera/verão e D. Paio Peres era, muito possivelmente, já no estio de 1234, o comandante dos espatários portugueses, provavelmente os principais responsáveis por esta conquista.

As mercês do rei à Ordem de Santiago não se ficam apenas pela doação de Aljustrel. A 1 de outubro de 1235, D. Paio encontra-se em Coimbra, em presença da cúria régia, onde lhe são outorgados, bem como à sua Ordem, os direitos de padroado sobre as igrejas de Palmela e de Alcácer²³. Os meses de janeiro e de fevereiro do ano seguinte assistem à consolidação da posição dos espatários ao Sul do Tejo, quando D. Sancho II faz doação ao comendador da vila e castelo de Sesimbra²⁴ e do padroado régio das respetivas igrejas. Mértola é a próxima doação. O estratégico castelo do Guadiana é outorgado ao Mestre dos Espatários em janeiro de 1239²⁵.

Modificava-se o território português com as sucessivas operações militares que saídas de bases estabelecidas cada vez mais a Sul, incorporavam novas realidades, redimensionando assim o espaço territorial do reino, dando-lhe novos contornos

²⁰ AN/TT, Ordem de Santiago, DR, mç. 1, doc. 1.

²¹ Outorga do Foral de Canha: AN/TT, Ordem de Santiago, Livro dos Copos, fol. 240r-242r.

²² AN/TT, Gavetas 5, mç. 1, doc. 17. A notícia desta doação está ainda publicada em BRANDÃO, Fr. António, Crónica de D. Sancho II, escritura nº 4, p. 352 e liv. 15, cap. 14.

²³ AN/TT, Ordem de Santiago, DR, mç. 1, doc. 7; AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 20; AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 34.

²⁴ AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 18 - 1236, janeiro, 19: doação.

²⁵ AN/TT, Coleção Especial, Série Preta, cx. 28, doc. 52; AN/TT, Ordem de Santiago, DR, m. 1, nº 8; AN/TT, Chancelaria de Afonso III, fls. 147 - 1239, janeiro, 16, Lisboa: doação; BRANDÃO, Fr. António, Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III, Escritura VI, p. 355.

e trazendo novos modelos de ordenamento e administração. Mas alargava-se um território ainda instável, ainda sujeito a perturbações e, sobretudo, avançava-se sobre múltiplas realidades humanas e políticas, características das sociedades de fronteira. A luta pelo Sul não foi a única realidade militar deste reinado. Garantidas as principais praças do miolo alentejano, guardadas as passagens do Guadiana, voltavam-se os olhos para as Beiras²⁶ e para toda a fronteira leste portuguesa, em especial para a região do Riba Côa e para todo o flanco beirão, de onde poderia sempre surgir outro tipo de ameaça militar – esta cristã.

Condiz o reinado de D. Sancho II, apesar de frágil e turbulento, com as características dos anteriores. Eram simultâneas as suas intervenções, ou seja, a necessidade de manutenção da autonomia levava a que a coroa se preocupasse ao mesmo tempo com várias frentes. Em paralelo com o avanço das Ordens Militares no Sul, o rei olha para as terras beirãs, onde procede à concessão de forais, documentos que privilegiam a manutenção das fronteiras. A Idanha e toda a região da Guarda são um caso paradigmático. A sua concessão a mestre Vicente, que a receberia enquanto bispo, era a resposta para consolidar um dos flancos mais expostos do reino, e fixar, de forma definitiva, fronteiras e zonas de influência. Flanco leste que continua a ser reforçado e protegido mais para Sul com a implantação de castelos e povoados administrados por Templários e Hospitalários e cuja função era exatamente a mesma do bispado da Guarda.

Esta simultaneidade de intervenções muda completamente a perspetiva de enfoque sobre a participação do rei nas operações militares sobre as praças islâmicas. Mostra que a prossecução de políticas de povoamento, seja através da concessão de forais diretos a concelhos cuja ligação privilegiada será com a coroa, quer doando e concedendo territórios e privilégios a unidades institucionais, que garantam a mesma integridade e desenvolvimento, parte de uma conceção estratégica global sobre o território governado. Plano estratégico que sai reforçado por uma outra característica das monarquias peninsulares cristãs dos séculos XII e XIII, a sua grande adaptabilidade a novas situações e a novos problemas e a versatilidade de opções que conseguem produzir.

Em conjunto com a hoste real, e com as poderosas colunas concelhias, utilizavam-se forças de combate altamente especializadas no confronto contra os exércitos islâmicos: as Ordens Militares. Note-se que este não é o único cenário de aquisição e salvaguarda de novos espaços e de consolidação dos já existentes, a utilização de unidades monásticas convencionais, fixadas através de cartas de couto, ou a recuperação dos antigos modelos diocesanos produziam resultados semelhantes²⁷.

Sendo um reinado conhecido pela sua instabilidade, impressiona observarmos como o processo de aquisição de novas periferias, novas zonas de marca, novas áreas

²⁶ FERNANDES, Hermenegildo – D. Sancho II..., p. 206.

²⁷ VARANDAS, José – «Bonus Rex» ou «Rex inutilis»..., p. 579.

de crescimento, no Sul, contrastam com essa definição. O processo estabilizou-se rapidamente. Em 1249, um ano depois da morte de D. Sancho II, consuma-se a conquista do «Segundo Reino», feito que encerra, pelo menos neste século, o processo expansionista português. A ocupação do Sul islâmico é feita de forma consolidada e coerente, coordenada com os reinos vizinhos e marcada por ritmos e compassos bem escalonados. Foram avanços, recuos e paragens, que observados à distância parecem apresentar um rigor quase matemático. As praças islâmicas esgotadas pelo feroz domínio almóada e agora conformadas na degradação política e militar das terceiras Taifas, são paralisadas, flanqueadas, perdem o contacto com os centros reordenadores e redistribuidores, quer de abastecimentos, quer de liderança, e entregues a si próprias, sem reforços militares, quebram e abrem as portas a outro modelo de poder.

Este cenário de estabilidade e intencionalidade militar não é novidade para as Ordens Militares, nem para a Coroa. Ambas funcionam assim, numa lógica de avanço consolidado, e quando se afirma que, por exemplo, Mértola opôs às forças de D. Paio Peres Correia uma feroz resistência, que terá levado o mestre espatário a retirar e a optar por conquistar pequenos núcleos fronteiriços e pequenos castelos ao seu redor. Provavelmente sobrevalorizam-se as possibilidades daquela fortaleza do Guadiana e subestima-se o modelo de campanha que os cavaleiros de Santiago, e não só, seguiam.

Método, agressividade, velocidade e surpresa. Eram estes quatro valores que os freires militares, às ordens de Paio Peres Correia, aprendiam no castelo e comenda de Alcácer. A estratégia e o plano tático, congeminados pelo Mestre de Santiago, espanta pela sua simplicidade: a partir de Alcácer os cavaleiros de Santiago penetravam no interior do Alentejo, em diagonal, tomando Aljustrel, localizada a sudeste, por onde rodeariam as serranias (serra de Tentudia), fixando os Sarracenos e atacando-os pela retaguarda²⁸, caindo depois em cima de Mértola, onde se esperava resistência, e quebrando o ferrolho do Guadiana, impedindo que esta fortaleza recebesse reforços e suprimentos quer por via terrestre, onde todos os caminhos estavam controlados por homens de Martim Anes do Vinhal, o responsável pela colocação do dispositivo para o assalto final a Mértola. Os castelos ao redor de Mértola, já nas mãos dos cristãos eram os responsáveis por esta operação de bloqueio²⁹. Mas serão as forças espatárias em quantidade suficiente para darem expressão a este plano? Provavelmente, não. É muito curioso como as recentes, e variadas, obras sobre história militar medieval portuguesa costumam, nos seus planos de trabalho, terminar a ofensiva portuguesa com a conquista definitiva de Alcácer do Sal, em 1217, e apenas voltar a falar de guerra contra o Islão a partir de 1249, quando Aljezur e Faro são tomadas durante o segundo ano do reinado de D. Afonso III. Tem ficado por estudar, e analisar, um vasto período

²⁸ HENRIQUES, António Castro – op. cit., p. 57.

²⁹ GARCIA, João Carlos – «Alfajar de Pena. Reconquista e povoamento no Andévalo no século XII», p. 910 e REI, António – «A fronteira no Sudoeste Peninsular...», p. 35.

de tempo. Praticamente, todo o reinado de D. Sancho II (1223-1248)³⁰.

Num golpe de vassoura, Paio Peres e os seus homens varreram as guarnições muçulmanas, do Atlântico ao Guadiana, guardando a planície, e tomando as passagens daquele rio, ligando-se, assim, às hostes leonesas. Restava aos muçulmanos das praças que ficavam para trás, resistirem aí, isolados e sem abastecimentos, passarem o Guadiana antes dos cavaleiros de Santiago ou fugirem para Sul, pelos carreiros da serra algarvia.

Plano simples que o rei conhece, como podemos constatar pelo apoio em forma de privilégios e rendas concedidos a D. Paio e à Ordem de Santiago, bem como pela outorga de um conjunto de castelos nucleares na defesa do Alentejo e do corredor oriental algarvio. Mas o conhecimento do rei é bem mais profundo. O assalto ao «ferrolho» do Guadiana, que era Mértola, pressupunha que nenhum reforço poderia ser enviado rio acima, ou pelo leito, ou pelos carreiros que correm pela margem ocidental, e que saem de Aiamonte. Na mesma altura em que o primo de D. Paio Peres, Martim Anes do Vinhal, dispõe os seus efetivos e prepara o assalto final a partir da Torre de Oeiras, esperando apanhar os defensores de surpresa, uma operação combinada entre a hoste de guerra do rei e a sua frota punham cerco a Aiamonte, que acabam por dominar e conquistar, deixando aí pesada defesa. Sem auxílio, Mértola acaba por tombar e abrir todo o dispositivo de defesa do Guadiana. Faltava Alfajar de Pena, castelo alcantilado que controlava as passagens entre Aiamonte, Mértola e o acesso à planície, e que as forças espatárias libertas do assédio a Mértola se apressam a tomar.

Termina aqui a participação do rei nos confrontos com os muçulmanos do Sul, o que causou algumas dificuldades a D. Paio e aos espatários, que sem o apoio da frota real e da sua hoste bem equipada, não tinham meios de correr pela planície andaluza para tomar Huelva, Gibráleon e Saltes, abrindo o flanco sevilhano. Sem os barcos do rei a executar o mesmo dispositivo que empregaram em Aiamonte, os espatários não se podiam mover. E desde 1238 os corredores do Guadiana deixam de servir para aceder ao Sul e a Sevilha, obrigando os espatários a virarem-se para o interior algarvio e para os seus portos atlânticos, agora que esses castelos estão sem comunicações com a grande taifa.

Um novo espaço

O reino integra, agora, nos seus limites, uma vasta área islamizada, cujos modelos administrativos e organizativos são distintos dos do Norte. Os modelos culturais predominantes acercam-se, aí, dos mediterrânicos, e são áreas caracterizadas por uma forte presença urbana, com dinâmicas próprias e cuja relação com a região envolvente pressupõe a existência de hierarquias funcionais. O reino português do final dos anos trinta do século XIII não possui a mesma dimensão que tinha

30 TEIXEIRA, Nuno Severiano, et al. – História Militar de Portugal. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, pp. 77-81, entre outras publicações.

quando o rei subiu ao trono em 1223. Redimensionou-se, alargou-se, ampliou o âmbito do seu centro e atraiu novas periferias, novos subsistemas, com valores culturais, políticos e económicos diferenciados, mas harmonizados num modelo administrativo coerente e funcional. Os problemas internos no centro e no norte do país vão acabar por obrigar, a partir de 1245, o rei a afastar-se do Sul. Passa a caber às unidades administrativo-militares, às Ordens Militares e aos «novos» núcleos urbanos a integração daquele espaço num sistema global.

No século XIII todo o Gharb, ou quase todo, era uma sociedade de fronteira, prenhe de habitats militarizados e em constante estado de guerra contra o outro bloco, exatamente situado sobre o outro lado da fronteira, e também ele, profundamente militarizado. Para ambos a volatilidade do espaço, a invisibilidade da linha divisória e a «livre-circulação» eram elementos comuns, padrões normais de comportamento, cuja opção predominante é a resistência ao centralismo. E as regras da Reconquista trazem contornos diferentes a estas sociedades de fronteira. A guerra feita às cidades do Andaluz pelos reis peninsulares ao longo do século XIII imprime mudanças radicais ao nível dos comportamentos dos núcleos e caudilhos fronteiriços, de ambos os lados, ao estruturar-se sobre estes novos modelos administrativos numa lógica de assimilação cultural. Mesmo unidades militares autónomas e pouco valorativas das identidades nacionais, como as Ordens Militares, imprimem sobre os territórios que lhes são doados pelos reis as regras do sistema central. E a construção dos centros, onde as monarquias se afirmam como modelo definidor veem a fronteira de forma diferente, como algo estável, definitivo, impermeável.

Depois de D. Sancho II, depois de D. Afonso III, depois de D. Fernando III ou D. Afonso X, não mais se verá o livre andar dos homens fronteiriços pelas terras da marca, porque já não há marca.

Bibliografia

1. Fontes manuscritas

Arquivos Nacionais / Torre do Tombo:

AN/TT, Chancelaria de Afonso III, fls. 147 - 1239, janeiro, 16, Lisboa: doação.

AN/TT, Coleção Especial, Série Preta, cx. 28, doc. 52.

AN/TT, Gavetas III, mç. 3.

AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 17.

AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 18 - 1236, janeiro, 19: doação.

AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 18 - 1236, janeiro, 7: doação.

AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 20.

- AN/TT, Gavetas V, mç. 1, doc. 34.
AN/TT, Livro dos Copos, fol. 196.
AN/TT, Mç. 36 de Bulas, doc. 77 - 1241, fevereiro, 18, Latrão: bula
AN/TT, Ordem de Santiago, DP, mç. 1, doc. 1.
AN/TT, Ordem de Santiago, DR, mç. 1, doc. 7.
AN/TT, Ordem de Santiago, DR, mç. 1, doc. 8.
AN/TT, Ordem de Santiago, Livro dos Copos, fol. 240r-242r.

2. Fontes impressas:

PEREIRA, Gabriel – Documentos Históricos da Cidade de Évora. Évora: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

Crónica de cinco reis de Portugal. Inédito quatrocentista reproduzido do Cód. 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, seguido de capítulos inéditos da versão portuguesa da Crónica Geral de Espanha e outros textos ed. diplomática e prólogo de A. de Magalhães Basto. Porto: Civilização, imp. 1945.

Cronicas dos sete primeiros reis de Portugal – Carlos da Silva Tarouca (ed.). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952-1953.

2. Dicionários e obras gerais:

AZEVEDO, Luís Gonzaga – História de Portugal. vol. VI., Lisboa: Edições «Bíblion», 1944.

MATTOSE, José, História de Portugal, 2º vol., A monarquia feudal (1096-1480). Coord. de José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouveia – História Militar de Portugal. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017

3. Estudos:

BRANDÃO, Fr. António – Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III. Porto: Livraria Civilização, 1945.

COSTA, António Domingues de Sousa – «Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e as irmãs». Volume 1 de Estudos e textos da Idade Média e do Renascimento. Lisboa: Tipografia Editorial Franciscana, 1963.

FERNANDES, Hermenegildo – D. Sancho II. Tragédia. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

GARCIA, João Carlos – «Alfajar de Pena. Reconquista e povoamento no Andévalo no século XII», Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. III, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, pp. 907-925.

HENRIQUES, António Castro – Conquista do Algarve. 1189-1249. O segundo reino, Lisboa, Tribuna da História, 2003.

MATTOSO, José, – «D. Sancho II, o Capelo», História de Portugal, Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. I, pp. 137-156.

REI, António – «A fronteira no Sudoeste Peninsular (1234-1242)», Arqueologia Medieval, 8 (2003), Mértola, pp. 29-41.

VARANDAS, José – «Bonus Rex» ou «Rex inutilis». As periferias e o centro. Redes de poder no reinado de D. Sancho II (1223-1248). Tese de doutoramento em História (História Medieval), apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Letras, 2004.

IDEM – «O assédio a Alcácer. Alguns problemas de História Militar», Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer. 1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira. Lisboa: Edições Colibri, 2019, pp. 365-390.

JOSÉ VARANDAS

Professor auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de História e História Militar da Antiguidade Clássica e Idade Média. É diretor do Mestrado Interuniversitário de História Militar e investigador no Grupo de Investigação em História Militar do Centro de História da Universidade de Lisboa. É académico correspondente da Academia Portuguesa de História, membro efetivo da Academia de Marinha e membro fundador e secretário-geral da Associação Ibérica de História Militar.



Citar este texto:

VARANDAS, José – Operações Militares ao Tempo de D. Sancho II. A Luta pelo Alentejo (1226-1241). Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/MFNS2838>

BATALHA NAVAL DO TEJO (18 DE JULHO DE 1384)

José António Rodrigues Pereira

Resumo

Prevendo o bloqueio do rio Tejo, perante a ameaça de invasão castelhana, o Mestre de Avis mandou retirar para o Porto os navios portugueses que ali se encontravam.

Reforçada e abastecida a frota portuguesa forçou o bloqueio castelhano e fez chegar à cidade cercada, homens, armas e mantimentos, permitindo-lhe prolongar a resistência.

Num combate travado em 18 de Julho de 1384, os portugueses perderam 3 dos seus 34 navios, mas atingiram o seu objectivo.

Abstract

Anticipating the blockade of the Tagus River, faced with the threat of a Castilian invasion, the Master of Avis ordered the Portuguese ships that were there to be removed to Porto.

Reinforced and supplied, the Portuguese fleet forced the Castilian blockade and brought men, weapons and supplies to the besieged city, allowing it to prolong the resistance.

In a battle fought on July 18, 1384, the Portuguese lost 3 of their 34 ships, but they achieved their objective.

Palavras-Chave: Crise Dinástica 1383-85; Mestre de Avis; Cerco de Lisboa 1384; Batalha Naval.

Keywords: Dynastic crisis 1383-1385; Master of Avis; Siege of Lisbon; Naval Battle.

A morte prematura de D. Fernando I (1383) sem filho varão, fez surgir uma crise sucessória e o país entrou num novo período de instabilidade política e social.

Enquanto a rainha viúva D. Leonor Teles, assegurava a Regência, surgiram dois candidatos ao trono.

De um lado o rei D. João I de Castela, casado com a princesa D. Beatriz, a única filha do de D. Fernando I; do outro o infante D. João, mestre da Ordem Militar de Avis, filho bastardo de D. Pedro I.

A Nobreza, por razões éticas, apoiava maioritariamente D. Beatriz e o rei de Castela; mas a Burguesia – especialmente a ligada ao comércio marítimo – e o Povo não aceitavam a subordinação ao rei castelhano e apoiavam o Mestre de Avis para futuro Rei.

Esta situação dividiria o país, com cidades a apoiar cada um dos seus candidatos e traduziu-se numa guerra que duraria quase 30 anos com duas invasões do território português pelo exército e pela marinha de Castela.



Figura 1 - Nau do Século XIV. Museu de Marinha, Lisboa.

Naquela época, a defesa do Reino era, sem qualquer dúvida, a defesa de Lisboa; já o tinha entendido Henrique II de Castela quando lhe veio pôr cerco em 1372; entendia-o agora D. João I de Castela¹; com essa mesma percepção, o mestre de

¹ José António Rodrigues Pereira. Grandes Batalhas Navais Portuguesas, p. 63.

Avis, quando nomeado Defensor e Regedor do Reino mandou concentrar em Lisboa todos os seus recursos disponíveis.

Para a defesa de Lisboa ser eficaz era necessário dispor de uma muralha defensiva resistente e bem guarnecida e manter o controlo do estuário do Tejo de forma a garantir as ligações com as povoações vizinhas de onde vinham os abastecimentos para a cidade.

Desta forma, em nada adiantaria ao inimigo cercar a cidade por terra se ela mantivesse os contactos fluviais com o exterior².

Lisboa dispunha então da chamada Muralha Fernandina, mandada construir por D. Fernando na sequência do cerco de 1372. Quanto a meios navais, estavam em Lisboa algumas naus e as galés apresadas em Saltes e que tinham sido devolvidas a Portugal, quase todas em muito mau estado³.

Tendo conhecimento dos preparativos castelhanos para invadir Portugal e cercar Lisboa e reconhecendo que, nesta eventualidade, a Marinha teria uma importância estratégica, o Mestre de Avis, ordenou ao arcebispo de Braga, D. Lourenço, que aprontasse imediatamente todos os navios que fosse possível.

O empenho posto na tarefa por aquele prelado, levou ao aprontamento, num curto intervalo de tempo, de 12 galés e 7 naus que se encontravam no Tejo, a que se juntaram mais uma galé e uma galeota entretanto chegadas do Algarve.

Esta esquadra mobilizava cerca de 3.000 marinheiros e remadores e 800 homens de armas e representava um notável esforço perante a situação então vivida na capital, ainda recordada do que sucedera no cerco de 1372. As galés foram lançadas à água com o auxílio de tanta gente que não foi necessário utilizar os cabrestantes. Como a infeliz expedição a Saltes tinha desfalcado muito os arsenais e armazéns da Ribeira das Naus, foi necessário improvisar muito, no apresto dos navios; segundo Fernão Lopes, porque não havia escudos nem dardos que se perderam nas armadas que fizera El-rei D. Fernando, faziam escudos das leivas dos tonéis e serravam bordos para fazer dardos⁴.

A guarnição desta esquadra era composta por 3.500 marinheiros e remadores e 800 homens de armas. Era um esforço notável tendo em conta que se vivia em Lisboa uma situação de tensão face à expectativa de ter de se defender de outro cerco castelhano; estavam ainda frescas na memória dos lisboetas as provações do que tivera lugar doze anos antes.

Não sendo aquela força naval suficiente para enfrentar a armada castelhana de Sanches de Tovar, decidiu-se fazê-la largar para o Porto onde se deveria reforçar com homens e navios e voltar ao Tejo em condições de enfrentar a esquadra castelhana.

² Idem ibidem., p. 64.

³ Idem ibidem., p. 64.

⁴ Fernão Lopes. Crónica de D. João I, vol I, p. 212.

A 1 de Fevereiro de 1384 entraram no Tejo uma nau grossa, uma galé e cinco baixéis castelhanos⁵ que vinham da Galiza com abastecimentos para a esquadra castelhana que supunham já estar em Lisboa, tendo fundeado entre o Restelo e São José de Ribamar. Atacados no dia seguinte por uma flotilha portuguesa de 2 galés, 2 naus e 3 barcas, apenas a galé conseguiu fugir para o mar picando a amarra e fazendo força de remos; os baixéis e a nau foram tomados.

Alguns dias depois, uma flotilha portuguesa de 3 galés e 3 barcas, que vigiava ao largo da barra do Tejo, apresou duas naus – que se diziam venezianas – carregadas de ricas mercadorias e uma barca da Galiza carregada com madeira.

Duas galés, com 50 homens de armas, foram a Santarém, sob o comando de Manuel Pessanha para, com o auxílio de gente local, tentar submeter a cidade; esta empresa fracassou devido à tenaz resistência do alcaide da cidade e dos seus apoiantes.

Apontada a frota, foi o seu comando entregue a Gonçalo Rodrigues de Sousa, alcaide de Monsaraz. Apesar de se viverem momentos difíceis e de incerteza, a investidura do capitão-mor cumpriu todas as disposições das Ordenanças Régias.

O cortejo saiu da Sé com o Clero na dianteira, e o arcebispo de Braga ao lado do Mestre de Avis e atravessou a cidade até à Porta da Oira onde Gonçalo de Sousa recebeu das mãos do Mestre de Avis, o estandarte que iria arvorar na capitânea da frota, a galé Real.

O mau tempo atrasou a largada da esquadra; surgiram, entretanto, na barra, arribadas com o mau tempo, 3 naus castelhanas com farinha e cevada que fundearam em Oeiras. Atacados pelas galés portuguesas e impedidas de regressar ao mar, devido ao temporal, foram encalhadas pelas guarnições que fugiram para terra em direcção a Sintra. Depois de recuperada a carga possível, os navios foram incendiados.

Todas estas acções foram possíveis, porque Sanchez de Tovar levou três meses a aprontar em Sevilha a esquadra castelhana⁶.

Com a melhoria do tempo e recebidas notícias que a esquadra castelhana já viria a caminho de Lisboa, tornava-se urgente a partida dos navios portugueses.

Depois da mostra geral, pelo Mestre de Avis, na Amora, Gonçalo Rodrigues de Sousa largou com as galés para o Norte a 14 de Maio de 1384. As naus ficaram ainda mais uns dias a aguardar ventos de feição.

Na sua rota para Norte, as galés assaltaram a vila de Atouguia, porque o alcaide de Óbidos forçava os habitantes a apoiar o rei de Castela; embarcaram mantimentos e continuaram a caminho do Porto.

Entretanto o rei de Castela avançou com o seu exército mas aguardou, nos

⁵ Cesáreo Fernández Duro, *La Marina de Castilla*, p. 148, afirma serem 6 naus e uma galé.

⁶ *Idem ibidem*, p. 148.

arredores de Lisboa, a chegada da frota para estabelecer o cerco à cidade.

A 26 de Maio entraram a barra os primeiros navios castelhanos: 13 galés e 1 galeota, sob o comando do Almirante Sanchez de Tovar. Dois dias depois chegava o grosso da frota: 40 naus entre grossas⁷ e pequenas sob o comando do capitão-mor Pero Afá da Ribeira.

Diante de Lisboa a esquadra castelhana fecha o cerco à cidade com as naus fundeadas em linha desde Cata-Que-Farás até à Porta da Luz, compreendendo toda a frente ribeirinha da cidade cercada. Da proa de cada nau à popa da seguinte foi passado um grosso calibre (amarra de cabo) que impedia a passagem de qualquer embarcação, mesmo pequena. A primeira e a última nau estavam tão próximas de terra que também por ali não era possível passar⁸.

Simultaneamente D. João I de Castela chegou com o seu exército à vista de Lisboa. Como na cidade estavam refugiados os mais importantes opositores do rei de Castela, foi decidido, em conselho, formalizar o cerco, apesar de se estar a desenvolver, na hoste castelhana, uma epidemia de que morriam muitos soldados; e não faltaram opiniões contrárias à fixação do acampamento com tal inconveniente⁹.

Cercada a cidade por terra e pelo rio, os seus habitantes ficaram sem meios de obter mais mantimentos, os quais só poderiam ser obtidos através da esquadra que estava no Porto.

Entretanto no Porto, combatia-se contra as hostes do Arcebispo de Compostela que tentavam obrigara cidade a aderir à causa do rei de Castela. Quando a esquadra portuguesa ali chegou, Gonçalo de Sousa mandou logo desembarcar um contingente de 300 lanceiros, 500 besteiros e 3.500 galeotes que, ao entrarem em acção, obrigaram à retirada das tropas do arcebispo para Braga¹⁰.

Respondendo às solicitações do Mestre de Avis, a cidade do Porto mandou aprontar todos os navios que ali se encontravam, preparou-se para os abastecer com mantimentos e armas e mobilizou o pessoal disponível para os guarnecer e colocar em condições de combater.

Foi ainda pedido o apoio de D. Gonçalo Telo, alcaide de Coimbra para se juntar com os seus homens à expedição e comandá-la. Este, enviou logo para o Porto dois baixéis carregados de mantimentos para embarcar na esquadra.

Enquanto se aprontavam os navios do Porto, foram enviados à Galiza algumas galés para uma incursão naquele território castelhano. Atacaram as cidades de Baiona e da Corunha que pagaram resgates de 400 e 600 francos, respectivamente, para não serem destruídas as suas pescarias; no Ferrol queimaram tudo, excepto

⁷ Nau grossa significa nau de grande porte.

⁸ José António Rodrigues Pereira. Op. Cit., p. 66.

⁹ Cesáreo Fernández Duro, Op. Cit., pp. 148-149.

¹⁰ Fernão Lopes, Op. Cit. p. 234

a igreja e Neda pagou também 400 francos para evitar o saque. Em Betanços, uma vila acastelada, queimaram duas naus - uma delas carregada de engenhos de guerra -- e apresaram uma galé, a Volanda que estava fundeada junto aos muros da vila; atacaram depois a fortaleza, travaram alguns combates com a guarnição local até que estes entenderam pagar um resgate para não receberem mais danos. A esquadra voltou para Sul assaltando pelo caminho todas as povoações ribeirinhas causando-lhes todo o dano que puderam. Os despojos e os resgates que trouxeram eram suficientes para pagar três meses de soldo às guarnições das galés.

A esquadra, agora bem abastecida e equipada, larga para Lisboa, a seguir às Festas de São João (24 de Junho), com a intenção de forçar o bloqueio castelhano e abastecer a cidade. Conhecem-se os nomes de alguns navios e comandantes; comandava-a o conde D. Gonçalo Telo, alcaide de Coimbra, embarcado na galé Real; Gonçalo Vasques de Melo comandava a Sant'Anna; Afonso Furtado a Bem Aventurada; Estêvão Vasques Filipe a Santa Clara; Lourenço Mendes de Carvalho a San Joanne; Manuel Pessanha a San Jorge; João Rodrigues Guarda a Santa vitória; Antão Vasques a Santa Maria de Cacela; são ainda conhecidos os nomes de outros comandantes sem indicação do navio: Gil Esteves Fariseu e Aires Peres Camões.

Entretanto chegaram ao Porto instruções do Mestre de Avis para se aguardar a chegada de D. Nuno Álvares Pereira, que vinha de Évora com os seus homens de armas para embarcar na esquadra e comandá-la até Lisboa, onde daria combate à frota castelhana que bloqueava a capital¹¹.

Receoso que D. Nuno se apoderasse do comando da frota, o conde D. Gonçalo apressou a largada dos navios.

Fizeram uma escala em Buarcos para receber mais abastecimentos e ali souberam que D. Nuno estava em Coimbra com os seus homens; avisado da chegada da esquadra, o futuro condestável escreveu a D. Gonçalo e a Rui Pereira para que o aguardassem; mais uma vez, D. Gonçalo precipitou a partida para evitar ser desalojado do comando da frota. Continuou esta o seu caminho para Sul, fundeando em Cascais a 17 de Julho de 1384.

Os castelhanos, que tinham acompanhado os movimentos da esquadra, tinham-se preparado para a enfrentar. Num conselho mandado reunir pelo monarca castelhano foram apresentadas duas propostas; o almirante Tovar propunha que a esquadra deveria ir para o mar aguardando os portugueses ao abrigo das ilhas Berlengas; assim os venceria sem deixar passar uma só vela. Pedro Afã, capitão-mor das naus propunha, por sua vez, que se deveria esperar pelos portugueses no Tejo; no mar os portugueses viriam com o vento a favor e as naus castelhanas, com o vento contra, não poderiam acompanhar as suas galés;

¹¹ Tancredo Octávio Faria de Moraes. História da Marinha Portuguesa. I – Da Nacionalidade a Aljubarrota, pp. 192-193.

no Tejo poderia manobrar de forma a colocar os portugueses entre as naus e as galés, cercando-os e derrotando-os. O rei optou pela segunda proposta, face à divergência de opiniões. Escolheu a que menos convinha, o mesmo que já sucedera quando se tratou do assédio¹².

Partiram para o mar duas galés que ficariam de vigia até avistarem a frota lusitana; quando estes são avistados as galés recolhem a Lisboa com a informação e os castelhanos iniciam, com grande agitação, os preparativos para o combate. Esta atitude deixou inquietos os sitiados que não entendiam a razão de tanta agitação.

Os portugueses, em Cascais, resolvem enviar um emissário ao Mestre de Avis dando conhecimento da situação e pedindo instruções. Foi João Ramalho o mensageiro escolhido e que num batel, durante a noite, conseguiu furar o bloqueio castelhano e desembarcar em Lisboa.

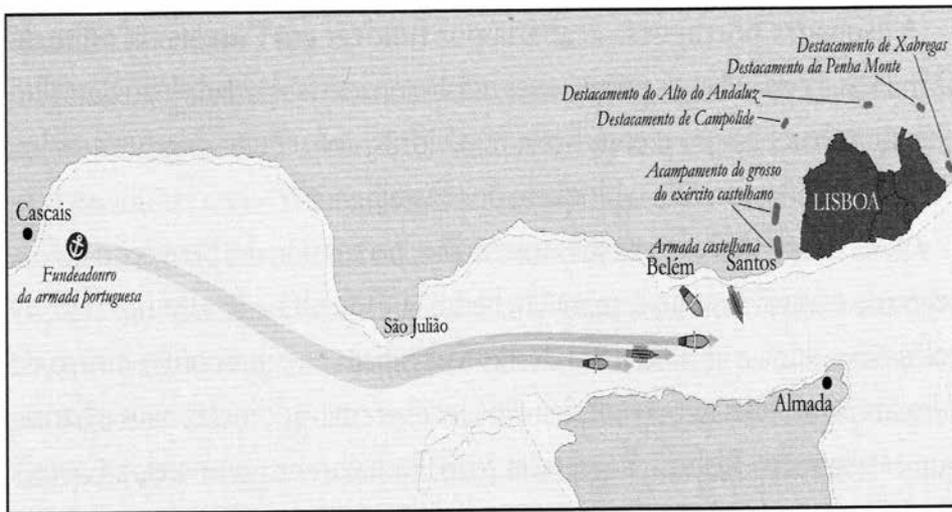


Figura 2 – Batalha Naval do Tejo de 18 de Julho de 1384. Desenho conjectural de José Manuel Cabrita baseado em “Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa” de Armando da Silva Saturnino Monteiro.

As instruções de D. João foram no sentido de a esquadra entrar na manhã seguinte aproveitando a força da maré enchente; as galés, em coluna a meio do rio e as naus a Sul destas, bem cozidas com a margem de Almada; não deveriam dar combate aos castelhanos enquanto não se reunissem com os navios que estavam em Lisboa e que o Mestre de Avis mandaria em seu socorro. Voltou João Ramalho a Cascais, atravessando mais uma vez a linha inimiga, e levando as instruções recebidas.

Ao nascer do dia seguinte já D. João estava na Ribeira preparando o embarque

¹² Cesáreo Fernández Duro, Op. Cit., p. 149.

nos navios que iam em auxílio da esquadra. Foram, porém, malsucedidas as tentativas de reforçar a esquadra; a forte corrente de maré arrastava as embarcações, carregadas de homens de armas, para montante, até Sacavém; foi o que aconteceu às barcas de Gonçalo Borges e Mem Rodrigues de Vasconcelos. A nau onde D. João embarcou, com 400 homens de armas, uma das que fora apresada aos genoveses, não pode governar por ir sobrelotada; o Mestre de Avis teve de desembarcar e a esquadra, sem reforço, teve de enfrentar sozinha a armada de Castela.

Os castelhanos, com 40 naus e 13 galés, formam uma linha de batalha encostadas à margem Norte, diante do Restelo, aguardando a chegada dos portugueses.

A esquadra portuguesa entra a barra com 5 naus na dianteira, seguidas das restantes, bem cozidas à margem Sul, e com 17 as galés navegando em coluna no meio do Tejo, entre as outras 12 naus abarrotadas de víveres, e os navios espanhóis. Aproveitando bem o vento Norte e a força da enchente, os portugueses avançam resolutamente para Lisboa. As naus da dianteira eram a Milheira sob o comando de Rui Pereira, capitão-mor das naus, com 60 homens de armas e 40 besteiros, a Estrela comandada por Álvaro Peres de Castro, a Farinheira de João Gomes da Silva, a Sangrenta de Aires Gonçalves de Figueiredo e na última, cujo nome se desconhece, vinham os irmãos Pêro e Rui Lourenço.

Os castelhanos tiveram dificuldade em segurar os seus navios na linha de batalha – estavam atravessados à corrente e tiveram de ser fundeados – e quando conseguem largar em perseguição dos portugueses, já os primeiros navios tinham passado e nunca mais os puderam alcançar. À largada, as naus castelhanas cruzaram a proa das suas galés e dificultaram-lhes a progressão em direcção aos navios portugueses.

Vendo que navios estacionados em Lisboa não largam das estacadas, a vanguarda portuguesa resolve investir contra os castelhanos para proteger os restantes navios.

Rui Pereira, o chefe da vanguarda portuguesa, altera o rumo e navega contra as naus espanholas interpondo-se entre elas e as galés portuguesas, sendo acompanhado neste movimento por todos os seus navios. Atacando-as com fúria ripostaram os castelhanos também com violência, travando-se uma luta renhida entre os navios das duas frotas.

A luta desenrola-se essencialmente entre as cinco naus portuguesas da vanguarda com os seus equivalentes espanhóis; seis naus castelhanas abordam três das naus portuguesas e a batalha desenrola-se com os navios a cair, com a corrente, em direcção a Cacilhas. O resto da frota e as galés portuguesas continuaram a navegar e vieram fundear dentro das estacadas.

Rui Pereira e os seus navios continuavam a bater-se com energia; um virote

disparado de um navio inimigo atingiu-o na face, provocando-lhe morte imediata. Vendo que o resto da esquadra estava a salvo a nau Sangrenta que, juntamente com a Milheira, atacara a nau capitânia castelhana San Juan de Arenas tenta abandonar o combate, mas foi perseguida por cinco galés; apesar da chuva de projecteis que sobre ela deitaram os inimigos e da súbita falta de vento, conseguiu atingir as estacadas, ficando a salvo.

A batalha terminava com os castelhanos a recolherem de novo ao Restelo e os portugueses ao abrigo das muralhas da cidade.

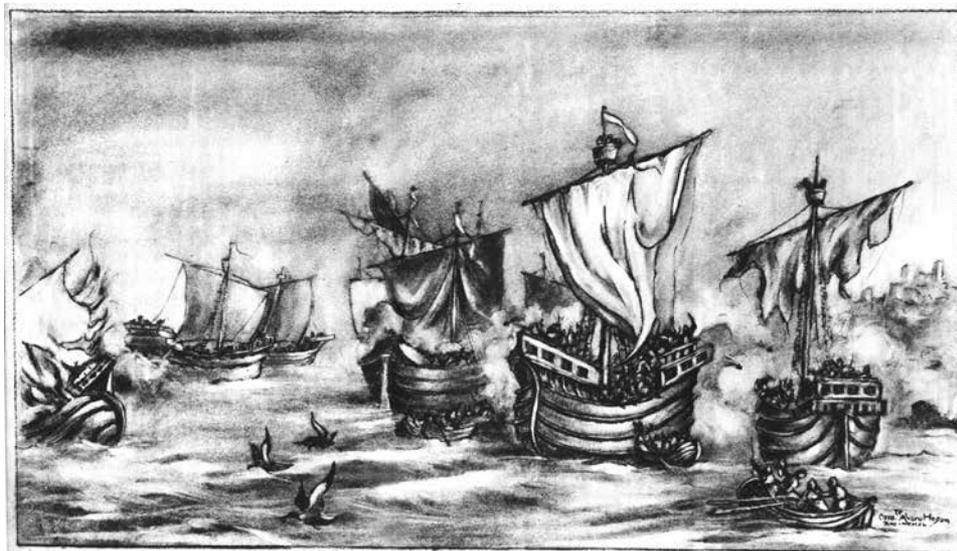


Figura 3 – Batalha Naval do Tejo travada em 18 de Julho de 1384. Desenho de Álvaro Hogan in História da Marinha Portuguesa (1140-1385), edição do Clube Militar Naval, 1940.

A esquadra portuguesa perdeu 3 naus e o seu comandante, Rui Pereira, mas o resto da esquadra atingiu o destino a salvo e fez chegar a Lisboa mais armas, mais homens e mais mantimentos.

Apesar das perdas, esta batalha é uma importante vitória portuguesa; no mar não ganha quem tem menos baixas, mas sim quem atinge os seus objectivos. E não há dúvidas que os castelhanos falharam o seu objectivo de impedir a chegada dos navios a Lisboa; os portugueses conseguiram o seu, atingir a cidade cercada e abastecê-la, o que sem dúvida desmoralizou o inimigo levando-o, mais tarde, a levantar o cerco a retirar para Castela.

O Mestre da Avis planeia, entretanto, um combate naval com os castelhanos, reforçando, com gente da cidade, as guarnições dos navios portugueses. Mas este combate nunca teria lugar porque a Armada de Tovar seria entretanto reforçada com mais 21 naus e 3 galés, totalizando agora 61 naus e 16 galés¹³, além de

¹³ Armando da Silva Saturnino Monteiro. Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa 1139-1975, volume I, pp 63.

outros navios menores. E o Mestre de Avis, perante a desproporção de forças, teve de manter-se na defensiva.

Em 27 de Agosto, os castelhanos desencadearam um ataque por terra e mar contra Lisboa, tentando apoderar-se das galés portuguesas; alguém propôs queimá-las mas D. João I de Castela, terá afirmado “são minhas e não quero dessa guisa perdê-las”¹⁴.



Figura 4 – Ataque das galés castelhanas aos navios portugueses fundeados junto à margem, em 27 de Agosto de 1384. Quadro de Sousa Lopes, Museu Militar de Lisboa.

Aproveitando o facto de estar em maré viva, onde algumas galés flutuavam os castelhanos atacaram-nas, mas a reacção dos portugueses impediu que fossem tomadas. Os castelhanos acabariam por perder uma das suas galés que tendo aferrado uma portuguesa, quando esta foi puxada para terra, veio com ela e foi tomada¹⁵.

Foi com a chegada do reforço naval que se desenvolveu ainda mais a peste que, desde o início, grassava no acampamento castelhano; diz-nos Duro que não se fazia outra coisa, senão abrir valas e conter as lágrimas ao dar sepultura ao Mestre de Santiago, o camareiro-mor, ao marechal de Castela, e ao Almirante Tovar, entre milhares de soldados e marinheiros¹⁶.

Em 3 de Setembro, os castelhanos levantaram o cerco, deixando apenas a esquadra no Tejo.

¹⁴ Tancredo Octávio Faria de Morais. Op. Cit., p 199.

¹⁵ Idem ibidem, p. 201.

¹⁶ Cesáreo Fernández Duro, Op. Cit., p. 150.

Fernandez Duro¹⁷ historiador da Marinha Espanhola afirmou, a propósito deste combate: Na guerra (naval) triunfa o que consegue o resultado que se propunha; não o que ganha combates ou batalhas sem consequências. Se a Lisboa não chegassem mantimentos, não se poderia prolongar a resistência; provavelmente o rei de Castela entrava em Lisboa; diminuiria a popularidade do Mestre de Avis e os assuntos tomariam um aspecto diferente do que tiveram. Pensando assim os defensores da independência portuguesa sacrificaram neste lance parte da sua frota à salvação do que mais importava, preparando a Rui Pereira louros imortais ao sucumbir com menos de dois mil soldados¹⁸ em aras da Pátria.

Ao não chegarem a Lisboa mantimentos, não poderia prolongar-se a resistência da cidade; e, provavelmente, o rei D. João I (de Castela) entraria na cidade e terminaria a popularidade do Mestre de Avis, tornando os assuntos aspecto muito distinto do que tiveram.

Bibliografia

LOPES, Fernão. Crónica de D. João I, 2 vols., Barcelos, Civilização, 1990.

DURO, Fernández Cesáreo, La Marina de Castilla. Desde su Origen y Pugna con la de Inglaterra hasta la Refundición en la Armada Española, Madrid, El Progreso Editorial, 1894.

EÇA, Vicente Almeida d'. Lições de História Marítima Geral (4 volumes). Ministério da Marinha, Lisboa, 1973.

LEITÃO, Comandante Humberto e LOPES, Comandante J. Vicente. Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual. Edições Culturais de Marinha, Lisboa, 1990.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino. Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (8 Volumes). Sá da Costa Editora, Lisboa, 1990-97.

MORAIS, Tancredo de. História da Marinha Portuguesa. I – Da Nacionalidade a Aljubarrota. Clube Militar Naval. Lisboa, 1940.

PEREIRA, José António Rodrigues. Grandes Batalhas Navais Portuguesas. Esfera dos Livros. Lisboa, 2009.

_____. Marinha Portuguesa nove Séculos de História. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2010.

QUINTELLA, Inácio da Costa. Anais da Marinha Portuguesa (4 volumes). Ministério da Marinha, Lisboa 1973-75.

SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar. Imprensa Nacional. Lisboa, 1931.

¹⁷ Idem ibidem, p. 150.

¹⁸ Os portugueses perderam menos de 200 homens, pelo que é exagerado o número avançado pelo historiador espanhol.

JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES PEREIRA

Capitão-de-mar-e-guerra reformado. Académico Emérito da Academia de Marinha; Académico Honorário da Academia Portuguesa da História; Vogal efectivo do Conselho Consultivo da Comissão Portuguesa de História Militar; Membro da Comissão de Estudos Corte-Real e da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa. Autor de várias monografias de que destacamos *Marinha Portuguesa Nove Séculos de História*. Texto elaborado em Maio de 2022.



Citar este texto:

PEREIRA, José Rodrigues – Batalha Naval do Tejo (18 de Julho de 1384). *Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI)*. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/URTL2835>

EL USO DE LA FUERZA COMO ARMA POLÍTICA: CASTILLA Y PORTUGAL A FINALES DEL SIGLO XIV Y LA TOMA DE BADAJOZ DE 1396

Carlos Rodríguez Casillas

Resumen

Durante la Edad Media, al igual que hoy día, los grupos de poder recurrieron al uso de la fuerza para alcanzar sus respectivos horizontes políticos. El objetivo de este trabajo es contribuir al conocimiento de esta realidad poniendo de manifiesto cómo durante el Medievo la guerra se convirtió en un arma al servicio de la política, así como sus principales manifestaciones y consecuencias. Para ello, nos serviremos de un marco privilegiado: las tensiones políticas que mantuvieron Castilla y Portugal a finales del siglo XIV, prestando especial atención a la toma portuguesa de Badajoz de 1396.

Abstract

In the Middle Ages, as still happens today, powerful groups would resort to the use of force to reach their respective political horizons. This paper sets out to provide further knowledge about this fact by showing how war became a weapon at the service of politics in the Middle Ages, as well as its main manifestations and consequences. We will use a privileged framework for this: the political tensions in Castile and Portugal at the end of the fourteenth century, paying particular attention to the Portuguese conquest of Badajoz in 1396.

1. Introducción

A comienzos de 2022, bajo la apariencia de una maniobra militar a gran escala, Rusia comenzó a aglutinar hombres y recursos en su frontera con Ucrania. Poco tiempo después comenzaría una ofensiva militar cuyas trágicas cicatrices todavía nos siguen sobrecogiendo. El estallido de esta nueva conflagración en Occidente, en pleno siglo XXI, además de hacer saltar todas las alarmas, ha

hecho que la inmensa mayoría de potencias europeas, a través de sus analistas y medios de comunicación, se pregunten cómo ha podido ocurrir algo así en el seno de estructuras políticas que sobrentendemos como maduras y democráticas. Una posible respuesta es que, quizá, los grupos de poder continúan haciendo del uso de la fuerza un arma política con la que alcanzar sus objetivos a corto y medio plazo. Aunque en realidad, la verdadera cuestión es si en algún momento de la historia esto no ha sido así.

En su ya clásico axioma, Carl von Clausewitz argumentaba que la guerra no era un mero enfrentamiento entre dos contendientes cualesquiera, sino una estrategia más que los hombres han desarrollado para regular sus relaciones¹. Según este postulado, la guerra es la manifestación más alta a la que llega un conflicto entre opuestos, su resolución por medio de la violencia². Gerardo Martínez sostiene a este respecto que allí donde existen dos bandos enfrentados por distintos intereses (políticos, económicos, ideológicos, etc.) surgen enemigos que terminan chocando entre sí por el sometimiento del contrario³. Por su parte, Rodríguez de las Heras apuntaba que la guerra, o si se quiere, la actuación armada, ha gozado siempre de un especial significado como factor regulador de todos aquellos conflictos que han amenazado la propia existencia de cualquier poder a lo largo de la historia⁴.

En lo que concierne a la Edad Media, las investigaciones realizadas por Pascua Echegaray⁵, García Fitz⁶ o Mitre Fernández⁷ han puesto de manifiesto que, más allá de las posibles diferencias geográficas, o las distancias coyunturales y temporales, la guerra tuvo una gran relevancia en el conjunto de las relaciones políticas del momento, desde las monarquías feudales del siglo XII hasta la Guerra de los Cien Años⁸.

¹ CLAUSEWITZ, Carl von - De la guerra, Barcelona: Labor, 1992, p. 13 y 48-49.

² TELLO, Ángel - La teoría de las relaciones internacionales desde un punto de vista político-polemológico, Universidad Nacional de la Plata: [s.n.], 2010, p. 239. Tesis doctoral.

³ Según Gerardo Martínez, la guerra actúa como un proceso de carácter violento, donde las facciones enfrentadas intentan imponerse unas a otras mediante la conflagración, buscando la aniquilación total del contrario, o al menos su sumisión y sometimiento con el uso de las armas; MARTÍNEZ, Julio Gerardo - Acerca de la guerra y de la paz, los ejércitos, las estrategias y las armas, según el libro de Las Sietes Partidas, Cáceres: Universidad de Extremadura, 1984, p. 22.

⁴ RODRÍGUEZ DE LAS HERAS, Antonio - Las regulaciones del conflicto, Norba. Revista de historia, 2, 1981, p. 273-280.

⁵ PASCUA, Esther - *Guerra y pacto en el siglo XII. La consolidación de un sistema de reinos en Europa Occidental*, Madrid: CSIC, 1996, p. 18-25.

⁶ GARCÍA FITZ, Francisco - *Relaciones políticas y guerra. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII*, Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002, p. 17-25.

⁷ MITRE, Emilio - *La Guerra de los Cien Años*, Madrid: Alba Libros, 2005, p. 42.

⁸ En palabras de Philippe Contamine, este fue el tiempo de las grandes confrontaciones, como La Guerra de los Cien Años; las guerras entre Escocia e Inglaterra; la guerra de sucesión en Bretaña; las campañas de Felipe el Bueno y de Carlos el Temerario; las guerras civiles, dinásticas y entre reinos de la Península Ibérica; las rivalidades señoriales italianas; la recuperación temporal del

Para el caso que nos ocupa, Castilla y Portugal recurrieron al uso de la fuerza durante buena parte del siglo XIV con el objetivo de alcanzar sus respectivos horizontes políticos. A lo largo de estas páginas, trataremos de poner de relieve esta realidad, centrando nuestra atención en un hecho clave: la conquista portuguesa de Badajoz de 1396.

2. Las tensiones políticas entre Castilla y Portugal durante el siglo XIV

A finales de la Edad Media, coincidiendo con una cierta crisis generalizada en toda Europa (tanto a nivel político, económico, social y hasta religioso), los reinos de Castilla y Portugal se vieron inmersos en una espiral de violencia de devastadoras consecuencias. Si bien es verdad que en la década de 1330 ambas potencias mantuvieron un agitado desencuentro, que tuvo como episodios destacados el cerco de la ciudad de Badajoz y la batalla de Barcarrota, el grueso de las hostilidades hay que situarlo en el último tercio de siglo. Es entonces cuando se sucedieron una serie de campañas militares, casi continuadas, que tuvieron su razón de ser, entre otras razones, en el convulso contexto político derivado de la Guerra de los Cien Años y en el abrupto ascenso al poder de las casas Trastámara y Avís⁹.

A este respecto, tras su triunfo en la guerra civil castellana de 1366, Enrique de Trastámara tuvo que hacer frente a la oposición de Fernando I de Portugal, obcecado como estaba en no reconocer su legitimidad. Las desavenencias entre ambos monarcas terminaron dirimiéndose militarmente en una serie de confrontaciones conocidas como “guerras fernandinas”, que se extendieron en el tiempo hasta comienzos del reinado de Juan I de Castilla¹⁰. La posterior muerte de Fernando no contribuyó a estabilizar la situación. Al contrario. Entre 1383 y 1385 Juan I de Castilla reclamaba el trono portugués esgrimiendo los derechos de su esposa, la princesa Beatriz de Portugal. La perspectiva de ser gobernados por el rey de Castilla despertó las simpatías de la aristocracia portuguesa, pero no así las del pueblo llano y las de algunos sectores burgueses, cuya hostilidad fue canalizada por el autoproclamado protector del reino, el maestre de Avís don João. En un intento por reconducir la situación, y con el objetivo siempre en mente de satisfacer sus aspiraciones políticas y erradicar cualquier tipo de hostilidad hacia su figura, el rey de Castilla desplegó en el interior de Portugal

Rosellón por Luis XI; la anexión de Bretaña por Carlos VIII; la Guerra de las Dos Rosas o el final de la Reconquista. Toda una serie de enfrentamientos de distinto signo (expansionistas o de consolidación del poder) cuya solución y regulación los dirigentes del momento parecieron encontrarla en el recurso de la guerra; CONTAMINE, Philippe - La guerra en la Edad Media, Barcelona: Nueva Clío, 1984, p. 158.

⁹ Para un mayor conocimiento de esta realidad, remitimos a OLIVERA SERRANO, César - Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara, La Coruña: CSIC-XUGA, 2005.

¹⁰ Para una actualizada visión de estas contiendas, véase: NISA, João - Um palco e um cenário. A frontaria alentejana e as Guerras Fernandinas (1369-1382), Juvenes - The Middle Ages seen by young researchers, Évora, 2020.

una intensa actividad militar que terminó en un rotundo fracaso: primero con el frustrado cerco sobre Lisboa (1384) y posteriormente con la debacle de Aljubarrota (1385)¹¹.

Las aspiraciones de Juan I de alcanzar el trono portugués por la fuerza de las armas dejaron a Castilla muy debilitada, tanto en el plano militar (por la gran cantidad de hombres y animales de guerra que se perdieron entonces) como también en el ámbito de la política internacional. Una situación de vulnerabilidad que fue aprovechada por João I de Avis para consolidar sus posiciones, aumentar sus bases de poder y para proyectarse militarmente sobre Castilla haciendo del uso de la fuerza un excelente mecanismo de presión política con el que obligar a su tradicional enemigo a reconocer su legitimidad.

Tomemos como referente lo ocurrido en el área territorial que comprende la “raya” luso-extremeña. Al poco de producirse victoria portuguesa de Aljubarrota, el célebre condestable portugués Nuno Álvares Pereira asoló con dureza el sur de Badajoz, derrotando de paso a una importante coalición de fuerzas castellanas en la batalla de Valverde (1385). A la par que se desarrollaba esta acción, otro portugués, Antón Vasques, lideró a título individual una expedición de saqueo que arrasó parte del territorio onubense colindante con Extremadura. Y a comienzos de 1386, João de Avis cercaba la ciudad de Coria. La población fue sitiada durante varios días, aunque al final los portugueses tuvieron que retirarse, víctimas del hambre y de las enfermedades¹².

3. La toma de Badajoz de 1396 y sus funestas consecuencias

En este contexto de predominio militar portugués, en el año 1396, debido al incumplimiento de algunas cláusulas acordadas por los representantes castellanos en el tratado de paz que ambas potencias firmaron en 1393, João I de Avis, sintiéndose fuerte, comenzó a sopesar la idea de llevar a cabo acciones de represalia contra Castilla mediante la ocupación militar de algún significativo enclave:

Tendo el-rei de Portugal sentido da não boa maneira que os castellãos

¹¹ SUÁREZ, Luis - Juan I (1379-1390), Palencia: La Olmeda, 1994, p. 122-165. Para una mayor comprensión del transcurso de la batalla y de su dimensión histórica, véase: MONTEIRO, João - Aljubarrota (1385). A batalha real, Lisboa: Tribuna da História, 2003. También, MARTINS, Miguel - De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média, Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 357-387. Finalmente, ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana - La reorganización del ejército castellano tras el desastre de Aljubarrota, VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais. A guerra e a sociedade na idade media, vol. I, Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 111-117.

¹² Para un mayor conocimiento de las campañas militares de los ejércitos portugueses en el territorio extremeño recomendamos encarecidamente el magistral estudio que realizó de la Montaña Conchíña sobre esta realidad: MONTAÑA CONCHÍÑA, Juan Luis de la - «E levaram captivos, e derribaram o logar todo»: la guerra en la frontera castellano-portuguesa, siglos XIV-XV, Norba. Revista de historia, 21, 2008, p. 11-28.

començavam de ter na guarda do trato das treguas, que dissemos (...) bem viu el-rei e os de seu conselho que ele había caído por todo en pena de dozentas e cincoenta mi dobras, e porque do feito nasce o direito e a somma era tão grande que não podía haver d'ello entrega por tomada de bens moveis, conveiu a el-rei fazer penhora en cidade ou villa, ou lugar cercado¹³.

Los objetivos elegidos para tal fin fueron Badajoz y Alburquerque, que debían ser tomados en una sola noche, de manera furtiva¹⁴. La toma por sorpresa de un punto fortificado constituyó durante el Medievo una de las formas más simples y efectivas de conquistar una plaza fuerte. Generalmente, estas acciones estuvieron protagonizadas por pequeños destacamentos de expertos escaladores, que solían portar un material tan económico como rudimentario: sogas y escalas de madera. Normalmente, estas partidas se aproximaban a la fortaleza de manera sigilosa y asaltaban la posición por su zona más vulnerable. Las primeras unidades en ascender neutralizaban a los centinelas y acto seguido subía el grueso de la tropa¹⁵. Uno de los factores clave en el desarrollo de estas operaciones era el elemento sorpresa, de ahí que los destacamentos asaltantes poseyesen un minucioso conocimiento de aquellos objetivos a conquistar. A este respecto, con el objeto de tomar Alburquerque en 1396, los portugueses comenzaron a espiar todas las noches esta posición, con el fin de observar, entre otras cuestiones, el número de hombres que estaban al frente de sus defensas o los turnos de ronda de sus vigías. Y en lo que atañe a Badajoz, los lusos contactaron con un escudero portugués que había recalado en esta ciudad huyendo de la justicia, para que les ayudara en esta misión¹⁶.

Con todo, a pesar de todas estas medidas y de la consecuente precaución, el resultado de ambas acciones fue dispar. El asalto nocturno perpetrado contra Alburquerque por un reducido, pero experto, grupo de escaladores terminó fracasando. Por su parte, Badajoz pudo tomarse tras un enrevesado ardid: los portugueses escenificaron una falsa acción de contrabando para enmascarar el ataque de sus fuerzas de ocupación. Toda una versión medieval del caballo de Troya que les permitió introducirse en la ciudad y hacerse con ella¹⁷.

¹³ LOPES, Fernão - *Chronica de El-Rei D. Fernando*, Lisboa: Escritorio, 1895, vol. VI, p. 111.

¹⁴ LOPES, Fernão - *Crónica de El-Rei D. João I...*, op. cit., vol. VI, p. 109-10.

¹⁵ MARTINS, Miguel - *A arte da guerra em Portugal. 1245 a 1367*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014, p. 399.

¹⁶ LOPES, Fernão - *Chronica de El-Rei D. João I...*, op. cit., vol. VI, p. 111.

¹⁷ La secuencia de acontecimientos fue la siguiente: los hombres de Juan de Avís contactaron con Gonzalo Annes, un portugués exiliado en Badajoz, para que les ayudara en su cometido. Annes convenció entonces al guardián de una de las puertas de la ciudad para que le dejase entrar una carga ilegal de trigo, como contrabando. El vigía, bajo soborno, aceptó el trato y se comprometió a facilitar la operación. La vulnerabilidad defensiva de este punto de acceso el día que debía producirse la entrada del cargamento fue decisiva para la irrupción de los portugueses en el interior de la ciudad.

Aunque es muy posible que el comportamiento del monarca portugués estuviese orientado a situarse en un plano superior a la hora de afrontar unas posibles negociaciones con Castilla, lo cierto es que lo único que propició la toma de Badajoz fue un progresivo deterioro de las relaciones entre ambas potencias.

En un primer momento, Castilla no parecía muy interesada en desplegar una contraofensiva a gran escala. Más bien al contrario, guardó cierta cautela a la espera de ver cómo evolucionaban los acontecimientos. Mientras tanto, el maestre Suárez de Figueroa fue designado protector del espacio fronterizo y, al poco tiempo, fue requerido por el monarca en Segovia, para que diese cuenta ante las Cortes de todo lo que allí estaba sucediendo¹⁸.

Enrique III no tardó demasiado en comprender que la diplomacia era una vía muerta, no quedando más margen de actuación que el uso de la fuerza. Una de las primeras decisiones acordadas fue militarizar la frontera con el objeto de preservar la seguridad del territorio. Según la documentación consultada, Figueroa habría efectuado un repartimiento de 6.000 hombres a pie, a los que habría que sumar las mesnadas de Alcántara y Calatrava, más las lanzas que debían aportar nobles como Pedro Ponce, el mariscal de Castilla o Martín Portocarrero (unas 1.500). El maestre de Calatrava marcharía con sus hombres a la tierra de Cáceres, mientras que otros importantes retenes se situarían en Villanueva del Fresno, Fregenal, Fuente del Maestre y Jerez de los Caballeros¹⁹.

Más allá de la defensa del territorio, estas tropas tuvieron también una destacada función ofensiva. Como bien puede apreciarse en la crónica de Fernando Lopes, en torno a 1397:

o mestre de Santiago de Castella D. Lourenço Soares de Figueroa, e o mestre de Calatrava, e o de Alcantara, com muitas gentes de Andaluzia e das fronteiras, eran entrados entre o Tejo e Odiana, e que roubavam, e captivavam, e matavam, e faziam quanto mal podiam por termo de Beja, Moura, Serpa, e pelo campo de Ourique até Alcacer²⁰.

La réplica portuguesa no se hizo esperar. Nuno Álvares, con tropas también del maestre de Avis, realizó una entrada desde Elvas que llegó hasta las inmediaciones de la villa de Cáceres. Los castellanos esperaban que la respuesta militar se produjese en el sur, por lo que el impacto psicológico de esta acción fue aún mayor. Durante su marcha, el condestable de Portugal acampó en las cercanías de Arroyo, donde continuó con su acción de saqueo, que alcanzó incluso la villa de Garrovillas (que dista unos 30 km de la anterior población). Los portugueses apresaron numerosos cautivos y sustrajeron un gran botín, regresando victoriosos

¹⁸ Real Academia de la Historia (en adelante RAH), Colección Salazar y Castro, m6, f. 320v.

¹⁹ RAH: Colección Salazar y Castro, m6, f. 318-319.

²⁰ LOPES, Fernão - Crónica de El-Rei D. João I..., op. cit., vol. VI, p. 128.

a Portugal por Valencia de Alcántara²¹.

Esta no sería la única acción de represalia orquestada por el condestable portugués. Consciente de su superioridad militar, Nuno Álvares le recriminó a Figueroa no seguir las reglas de la caballería durante su incursión por el Alentejo, junto a los maestros de Alcántara y Calatrava, desafiándole a combatir si osaba de nuevo internarse en Portugal²². Posteriormente, ya en 1398, el condestable hizo una gran entrada por el reciente señorío que Figueroa trataba de instaurar en la tierra de Badajoz. Tras múltiples escaramuzas, y tras evitar los castellanos el enfrentamiento en campo abierto, los portugueses regresaron a sus bases en Portugal saqueando todo a su paso²³.

Mientras esto ocurría, la consolidación de la ley de las armas, Enrique III intentó dividir la política portuguesa impulsando la candidatura del Infante don Dionís, hijo del rey don Pedro y de doña Inés de Castro, lo que situaría en el trono portugués a un monarca favorable a sus intereses. A este respecto, como medida de presión, Enrique III ordenó saquear el interior de Portugal, excepto aquellas poblaciones que siguiesen la voz del Infante:

aquel traydor me quebrantó las treguas e me tomó malamente la mi çibdad de Badajoz, y la robó y la destruyó, de lo qual fío en Dios que muy çedo me fará enmienda. E fazed requerir a los mas de los logares de Portugal que pudieredes si querrán tomar la boz del Ynfante D. Donís y darse a él. E los que lo façer quisieren, mandad que los non sea fecho mal nin enojo; e los que non lo quisieren façer, mandadles façer la mayor guerra que podieredes²⁴.

Hemos de tener en cuenta que los dirigentes militares de la Edad Media fueron plenamente conscientes de que la guerra, representada mediante devastación sistémica de un territorio, podía instrumentalizar políticamente a la población. El impacto psicológico y la desesperación de toda aquella sociedad que se ha visto abocada a la ruina constituían un importante factor a tener en cuenta, por cuanto, con el paso del tiempo, toda esta angustia podía derivar en un foco de presión hacia sus respectivos dirigentes, para que estos cesasen su política militar o para que se vieran obligados a alcanzar un acuerdo político con ese mismo enemigo que les causaba tanto dolor²⁵.

²¹ *Chronica do Condestabre de Portugal* Dom Nuno Alvarez Pereira, ed. Mendes dos Remedios, Coimbra, 1911, p. 168.

²² RODRÍGUEZ AMAYA, Esteban - Don Lorenzo Suárez de Figueroa: Maestre de Santiago, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo VI, 1-2, 1950, p. 265.

²³ *Chronica do Condestabre...*, op. cit., p. 174-181.

²⁴ RAH – Colección Salazar y Castro, m6, f. 322v.

²⁵ RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos J. - La batalla campal en el Edad Media, Madrid: La Ergástula, 2018, p. 45-47. Véase también, GARCÍA FITZ, Francisco - Castilla y León frente

En 1399 ambos contendientes intentaron alcanzar un acuerdo de paz que pusiese fin a las hostilidades. No obstante, este primer acercamiento fracasó. Esto se debió, en gran medida, al recelo de los castellanos, que temían que los portugueses estuviesen desplegando un complot para hacerse con Villanueva de Barcarrota. Ante dicha tesitura, la diplomacia fue sustituida nuevamente por las armas. En abril de 1400, ante los intentos de Enrique III de levantar un gran ejército, Juan de Avis sitiaba Alcántara. El enclave logró resistir y al final el asedio tuvo que levantarse²⁶. Fue entonces cuando los castellanos tomaron la iniciativa. El condestable de Castilla, que había acudido en socorro de la guarnición de Alcántara, persiguió a los portugueses durante su retirada, conquistando de paso las posiciones lusitanas de Penamacor y Miranda do Douro²⁷. De forma paralela, Suárez de Figueroa y el mariscal Diego Fernández tomaron la imponente fortaleza de Noudar, que capituló a principios de septiembre²⁸.

Finalmente, este endémico y desgarrador enfrentamiento comenzaría a vislumbrar su final a finales 1402, cuando castellanos y portugueses sellaron un principio de acuerdo que diese salida y solución a tantos años de guerra²⁹.

4. Conclusión

A finales del siglo XIV los reinos de Portugal y Castilla se vieron inmersos en una gran espiral de violencia. Una violencia que, más allá de las connotaciones que queramos sojuzgarla, desempeñó un papel muy activo como reguladora de sus propias tensiones políticas.

En un primer momento, tras el ascenso de la dinastía Trastámara, Castilla buscó su reconocimiento político frente a Portugal usando la fuerza de las armas como vehículo de actuación. Posteriormente, cuando João I de Avis ascendió al poder, se advierte un proceso muy similar por parte de la corona portuguesa, que encontrará su clímax tras la derrota militar castellana en la batalla de Aljubarrota.

¿Esto quiere decir que la diplomacia fue totalmente eclipsada por la actividad bélica? Evidentemente no. Pero qué duda cabe que acciones como la toma de Badajoz o la terrible guerra de devastación que ambos contendientes desplegaron a ambos lados de la frontera tuvieron un innegable componente político. El

al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII), Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998, p. 106; y MCGLYNN, Sean - A hierro y fuego. Las atrocidades de la guerra en la Edad Media, Barcelona: Crítica, 1994, p. 355.

²⁶ MONTEIRO, João - Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo. Os três rostros do condestável, Lisboa: Manuscrito, 2017, p. 140.

²⁷ SUÁREZ, Luis - Auge y caída de un hombre nuevo: el condestable Ruy López Dávalos, Boletín de la Real Academia de la Historia, tomo CXCIV, I, 1998, p. 24.

²⁸ SUÁREZ BILBAO, Fernando - Enrique III 1390-1406). Reyes de Castilla y León, Palencia, 1994, p. 183-185.

²⁹ GONZÁLEZ SÁNCHEZ - Las relaciones exteriores de Castilla a comienzos del siglo XV. La minoría de Juan II, Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 2013, p. 143.

uso de la fuerza se convirtió por aquellos entonces en una pieza de ajedrez más que las monarquías utilizaron en el siempre complejo tablero de las relaciones internacionales.

ANEXO DOCUMENTAL

[1397] Carta de Enrique III al maestre de Santiago, Suárez de Figueroa, transmitiéndole la orden de hacer la guerra a aquellas poblaciones portuguesas que no siguiesen la voz del Infante D. Dionís.

Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro, m.6, fol. 322.

Yo el Rey embió mucho saludar a vos el Maestre de Santiago como aquel que mucho amo e precio e de quien mucho fío. Vien sabedes en como vos embié dezir con vuestro ome en como Ruy López era entrado en Portugal con consejo de Martín Bazquez, por quanto les embiaron decir que estaban en discordia en la çibdad de la Guarda e se querían acuchillar unos con otros, e en antes que ellos llegasen Gonzalo Vázquez llegó a la dicha çibdad e pidioles que lo acogiesen en la dicha çibdad, e ellos non lo quisieron acoger. E requirioles luego, de parte de su señor, que pues ellos non lo querían acoger que lançasen fuera de la dicha çibdad a los parientes que ay estavan de Martín Bázquez, pues que era tornado castellano. E ellos dijeron que los non lançarían, más que tomarían arrefenes de ellos, e tomaron luego sus mugeres y otras personas sus parientes e posieronlos en el castillo de la dicha çibdad. E después de esto, a poca de ora, llegaron a la dicha çibdad el dicho Martín Bázquez con çierta compañía de la que iva con Ruy López. E los de la çibdad non les osaron fablar nin los acogieron, por lo qual se ovieron de tornar. E por quanto algunos les dixieron que vernía allí el Ynfante D. Donís les respondieron que quando lo viesen lo crerían. Así que fue acordado de se tornar a Çibdad Rodrigo. E entornando se fallaron mucho ganado, e non quisieron tomar nin traer ninguna cosa de ello, nin façer otro mal en la tierra, so fũa³⁰ que quando entrase el Ynfante D. Donís tomarían su boz.

E agora, he acordado con los de mi Consejo que se comience reçiamente la guerra contra todos los logares de Portugal que non quisieren tomar la boz del Ynfante D. Donís, robando e cativando y façiendo todo el mal y danno que ser pudier, salvo que non pongan fuego nin quemem cosa alguna. Porque vos ruego e mando que luego, vista esta mi carta, fagades guerra y todo quanto mal y danno podieredes en Portugal, salvo que non consintades poner fuego, pues aquel traydor me quebrantó las treguas e me tomó malamente la mi çibdad de Badajoz, y la robó y la destruyó, de lo qual fío en Dios que muy çedo me fará enmienda. E fazed requerir a los mas de los logares de Portugal que pudierdes si querrán tomar la boz del Ynfante D. Donís y darse a él. E los que lo façer quisieren, mandad que los non sea fecho mal nin enojo; e los que non lo quisieren façer, mandadles

³⁰ Confianza

façer la mayor guerra que podieredes, según dicho es. Dada en Salamanca, veinte e ocho días de Junio. Yo Johan Alfon la escribí por su mandado de nuestro señor el Rey. Yo el Rey. Por el Rey. Al Maestre de Santiago.

FUENTES Y BIBLIOGRAFÍA

Fuentes archivísticas

Real Academia de la Historia (en adelante RAH), Colección Salazar y Castro, m6.

Fuentes cronísticas

Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira, ed. Mendes dos Remedios, Coimbra, 1911.

LOPES, Fernão - Chronica de El-Rei D. Fernando, Lisboa: Escritorio, 1895.

Bibliografía general

CLAUSEWITZ, Carl von - De la guerra, Barcelona: Labor, 1992.

CONTAMINE, Philippe - La guerra en la Edad Media, Barcelona: Nueva Clío, 1984.

ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana - La reorganización del ejército castellano tras el desastre de Aljubarrota, VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais. A guerra e a sociedade na idade media, vol. I, Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 111-117.

GARCÍA FITZ, Francisco - Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII), Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998.

_____ Relaciones políticas y guerra. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII, Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ - Las relaciones exteriores de Castilla a comienzos del siglo XV. La minoría de Juan II, Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 2013.

MARTÍNEZ, Julio Gerardo - Acerca de la guerra y de la paz, los ejércitos, las estrategias y las armas, según el libro de Las Sietes Partidas, Cáceres: Universidad de Extremadura, 1984.

MARTINS, Miguel - De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média, Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

_____ A arte da guerra em Portugal. 1245 a 1367, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

MCGLYNN, Sean - A hierro y fuego. Las atrocidades de la guerra en la Edad Media, Barcelona: Crítica, 1994.

MITRE, Emilio - La Guerra de los Cien Años, Madrid: Alba Libros, 2005.

MONTAÑA CONCHIÑA, Juan Luis de la - «E levaram captivos, e derribaram o logar todo»: la guerra en la frontera castellano-portuguesa, siglos XIV-XV, Norba. Revista de historia, 21, 2008, p. 11-28.

MONTEIRO, João - Aljubarrota (1385). A batalha real, Lisboa: Tribuna da Historia, 2003.

_____ Nuno Álvares Perira: guerreiro, senhor feudal, santo. Os três rostros do condestável, Lisboa: Manuscrito, 2017.

NISA, João - Um palco e um cenário. A frontaria alentejana e as Guerras Fernandinas (1369-1382), Juvenes - The Middle Ages seen by young researchers, Évora, 2020.

OLIVERA SERRANO, César - Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara, La Coruña: CSIC-XUGA, 2005.

PASCUA, Esther - Guerra y pacto en el siglo XII. La consolidación de un sistema de reinos en Europa Occidental, Madrid: CSIC, 1996.

RODRÍGUEZ AMAYA, Esteban - Don Lorenzo Suárez de Figueroa: Maestre de Santiago, Revista de Estudios Extremeños, Tomo VI, 1-2, 1950, p. 241-302.

RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos J. - La batalla campal en el Edad Media, Madrid: La Ergástula, 2018

RODRÍGUEZ DE LAS HERAS, Antonio - Las regulaciones del conflicto, Norba. Revista de historia, 2, 1981, p. 273-280.

SUÁREZ BILBAO, Fernando - Enrique III (1390-1406). Reyes de Castilla y León, Palencia, 1994.

SUÁREZ, Luis - Juan I (1379-1390), Palencia: La Olmeda, 1994.

_____ Auge y caída de un hombre nuevo: el condestable Ruy López Dávalos, Boletín de la Real Academia de la Historia, tomo CXCV, I, 1998, p. 43-80.

TELLO, Ángel - La teoría de las relaciones internacionales desde un punto de vista político-polemológico, Universidad Nacional de la Plata: [s.n.], 2010, Tesis doctoral.

CARLOS RODRÍGUEZ CASILLAS

Nacido en Cáceres en 1982, es doctor en Historia Medieval por la Universidad de Extremadura. Su ámbito de estudio es la guerra en la frontera luso-extremeña durante los siglos XIV y XV. En 2021 su investigación fue premiada con un accésit por la Asociación Española de Historia Militar. Miembro de la Asociación Ibérica de Historia Militar



Citar este texto:

CASILLAS, Carlos Rodríguez – El uso de la fuerza como arma política: Castilla y Portugal a finales del siglo XIV y la toma de Badajoz de 1396. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/EZLH4552>

A CONQUISTA DE CEUTA: ASPECTOS POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS

João José Brandão Ferreira

Resumo

A ida a Ceuta marca aquilo a que se pode chamar o início da expansão ultramarina portuguesa, não foi um acto irreflectido da Coroa Portuguesa e tem antecedentes que o justificam. É por aqui que começamos. Descreve-se a seguir os preparativos da operação militar e a sua execução.

A conquista de Ceuta, em 1415, teve, porém, vastas consequências, que serão analisadas em sequência. A conclusão e fecho sintetizam o escrito e acrescentam ponderações adicionais.

Abstract

The expedition to Ceuta, that is a landmark of what we can call the beginning of the portuguese overseas expansion, was not an irreflectic act of the Portuguese Crown and has a lot of background that justified it. That will constitute the beginning of the text. In the following, we will describe the preparations for the military operation, and its execution.

The conquest of Ceuta, had, however, vast consequences, that will be analyzed next, in the text. Conclusion and “closure”, will synthesize the essay and will add some additional considerations.

Palavras-Chave: Ceuta; Antecedentes históricos; razões geopolíticas e estratégicas; D. João I ; conquista; Norte de África.

KEYWORDS: Ceuta; preceding history; geopolitical and strategic reasons; Conquest; North of África.

I. INTRODUÇÃO

“O povo que compreende estratégia sobreviverá; o que a não
compreende perecerá”

In Sun Tsu.

Porque fomos a Ceuta? Esta é a pergunta primordial que assalta a todos quando confrontados com o evento.

A resposta é simples: fomos a Ceuta porque precisámos!

Provar este postulado é o principal objectivo desta arenga. Já lá iremos.

Comemorar os 600 anos da tomada de Ceuta é um imperativo histórico; um desígnio patriótico, uma afirmação de que existimos e estamos vivos e uma medida de elementar bom senso.

Ceuta marca, consensualmente o início oficial da expansão portuguesa e a saga dos descobrimentos, obedeceu a um desígnio político/estratégico com várias vertentes e um pano de fundo religioso.

Não aconteceu por acaso e a sua génese vem de trás.

Vamos começar por aí.

II. ANTECEDENTES REMOTOS

“Que o historiador não ouse dizer uma mentira nem esconder uma
virtude”

In Cícero.

Portugal, com as suas fronteiras continentais definidas em 1297, através do Tratado de Alcanizes (as mais antigas da Europa), possuía já uma consciência nacional acentuada, a partir do reinado de D. Dinis.

Este rei teve uma acção notável: dotou o país de uma organização político-administrativa estável e lançou as bases para um desenvolvimento económico sólido. O príncipe, que viria a subir ao trono em 1279, com apenas 18 anos, teve uma educação esmerada¹. Seu pai, D. Afonso III, teve a rara visão de cedo o iniciar nos negócios da governação e foi o primeiro rei que deu casa ao herdeiro, com renda anual e pessoal para seu serviço. D. Dinis sofreu ainda forte influência de seu avô D. Afonso X, o “sábio”, Rei de Castela.

Logo no início do reinado, demonstrando especial intuição para os negócios

¹ Foram seus educadores: Emérico d’Ebrad, sacerdote francês, mais tarde bispo de Coimbra; Domingos Jardo, sacerdote português, mais tarde bispo de Évora e Lisboa, e ainda aqueles que lhes serviram de aios, Lourenço Gonçalves Magro e Nuno Martins de Chacum, que viria a ser seu mordomo-mor.

diplomáticos, conseguiu resolver favoravelmente os graves conflitos (o país estava excomungado), que opunham o poder régio aos bispos e à Santa Sé (1289). Poeta e protector das letras, traduziu obras e criou a primeira biblioteca da Corte.

Ao determinar que todos os documentos fossem escritos em língua portuguesa e não em latim, como era tradicional, tomou uma medida de grande e profundo alcance; criou os Estudos Gerais em Lisboa, primeira Universidade do Reino; reforçou a administração e fortaleceu o poder real; reorganizou os Concelhos, dando foral a vilas e cidades; limitou a aquisição de bens de raiz por parte do clero e fez inquirições às propriedades da nobreza; fomentou a justiça, reforçou a defesa do reino, pela melhoria do exército e fortificação de todos os lugares fronteiriços.

“Nacionalizou” as ordens militares com excepção da do Hospital e criou, em 1319, a Ordem de Cristo, que se revelaria de primordial importância na gesta dos Descobrimentos.

Ordem de Cristo 1319-1834

Deu um impulso decisivo à Marinha, com a contratação do Almirante Passanha, e previu a sua sustentação, não só com pessoal capaz, mas também através da plantação do pinhal de Leiria, que forneceria a matéria-prima. O comércio foi aumentado pelo desenvolvimento das feiras e pelo incremento da ligação com os portos do Norte da Europa e do Mediterrâneo, e fez-se a primeira reforma agrária do país – de onde lhe vem o cognome de “Lavrador”.

Hábil diplomata, a que aliava dotes de estratégia e conhecimentos da arte militar, negociou tratados de modo a evitar um grande envolvimento de Portugal nas contendas dos restantes reinos da Península. O reinado ficou ensombrado apenas pelas lutas com seu filho e sucessor, que não conseguiram, no entanto, prejudicar a obra realizada.

A Rainha Isabel de Aragão, sua mulher, teve um papel importante como incansável mediadora nas lutas civis já mencionadas e como aparente introdutora, em Portugal, do “Culto do Espírito Santo”, que iria moldar o catolicismo português nos dois séculos seguintes². Acabou nos altares da Igreja e no coração do povo.

Como resultado de toda esta acção, o país desenvolveu-se, fez-se forte e coeso, tornando-se um produtor agrícola excedentário. A Nação tomou consciência de si, como corpo francamente autónomo,³ e pôde continuar a “viver de vida própria”, no dizer de Jaime Cortesão.

² Este culto sobreviveu nos nossos dias, apenas, nos Açores e na povoação do Penedo, na Serra de Sintra e na Festa dos Tabuleiros em Tomar. Nalgumas povoações do Nordeste brasileiro ainda se encontram também, reminiscências deste culto.

³ História de Portugal – Barcelos – Vol. III, pág. 295.

Estava assim o reino consolidado, após a acção dos primeiros reis, que prioritariamente o alargaram e colonizaram. Esta consolidação manteve-se nos dois reinados seguintes, até que D. Fernando, não obstante as medidas acertadas de desenvolvimento interno que tomou, precipitou o reino, por deficiente avaliação, estratégias erradas e condicionalismos externos adversos, em três guerras sucessivas e desastrosas com Castela.⁴ E, por fim, numa crise de sucessão gravíssima.

Crise que se prolongou desde 1383 a 1385 e que foi finalmente resolvida politicamente, através da eleição do Mestre de Avis para Rei, em 1385, nas Cortes de Coimbra, onde pontuou o Dr. João das Regras; e militarmente, através de toda uma campanha militar que culminou em Aljubarrota e Valverde, onde se agigantou a figura do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, a quem os portugueses ficaram, indubitavelmente, a dever a sua independência.

Desta crise, como das guerras de D. Fernando, ressalta um facto primordial que iria a partir daí marcar toda a nossa História: a aliança com a Inglaterra⁵. Esta aliança tentou sempre contrabalançar o maior poderio continental do nosso vizinho, sendo assim um apoio externo para o que nos faltava em poder próprio. De salientar ainda a “natural” união que muitas vezes existiu entre a Espanha e a França, contra a coligação anglo-lusa.

A vitória de Aljubarrota teve consequências enormes, não só ao nível interno,

⁴ Diz-se que foi a primeira vez que os cofres do Estado se encontraram vazios. No entanto, D. Pedro I tinha acumulado grandes riquezas, o que teria certamente alimentado a ambição de D. Fernando, chegando Fernão Lopes a chamar-lhe o “mais rico rei que em Portugal foi até ao seu tempo”.

⁵ O primeiro tratado data de 1373 e previa o apoio de D. Fernando às pretensões do Duque de Lencastre ao trono Castelhana. (2ª Guerra com Castela). Em 1381, o Conde de Cambridge desembarca em Portugal com tropas (3ª Guerra). Já em tempo de D. João I vieram para Portugal alguns contingentes ingleses e, na sequência de Aljubarrota, é assinado o Tratado de Windsor, de 8 de Maio de 1386. Pela sua importância para o futuro, vale a pena transcrever os principais aspectos deste tratado. Por ele se estabelece “uma liga, amizade e confederação real e perpétua”, entre os dois reinos, segundo a qual cada um deles seria obrigado a prestar auxílio e socorro contra todos os que tentassem destruir o outro, salvo contra “o soberano pontífice romano actual, Urbano, e seus sucessores, e Wenceslau, rei dos Romanos e da Boémia, e João rei de Castela e de Leão, Duque de Lencastre, tio de el-Rei de Inglaterra”. Outras cláusulas existem pelas quais se oferecem segurança e capacidade de comerciar aos naturais dos dois reinos, se veda aos mesmos qualquer auxílio a inimigos, se proíbe às partes contraentes o ajustamento de tréguas ou amnistias separadas, etc. Tratando-se de uma liga perpétua, foi previsto que os herdeiros e sucessores dos reinos de Portugal e Inglaterra fossem “obrigados a jurar e a renovar, ratificar e continuar”, as suas alianças “solene e publicamente, em presença das pessoas notáveis”, dentro do prazo de um ano a partir da respectiva coroação (ver Martinez, Pedro S. História Diplomática de Portugal, pág. 59). No seguimento deste tratado, D. João I, viria a apoiar o Duque de Lencastre nas suas pretensões ao trono de Castela. De notar que toda esta acção que vem do tempo de D. Fernando tem como pano de fundo a guerra dos Cem Anos.

como no externo, e a sua lembrança e significado perduraram pelos séculos fora até aos nossos dias. Influuiu ainda psicologicamente nos adversários. Nos portugueses, por lhes incutir um certo sentimento de superioridade face a Castela e um pensamento militante de não se deixar submeter; nos Castelhanos, pela convicção que criaram, quanto à capacidade de resistência dos portugueses e à sua imprevisibilidade.

Não se conformou o rei castelhano com a derrota sofrida e jurou vingança. O conflito durou mais de 26 anos, durante os quais nunca esmoreceu o ânimo português. Fatigou-se Castela e, em 31 de Outubro de 1411, era firmada a paz. Mesmo assim, esse tratado só veio a ser ratificado em 1431 e 1432, respectivamente, por D. João II de Castela e D. João I, de Portugal. Nesta ratificação, o rei castelhano renunciou por si e por seus sucessores a qualquer domínio e senhorio, real ou pessoal, que pudesse ter, por qualquer título, aos reinos de Portugal e do Algarve⁶.

Pode assim dizer-se que Portugal tinha vencido a sua primeira grande crise. A revolução tinha provocado também mudanças sociais profundas. Grande parte da velha nobreza estava morta, tinha-se exilado ou perdera os seus domínios; muitos, sobretudo em Lisboa e Porto, dos que tanto ajudaram o Mestre de Avis na sua caminhada para o Poder, depois dele ascenderam a fidalgos. O próprio povo anónimo ganhou força pela forma como se manifestou e apoiou a causa Nacional.

Conseguida a Paz, retemperada a economia, florescendo o comércio marítimo e existindo coesão e fortaleza de ânimo (derivada do transe vitorioso por que todos haviam passado), estava o reino pronto a abalançar-se em novos empreendimentos.

Quase três séculos eram passados sobre a sua fundação.

III. CAUSAS PRÓXIMAS

“Cousas que pertencem a um bom capitão: Diligência nos negócios, Fortaleza nos perigos Engenho (esperteza) no agir, Rapidez na execução Prudência em relação ao futuro; (atento ao que há - de vir)”,

In Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte.

Criadas as bases morais e materiais, e existindo uma liderança esclarecida, gerou-se uma dinâmica de desenvolvimento e expansão. A questão que se punha era a de saber para onde e como.

Não existe concordância entre autores sobre as causas determinantes da expansão portuguesa. Do emaranhado de razões vamos tentar descortinar as mais importantes:

⁶ Martinez, Pedro S., História Diplomática de Portugal.

Factores Geopolíticos

O primeiro aspecto a considerar era a situação geopolítica do país. Esta percepção era clara no pensamento da época. Já Zurara nos dizia: “porque nós de uma parte nos cerca o mar e da outra temos muro no reino de Castela”⁷.

O mar tinha sido o início, juntamente com os portos e bacias hidrográficas, factor preponderante na individualização do país. Foi também evidente o modo como desde o início se procurou obter o domínio da costa algarvia, necessária a garantir uma coerência geopolítica. Pelo mar se comerciava, por ele eram mais fáceis os transportes e as ligações, e por ele poderia vir auxílio - como aconteceu com os cruzados e com os ingleses, por exemplo.

É de crer que os portugueses detivessem já um conhecimento completo da sua costa e uma boa experiência da vida no mar, assim como das técnicas de construção naval. Tudo isto derivava do comércio com o Norte da Europa e com o Mediterrâneo, que tinha tido o seu início logo no séc. XII e que não mais parou de se desenvolver; das pescas, que cedo constituíram actividade importante para as povoações ribeirinhas, sendo essa actividade estendida às costas de Marrocos e, mais tarde, à Terra Nova; e, finalmente, da actividade militar.

Data do reinado de D. Afonso Henriques a constituição da primeira Esquadra e a nomeação de D. Fuas Roupinho⁸, que se pode considerar o primeiro almirante português. A actividade militar manteve-se nos reinados seguintes, não só na ajuda da conquista de vilas e cidades em poder dos mouros, como na luta contra a pirataria. Foram várias vezes enviadas forças navais para ajudar Castela e Aragão na luta contra os sarracenos, e empregues também nas guerras e escaramuças que fomos tendo com os castelhanos. O facto de na nossa fronteira terrestre apenas haver um vizinho – Castela que se tinha unido a Leão, em 1230 – e desta possuir um potencial superior ao nosso dava-nos uma sensação de cerco, agravado pelas provas de inimizade tantas vezes reveladas e na tentativa de “absorção” do reino, durante a crise de 1383-1385, que tão viva ficou na memória dos portugueses.

É certo que, na Península, havia ainda território para conquistar ao agareno: o Reino de Granada. Mas esse território era considerado zona de influência de Castela e Aragão e, desse modo, a nossa eventual intromissão iria entrar em conflito com aqueles. E por outro lado não convinha a Portugal, na altura, enfraquecer Granada, até porque a união daqueles dois reinos (Castela e Aragão)⁹ já era passível de se vislumbrar, o que para os portugueses não deixaria de ser fonte de preocupação acrescida.

Por outro lado, os ingleses tinham-se desinteressado politicamente pela

⁷ Crónica da Tomada de Ceuta.

⁸ Que, curiosamente viria a morrer em combate numa expedição a Ceuta.

⁹ O que se viria a efectuar sob Fernando e Isabel – os Reis Católicos, em 1479.

Península Ibérica, transferindo o seu esforço contra a França, pelo que a Corte de Lisboa, não poderia contar com os seus recentes aliados; aliança que só voltou a ter importância extraordinária durante a longa Guerra da Restauração.

Por tudo isto, criou-se uma natural predisposição nos portugueses para explorarem e aproveitarem o mar oceano em seu benefício e, sem embargo de tentarem defender e manterem estável a fronteira terrestre, havia que, a todo o transe, garantir a liberdade de acção na fronteira marítima.

Toda esta actividade seria reforçada se conseguíssemos pontos de apoio exteriores que nos servissem de retaguarda, garantissem “profundidade” estratégica e permitissem desferir golpes em eventuais inimigos.

Ceuta surge perfeitamente enquadrada neste âmbito. Aliás, o facto nem sequer era novo, já que desde o reinado de Afonso IV se organizaram expedições às Canárias, que acabaram por ficar nas mãos de Castela, pelo Tratado de Alcáçovas, de 1479, que cedo também achou interesse na região.

Consideram-se, assim, os factores geopolíticos e geoestratégicos como os principais que levaram os portugueses a Ceuta.

Factores Políticos

A nova dinastia tinha nascido de aclamação popular, em Cortes reunidas para o efeito, por o trono ter sido declarado vago. O sucessor no trono era filho ilegítimo de rei, o que à partida deveria ser um impedimento. E toda esta situação era a primeira vez que se passava em Portugal.

Um feito de armas internacional e logo contra os inimigos da Fé Cristã - D. João I até então apenas tinha terçado armas contra outros cristãos - seria certamente um factor muito importante na afirmação e legitimação, interna e externa, da nova dinastia portuguesa.

Factores Religiosos

Foram importantes e mantiveram-se importantes ao longo dos tempos. Para os percebermos, é fundamental compreender o espírito da época. A luta contra os mouros era um dever para os cristãos. Existia um espírito de cruzada. Começava, também, a surgir o perigo turco, no Oriente, e os Papas mantinham uma exortação constante relativa à conquista das terras e das almas para a cristandade. Dado o espírito religioso que se vivia e a autoridade dos pontífices, é natural que tal calasse fundo nos príncipes e no povo.

Muitas bulas foram expedidas nesse sentido¹⁰. Estava assim legitimada toda a guerra feita a infiéis, já que era “serviço de Deus”.

¹⁰ Bulas de 1239 e 1241, de Gregório IX; bula de 1245 de Inocêncio IV; bulas de 1274 e 1275, de Gregório X; bula de 1341, de Bento XII e bula de 1403, de Bento XIII; bula de cruzada, de 20/3/1411, do anti Papa João XXIII.

Por outro lado, a tomada de Ceuta aumentaria o nosso poder e prestígio face à Santa Sé e aos outros Estados, nomeadamente Castela, Aragão, Granada e até as Repúblicas Italianas. Cabendo ainda este último aspecto nas razões de índole estratégica.

Factores de Ordem Económica

Estas foram consideradas as primordiais por vários autores (vd. António Sérgio). É evidente que toda a empresa guerreira é vista sob uma óptica de custos e ganhos – que não são apenas monetários, note-se – e Ceuta não fugiria à regra. Mas já discordamos da primazia. Sabia-se das riquezas acumuladas na cidade, fruto do comércio e dos despojos dos piratas que o seu porto abrigava, mas já se contesta a produção de cereais, que apenas se produziam em quantidade cerca de 300 a 500 Km a sul, além da inexistência de manufacturas valiosas ou outros recursos naturais. A não ser que se considerasse o aniquilamento da pirataria ou o maior controlo do estreito de Gibraltar, e logo do comércio que por ele se fazia, como objectivos económicos. A nós nos parecem estratégicos.

É natural que as riquezas existentes tenham sido avaliadas em termos de cobrirem as despesas da expedição. Mas, tomada a cidade, estas riquezas não se voltariam a reproduzir, e disso deviam estar conscientes D. João I e seus colaboradores. Se dúvidas houvesse, elas desapareceriam dado o desvio das caravanas de comerciantes para outras zonas e o constante assédio a que Ceuta foi submetida, desde a sua queda.

Conjunto de Importantes Factores Diversos

Nele devem ser considerados o espírito guerreiro e aventureiro da nobreza e de outros estratos do povo, não só inerentes ao espírito da cavalaria, como também à memória ainda viva das lutas recentes com Castela. Os filhos do rei, homens de grande estofa moral e intelectual, aspiravam a grandes feitos e ainda não tinham sido armados cavaleiros, o que veio a acontecer a três deles (D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique), após a conquista de Ceuta.

A curiosidade “científica” começava também a despertar interesse nos coevos. Assim, chegavam a Portugal notícias sobre outras terras longínquas, mapas, navegação em alto mar, dados sobre astronomia e geografia, relatos fantásticos, indicações de riquezas distantes... É de crer que tudo isto ajudasse á procura do que estava para além do mar.

Pode-se, deste modo, concluir que as razões que levaram os portugueses a Ceuta são complexas. Mas nada aconteceu por acaso. Antes a ideia foi pensada e amadurecida, correspondendo a um objectivo nacional. Teve um local, uma data e os meios apropriados. No entanto, nada poderia ter sido feito se o povo português não estivesse possuído de um carácter e uma coesão próprios, duma percepção das suas virtudes e capacidades, isto é, do estado moral e psicológico propício à empresa.

IV. A CONQUISTA DE CEUTA

“Tal há-de ser quem quer, co’o dom de Marte imitar os ilustres e igualá-los; voar co’o pensamento a toda a parte. Adivinhar perigos e evitá-los com militar engenho e sutil arte. Entender os inimigos e enganá-los. Crer em tudo, enfim, que nunca louvarei o capitão que diga: Não cuidei”

In Luís de Camões, Os Lusíadas, Canto VIII, 89.

A tomada de Ceuta foi fácil, porque criteriosamente planeada. Data de 1409, ou até antes, e, seguramente, de 1412 a ideia do empreendimento. Os seus preparativos começaram no maior segredo: recrutamento de marinheiros e homens de guerra, arranjo de navios e apetrechos, armamento e outros.

Respeitou-se aquilo que muito mais tarde se veio a conhecer pelos “Princípios da Guerra”:

- O Princípio do Objectivo, ou seja, a definição do que se pretende atingir;
- O Princípio da Ofensiva, ou acção de levar a guerra ao inimigo;
- O Princípio da Concentração de Forças, no ponto decisivo;
- O Princípio da Economia de Forças, quer dizer o doseamento das forças para as diferentes fases da manobra;
- O Princípio da Surpresa, que resulta na acção de surpreender o inimigo;
- O Princípio da Segurança, que é justamente o de não sermos surpreendidos;
- O Princípio da Mobilidade, que é o movimento para a acção;
- O Princípio da Conjugação de Esforços, para um fim comum;
- O Moral, que garante o ânimo para a luta.

Azurara atribui a João Afonso de Alenquer, Vedor da Fazenda e “homem cuja clareza de entender fora a principal causa do seu acrescentamento”¹¹, a ideia da empresa. D. João I meditou longamente sobre o assunto e, para o decidir em definitivo, convocou um Conselho em Torres Vedras.¹² Estiveram presentes, D.

¹¹ Crónica da Tomada de Ceuta.

¹² Antes já tinha colocado várias questões, que pretendia ver dilucidadas e que se podem resumir em:

- Quais as vantagens para o país neste empreendimento?
- Como reunir os meios para o levar a efeito?
- Como é que, em termos de segurança, o devíamos efectuar?

Nuno Álvares Pereira, o Chanceler João das Regras, o já citado João Afonso, o Arcebispo D. Lourenço, o Almirante Passanha, D. Álvaro, Marechal de Campo e irmão do Condestável, a própria Rainha e os filhos.¹³ Chegou-se a consenso e decidiu-se levar a empresa por diante.

No fim um dos presentes, João Gomes da Silva, tomou a palavra e disse: “Quanto eu, Senhor, não sei all que diga senão ruços além”.¹⁴

Fora tomada uma decisão histórica da maior consequência para a vida presente e futura, da Nação.

Cabe registar dois aspectos estrategicamente significativos: o primeiro tem a ver com o cuidado posto na preparação da expedição, onde é mister salientar a recolha de informações realizada. Assim, encarregou-se o Prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Camelo, e o Capitão Afonso Furtado de irem em missão ao Reino da Sicília¹⁵, passando por Ceuta (seu objectivo principal), e recolherem o máximo de elementos sobre a sua topografia e defesas. O outro aspecto tem a ver com a actividade de contra - informação. Os preparativos da expedição, por serem morosos e envolverem muitos meios, foram do conhecimento dos reinos de Castela, Aragão e Granada. Todos eles enviaram emissários para saber a que se destinava tão grande armada. Aos dois primeiros foram dadas garantias de que nada se intentava contra eles, mas ao último foi mantida a dúvida.

Pôs-se também a correr que a expedição se destinava a atacar o Príncipe da Holanda, por actos de pirataria praticada por naus flamengas, tendo-se o cuidado de o avisar das reais intenções e, até, a de atacar as forças francesas na Normandia...

Assim se lançou uma cortina de fumo sobre os verdadeiros objectivos.

A frota de 212 navios - dos quais 59 galés, 33 naus e 120 embarcações pequenas - abandonou Lisboa a 25 de Julho de 1415, apesar do falecimento da Rainha, cinco dias antes, em Odivelas.

Dadas as circunstâncias, o facto pode considerar-se anormal para os costumes da época. O pedido da Rainha, antes de morrer, para nada ser alterado, a manutenção do moral e da surpresa terá, certamente, pesado na decisão do Rei em partir na data apazada.

- Qual a finalidade da operação?

- Quais as suas vantagens?

Estas questões foram estudadas, entre outros, pelos três infantes mais velhos, sendo porta-voz da resposta o Infante D. Henrique, tido pelo mais entusiasta da empresa. Ver “Crónica da Tomada de Ceuta”, por Zurara.

¹³ Estiveram ainda presentes, o Conde de Barcelos, os Mestres de Cristo, Santiago e Avis, o Prior do Hospital; Gonçalo Vaz Coutinho, Martim Afonso de Melo, João Gomes da Silva e outros.

¹⁴ A palavra “ruços” tem aqui o significado de “veteranos”, “idosos”, “velhos”. Ver Zurara, ob. cit.

¹⁵ Sob o pretexto de irem pedir a mão da Rainha para o Infante D. Pedro.

Tudo que era gente importante no reino embarcou na armada. Esta escalou Lagos e, após um episódio que poderia ter deitado tudo a perder¹⁶, aportou a Ceuta em 21 de Agosto, tendo-a tomado de assalto no dia seguinte.

Consta que tivemos oito mortos.

A 23, a grande Mesquita foi purificada e transformada em Catedral, onde o Rei armou cavaleiros os seus filhos Duarte, Pedro e Henrique.

Foi decidido manter a cidade, embora não houvesse unanimidade, cujo governador passou a ser D. Pedro de Meneses, a quem foi confiado um contingente de 2.500 homens. O resto da armada regressou a Portugal, em 2 de Setembro de 1415. Desde aí, Ceuta passou a ser assediada pelos mouros, que nunca aceitaram a sua perda.

Assim se concluiu aquele que se considera o primeiro passo na expansão ultramarina portuguesa.

V. CONSEQUÊNCIAS DA CONQUISTA DE CEUTA

“Mais queria morrer em provar sua força, fazendo seu dever, do que de tal guisa se partir, porque os sinais e aventuras aos homens bons não hão - de fazer conta quando certos de que agem diretamente, e mais devem continuar até mais não poder”,

In Resposta que deu D. João I, a quem lhe apontava o que era tido por maus presságios.

Para alguns autores a tomada de Ceuta revelou-se um fracasso, não só porque as riquezas que se esperavam encontrar e, ou, manter, desapareceram com a presença portuguesa, como as despesas com a sua manutenção e as perdas humanas, que a má vizinhança marroquina causava, eram a prova evidente dessa conclusão.

Se as coisas fossem assim tão lineares tal constituiria um atestado de incompetência e masoquismo às sucessivas gerações de líderes portugueses que nunca quiseram abandonar a cidade e até sacrificaram um infante da Casa Real para que não se perdesse o senhorio da cidade...

Ceuta só se perdeu em 1640, dado que foi a única possessão portuguesa em todo o mundo – um facto notável – que não aclamou de imediato D. João IV, por razões ainda mal dilucidadas que, aparentemente, se prenderam com o facto

¹⁶ Já depois de Gibraltar o rei convocou o seu conselho e alguns lembraram haver maus presságios, tais como a morte da Rainha, os ventos contrários, etc. O rei manteve a serenidade e o propósito afirmando “mais queria morrer em provar sua força fazendo seu dever, do que tal guisa se partir, porque os sinais e aventuras aos homens bons não hão-de fazer conta quando certos de que agem diretamente, e mais devem continuar até mais não poder” (D. Duarte, Leal Conselheiro, XIV)

de a cidade estar completamente dependente do abastecimento que lhe vinha da Andaluzia.

Mas o mesmo sucedia com outras praças que optaram por ficar portuguesas.

A mim parece-me, que o então governador D. Francisco de Almeida – aliás um notável militar com provas dadas – se armou em “democrata” e pôs o assunto a votos, tendo a maioria do Conselho decidido pela Coroa Espanhola. Tal facto, porém, só foi reconhecido pela Corte Portuguesa, no Tratado de Lisboa, de 1668.

Parece que, até hoje, os nossos vizinhos não estão nada preocupados com os “custos” que a manutenção da cidade que ainda ostenta as cores da nossa Lisboa – e cuja conquista originou o nome de “tripeiros” aos habitantes do Porto – dizia, lhes tem causado até hoje.

Este tipo de pensamento, muito em voga entre contemporâneos, não só revela uma estreiteza de vistas como também uma visão tecnocrática da vida, onde tudo se resume ao vil metal.

É um facto que a manutenção de Ceuta, se revelou “um grande sorvedouro de gente e dinheiro”, no dizer do infante D. Pedro, mas as suas virtualidades, geoestratégicas e geopolíticas eram muito importantes.

Além de ter passado a ser um centro fundamental do curso e do anti - curso português – lembro que D. Pedro de Menezes manteve-se capitão de Ceuta durante 1415 e 1430 e entre 1434 e 37, tendo morrido no cargo e riquíssimo.

A situação de Ceuta ficou, mais tarde, protegida pela conquista de Alcácer Ceguer, em 1458 e Arzila e Tanger, em 1471; expedições antecedidas pelo desastre de Tanger, em 1437, e que tinha o mesmo objectivo.

Ceuta constituiu-se apoio para as navegações e pescarias, costa africana abaixo e juntamente com a Feitoria de Arguim e a colonização dos Arquipélagos da Madeira e Açores, formaram uma vasta área no Atlântico cuja importância estratégica era nova, em que o principal actor era Portugal, o que lhe conferia um valor geopolítico acrescido.

D. João I negociou ainda o casamento do seu herdeiro com D. Leonor, filha do Rei de Aragão, Fernando II, e o do seu filho Pedro com a filha do rival daquele, o Conde de Urgel.

Para além disso, numa notável manobra diplomática, casou a sua filha Isabel com o Duque da Borgonha e ainda a sua filha natural, Beatriz, com o 12º Conde de Arundel.

Todas estas iniciativas visavam precaver uma futura hostilidade castelhana; prevenir uma possível união entre Castela e Aragão; garantir o fluxo de comércio com o Mediterrâneo e o Mar do Norte; ter apoios na Flandres e ainda exercer pressão sobre a Monarquia Franca o que minorava possíveis entendimentos entre

esta e a Meseta Castelhana, ao mesmo tempo que agradava à Inglaterra!

Muita falta nos faz ter, hoje em dia, gente esclarecida e corajosa como esta!

A conquista de Ceuta granjeou um enorme prestígio à Coroa Portuguesa, pelo que representava para a Santa Sé e toda a Cristandade, o que era também relevante face às nossas desconfianças para com Castela. E de Ceuta poder-se-ia atacar outras praças mouras e o Reino de Granada, ao mesmo tempo que dificultava o reforço deste, ido do Norte de África.

VI. CONCLUSÕES

“Um povo que deixa de saber qual é a sua verdade fica perdido nos labirintos do tempo e da história, sem valores claramente definidos, sem objectivos grandiosos claramente anunciados”

In Bento XVI, Lisboa, 12 de Maio de 2010.

Vamos analisar sinteticamente as opções estratégicas tendo em conta a sua adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade¹⁷ consideradas como “provas” da Estratégia.

Na perspectiva que antecedeu Ceuta, podemos descortinar duas tendências básicas:

A que defendia o desenvolvimento do reino baseado no comércio com o Norte da Europa e Mediterrâneo e na manutenção de ligações com os reinos europeus e a intervenção na Península, nomeadamente na guerra a Granada. Arriscar-nos-íamos, assim, à constante negociação de alianças e a guerras variadas. Esta corrente era encabeçada pelo Infante D. Pedro.

E a que defendia a expansão para o Norte de África, como forma de contrabalançar o poder castelhano e aumentar as potencialidades do mar oceano, mantendo a paz na Península e desenvolvendo ao mesmo tempo o comércio e dilatando a Fé. Esta tese encontrava no Infante D. Henrique o seu acérrimo defensor¹⁸.

Tudo ponderou D. João I. E, devidamente assistido pelas personagens de maior nomeada do seu tempo, decidiu pela segunda alternativa.

Salientam-se as principais linhas de força políticas e estratégicas, que acabaram por imperar:

¹⁷ Isto é: se consegue realizar o objectivo pretendido; se há meios disponíveis para alcançar a estratégia e mantê-la e se os custos são compatíveis com os ganhos a obter.

¹⁸ Pode-se ainda descortinar, em termos gerais, uma tendência nos mais velhos do reino para manter a paz e gozar a prosperidade que ela permitia e um desejo nos mais novos de acções bélicas e de expansão.

- Consolidação da independência, através do tratado de paz com Castela (de 1411, ratificado em 1431) – isto é, garantir a segurança da retaguarda;

- Desenvolver economicamente o Reino, pelo incremento da agricultura e pescas e pela exploração de recursos, actividades já bem firmadas nos reinados anteriores, mas prejudicadas desde as guerras de D. Fernando;

- Garantir o comércio com o Norte da Europa, onde já possuíamos uma Feitoria em Bruges, e com o Mediterrâneo, onde se destacavam as Repúblicas Italianas. Do mesmo modo, foi reconhecida a importância da posição geográfica do país e dos seus portos para o comércio internacional. Desenvolveram-se, em especial, os de Lisboa e Porto, com a criação de alfândegas, confrarias de artesãos e mercadores, e outros;

- Procura de um equilíbrio geopolítico com a conquista de Ceuta¹⁹. Esta proporcionava um ponto de apoio fora do Continente em relação à potência que nos cercava por terra; permitia o controlo do Estreito de Gibraltar, fundamental para o comércio marítimo; podia constituir-se base de ataque contra a retaguarda dos mouros de Granada e contra os castelhanos; permitia a erradicação dos piratas na área, impedindo a passagem destes para as nossas costas; constituía uma testa – de – ponte que permitia um eventual deslocamento para Sul ou Este; antecipava um movimento semelhante por parte de outras forças (por exemplo, Almadia tinha sido atacada, sem êxito, em 1390, por franceses e genoveses). Finalmente minorava a debilidade geográfica do país, constituído por uma faixa N/S com pouca profundidade E/O e extensa fronteira terrestre.

- Procura de apoio numa potência marítima. A escolha recaiu na Inglaterra. Ao princípio, reforçaram-se apenas os laços comerciais, mas, logo no reinado de D. Fernando, a aliança funcionou em termos militares²⁰. Com D. João I, a aliança estreitou-se, tendo um contingente inglês combatido em Aljubarrota. Logo depois reforçava-se o tratado anterior, pelo de Windsor, e o rei português passou a apoiar as pretensões do Duque de Lencastre ao trono castelhano. Com a desistência daquele, cessou a intervenção inglesa na Península Ibérica. Com a passagem do século, os ingleses tiveram outras preocupações (sobretudo a França) e desinteressaram-se da Península. Este facto poderá ter induzido, também, o rei português a ir para Ceuta, já que teria visto o apoio exterior diminuir.

- Procura da legitimação da expansão em Marrocos. Foram consultados teólogos sobre a justeza da luta e procurou-se o apoio da Santa Sé (que não faltou), para a expedição. As bulas papais, que naquele tempo constituíam leis de Direito Internacional, além de abençoarem as acções contra o infiel, determinavam a posse das terras conquistadas ou descobertas para a Coroa Portuguesa e seus descendentes.

¹⁹ Interessa referir que a ideia da expansão ultramarina é anterior a Aljubarrota, como o prova a colonização frustrada das Canárias, desde o tempo de D. Afonso IV.

²⁰ Tratado de 1373, o mais antigo, do género, em todo o Mundo.

- Procura de paz e neutralidade na Península, não só através da mediação dos conflitos que opunham Castela e Aragão, como ainda dos casamentos efectuados. O matrimónio de sua filha Beatriz com o Filipe “o Bom”, Duque de Borgonha, visava a influência a norte, de modo a ligar a política comercial do Atlântico Sul com o Norte da Europa.

Em resumo, D. João I preocupava-se, fundamentalmente, em conseguir um equilíbrio geopolítico vantajoso para Portugal, que lhe permitisse minorar vulnerabilidades e alargar as suas potencialidades através da exploração que o Atlântico Sul oferecia. Garantia-se, assim, o acesso a duas regiões fundamentais do comércio, uma a Norte e outra no Mediterrâneo, e a manutenção de um ponto de força militar a Sul, que era também um foco de pressão sobre a Península. Esta ideia de aproveitar o Atlântico como elemento de Poder é um dado novo para a época e é obra dos portugueses.

Conclui-se, do exposto, a adequação da conquista de Ceuta aos objectivos geopolíticos traçados, a existência de meios para os levar a efeito e sua sustentação, havendo ganhos em relação aos custos. O país estava motivado para esta conquista e consciente das razões que lhe assistiam. A liderança foi efectiva e feliz e a política eminentemente nacional.

VII. FECHO

“Não há vento favorável para aquele que não sabe para onde vai”

In Séneca.

Como já se disse a Tomada de Ceuta – que representa também a primeira grande operação anfíbia desde o fim do Império Romano – foi o acto fundacional da grande expansão marítima portuguesa.

E não apenas da expansão portuguesa, pois é também o início da “exportação” da civilização europeia para todo o mundo.

Portugal manteve-se no Norte de África 354 anos, até ao abandono de Mazagão, em 1769, a que se seguiu o notável Tratado de Paz de 1774.²¹

E deu origem, outrossim, a duas escolas de pensamento geopolítico português – como se diria hoje em dia – que nos acompanharam até hoje.

A primeira está consubstanciada nas ideias do Infante D. Pedro; a segunda, nas ideias do Infante D. Henrique.

Em síntese, a primeira, talvez marcada pela dilatada viagem que o Infante D.

²¹ E, mais recentemente, ao Tratado de Boa Vizinhança, de Amizade e de Cooperação, assinado em 30 de Maio de 1994. Para trás tinha ficado alguma tensão nas relações entre os dois países, devido à oposição de Marrocos (apesar de moderada), à presença portuguesa em África, durante a guerra que enfrentámos entre 1961 e 1974.

Pedro empreendeu pela Europa culta, da época – que, aliás lhe valeu o título “do das sete partidas” – privilegiava o comércio e as ligações políticas e culturais com a Europa do Norte e do Mediterrâneo, sem, no entanto, pôr em causa a expansão ultramarina, sem embargo de não pretender um empenhamento no Norte de África.

Privilegiava assim, a “continentalidade”.

Por sua vez a “Escola Henriquina”, sem pôr em causa as ligações às outras nações europeias, privilegiava a expansão ultramarina como forma de contrabalançar o Poder Castelhana (mais tarde, Espanhol), a fim de manter a paz na Península.

Era adepta ainda no empenhamento no Norte de África não só por razões estratégicas, mas também por um ideal de Fé e de Cruzada.

Punha, pois, o acento tónico na “maritimidade”.

É esta dialéctica e este balancear de opções, que nos acompanharam nos últimos seis séculos, com nítido predomínio da opção atlântica, até 1974, mesmo quando durante 60 anos da Coroa Dual, predominaram os interesses filipinos.

Até hoje quaisquer que fossem as opções portuguesas, os interesses nacionais saíram sempre prejudicados quando nos metíamos ou éramos arrastados para as contendas europeias.

A Escola de D. Pedro esteve, porém, sempre presente nas ligações comerciais europeias e na política dos casamentos da Casa Real Portuguesa. E veio a provar-se que Portugal não tinha capacidade para ocupar o “hinterland” marroquino.

Após o interregno histórico de 1974/76, a nossa Estratégia ficou sem “agulha de marear” e encontramos-nos hoje, completamente mergulhados nas contendas europeias; deixámos de gozar de protecção de qualquer potência marítima; em perigo permanente de bancarrota e no limiar de voltar a ter que erguer a espada em nome da Fé!

Há 40 anos que não temos uma estratégia e um desígnio verdadeiramente nacionais; o país está baralhado e sem referências credíveis tendo assumido levemente que a Democracia é um fim em si mesma e não apenas um sistema político, que é uma via possível para atingirmos as aspirações utópicas de Segurança, Justiça e Bem-Estar; e muito menos representa um substituto para a Estratégia e a Geopolítica.

Embedadamo-nos de “Liberdade” – que é um conceito absoluto mas de aplicação relativa – e tão levemente a utilizámos – como de resto já o tínhamos feito em 1820, 1834 e 1910 – que acabámos por a perder.

Estamos cativos dos credores que nos ditam a política e condicionam as estratégias; e do “Relativismo Moral”, que nos corrompe a Sociedade.

A extensão da Plataforma Continental, a ir para a frente representará o ganho geopolítico mais importante desde 1550, mas tal irá obrigar-nos a trocar a “Escola de D. Pedro” pela de D. Henrique, no mínimo, sabê-las balancear melhor...

Mas mesmo que tal se verifique a actual irrelevância do Poder Nacional Português, vai obrigar o país, muito provavelmente, a situações que configuram um novo “mapa cor-de-rosa”, com as humilhações daí decorrentes, piores ainda do que o desprendido e inconsciente “porreiro pá” do Tratado de Lisboa”, que quase nos roubou a ZEE!

BIBLIOGRAFIA

Brochado, Costa, Descobrimento do Atlântico, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958.

Cardoso, Pedro, Evolução do Conceito Estratégico Nacional, Edição do autor.
_____, Necessidade de uma visão Estratégica do Ensino da História, Edição do autor.

Ferreira, João José Brandão, Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português – Da Conquista de Ceuta à Conferência de Berlim, Atena, Janeiro de 2000.

Macedo, Jorge Borges de, História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força, Instituto de Defesa nacional, 1987.

Martinez, Pedro Soares, História Diplomática de Portugal”, Editorial Verbo, Lisboa, 1986.

Nogueira, Franco, As Crises e os Homens, Ática, Lisboa, 1971.

Santos, José Loureiro dos, Ceuta, a Conquista, Prefácio, Lisboa, 2002.

Serrão, Joel, Dicionário da História de Portugal, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985.

Silva, Rogério de Castro e Estratégia”, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1972.

Zurara, Gomes Eanes, Crónica da Conquista de Ceuta, Editorial Escol, Lisboa.

INTERNET

http://pt.wikipedia.org/wiki/conquista_de_ceuta (5/4/2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/pedro_de_meneses 1%L2%BA conde de vila real (5/4/2010)

JOÃO JOSÉ BRANDÃO FERREIRA

Tenente-coronel Piloto-aviador, na situação de reforma, comandante de Linha Aérea e mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar, académico da Academia de Marinha, sócio efectivo da Revista Militar e sócio fundador da Associação Cristóvão Colon. Autor de vários livros e artigos sobre Estratégia e História Militar.



Citar este texto:

FERREIRA, João José Brandão – A Conquista de Ceuta: Aspectos Políticos e Estratégicos. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/SQJZ9787>

A GUERRA AOS OLHOS DE UM CRONISTA TARDO-MEDIEVAL: RUI DE PINA E A CRONICA DE D. AFONSO V

António Martins Costa

Resumo

Na centúria de Quatrocentos, o tema da guerra torna-se central na escrita das crónicas régias portuguesas, então impulsionadas pela dinastia de Avis. O cronista Rui de Pina retoma o trabalho de Fernão Lopes – o primeiro no seu ofício – na escrita das biografias dos reis e compõe a Crónica de D. Afonso V, a mais extensa das suas obras e que tem no tema bélico um pilar central da narrativa. Assim, a partir desta obra procuraremos observar, nas linhas do cronista, o fenómeno da guerra numa perspectiva cultural, ensaiando diferentes aproximações. Em primeiro lugar, pretendemos observar, no plano ideológico, como eram entendidos por Rui de Pina os vários tipos de conflitos quanto à sua natureza; em segundo lugar, com um olhar para a sociedade do século XV, tentaremos compreender que homens mereciam a atenção do cronista no mundo das armas e quais os valores que lhes estavam associados; em terceiro lugar, estando em análise uma obra que resultou de uma encomenda da Coroa, procuraremos perceber qual era o alcance político da narrativa bélica de Rui de Pina.

Palavras-chave: Guerra; Crónicas; Cronista; Rui de Pina; Século XV

Abstract

In the 15th century, the theme of war became central in the Portuguese royal chronicles, then supported by the Avis dynasty. The chronicler Rui de Pina takes up the work of Fernão Lopes – the first in his profession – in writing the biographies of kings and composes the Crónica de D. Afonso V, the most extensive of his works and which has the war theme as an essential part of the narrative. Thus, based on this work, we will try to observe, along the lines of the chronicler, the phenomenon of warfare in a cultural perspective, in different approaches. First, we intend to observe, on the ideological level, how Rui de

Pina understood the various types of conflicts, regarding their nature; second, with a look on the society of the 15th century, we will try to understand which men were focused by the chronicler in the world of warfare and what values were associated with them; third, as a work that resulted from a commission by the Crown is being analysed, we will try to understand the political intention of Rui de Pina's warfare narrative.

Keywords: War; Chronicles; Chronicler; Rui de Pina; 15th Century

Introdução

No século XV, a corte régia tomou a dianteira na produção da cultura escrita em Portugal. A dinastia de Avis, sob a sombra da ilegitimidade, impulsionara uma estratégia de afirmação que ao nível intelectual, para além de uma literatura moralista para modelar senhores, passou pela construção sistemática da memória da realeza através das crónicas. Assim, ainda na primeira metade da centúria, foi inaugurando o cargo de cronista régio por Fernão Lopes. Este deu então início a uma prosa que, em relação às tradicionais formas de registo dos acontecimentos, se impunha como “uma narrativa ordenada (diacronicamente), de estrutura e apresentação internas mais complexas e apurada no manuseamento de materiais informativos diversificados”¹. Mas à medida que se consolidava, como notou Teresa Amado, o discurso cronístico foi anunciando um dos seus temas de eleição: a guerra².

Até ao final de Quatrocentos, sucederiam a Fernão Lopes: Gomes Eanes de Zurara, Vasco Fernandes de Lucena e Rui de Pina³. A este último, na viragem para o século XVI, coube retomar a escrita da Crónica do Senhor Rey Dom Afonso V, que nos é apresentada com uma forte marca das armas na sua narrativa, sendo ainda hoje uma fonte incontornável para o estudo da arte militar na transição entre a Idade Média e o Renascimento.

Nessa linha, através da prosa de Rui de Pina, procuraremos observar neste artigo o fenómeno bélico numa perspectiva cultural, ensaiando diferentes aproximações. Em primeiro lugar, propomo-nos compreender como, no plano ideológico, era(m) entendida(s) a(s) guerra(s) por quem sobre elas escrevia; em segundo lugar, tentaremos perceber, com um olhar sociológico, que homens

¹ MONTEIRO, João Gouveia – Fernão Lopes: texto e contexto. Coimbra: Minerva, 1988, pp. 85-86

² AMADO, Teresa – A guerra até 1450: ideia e prática, a imagem do inimigo. Coord. Teresa Amado. Lisboa: Químera, 1994, p. 6.

³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, pp. 9-11.

mereciam a atenção do cronista no mundo das armas; por fim, procuraremos qual era o alcance político de Rui Pina patente na sua narrativa marcial. Mas antes de passar ao desenvolvimento deste trabalho impõe-que dediquemos algumas linhas, ainda que sumariamente, ao autor e à sua obra, destacando em jeito de enquadramento as guerras que o cronista tratou.

Natural da Guarda, Rui de Pina nasceu por volta de 1440 do casamento de Leonor Gonçalves e Lopo Fernandes de Pina, oficial da casa do infante D. Pedro. Tenha sido ou não escudeiro da infanta D. Brites, o seu contacto com o mundo das armas – que aqui nos interessa particularmente – aconteceu provavelmente na década de 1460, quando o pai foi coudel na Beira. Chegou à corte no final do reinado de D. Afonso V como escrivão do príncipe, mas foi durante o governo de D. João II que se evidenciou enquanto notário do paço e como secretário em embaixadas a Castela e a Roma. O seu percurso burocrático seria coroado, em 1490, com a atribuição de uma tença 9 600 réis para prosseguir a redacção das crónicas régias, dada a avançada idade do titular do ofício, Vasco Fernandes de Lucena. Após a renúncia deste em 1497, alcançou finalmente os cargos de cronista e de guarda-mor da Torre do Tombo por nomeação de D. Manuel I, o que permitiu a continuidade de um labor historiográfico que se revelaria produtivo: por um lado, tirando partido de trabalho deixado por Fernão Lopes, concluiu as crónicas dos reis D. Sancho I a D. Afonso IV, vindo a motivar a célebre acusação de plágio levantada por Damião de Góis; por outro lado, dando sequência às crónicas dos monarcas da segunda dinastia, escreveu as biografias de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Nobilitado com carta de fidalgo, Rui de Pina conservaria os cargos até à morte, em 1522, quando foi sucedido pelo seu filho Fernão de Pina, indigitado por D. João III⁴.

Entre as crónicas de Rui de Pina, as três dos monarcas de Avis são as mais desenvolvidas. Destas, a mais extensa é a de D. Afonso V, concluída em 1504, na medida em que o cronista se viu obrigado a cobrir um reinado de 1438 a 1481. Eixo estruturante na narrativa, os conflitos focados são, sobretudo, aqueles em que a coroa se achou directamente envolvida. Por isso nos transporta para os cercos aos castelos alentejanos na disputa pela regência entre D. Pedro e D. Leonor em 1441; para as movimentações senhoriais que culminaram na Batalha de Alfarrobeira de 1449; para as tomadas das praças africanas de Alcácer-Ceguer, em 1458, e de Arzila e Tânger, em 1471, além das cavalgadas em Benacofu de 1463-1464; por fim, para a grande campanha castelhana que teve o seu ponto alto em Toro, em 1476, na demanda do trono de Henrique IV. Pelo meio, não escaparam ao cronista os conflitos estrangeiros, chegando-nos ecos das guerras em Castela entre os infantes de Aragão e o rei Juan II, nas décadas de 1430 e

⁴ GOMES, Rita Costa – «Rui de Pina». In *Dicionário da literatura medieval portuguesa*. Coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 597-599; PINA, Rui de – *Crónicas de Rui de Pina*. Introd. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. V-XXIII.

1440; das conquistas napolitanas de Afonso V de Aragão entre 1440 e 1450; da queda de Constantinopla às mãos dos turcos otomanos, em 1453; de combates na Guerra das Rosas em Inglaterra, por volta de 1470; e, finalmente, das ambiciosas empresas do duque da Borgonha, Carlos, o Temerário, frente a Luís XI de França e ao duque da Lorena, que culminaram em Nancy, em 1477. Contando os 213 capítulos da crónica, o tema da guerra prevalece em mais de metade! Vejamo-lo então.

1. A guerra e as suas “maneiras”

Ao longo da Idade Média, o fenómeno bélico foi objecto de vigilância institucional na Cristandade. Com a Igreja à cabeça, segundo Jean Flori, procurou-se controlar a actividade guerreira, regulando-a com doutrina e canalizando-a para fins conformes⁵. Nos finais da medievalidade, as monarquias, no seu processo de centralização, incorporavam claramente esses princípios ideológicos nas suas obras jurídicas. São disso exemplo as Ordenações Afonsinas – preparadas durante a regência do infante D. Pedro e ainda em vigor quando Rui de Pina escreveu a crónica em análise –, onde podemos encontrar, no “Regimento da Guerra”, a categorização dos conflitos em diversas “maneiras”⁶ – ou, dito de outro jeito, tipos. Como tal, interessa-nos descortinar com base em exemplos o que nos diz o cronista, a partir do âmbito mental da época, em relação a esses diferentes enquadramentos da(s) guerra(s). Transparece consciência deles? Como no-los transmite? Que objectivos servem?

O texto da Crónica do Senhor Rey Dom Afonso V inicia-se praticamente com a génese de um conflito interno. Ao longo de dezenas de capítulos, Rui de Pina descreve-nos em detalhe a disputa protagonizada pelo infante D. Pedro e pela rainha D. Leonor tendo em vista o exercício da regência do reino, durante a menoridade de D. Afonso V. É na narrativa desse braço-de-ferro político iniciado em 1438, cujo fim resultou nos cercos aos castelos hospitalários e no exílio da mãe do jovem rei em 1441, que atentaremos à soma, pelo cronista, dos pressupostos que enformam a guerra civil⁷.

Morto D. Duarte, em Tomar, Rui de Pina dá-nos conta de um reino em paz e unido como, segundo deixa transparecer, era desejável. Porém, ainda que D. Leonor, segundo o cronista, fosse “Senhora de bom entender e de tençam saa” – note-se que era avó paterna do rei D. Manuel I, a quem foi entregue esta crónica – e sensível a uma hipótese de regência partilhada com o cunhado legítimo mais velho, “logo outros, com razoens cooradas ao revés destas a mudaram deste

⁵ FLORI, Jean – *Caballeros y Caballeria en la Edad Media*. Barcelona: Paidós, 2001, pp. 179-198.

⁶ Ordenações Afonsinas. Livro Primeiro. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 285.

⁷ PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. II- cap. LXXV, pp. 588-666.

preposyto”⁸. Entre os que perturbaram a concórdia governativa com sentimentos de “trysteza, odio, ynveja e cobyça”⁹, foi sobre o conde de Barcelos, D. Afonso, que Rui de Pina descarregou o ónus do problema – tenha-se em conta que ele seria responsável, mais tarde, pela morte do infante D. Pedro, a quem o pai do cronista serviu. Por isso o autor identificou firmemente a causa próxima: o acordo estabelecido entre D. Leonor e D. Pedro para o matrimónio de D. Afonso V com D. Isabel, filha do infante, colidia com o projecto do conde, que pretendia em casar o pequeno rei com uma neta, também D. Isabel, nascida do casamento da sua filha, do mesmo nome, com o infante D. João¹⁰.

Num segundo momento, recorrendo a documentos e aludindo a relatos, Rui de Pina descreve-nos, com uma certa mágoa, como o reino progressivamente dava mostras de agitação social e de clivagem política. Ao narrar essa conjuntura está consciente que em Portugal se definem “bandos”, verdadeiros pilares do conflito interno: o de D. Pedro, “príncipe poderoso e amado do povo”¹¹ – confirmado-se nesta prosa enquanto modelo de virtude –, particularmente expressivo no município de Lisboa, e o de D. Leonor, formado por um punhado de senhores próximos da casa de Barcelos¹².

Por fim, a explanação do percurso de uma e de outra facção até os exércitos terçarem armas, entre 1440 e 1441, parece encerrar o pensamento do cronista em relação a este tipo de conflito. São louvados os seguidores petristas, que “avyam respeito do bem comum e assesego do Reyno”¹³, ao encomendarem em Lisboa uma homília a Frei Vasco da Alagoa, “por ser Padre d’autorydade e de letras”, tendo em vista “comover ho povo a paz”¹⁴. Ao próprio infante, face aos desafios para assumir a regência plena pela força, o cronista atribui um generoso discurso dirigido aos populares, segundo o qual dava entender a preferência do caminho do “dereito e justyça”¹⁵. De forma oposta, Rui de Pina critica veementemente a facção da rainha, que manobrava com baixeza apenas por “favor, mercee, e acrecentamento”¹⁶. Seria um infame conde de Barcelos, D. Afonso, que, ao levar D. Leonor a romper o pacto jurídico da regência com o cunhado, despoletaria a luta armada, conseguindo, segundo as palavras condenatórias do cronista, no reino “aver desacordo”¹⁷.

Já um conflito entre reinos cristãos sempre “pesaria muyto”, no entender de

⁸ IDEM – Ibidem, cap. III, 591.

⁹ IDEM – Ibidem, cap. VIII, p. 595.

¹⁰ IDEM – Ibidem, cap. XVI, p. 604.

¹¹ IDEM – Ibidem, cap. III, p. 591.

¹² IDEM – Ibidem, cap. XIV, pp. 600-601.

¹³ IDEM – Ibidem, cap. XI, p. 599.

¹⁴ IDEM – Ibidem, cap. XXV, p. 614.

¹⁵ IDEM – Ibidem, cap. XXVII, p. 616.

¹⁶ IDEM – Ibidem, cap. XI, pp. 597-598.

¹⁷ IDEM – Ibidem, cap. XIII, p. 600.

Rui de Pina¹⁸. Mas entre monarquias seguidoras de Cristo existia forma, como era do seu conhecimento, de “justamente fazer guerra”¹⁹. Em toda a crónica, os capítulos que nos permitem um olhar mais próximo sobre a percepção desta “maneira” de conflito correspondem, sem dúvida, aos que narram a origem da contenda que opôs D. Afonso V aos Reis Católicos, entre 1475 e 1479, na disputa pelo trono castelhano²⁰.

Como é notório na composição da prosa, Rui de Pina procura apresentar com o maior cuidado o “fundamento que ElRey Dom Affonso teve pera entrar em Castella”. Segundo o cronista, morto Henrique IV, em Dezembro de 1474, chegara à corte portuguesa o seu “sollene e acordado Testamento”²¹. Sucede que o documento aludido na crónica foi negado por D. Isabel, meia-irmã do defunto monarca e rival do rei português, além de permanecer desconhecido dos historiadores até hoje. Ter-se-ia Rui de Pina baseado nalgum relato sobre o testamento ou, no limite, foi capaz de forjar a sua existência para compor a sua narrativa?

Como quer que tenha sido, o alegado documento revestia-se da maior importância, pois no seu conteúdo radicava a legitimidade do rei português para intervir em Castela: segundo nos diz a crónica, através do testamento Henrique IV declarava a princesa D. Joana de Castela como sua filha e herdeira, apelando a D. Afonso V para assumir a “governança” do reino e se casar com a princesa²². Note-se como a narrativa do cronista, assente ou não em acontecimentos reais, obedece a uma lógica que enquadra qualquer acção bélica de D. Afonso V em Castela numa perspectiva de defesa – senão de recuperação – de bens e direitos – no caso, a coroa castelhana, a qual D. Isabel e D. Fernando de Aragão, seu marido, não perderam tempo em cingir à cabeça.

Ainda assim, Rui de Pina salienta a ponderação de D. Afonso V antes de combater uma monarquia cristã: logo em Dezembro de 1474, escuta o conselho régio português; na viragem para Janeiro, expede um mensageiro para recolher certidões dos que, no reino vizinho, se dizem seus apoiantes; por fim, em Fevereiro, “per conselho que pera ysso teve”, enviou uma embaixada a D. Isabel e D. Fernando. A descrição desta missão diplomática completa o cuidado do cronista. Em Valhadolide, o doutor Rui de Sousa ter-se-á dirigido aos Reis Católicos, segundo a crónica, notificando-os da legitimidade da princesa D. Joana e do seu casamento, e exigindo o abandono daqueles reinos. Só então, esgrimida a “justifyçam de Leis” – ou não fosse a baixa Idade Média um período de (re) afirmação do direito –, o trono de Castela pôde, como nos diz Rui de Pina, ficar

¹⁸ IDEM – Ibidem, cap. LXXIX, p. 684.

¹⁹ IDEM – Ibidem, cap. LXXVIII, p. 683.

²⁰ Leia-se, a propósito da Guerra Luso-castelhana de 1475-1479 : ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – A Batalha de Toro. Porto, [Policopiado], 2011.

²¹ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CLXXIII, p. 829.

²² IDEM – Ibidem, cap. CLXXIII, p. 829.

à “desposyçam e força das armas”²³.

Por fim, conseguimos descortinar o enquadramento ideológico do cronista relativamente à guerra contra os muçulmanos, que era, no seu entendimento, “tam santa e tam piedosa”²⁴. Essa luta contra os inimigos da fé cristã, para a qual D. Afonso V teria “hum natural desejo”, encontra-se amiúde tratada na crónica, sendo o pensamento de Rui de Pina particularmente claro na narrativa em que contextualiza a tomada de Alcácer-Ceguer em 1458, na sequência da pregação de cruzada contra os turcos otomanos²⁵.

De acordo com a crónica, a guerra ao Islão seria, antes de mais, um dever dos soberanos de toda a Cristandade. Por isso o Papa Calisto III, face à impactante queda de Constantinopla em 1453, procurou com “hum santo ardor”, nas palavras de Rui de Pina, mobilizar as cabeças coroadas do ocidente a tomar parte no projecto que visava a expulsão dos muçulmanos daqueles domínios. D. Afonso V, “como era Pryncepe muy Catholico”, acentuou o cronista, “aceitou a empresa com promessa de servir a Deos naquella guerra”, fazendo-se então notar na crónica como a contenda, do ponto de vista teórico, era levada a cabo sob a autoridade divina²⁶.

Apesar do projecto cristão ter esmorecido entre a maior parte dos monarcas, em 1457 D. Afonso V decidiu-se pela tomada de Alcácer-Ceguer, a ter lugar no ano seguinte. Segundo Rui de Pina, o rei levava a expedição a cabo para “que Deos fosse servydo, e a sua fée mais acrecentada”, revelando que esta guerra, longe de ter um fim em si mesma, procurava abrir caminho a um processo de conversão. Afinal, como atribui a um discurso do infante D. Henrique ainda antes da partida, a expedição seria “nom por cobiça”, mas por fins religiosos. Neste contexto, o cronista acaba por revelar conhecimento do mais elevado significado que representava a acção do bispo de Silves quando, a mando do papa, “a ElRey trouxe a Cruzada”. Pela bula que a materializava, conclui com a crença, no plano espiritual, das garantias de “grandes e piadosas graças e perdooes da Séé Apostolica” para os combatentes que integrariam a campanha²⁷.

Por último, cumpre-nos confrontar, em jeito de interrogação, o pensamento de Rui de Pina com as doutrinas que definiam, nos finais da Idade Média, os tipos de guerra que identificámos. Afinal, não estaria o cronista ciente da ideia de “guerra civil”, a qual, de acordo com as Ordenações Afonsinas, se fazia “em maneira de bandos”, com o “Regno por desacordo”²⁸? Não seria também conhecedor da doutrina da “guerra justa” que remontava a Santo Agostinho (século V), o bispo que, combinando pensamento clássico com ensinamentos

²³ IDEM – Ibidem, cap. CLXXIV, p. 830.

²⁴ IDEM – Ibidem, cap. CCX, p. 877.

²⁵ IDEM – Ibidem, cap. CXXV-CXXXVIII, pp. 767-778

²⁶ IDEM – Ibidem, cap. CXXV, pp. 767-768.

²⁷ IDEM – Ibidem, cap. CXXXVIII, pp. 772-773.

²⁸ Ordenações Afonsinas. Livro Primeiro, pp. 285-286.

cristãos, estabeleceu como condições para se desencadear um conflito entre monarquias cristãs a defesa ou recuperação de bens ou direitos perdidos? Por fim, não estaria Rui de Pina enquadrado pela ideologia da “guerra santa” que a Igreja, desde os finais do século XI, assumiu como obra apostólica, na perspectiva de o guerreiro abrir caminho ao missionário²⁹? A todas estas questões nos inclinamos para uma resposta afirmativa, atrevido-nos até a sugerir umnexo entre si. Numa perspectiva global, Rui de Pina parece manifestar um sentimento em relação à(s) guerra(s) que concebia a unidade do reino e a paz entre monarquias cristãs, segundo Margarida Garcez Ventura, “como condição da luta eficaz contra os infiéis”³⁰.

2. Os homens da guerra: “boões e leaes Vassalos”

Na transição da Idade Média para a modernidade, segundo João Gouveia Monteiro, a hoste régia que se levantava em Portugal era composta por diferentes corpos: a guarda do rei, as mesnadas senhoriais, os contingentes das ordens militares, as milícias concelhias, as companhias de mercenários e os grupos de homiziados³¹. Ainda distante do tempo dos exércitos permanentes, correspondia, grosso modo, a uma força convocada ad hoc para satisfazer as necessidades de uma dada campanha. Mas era, ao mesmo tempo, uma força socialmente heterogénea, que integrava membros dos vários “Estados do reino” – da “gente meuda”³², no dizer de Rui de Pina, aos “boões e leaes Vassalos”³³. Porém, ao narrar a guerra, o cronista quase a resume à acção dos nobres, em contraste com o povo, que, sem identidade ou caracterização, é genericamente referido entre os muitos “de pé” ou, na melhor das hipóteses, “de cavallo”³⁴. Centrados no grupo dos chamados bellatores, vejamos, com a perspectiva sociológica de Rui de Pina, a importância que representavam no mundo das armas.

A essência da ordem nobiliárquica continuava a ser o exercício das armas, segundo Maria de Lurdes de Rosa, a sua fonte de prestígio e de bens materiais³⁵. Ao longo da crónica fica patente como, de acordo com a mentalidade da época, o serviço da nobreza ao rei era entendido, por excelência, na condução dos seus próprios exércitos ou no desempenho de cargos militares. Por isso, entre outros,

²⁹ VENTURA, Margarida Garcez – «A “Guerra Justa”: tradição, doutrina e prática nos inícios da modernidade. O caso português». In *Homo Viator. Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 570-572.

³⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 572.

³¹ MONTEIRO, João Gouveia – *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Vol. 1. Coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 192-204.

³² PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. X, 598.

³³ IDEM – *Ibidem*, cap. XIV, 601.

³⁴ IDEM – *Ibidem*, cap. LXXXV, p. 694

³⁵ ROSA, Maria de Lurdes – *Longas guerras, longos sonhos africanos: da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra, 2010, p. 20.

o cronista elogia a atitude magnânima do conde D. Afonso de Arraiolos quando em 1461 “pedio a ElRei licença pera se hir a Alcacere”, começando da sua parte a ser “feyta muita despesa” na mobilização de um grande exército³⁶. Por outro lado, destaca-se o desempenho pelos nobres dos altos cargos do oficialato régio ligados à guerra, como os de alferes, marechal ou condestável, que, como salientavam as Ordenações Afonsinas, deveriam caber a fidalgo de “boa linhagem”³⁷. A ambição pelo exercício destes ofícios seria tal que, segundo Rui de Pina, o conde D. Afonso de Ourém, no ano de 1443, reclamou junto do regente D. Pedro o cargo de condestável por ter sido de seu avô D. Nuno Álvares Pereira. Este gesto, que de acordo com o cronista redundou na recusa do infante e no distanciamento do conde, espelhava uma mentalidade – contrária à afirmação do poder real – que chegava a conceber o ofício numa lógica patrimonial-familiar³⁸.

À frente das suas mesnadas ou a desempenhar cargos régios, são os nobres que, pela pena de Rui de Pina, nos iluminam a guerra no plano operacional. Isso verifica-se desde o início de cada empresa militar. Veja-se como, ao descrever a concentração de uma hoste de auxílio ao rei Juan II de Castela em 1445, entre os “dous myl de cavallo, e quatro myl de pé” se destacam os “Fydalgos pryncipaaes”. O cronista enuncia-os, partindo dos titulares, segundo um claro raciocínio que espelhava a lógica hierárquica da sociedade do seu tempo: primeiro, D. Álvaro de Castro, “que despois foy Conde de Monsanto”, Lopo de Almeida, “que despois foy Conde d’ Abrantes”, Dom Duarte de Meneses, “que despoys foy Conde de Viana”; depois, ainda designados pelo nome, Diogo Soares de Albergaria, Fernão Coutinho, João de Gouveia; por fim, decerto menos importantes, refere genericamente “outros muytos Fydalgos e Cavalleiros da Corte”³⁹.

Este exemplo é como que um mote para a narrativa de outras operações. Ao descrever as marchas dos exércitos, se exceptuarmos a figura régia (quando em presença), o cronista quase só refere as colunas comandadas pelos nobres, como é o caso da “Ordenança da Oste” na invasão de Castela em Maio de 1475, onde é evidente a selecção das “batalhas” dos cinco condes e do duque de Guimarães, D. Fernando, herdeiro da casa de Bragança⁴⁰. Nos cercos, como no de Alcácer-Ceguer, em 1458, o foco tende em grande medida para a acção dos chamados “pryncipaes” no acometimento sobre a cidade⁴¹. Em caso de batalhas campais, como sucedeu em Toro, em 1476, a referência às “hazes” faz-se com um olhar sobre a gente “cortesaã e mui limpa”⁴².

Mas, segundo nos revela a crónica, era em combate que os nobres deixavam

³⁶ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CXLVI, p. 794.

³⁷ Ordenações Afonsinas. Livro Primeiro, pp. 316-314.

³⁸ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. LXXXII, p. 689.

³⁹ IDEM – Ibidem, cap. LXXXV, p. 694

⁴⁰ IDEM – Ibidem, cap. CLXVII, p. 832.

⁴¹ IDEM – Ibidem, cap. CXXXVIII, pp. 772-778.

⁴² IDEM – Ibidem, cap. CXC, p. 844.

transparecer os seus valores de fidelidade, honra e audácia, tão bem declarados no discurso atribuído a D. Pedro quando, no início das intrigas que conduziram a Alfarrobeira, se terá dirigido a D. Afonso V: “sobre todos vossos vassalos e servydores, eu vos amo e vos som mais obediente e mais leal”⁴³. Daí que os exemplos maiores de sacrifício da nobreza guerreira se encontrem tantas vezes associados a uma expressiva descrição de violência física, segundo Maria de Lurdes Rosa, uma característica que a cronística tardo-medieval acentuou⁴⁴. Veja-se como, na Batalha de Toro de 1476, é elogiado o célebre alferes, Duarte de Almeida, que ao procurar evitar a captura do pendão real acabou “decepado com infyndas feridas”⁴⁵. Já na Serra de Banacofu, em 1464, o cronista louva exaustivamente o conde de Viana, D. Duarte de Meneses, “esforçado e syngullar Capitam”, que ao cobrir uma retirada do rei foi chacinado pelos mouros⁴⁶. Na sequência da tomada de Arzila, em 1471, a morte em combate do conde de Monsanto foi mesmo associada à investidura de cavaleiro do príncipe D. João, imputando-se a D. Afonso V o célebre discurso: “Fylho, Deos vos faça tam bom cavaleiro como este que aquy jaz”⁴⁷.

Mas a Rui de Pina não escapou também, ao longo da crónica, como o ofício da guerra obrigava os senhores a uma exigente cultura marcial. Ciente da sua importância, o cronista refere, de forma crítica, que um indivíduo apenas criado “em poder de molher” resultará “fraco e feminado”⁴⁸. Por isso, acrescenta, era fundamental desde tenra idade uma educação subordinada ao exercício das armas, “per enxemplos e doutryna, e merecimentos da cavallaria”⁴⁹. No fundo, tratava-se de uma instrução composta por uma componente teórica, que modelava o saber guerreiro e o sentido ético cavaleiresco, e uma prática, que lograva o desenvolvimento das “manhas de corpo”⁵⁰.

As referências na crónica ao modo de vida da nobreza não nos deixam dúvida da importância que se pretendia atribuir ao conhecimento e à prática de actividades de preparação para a guerra. Veja-se como Rui de Pina elogia o infante D. Pedro, no plano intelectual, por ser “dado muyto ao estudo”⁵¹, destacando entre os livros da sua biblioteca o tratado militar *De Re Militari*, do romano Vegécio, particularmente em voga na baixa da Idade Média, dentro do

⁴³ IDEM – Ibidem, cap. LXXXIX, p. 701

⁴⁴ ROSA, Maria de Lurdes – Ob. Cit., pp. 111-115.

⁴⁵ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CXCI, p. 847.

⁴⁶ IDEM – Ibidem, cap. CLVI, 812-813.

⁴⁷ IDEM – Ibidem, cap. CLXV, p. 823.

⁴⁸ IDEM – Ibidem, cap. L, p. 643.

⁴⁹ IDEM – Ibidem, cap. L, p. 645.

⁵⁰ OLIVEIRA, António Resende de – “Mais de pedras que de livros”: D. Afonso, 4.º Conde de Ourém, e a cultura nobiliárquica do seu tempo». In D. Afonso, 4.º Conde de Ourém e a sua época. Coord. Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal, 2004, p. 294

⁵¹ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CXXV, p. 754.

espírito de valorização dos autores clássicos⁵². Mais abundantes são as alusões aos exercícios que visavam a manutenção da forma física, o bom manejo do armamento e a exímia prática equestre. Como grande senhor, o mesmo infante D. Pedro foi elogiado por ser bom “caçador e monteiro”⁵³, actividade que, por sua “fortalleza e segurança” de carácter, não terá abandonado no seu ducado de Coimbra até às vésperas da Batalha de Alfarrobeira (1449), onde perdeu a vida⁵⁴. São mais comuns as referências à prática das justas, que promoviam a competição e, quando associadas a momentos festivos da vida do reino, se convertiam num espectáculo de exibição da nobreza. O casamento da infanta D. Leonor com o imperador Frederico III, acordado em Lisboa em Agosto de 1451, foi disso exemplo. Entre a descrição da solenidade dos actos no paço e da abundância do banquete, o cronista exalta as faustosas “justas Reaaes” na Rua Nova, nas quaes, passados “notavees e maravilhosos encontros”, saiu vencedor o infante D. Fernando, irmão do rei. Por fim, a importância das celebrações foi ainda de molde aos senhores se poderem provar na lide de touros, como salienta a crónica, em que eram obrigados a provar a sua coragem e destreza⁵⁵.

A visão marcial de Rui de Pina sobre o estado dos combatentes procura, por um lado, salientar os principais modelos de ética e prática na guerra. Mas esta vertente parece completar-se, por outro lado, com as cuidadas referências à cultura nobiliárquica. Assim sendo, não pretenderia o cronista, na viragem para o século XVI, reproduzir a mensagem que a dinastia de Avis veiculara nalgumas obras literárias que visavam, nas palavras de António Resende de Oliveira, “as boas práticas e virtudes da cavalaria”⁵⁶?

3. A “memoria das Reaes virtudes e feytos Ymperiaes”

Ao longo da baixa Idade Média, a teorização que sustentava o poder real na Cristandade foi definindo as atribuições governativas do monarca, as quais, para além do cumprimento dos desígnios da Igreja e da prática legislativa e judicial para harmonia do reino, passavam pelo exercício da guerra⁵⁷. De resto, na transição para a modernidade o movimento renascentista, inspirando-se de forma genuína em modelos clássicos como Alexandre Magno, Júlio César ou Constantino, acentuava a importância do “magistério da violência” dos príncipes, como salientou John Law⁵⁸. Ora, a Crónica do Senhor Rey Dom

⁵² MONTEIRO, João Gouveia – Ob. Cit., p. 214.

⁵³ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CXXV, p. 754.

⁵⁴ IDEM – Ibidem, cap. CXI, p. 732.

⁵⁵ IDEM – Ibidem, cap. CXXXI, p. 761.

⁵⁶ OLIVEIRA, António Resende de – Ob. Cit., p. 295.

⁵⁷ VENTURA, Margarida Garcez – «O ofício de rei no Portugal quatrocentista. Teoria e práticas de poder». In O Portugal Medieval. Monarquia e Sociedade. Org. Carlos Nogueira. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 125-141

⁵⁸ LAW, John – «O príncipe do Renascimento». In O Homem Renascentista. Dir. Eugenio Ga-

Afonso V parece inscrever-se neste paradigma, como dá a entender Rui de Pina no prólogo, desde logo, ao afirmar que a sua obra tinha como finalidade a “memoria das Reaes virtudes e feytos Ymperiaaes”⁵⁹. Assumida uma dimensão política de propaganda régia pelo cronista, para quem “a Estoria he hum vivo espelho” no conhecimento daqueles “boões exempros”, à semelhança do que se fazia na Antiguidade, procuremos descortinar a preponderância marcial nesta perspectiva de representação⁶⁰.

Observando a crónica de uma forma global, apurámos que mais de metade dos capítulos versa sobre a guerra. A esmagadora maioria refere-se, como seria de esperar, às guerras travadas pelo reino de Portugal. Se considerarmos apenas estes, vislumbramos uma clara orientação do cronista na narrativa: o relevo dos conflitos que contaram com a participação régia. Veja-se, a título de exemplo, os sete capítulos relativos ao conflito que culminou na Batalha de Alfarrobeira de 1449⁶¹, os onze capítulos que descrevem a campanha marroquina de 1463-1464⁶² ou os trinta e cinco capítulos respeitantes à empresa castelhana de D. Afonso V que teve ponto alto na Batalha de Toro de 1476⁶³. Em contraponto, é notória a menor importância atribuída pelo cronista às campanhas conduzidas por nobres, como seja o caso da resistência liderada em Alcácer Ceguer pelo conde D. Duarte de Viana no cerco de 1459⁶⁴ ou da expedição conduzida pelo conde D. Afonso de Arraiolos em torno de Ceuta em 1460⁶⁵, uma e outra empresa, respectivamente, com somente um capítulo dedicado. Já no que concerne ao conflito que em redor de 1450 foi travado nas costas da África subsaariana, onde a realeza jamais marcou presença, é sintomático que nem um capítulo – ou sequer uma menção – tenha merecido a atenção de Rui de Pina⁶⁶. Consideraria o cronista que essas escaramuças frente às tribos negras, na exploração de novas terras, correspondiam a uma contenda irrelevante – senão menos digna – para a propaganda régia?

Como quer que tenha sido, parece evidente nesta narrativa a exaltação de uma realeza guerreira. Nesse sentido, Rui de Pina apresenta-nos um paradigma de monarca que não hesita em tomar armas no exercício daquilo que, segundo o estudo de José Varandas, Margarida Garcez Ventura e Inês Araújo, eram consideradas competências do poder real: a protecção dos bons e o castigo dos maus, a defesa do reino e a luta contra o infiel⁶⁷. Senão, vejamos. D. Afonso V

rin. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1991, pp. 20-24.

⁵⁹ PINA, Rui de – Ob. Cit., prólogo, p. 584.

⁶⁰ IDEM – Ibidem, prólogo, 583.

⁶¹ IDEM – Ibidem, cap. CXVI-CXXIII, pp. 738-749.

⁶² IDEM – Ibidem, cap. CXLVII-CLVII, pp. 787-814.

⁶³ IDEM – Ibidem, cap. CLXXIII-CCVII, pp. 829-872.

⁶⁴ IDEM – Ibidem, cap. CXLII, pp. 787-789.

⁶⁵ IDEM – Ibidem, cap. CXLIII, pp. 790-791.

⁶⁶ DUARTE, Luís Miguel – Nova História Militar de Portugal. Vol. 1, p. 441.

⁶⁷ VENTURA, Margarida Garcez, et al. – «Representações dos modelos clássicos militares no rei medieval português». História [online]. N.º 31 (2012), p. 32.

é observado na obrigação de intervir internamente contra o infante D. Pedro, em 1449, “por desobediência e deslealdade”⁶⁸ – ainda que tivesse por base uma “enjuria”, nas palavras do cronista, o qual, talvez para isentar (publicamente) o rei de (ir)responsabilidade, tem o cuidado de atribuir somente a falta ao duque de Bragança⁶⁹. Na mesma linha, Rui de Pina louva o monarca por desembainhar a espada, em 1474, com o “fundamento” de defender o reino castelhano, que, de acordo com a narrativa, lhe caberia por casamento com a princesa D. Joana⁷⁰. De forma mais sistemática, elogia o papel do rei “nas cousas da guerra dos Mouros” onde, para além de dilatar o território, se mostrou “Pryncepe muy Catholico e amigo de Deos”⁷¹, destacando-se a forma pronta como se predispôs para a conquista de Alcácer Ceguer (1458), a incursão na Serra de Benacofu (1463-1464) e a tomada de Arzila e a ocupação de Tânger (1471). Por isso, em relação às virtudes de D. Afonso V, conclui: “foy sempre zellador de emprender cousas árduas, e prosseguyllas por armas”⁷².

Se nas decisões políticas respeitantes à guerra, no seu ofício governativo, o soberano é sublimado, o mesmo se verifica na preparação das campanhas. Em primeiro lugar, é notório o cuidado em apresentar a pessoa régia a mandar “perceber os Grandes e Senhores Prelados, Fydalgos, e Cavalleiros, e gente outra de seus Reynos”⁷³. Enquanto “senhor da hoste”⁷⁴, tal como consta das Ordenações Afonsinas, é o rei que, acima de todos, convoca o reino para a guerra. Depois, ao aludir à concentração das tropas, Rui de Pina procura amiúde dar expressão ao poder e à grandeza do soberano, capaz de mobilizar uma impressionante força de “cinco myl e seis centos de cavallo, e quatorze myl homens de pée”⁷⁵ – note-se que estas impactantes descrições, segundo Luís Miguel Duarte, eram próprias da crónística régia que, “para maior glória do rei que tal exército tinha”, muitas vezes inflacionava a dimensão da hoste reunida⁷⁶! O cronista chega a completar as exposições da hoste, revelando conhecimento bélico, com menções às modernas “artelharias”, além de “armas e tendas”, que se concentrariam, segundo um discurso que procura transmitir harmonia, “em gram perfeiçam”⁷⁷.

Mas é na narrativa das operações militares que, entre tudo e todos, se destaca claramente a figura do monarca. Ao longo da obra, parece existir uma intencionalidade na representação quase majestática do soberano, espelhando autoridade e prestígio: em 1449, no vale de Alfarrobeira, está saliente a “tenda

⁶⁸ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CVII, p. 725.

⁶⁹ IDEM – Ibidem, cap. CVI, p. 724

⁷⁰ IDEM – Ibidem, cap. CLXXIII, p. 829.

⁷¹ IDEM – Ibidem, cap. CCXIII, p. 881.

⁷² IDEM – Ibidem, cap. CCXIII, p. 881.

⁷³ IDEM – Ibidem, cap. CLXXIV, p. 830.

⁷⁴ Ordenações Afonsinas. Livro Primeiro, p. 306.

⁷⁵ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CLXXVII, p. 832.

⁷⁶ DUARTE, Luís Miguel – Nova História Militar de Portugal. Vol. 1, p. 375.

⁷⁷ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CLXXVII, p. 832.

d'ElRey⁷⁸; em 1458, na aproximação às muralhas de Alcácer-Ceguer, encontramos “ElRey posto em hum cavallo Sezeliano, armado e acobertado com sua espada na maaõ⁷⁹”; em 1475, na marcha em direcção a Plasência, D. Afonso V comanda o exército com todo o aparato, ladeado por “Reaaes bandeiras tendidas”, escoltado por “certos genetes” e acompanhado por um pajem que segura o pendão com a sua divisa francesa, “jamais⁸⁰”.

Em última análise, era no calor dos combates que se jogava a glória da coroa portuguesa. Talvez por isso Rui de Pina narre as refregas, por diversas vezes, colocando as forças lusas em desvantagem: o sucesso, a acontecer, torna-se mais notável; o desaire, a ter lugar, recolhe maior justificação. Um exemplo expressivo destas vitórias corresponde à resistência ao cerco muçulmano a Alcácer-Ceguer em 1458, imediatamente após a conquista portuguesa, para o qual o rei de Fez teria mobilizado “trinta myl de cavallo, e gente de pé sem conto⁸¹” – um exército de dimensões improváveis para a época. Em contraponto, será com o maior cuidado que o cronista justificará a derrota da ala de D. Afonso V na Batalha de Toro, em 1476, pois, segundo afirmou, “na batalha d'ElRey Dom Fernando vynha muyta, e muy grossa gente d'armas, aalém dos genetes, e mais lançaram diante de sy hum agram soma d'espingardeiros⁸²”.

Contudo, para além de D. Afonso V, a narrativa dos combates parece de molde a enaltecer outras figuras da realeza. Daí que, a seguir ao rei, Rui de Pina foque as virtudes e os feitos do príncipe D. João, por ventura até os sobredimensionando pela amizade que os uniu – note-se ainda que o cronista devia a este monarca, enquanto burocrata, a sua ascensão na corte régia. Um exemplo maior será o louvor da acção bélica do príncipe, associado ao governo enquanto regente, no conflito luso-castelhano de 1475-1479, em que, apesar de seu pai haver levado “a frol da gente e armas do Reyno (...) de noite e de dia, e em armas sempre vestido (...) nom somente muitas vezes defendeo em pessoa os Reinos (...) mas aynda os estranhos ofendia, e guerreava continuamente per muytas maneiras⁸³”. Mas podemos ainda encontrar uma atenção especial, entre a família real, no tratamento marcial do infante D. Fernando. Sempre considerando o “seu real sangue e real condyçam”, o cronista destaca singularmente as “grandes e arduas empresas” daquele que, em 1469, foi capaz de tomar “per sy” a cidade de Anafé⁸⁴ – para além de irmão de D. Afonso V era, afinal, o pai D. Manuel I. No seu conjunto, não estaria Rui de Pina a “legitimar pelas armas” toda uma dinastia?

⁷⁸ IDEM – Ibidem, cap. CXXI, p. 746.

⁷⁹ IDEM – Ibidem, cap. CXXXVIII, p. 776.

⁸⁰ IDEM – Ibidem, cap. CLXXIV, p. 830.

⁸¹ IDEM – Ibidem, cap. CXXXIX, p. 779.

⁸² IDEM – Ibidem, cap. CXCI, p. 845.

⁸³ IDEM – Ibidem, cap. CLXXXVII, p. 841.

⁸⁴ IDEM – Ibidem, cap. CLII, p. 804.

Conclusão

Escrita na viragem para a centúria de Quinhentos, numa fase de consolidação da cronística régia, a Crónica do Senhor Rey Dom Afonso V corresponde a uma fonte privilegiada para o estudo do século XV português e, em particular, da arte da guerra na transição da Idade Média para a Idade Moderna. O cronista Rui de Pina, como tivemos ocasião de constatar, transparece um significativo conhecimento do mundo bélico, da organização à formação militar, da estratégia à tática, do recrutamento ao armamento. Para narrar os acontecimentos marciais terá levado a cabo um trabalho heurístico notável que, tanto quanto apreendemos, passou pela recolha de relatos, cartas e documentação, para além do recurso à memória e do conhecimento de alguns locais. Ciente do papel do seu ofício, pôde assim compor a crónica, tocado por um conjunto de influências culturais, às quais já não era alheio o movimento renascentista.

A observação da narrativa bélica, no plano ideológico, levou-nos a considerar que Rui de Pina, pela forma e pelo conteúdo da prosa, apresenta consciência das doutrinas que nos finais da medievalidade definiam as guerras “civil”, “justa” e “santa”. Mais, tomando posição pela unidade do reino, pela concórdia entre monarquias cristãs e pelo combate ao infiel, o cronista vai ao encontro, em última instância, da mensagem da cronística régia de que, segundo Susani França, “fazia-se a guerra pensando na paz”⁸⁵.

Numa perspectiva sociológica, o mundo das armas que a crónica nos revela é, por excelência, o da nobreza. Esse enfoque decorreria, por um lado, da mentalidade que concedia aos nobres um lugar privilegiado numa sociedade de ordens; mas a sua exaltação no serviço ao rei, na guerra ou na (boa) prática da sua cultura marcial, parece significar uma chamada de atenção para a essência da vocação nobiliárquica quando o império português, “em tytullos e Senhoryos mayores”⁸⁶, se alargava do Brasil à Índia.

Por fim, ao descortinarmos o alcance político da narrativa da guerra por Rui de Pina, deparamo-nos com uma clara função de propaganda régia, visível em perspectivas tão diversas como a selecção das lutas, o elogio das virtudes régias e a representação em campanha concedida a D. Afonso V e, com ele, a outras figuras da realeza. Afinal, D. Manuel I sucedera a D. João II, em 1495, oriundo de um ramo colateral, pelo que se revestiria da maior importância a sua associação a uma modelar dinastia guerreira.

⁸⁵ FRANÇA, Susani Silveira Lemos – Os reinos dos cronistas medievais (século XV). [São Paulo]: Annablume, 2006, p. 203.

⁸⁶ PINA, Rui de – Ob. Cit., cap. CLXI, p. 817.

Bibliografia

1. Fontes:

PINA, Rui de – Crónicas de Rui de Pina. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

Ordenações Afonsinas. 5 vol. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

2. Dicionários e obras gerais:

AMADO, Teresa, et al. – Dicionário da literatura medieval portuguesa. Coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Caminho, 1993.

DIAS, Aida Fernanda – História crítica da literatura portuguesa. Dir. Carlos Reis. Vol. 1 – Idade Média. Lisboa: Verbo, 1998.

DIAS, João José Alves, et al. – Nova História de Portugal. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 5. Lisboa: Presença, 1998.

ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – A Batalha de Toro. Porto, [Policopiado], 2011.

GARIN, Eugénio – Idade Média e Renascimento. Trad. Isabel Teresa Santos e Hossein Seddighzadeh Shooja. Lisboa: Estampa, 1989.

LAW, John, et al. – O Homem Renascentista. Dir. Eugenio Garin. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1991

LE GOFF, Jacques – A civilização do ocidente medieval. Vol 1. 2ª ed. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira – Nova História de Portugal. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 4. Coord. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1987.

3. Estudos:

AMADO, Teresa, et al. – A guerra até 1450: ideia e prática, a imagem do inimigo. Coord. Teresa Amado. Lisboa: Quimera, 1994.

DUBY, Georges – A Sociedade Cavaleiresca. Lisboa: Teorema, 1989.

FLORI, Jean – Caballeros y Caballería en la Edad Media. Trad. Godofredo González. Barcelona: Paidós, 2001.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos – Os reinos dos cronistas medievais (século XV). [São Paulo]: Annablume, 2006.

GOMES, Saul António – D. Afonso V, o Africano. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

GUREVITCH, Aron J. – As categorias da cultura medieval. Trad. João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho, 1991.

MONTEIRO, João Gouveia – A guerra em Portugal nos finais da Idade Média. Lisboa: Notícias, 1998.

IDEM – Fernão Lopes: texto e contexto. Coimbra: Minerva, 1988.

IDEM – «Orientações da cultura de corte na primeira metade do século XV. A literatura dos príncipes de Avis». Vértice. II série, 5 (Agosto de 1988).

IDEM, et al. – Nova História Militar de Portugal. Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Vol. 1. Coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

OLIVEIRA, António Resende de – «“Mais de pedras que de livros”: D. Afonso, 4.º Conde de Ourém, e a cultura nobiliárquica do seu tempo». In D. Afonso, 4.º Conde de Ourém e a sua época. Coord. Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal, 2004.

ROSA, Maria de Lurdes – Longas guerras, longos sonhos africanos: da tomada de Ceuta ao fim do Império. Porto: Fio da Palavra, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – A historiografia portuguesa. Vol. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

IDEM – Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

SOUSA, Armindo de – «Os cronistas e o imaginário no século XV». Revista de Ciências Históricas. IX (1994).

VENTURA, Margarida Garcez – «A “Guerra Justa”: tradição, doutrina e prática nos inícios da modernidade. O caso português». In Homo Viator. Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão. Lisboa: Colibri, 2004.

IDEM – «O ofício de rei no Portugal quatrocentista. Teoria e práticas de poder». In O Portugal medieval: monarquia e sociedade. Org. de Carlos Nogueira. [São Paulo]: Alameda, [2010].

IDEM, et al. – «Representações dos modelos clássicos militares no rei medieval português». História [online]. N.º 31 (2012).

VITERBO, Sousa – A cultura intelectual de D. Afonso V. Lisboa: Off. Typ. Calç. do Cabra, 1904.

ANTÓNIO MARTINS COSTA

(São Martinho do Porto, 1986), é licenciado em História e mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, actualmente, doutorando em História (ramo de Idade Média) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É ainda investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, onde está ligado aos grupos de investigação História Militar e Estudos de Corte e Diplomacia.



Citar este texto:

COSTA, António Martins – A Guerra aos Olhos de um Cronista Tardo-Medieval: Rui de Pina e a Cronica de D. Afonso V. Revista Portuguesa de História Militar -

O CORSO E A PIRATARIA NO GOLFO LUSO-HISPANO-MARROQUINO: DA CONQUISTA DE CEUTA (1415) À MORTE DE D. MANUEL (1521)

Fernando Pessanha

Resumo

Com o fim da conquista cristã no ocidente peninsular, em 1249, a guerra entre portugueses e mouros não terminou, sendo rapidamente catapultada da terra para o mar. Em Portugal, a guerra de corso adquiriu uma expressão bastante precoce, nomeadamente, nas costas do Algarve, voltadas para o Mar das Éguas. É nesse sentido que, seguindo uma metodologia de trabalho baseada no confronto de informação entre as fontes históricas e a bibliografia especializada, o presente artigo pretende apresentar uma súmula do que foi a acção do corso e da pirataria no golfo luso-hispano-marroquino entre os inícios da Expansão Portuguesa (1415) e a morte de D. Manuel (1521).

Palavras-Chave; Corsários; Pirataria; Algarve; Andaluzia; Norte de África.

Abstract

With the end of the christian conquest in the western Iberian Peninsula, in 1249, the war between the portuguese and the moors didn't finish, as it was quickly transferred from land to sea. In Portugal, the corsair war started very early on, mainly on the algarvian coast, facing the Mar das Éguas. Using a methodology based on comparing the information in historical sources and a specialised bibliography, this article intends to present a summary of the acts of the corsairs and piracy in the the gulf between Portugal, Spain and Morocco, from the beginning of the Portuguese Expansion (1415) until the death of king Manuel (1521).

Keywords: Corsairs; Piracy; Algarve; Andalucia; North Africa.

Introdução

A guerra de corso no golfo luso-hispano-marroquino é quase tão antiga quanto as guerras entre os reinos cristãos e muçulmanos na Península Ibérica, tal como sugere a actividade corsária de D. Fuas Roupinho referida na Crónica de Portugal de 1419¹. É certo que, no que se refere ao Algarve, ficaram célebres alguns ataques do corso e da pirataria, já nos tempos da União Ibérica. Foi o caso do assalto de Sir Francis Drake que, depois de saquear Cádiz, assaltou e incendiou a fortaleza de Sagres em 1587², quando Dom Fernão Teles de Meneses detinha o governo do Reino do Algarve³, ou o do famoso assalto do Conde de Essex a Faro que, em 1596, saqueou e incendiou a cidade, aquando do governo de Rui Lourenço de Távora⁴. Porém, muitos mais assaltos tiveram lugar numa região que, com o advento da Expansão e dos Descobrimentos, testemunhou o crescente aumento do tráfego marítimo desde os inícios do século XV. Refira-se, em abono da verdade, que a documentação publicada em colectâneas como Monumenta Henricina⁵, Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos⁶, Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)⁷ ou Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc⁸, para além de crónicas quatrocentistas e quinhentistas como Anais de Arzila, de Bernardo Rodrigues⁹, Corografia do Reino do Algarve, de Frei João de São José¹⁰, ou História do Reino do Algarve, de

¹ Crónica de Portugal de 1419, Caps. 41 e 42, pp. 76-79. Sobre D. Fuas Roupinho veja-se SILVA, Tiago João Queimada e - Os feitos de D. Fuas Roupinho na Crónica de 1419. In Revista Portuguesa de História. Nº 43, pp. 91-104.

² Toda a artilharia da fortaleza de Sagres foi levada pelos homens de Francis Drake. Ver MAGALHÃES, Natércia - Algarve - Castelos, Cercas e Fortalezas. p. 257. Curiosamente, o primeiro desenho conhecido da Fortaleza de Sagres encontra-se na British Library, em Londres, e é da autoria de William Borough, oficial inglês que participou no assalto a Sagres.

³ Sobre o governador Fernão Teles de Meneses veja-se SILVA, Maria do Rosário Duarte Ferreira e - Dom Fernão Teles de Meneses – Governador do Reino do Algarve. In Anais do Município de Faro. Vols. XXXI – XXXII, p. 110.

⁴ LIMA, Luíz Caetano de - Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, com as mudanças, que houve nos seus domínios, especialmente pelos tratados de Utrecht, Rastad, Badesn, da Barreira, da Quadruple Alliança, de Hannover, e de Sevilha; e com as geneologias das Casas reynantes, e outras muy principaes, dedicada à sacra, real, augusta magestade delrey D. João V Nosso Senhor. Tomo II, Capitulo XIV, p. 317. Ver também MAGALHÃES, Joaquim Romero de - O assalto dos ingleses a Faro em 1596. In O Algarve na Época Moderna – Miuções 2. pp. 107-140.

⁵ Monumenta Henricina. 8 Vols, 1960-1967.

⁶ Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos. Tomos I- II, 1915-1934.

⁷ Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514). 1925.

⁸ Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. 5 Vols, 1934-1953.

⁹ RODRIGUES, Bernardo - Anais de Arzila. 2 Vols., 1915-1919.

¹⁰ JOSÉ, Frei João de São - Corografia do Reino do Algarve (1577). In Duas Descrições do Algarve do Século XVI. pp. 21-132.

Henrique Fernandes Sarrão¹¹, registam a acção do corso e da pirataria contra as costas meridionais de Castela e de Portugal. No entanto, não obstante a relativa abundância das fontes primárias e das informações facultadas pela cronística dos séculos XV e XVI, verifica-se uma manifesta escassez de investigações relativas à guerra de corso no designado Mar das Éguas¹², principalmente, no que se refere a esta prática depredatória nos mares que banham as costas algarvias de Aquém e de Além-mar.

Tal como tivemos oportunidade de afirmar em anterior publicação¹³, é certo que a nossa História Contemporânea assistiu à publicação de vários trabalhos de âmbito generalista sobre episódios de Guerra Naval, como *Annaes da Marinha Portuguesa*, de Ignácio da Costa Quintela¹⁴, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, de Saturnino Monteiro¹⁵ ou *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, de José António Rodrigues Pereira¹⁶. Porém, e à excepção de publicações como *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XVII)*, raras têm sido as análises ou considerações estratégicas acerca da actividade do corso e da pirataria no designado Mar das Éguas, constatação que se torna ainda mais estranha se atendermos à precoce expressão que a guerra de corso teve em Portugal logo após a conquista de Faro¹⁷, tal como sugere a *Crónica de Portugal de 1419*, ao mencionar que D. Afonso III assolou “a terra d’Afriqua com grande frota de navios”¹⁸. De resto, e como é de conhecimento geral, a guerra de corso acabou por ganhar novo impulso já no reinado seguinte, quando D. Dinis incumbiu o almirante Manuel Pessanha de operacionalizar o primeiro dispositivo oficial da marinha de guerra portuguesa¹⁹.

¹¹ SARRÃO, Henrique Fernandes - História do Reino do Algarve. In *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. pp. 133-174.

¹² Carlos Riley, por exemplo, delimita o Mar das Éguas “emoldurado, a norte, pela fachada peninsular que se estende de Cádiz ao Cabo de São Vicente e, a sul, pelo trecho de costa magrebina que vai de Tânger até à região de Safim”. Ver RILEY, Carlos - *Ilhas atlânticas e costa africana*. In *História da Expansão Portuguesa*. Vol. I, p. 139.

¹³ PESSANHA, Fernando - O corso francês no Mar das Éguas na primeira metade do séc. XVI: o caso dos ataques aos mareantes de Faro, em 1538. In *Anais do Município de Faro*. Vol. XLIV, no prelo.

¹⁴ QUINTELA, Ignácio da Costa - *Annaes da Marinha Portuguesa*. 2 Tomos, 1839.

¹⁵ MONTEIRO, Saturnino - *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa – 1139-1521*. Vols I - III, 1989.

¹⁶ PEREIRA, José António Rodrigues - *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, 2013.

¹⁷ Note-se que pouco depois da conquista de Faro, D. Afonso III procurou motivar a Ordem de Avis e os moradores de Albufeira a armarem navios para a luta contra os muçulmanos, cedendo-lhes, em Março de 1250, o quinto das presas que fossem feitas nos combates navais. Ver OLIVEIRA, Luís Filipe - *Da Defesa da fronteira à Guerra no Mar: A Coroa e as Ordens Militares*. In *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: El occidente peninsular en la primera mitad del Siglo XIV*. p. 285.

¹⁸ *Crónica de Portugal de 1419*. p. 160.

¹⁹ MAIA, José dos Santos & SOARES, Luís Couto (coord.) - *700 anos Almirante Pessanha*.

De facto, não podemos afirmar a existência de uma linha de investigação dedicada ao estudo do corso e da pirataria no Algarve, apesar dos esforços que, nos últimos anos, temos vindo a consagrar a este tema. Com efeito, tem sido a identificação de vários documentos, assim como a sua análise e problematização, a permitir a publicação de novas investigações nos últimos anos, principalmente, no que se refere à actividade do corso e da pirataria no extremo sotavento algarvio, mais concretamente nas imediações da foz do Guadiana, a principal via de penetração no sudoeste peninsular²⁰. Foi nesse sentido que, analisados em anteriores trabalhos os principais ataques da pirataria, as origens dos grupos de piratas e a identidade dos seus principais comandantes, considerámos pertinente apresentar no presente artigo uma súmula do que foi a actividade do corso e da pirataria no golfo luso-hispano-marroquino, para a balizagem cronológica compreendida entre os inícios da Expansão Portuguesa (1415) e a morte de D. Manuel (1521).

Da conquista de Ceuta (1415) à morte de D. Manuel (1521)

Como anteriormente afirmámos, ficaram célebres alguns ataques do corso e da pirataria no Algarve, como o já referido assalto de Francis Drake a Sagres, em 1587, ou o do Conde de Essex a Faro, em 1596. Porém, muitas mais ofensivas tiveram lugar num Reino do Algarve que, com o início da Expansão e dos Descobrimentos, testemunhou um gradual crescimento do tráfego marítimo desde a conquista de Ceuta e da exploração da costa Atlântica do noroeste africano, ainda na primeira metade da centúria de quatrocentos. É verdade que as navegações entre o Algarve e outros centros do comércio internacional, como a Andaluzia, o Norte de África ou o Norte da Europa, eram já uma realidade com alguma expressão no final da Idade Média²¹. Todavia, a necessidade de abastecer

2017; MAIA, José dos Santos (coord.) - O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448) A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis. 2019.

²⁰ Foi nesse sentido que, em 2018, publicámos Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha. In Anais do Município de Faro. Vol. XL, pp. 63-94 ou Cristóvão de Mendonça, navegador no oriente e capitão de Ormuz – Um desconhecido comendador de Arenilha. In e-Strategica - Revista da Associação Ibérica de História Militar. Nº 2, pp. 165-203. No ano seguinte, em 2019, foi a vez de publicarmos A Pirataria na foz do Guadiana na primeira metade do séc. XVI. In Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte. Vol. XXIII, pp. 72-93; em 2020 A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna. In Academia de Marinha. Memórias 2019. Vol. XLIX, pp. 445-472; e em 2022, O corso francês no Mar das Éguas na primeira metade do séc. XVI: o caso dos ataques aos mareantes de Faro, em 1538. In Anais do Município de Faro. Vol. XLIV, no prelo, para além de um substancial conjunto de artigos informativos publicados nos órgãos de comunicação regionais e que brevemente serão compilados em II Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar.

²¹ FONSECA, Luís Adão da - A ligação do Algarve aos grandes centros do comércio internacional. In O Algarve da Antiguidade aos nossos dias. pp. 131-138.

e defender Ceuta – responsabilidade que desde 1416 recaiu sobre o infante D. Henrique²² – tal como a actividade corsária desenvolvida pelo primeiro capitão português desta praça²³ e evidenciada em documentos como *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*²⁴, denunciam bem o incremento do trânsito marítimo no Mar das Éguas, também conhecido por golfo luso-hispano-marroquino, a partir da segunda década do século XV. Situação, aliás, que reflecte o motivo pelo qual o infante D. Henrique incumbiu Gonçalves Zarco de comandar missões de patrulhamento nas costas portuguesas do sul, de modo a defendê-las dos ataques do corso e da pirataria²⁵.



O golfo luso-hispano-marroquino no Atlas de Fernão Vaz Dourado, de 1571. A.N.T.T., Coleção Cartográfica, Nº 165.

²² Ver SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo (1417-1421)* – Revista *Militarium Ordium Analecta*. Nº 6, p. 63.

²³ CRUZ, Abel dos Santos - *A guerra de corso e pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Menezes (1415-1437)*. In *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*. pp. 57-99; CAMPOS, Nuno Silva - *Don Pedro de Menezes y la fundación de la Casa de Vila Real*. pp. 101-108.

²⁴ ZURARA, Gomes Eanes de - *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*. In *Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, e D. João II*. Tomo II, pp. 213-626.

²⁵ VICENTE, Paulo David - *As Primeiras Expedições Marítimas (1415-1437)*. In *Viagens e Operações Navais 1139-1499*. p. 129.

Para além da navegação entre as costas portuguesas e o Estreito de Gibraltar, também devemos ter em consideração o incremento do tráfego marítimo como consequência do reconhecimento e conseqüente exploração do Atlântico e da costa ocidental de África, nomeadamente, a partir da década de quarenta da centúria quatrocentista, quando começaram a chegar ao Algarve os escravos aprisionados na África subsariana. De facto, foi em 1441 que Antão Gonçalves trouxe os primeiros escravos negros, capturados na costa norte da Mauritânia. Três anos depois, um grupo de algarvios dirigido pelo almoxarife de Lagos armou seis caravelas e alcançou a costa da Mauritânia, trazendo consigo duzentos e trinta e cinco escravos. A partir de então deu-se um substancial incremento do tráfego escravagista, já que entre 1441 e 1448 deram entrada em Portugal um mínimo de mil escravos ou talvez mais²⁶.

Não se pense, porém, que as navegações portuguesas foram as únicas responsáveis pelo aumento da navegação no golfo luso-hispano-marroquino e nas costas do noroeste africano ao longo do século XV. É do conhecimento geral que Castela, que pontualmente lançava incursões no Norte de África²⁷, tentava estabelecer-se na costa atlântica da Berbéria, ambição que levou a uma rivalidade com Portugal relativamente à política expansionista em África e que se encontrava estreitamente relacionada com a querela sobre a posse das Canárias. Com efeito, em 8 de Janeiro de 1454, depois de o rei de Castela outorgar as Canárias ao duque de Medina Sidónia²⁸, o infante D. Henrique obteve do papa Nicolau V a bula *Romanus Pontifex*, que concedia aos portugueses as terras tomadas perto de Ceuta e as descobertas a sul do Bojador e do Cabo Não²⁹. No entanto, a bula papal não era explícita quanto aos direitos de Portugal e de Castela sobre a costa atlântica, o que permitiu que os castelhanos afirmassem que a linha divisória da partilha passava pelo Cabo Bojador, enquanto Portugal defendia que o limite seria o Cabo Não (actual Cabo Chaunar), muito mais a norte³⁰. Foi neste sentido que, enquanto Portugal se lançou na conquista da costa marroquina durante a segunda metade da centúria quatrocentista, os castelhanos se lançaram em incursões na costa africana fronteira às Canárias. Por outras palavras, foram os castelhanos estabelecidos no arquipélago canário que em 1477/1478 tentaram estabelecer-se

²⁶ ZURARA, Gomes Eanes de - *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. 1841.

²⁷ Veja-se, a título de exemplo, AZNAR VALLEJO, Eduardo - *Corso y piratería en las relaciones entre Castilla y Marruecos en la baja Edad Media*. In *En la España Medieval*. Nº 20, pp. 407-419; IGLESIAS RODRÍGUEZ, Juan José - *Las entradas de cristianos en Berbéria (Siglos XV-XVI). Relaciones pacíficas y violentas*. In *Revista de Historia de El Puerto*. Nº 50, pp. 9-34.

²⁸ *Colección de documentos ineditos para la Historia de España...* Tomo XXXVI, pp. 499-501. Veja-se também PESSANHA, Fernando - *Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África*. In *Jornadas de História de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*. Vol. XXI, pp. 117 e 145.

²⁹ FIGANIER, Joaquim - *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) – 1505-1541*, p. 27.

³⁰ PESSANHA, Fernando - *A Andaluzia na Expansão Portuguesa em Marrocos – Espaço de mobilidade e oportunidade nos alvares da Idade Moderna*. In *Mobilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna*. p. 211.

na costa continental africana, em território situado aproximadamente à mesma latitude³¹.

Finalmente, há ainda a considerar que, para além da Expansão portuguesa e da fixação castelhana nas Canárias, também a actividade marítima das cidades da Berbéria contribuiu para o aumento da navegação no golfo luso-hispano-marroquino durante o século XV. Refira-se, a título de exemplo, o que diz Damião de Góis da Alcácer Ceguer antes da conquista portuguesa de 1458, descrita como vila de “homens de guerra, principalmente no negócio do mar, no qual erao muy exercitados, e acostumados a fazer mal, e dano aos Christãos da Hespanha, e a outros que navegavam para aquelle Estreyto”³². De igual modo, também Leão-o-Africano, ao identificar os motivos pelos quais Anafé (Casablanca) foi arrasada pelo infante D. Fernando (irmão de D. Afonso V), em 1468, revela que no porto da cidade eram armadas fustas com as quais os seus homens atravessavam o golfo luso-hispano-marroquino e assaltavam as costas andaluzas e toda a costa portuguesa³³, para além das informações de que dispomos sobre a actividade corsária lançada a partir dos portos de outras cidades magrebina, como Salé³⁴ ou Larache³⁵.

³¹ FARINHA, António Dias - Os Portugueses em Marrocos. p. 29. De facto, em 1477/1478 Diego de Herrera e os seus homens construíram uma fortaleza na margem direita do rio Açaca, a que chamaram Santa Cruz de la Mar Pequeña, localizada ao sul de Meça e a norte do Cabo Não. Ver RUMEO DE ARMAS, Antonio - La Torre Africana de Santa Cruz de la Mar Pequeña. In Anuario de Estudios Atlánticos. p. 405. Este forte respeitava, portanto, a interpretação de Castela quanto à bula de Nicolau V, mas aumentava o clima de tensão com Portugal, que se mostrava intransigente quanto às pretensões de Castela na costa africana.

³² GÓIS, Damião de - Chronica do Principe Dom Joam. Capítulo XI, p. 43. Veja-se também PESSANHA, Fernando - A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia. In Revista de História, da Sociedade e da Cultura. Nº 19, p. 103.

³³ AFRICADO, Juan León - Descripción General del África, Tercera Parte, p. 212. Usando as palavras de Duarte Nunes de Leão, “Dizem os Escritores dos Arabes que a tenção del Rey mandar sobre esta cidade, foi por as entradas, que della faziao os Mouros na costa de Castilla, e Portugal, com galeões, e fustas, que tinhao bem armadas, de que os Christãos recebiao muito dano”. Ver LEÃO, Duarte Nunes de - Chronicas e vidas dos Reys de Portugal D. Duarte, undécimo, e D. Affonso o V, duodécimo. Capítulo XXXVIII, pp. 280-281.

³⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães - História Económica e Social da Expansão Portuguesa. p. 80.

³⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães - História Económica e Social da Expansão Portuguesa. p. 63.



Planta seiscentista de Larache em Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache, fl. 112. A.N.T.T., Casa de Cadaval, N.º 29.

Constata-se, deste modo, que a guerra de corso protagonizada por D. Pedro de Meneses ou pelo infante D. Henrique³⁶ - que em 1433 passou a auferir um quinto de tudo o que fosse tomado pelos navios que andassem a patrulhar o Estreito de Gibraltar³⁷ - tinha equivalente no outro lado do Mar das Éguas, onde, ainda antes do séc. XV, eram igualmente armadas embarcações destinadas ao mesmo tipo de prática corsária contra as costas do Algarve. Vejam-se, a título de exemplo, o assalto de doze galés muçulmanas a Lagos, em 1332, do qual resultou a captura de alguns moradores levados para África como cativos³⁸, ou o que nos revela a Monarquia Lusitana sobre o ano de 1354:

³⁶ Sobre o infante D. Henrique no Algarve veja-se IRIA, Alberto - O infante D. Henrique no Algarve. 1995; LOUREIRO, Rui Manuel - O infante D. Henrique no Algarve. In O Algarve da Antiguidade aos nossos dias. pp. 139-141.

³⁷ Ver Monumenta Henricina, Vol. IV, p. 266. Mais tarde, em 22 de Outubro de 1443, o regente D. Pedro confirma ao infante D. Henrique “o quinto e dizimo do que (...) os ditos navios” trouxeram das viagens de exploração ao sul do Cabo Bojador. Ver GODINHO, Vitorino Magalhães - Documentos Sobre a Expansão Portuguesa. Vol. I, p. 143.

³⁸ IRIA, Alberto - O Algarve e os Descobrimentos..., p. 133-134.

“como hua poderosa armada de Mouros Affricanos buscara a costa do Algarve e por assalto invadira e entrara hua villa maritima com com lastimoso estrago dos fieis que a povoavão e guarnecião não escapando algum da espada e do grilho assolando sem distinção o sagrado e o profano e carregadas suas galez de despojos e cativos a deixarão destruída e toda a costa amedretada com o proposito que levavão de voltarem com maior poder a executar mayores danos”³⁹.

Logo no ano seguinte, em 1355, salienta a Bula Romana de Inocência VI como os mouros “subitamente e com elevado número de galés, invadiram as terras portuguesas e tomaram vila do Algarve, onde roubaram as igrejas, mataram e cativaram os habitantes e ameaçam voltar”⁴⁰, assim como temos notícia de um bando de salteadores muçulmanos que, em 1385, irrompeu sobre Loulé, capturando um vereador do concelho municipal⁴¹. Por outras palavras, situações que testemunham a actividade do corso e da pirataria muçulmana nas costas do Algarve e que refletem como a guerra entre cristãos e muçulmanos foi catapultada de terra para o mar após a conquista cristã do sudoeste peninsular.

Por fim, para além da actividade corsária fomentada pelas cidades magrebina, há ainda a destacar o trato comercial que estas mantiveram com a Europa ao longo de toda a centúria de quatrocentos e que contribuiu para o aumento do tráfego marítimo, como o comércio que a já referida Anafé tinha com mercadores portugueses e ingleses⁴² e a exportação de trigo desta cidade para Granada⁴³ (compensado pela seda, roupa e moedas de ouro e prata que o reino granadino exportava para Anafé⁴⁴). De igual modo, também Larache se assumia

³⁹ JESUS, Frei Rafael de - *Monarchia Lusitana*. Parte Setima. Capitulo XVIII, p. 548.

⁴⁰ Bula de Inocência VI, de 27 Fevereiro de 1355. Documento publicado in *Monumenta Henricina*. Vol. I, N° 102, p. 239. Veja-se também OLIVEIRA, Luís Filipe - *Da Defesa da fronteira à Guerra no Mar: A Coroa e as Ordens Militares*. In *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: El occidente peninsular en la primera mitad del Siglo XIV*. p. 292.

⁴¹ CRUZ, Abel dos Santos - *A guerra de corso e pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437)*. In *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*. p. 59; PESSANHA, Fernando – *Sobre o corso e a pirataria magrebina no Algarve*. In *Jornal do Baixo Guadiana*, N° 135, p. 18. Do mesmo autor ver também *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*. p. 30.

⁴² AFRICADO, Juan León - *Descripción General del África*, Tercera Parte, pp. 210-212. Veja-se também PESSANHA, Fernando - *A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468)*. In *Revista de História, da Sociedade e da Cultura*. N° 19, p. 102.

⁴³ ZURARA, Gomes Eanes de - *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*. In *Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*. Tomo II, Capitulo XXI, pp. 559. Anafé era conhecida pelo trigo de qualidade que a sua comarca produzia, sendo em Portugal conhecido o designado trigo anafil, proveniente desta cidade. LEÃO, Duarte Nunes de - *Chronicas e vidas dos Reys de Portugal D. Duarte, undécimo, e D. Affonso o V, duodécimo*. Capitulo XXXVIII, p. 281.

⁴⁴ ZURARA, Gomes Eanes de - *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*. In *Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João*

como “Alfandega de grande parte de Berberia”⁴⁵, Salé mantém negócios com mercadores genoveses, venezianos, ingleses e flamengos⁴⁶, enquanto cidades como Azamor e Safim mantinham privilegiadas relações comerciais com os portugueses⁴⁷, como podemos verificar pelos contratos estabelecidos entre D. João II e os habitantes destas cidades da Duquela⁴⁸.

Por altura da assinatura do Tratado de Alcáçovas, em 6 de Março de 1480, já D. Afonso V, “o africano”, se tinha transformado em rei dos Algarves Dalém-mar, depois de submeter Alcácer Ceguer, em 1458, Anafé, em 1468, Arzila, em 1471, e Tânger, em 1471. Não obstante Portugal fazer algumas cedências no Tratado de Alcáçovas, renunciando aos direitos que reclamava sobre as Canárias, viu ser-lhe reconhecido o direito de continuar com as conquistas na Guiné, a posse das ilhas descobertas ao sul das Canárias e o direito de conquista do reino de Fez, ou seja, vitórias políticas que se reflectiram na conseqüente intensificação das rotas de navegação. No entanto, se a conquista de alguns portos magrebins se deveu aos ataques corsários lançados contra as costas portuguesas, a ocupação de várias cidades e fortalezas na costa norte-africana provocou uma contra-reacção magrebina, consubstanciada em frequentes acometimentos às costas de todo o sudoeste peninsular. De facto, com a conquista de Granada, em 1492, muitos muçulmanos da Andaluzia se refugiaram em cidades norte-africanas como Tetuão, Larache ou Salé, de onde passaram a fazer guerra de corso aos cristãos. Usando as palavras de Guillermo Gozalbes Busto: “las únicas fuentes de riqueza que tuvo para subsistir fueron las producidas por la guerra, en tierra contra las fronteras lusitanas, en el mar capturando toda presa cristiana que se ponía al alcance y poder de las fustas”⁴⁹.

Com a subida ao trono do “venturoso”, deu-se uma considerável e gradual

II. Tomo II, Capítulo XXXIII, p. 315; Veja-se também PESSANHA, Fernando - A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468). In Revista de História, da Sociedade e da Cultura. Nº 19, p. 102.

⁴⁵ ZURARA, Gomes Eanes de - Chronica do Conde D. Pedro de Menezes. In Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II. Tomo II, p. 405.

⁴⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães - História Económica e Social da Expansão Portuguesa. p. 80.

⁴⁷ No caso de Safim veja-se, a título de exemplo, AZEVEDO, Pedro de - Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos. Vol. II, pp. 106-107 e 250-251; GODINHO, Vitorino Magalhães - História Económica e Social da Expansão Portuguesa. p. 92.

⁴⁸ Ver Carta de D. João II aos habitantes de Azamor, em 3 de Julho de 1486. Documento publicado in Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc. Vol. I, Doc. I, pp. 4-8; Carta de D. João II ao alcaide e habitantes de Safim, em 16 de Outubro de 1488. Documento publicado in Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514). pp. 5-9 e por Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc. Vol. I, Doc. III, pp. 25-30.

⁴⁹ GOZALBES BUSTO, Guillermo - Convivencia judeo-morisca en el exilio. In Espacio, Tiempo y Forma. Série IV, Hª Moderna, T. 6, p. 86. Veja-se também PESSANHA, Fernando - D. Fernando de Menezes - Capitão de Ceuta, 1º Conde de Alcoutim e 2º Marquês de Vila Real. p. 64.

intensificação do tráfego marítimo no golfo luso-hispano-marroquino, como consequência da política expansionista de D. Manuel. Seria redundante afirmar que com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, as armadas portuguesas passaram a lançar-se no Atlântico com uma regularidade até então nunca vista. No entanto, é ao projecto imperialista manuelino para o Norte de África que se deve, antes de mais, o incremento da navegação no Mar das Éguas. Ora, se a expedição militar contra Larache, em 1504, delatava uma linha de continuidade no que respeitava à destruição de bases corsárias, a edificação de novas fortalezas em Santa Cruz do Cabo de Gué, em 1505, e em Mogador, em 1506, já deixava prever o reforço da presença militar portuguesa na Berbéria, que acabaria por se consubstanciar com a conquista pelas armas dos mais importantes portos do noroeste magrebino, como Safim, em 1508, e Azamor, em 1513, e a construção de novas fortalezas satélite, como Aguz, em 1508, ou Mazagão, em 1513. Foi, portanto, a necessidade de abastecer e socorrer as praças lusas do Norte de África que conduziu a uma considerável intensificação da navegação no golfo luso-hispano-marroquino. Como Romero de Magalhães bem observou, “a ligação de Portugal com as praças marroquinas fazia-se através do Algarve e, em princípios do século XVI, sobretudo por Tavira”⁵⁰. De facto, as cartas de quitação do reinado de D. Manuel são bem representativas dos bens que circulavam de e para o Algarve, nomeadamente, a nível de géneros alimentares, armamento, vestuário, alfaias religiosas, etc⁵¹. Do mesmo modo, situações como os socorros prestados por Rui Barreto, alcaide-mor de Faro⁵², e Garcia de Melo, alcaide-mor de Castro Marim⁵³, ao cerco que os mouros puseram a Arzila, em 1516⁵⁴, ou os socorros enviados por Rui Barreto a Tânger, em 1520⁵⁵, afiguram exemplos de como o envio de auxílios às praças lusas do norte de África contribuíram para o intensificar da navegação no Mar das Éguas.

⁵⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero de - Tavira no Algarve do Século XVI. In *O Algarve na Época Moderna*. pp. 81-96. Sobre a relação entre Tavira e as praças dos Algarves Dalém-mar veja-se CRUZ, Maria Leonor García da - Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do Norte de África no século XVI. Abertura de um estudo. In *Espírito e Poder – Tavira nos Tempos da Modernidade*. pp. 20-45.

⁵¹ *Archivo Historico Portuguez*. 11 Vols, Lisboa, 1903-1916.

⁵² Sobre Rui Barreto veja-se PESSANHA, Fernando - Rui Barreto: a capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor (1513-1514). In *Anais do Município de Faro*, Vol. XLI, pp. 117-150.

⁵³ Sobre Garcia de Melo veja-se PESSANHA, Fernando - Garcia de Melo – Bellator da Expansão Portuguesa nos Algarves de Aquém e de Além-mar. In *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3392, p. 13.

⁵⁴ GÓIS, Damião de - *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. IV. Capítulo V, pp. 454-455; RODRIGUES, Bernardo - *Anais de Arzila*. Tomo I, Liv. II, Capítulo XXIV, p. 188 e Capítulo XXV, p. 18.

⁵⁵ Carta de Rui Barreto para o rei D. Manuel informando-o que tendo chegado para descansar recebera a notícia do cerco de Tânger, para onde partira sem demora com a sua gente. A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, Nº 83. Ver também PINTO, Pedro, - Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo. In *Anais da História de Além-Mar*. Vol. XI, p. 268.

É, portanto, esta intensificação das rotas de navegação no golfo luso-hispano-marroquino que leva Bernardo Rodrigues a afirmar o “muito dano que algumas fustas de Tetuão fazião na costa de Castela especialmente de Malega até Cális e de Cális até o Algarve”⁵⁶, ao escrever sobre os anos relativos ao reinado de D. Manuel. De resto, até temos conhecimento de caravelas que asseguravam a carreira de Tavira para Arzila, frequentemente requisitadas para serviços de transporte⁵⁷, assim como os serviços prestados às praças norte-africanas por navios de Portimão ou de Faro, como a “caravella de Villa Nova, que sse chama ho mestre Duarte Gonsalvez”⁵⁸, que em 1515 navegava para São João de Mamora, ou o navio Santa Catarina que, em 1533 (já no reinado de D. João III), defendeu o porto de Santa Cruz do Cabo de Gué “com artelharya em guarda e defemçam do porto d’ella por amor das fustas e do serquo que tevee quando os Mouros”⁵⁹.

Dadas as circunstâncias, não será de estranhar que o surgimento de novas rotas de navegação e o desenvolvimento do tráfego marítimo tenha conduzido ao conseqüente incremento da prática corsária nos mares do Algarve, principalmente protagonizada pelos Estados rivais do reino de Portugal. Com efeito, são exactamente nos últimos anos do reinado de D. Manuel que começam a surgir novos adversários às portas do Mediterrâneo Ocidental. Em 1517, depois da tomada turca de Argel, foi o célebre corsário turco Barba Roxa que percorreu o estreito com catorze navios de remos “e, feitas algúas presas e tomados alguns navios, se meteo no rio de Larache”⁶⁰. O estabelecimento de corsários turcos em Larache fez com que aquele porto se transformasse num temível ninho de piratas, o que se traduziu num agravamento da actividade corsária no golfo luso-hispano-marroquino. Foi, portanto, no sentido de conter o incremento da actividade corsária que, em 1520, D. Manuel determinou a criação oficial de uma armada permanente: a Armada do Estreito⁶¹, já que nesse mesmo ano houve “nova certa que Barba Roxa, turco, avendo-se apoderado da cidade d’Arjel, no reino de Tremecem, se avia feito poderoso cosairo (...) e intentava vir aquele ano

⁵⁶ RODRIGUES, Bernardo - Anais de Arzila. Livro I, Capitulo XXVII, p. 90.

⁵⁷ Veja-se, a título de exemplo, o caso da caravela de Jorge Lopes e de Rodrigo Afonso, frequentemente requisitada para o transporte de Tavira para Arzila. Ver RODRIGUES, Bernardo - Anais de Arzila. Vol. I., Cap. LXXV, p. 327; Cap. XCIX, p. 401; Cap. CXXIV, pp. 480-481; Cap. CXXIX, p. 497.

⁵⁸ Veja-se, a título de exemplo a “caravella de Villa Nova, que sse chama ho mestre Duarte Gonsalvez”. Ver Carta de mestre Duarte a D. Manuel, em 19 de Julho de 1515. Documento publicado in Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc. Vol. I, Doc. CXXXIX, p. 704.

⁵⁹ Ver a ordem de pagamento de Rui Dias de Aguiar, de 10 de Junho de 1533. Documento publicado in Les Sources inédites de l’Histoire du Maroc. Tomo II, Seconde partie, Doc. CXLVII, p. 591.

⁶⁰ RODRIGUES, Bernardo - Anais de Arzila. Vol. I., Cap. XXXIX, p. 227. Veja-se também RESENDE, Vasco - Os Portugueses em Marrocos e a guerra no mar no princípio do século XVI. In A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX). pp. 122-123.

⁶¹ Sobre a Armada do Estreito veja-se GODINHO, Rui Landeiro - A armada do estreito de Gibraltar no século XVI. In A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX). pp. 117-137.

ao Estreito, como já outra vez viera no ano de dezassete”⁶².

Com a morte de D. Manuel, em 13 de Dezembro de 1521⁶³, e a subida ao trono do príncipe herdeiro, D. João III herdou um vasto Império, cuja administração constituiu um enorme desafio⁶⁴. No entanto, o novo monarca já veio a usufruir das medidas adoptadas ainda em vida de D. Manuel, nomeadamente, no que respeita à reestruturação da marinha portuguesa, sendo que para tal foram criadas três armadas: a Armada da Costa, a Armada das Ilhas e a já mencionada Armada do Estreito, que viria a ter como um dos seus capitães o célebre Vasco Fernandes César⁶⁵, “capitão de ua caravela d’armada, que foi a primeira que no Estreito andou servindo aos lugares”⁶⁶.



Caravela portuguesa na representação de Tânger publicada no *Civitates Orbis Terrarum*, de Georg Braun (1572).

Por outras palavras, não será exagerado admitir que o final do reinado de D. Manuel corresponde a um ponto de viragem a nível da estratégia naval e da reestruturação da marinha portuguesa, principalmente, a nível da resistência

⁶² RODRIGUES, Bernardo - *Anais de Arzila*. Vol. I., Cap. LXII, pp. 285-286.

⁶³ GÓIS, Damião de - *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. IV, Capítulo LXXXIII, p. 593; OSÓRIO, Jerónimo - *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*. Livro XII, p. 270. Sobre a vida deste monarca veja-se COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I*. 2001.

⁶⁴ Sobre o reinado de D. João III veja-se CARNEIRO, Roberto (Dir.) - *D. João III e o Império* - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. 2004.

⁶⁵ Sobre Vasco Fernandes César vejam-se PISSARA, José Vergílio Amaro - *Vasco Fernandes César, capitão da Armada do Estreito*. In *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*. pp. 139-156. Vejam-se também PESSANHA, Fernando - *Vasco Fernandes César – Um aventureiro nas costas do Algarve quinhentista*. In *Jornal do Baixo Guadiana*. Nº 166, Março de 2014, p. 21. Do mesmo autor veja-se também - *1521: o capitão Vasco Fernandes César e o combate no Estreito de Gibraltar contra uma frota inglesa*. In *Jornal do Algarve Magazine*. Nº 3357, 29 de Julho de 2021, p. 6.

⁶⁶ RODRIGUES, Bernardo - *Anais de Arzila*. Tomo I, Capítulo LXII, p. 286.

contra os novos adversários que entretanto começavam a surgir no golfo luso-hispano-marroquino, nomeadamente, o corso turco e francês⁶⁷.

Considerações finais

Não podemos concluir o presente trabalho sem antes recapitularmos, em traços manifestamente gerais, algumas das ideias anteriormente apresentadas. Em primeiro lugar convém salientar que se a guerra de corso foi uma das armas de que os Estados se serviram para combater os seus adversários no mar, o Algarve foi uma região que, pela sua localização no golfo luso-hispano-marroquino, cedo se deparou com esse tipo de prática depredatória. De facto, ainda que a actividade corsária no Algarve fosse uma prática documentada desde a Idade Média, foi a partir de inícios da centúria quatrocentista, nomeadamente, a partir da tomada de Ceuta, que a guerra de corso ganhou novo impulso, tornando-se gradual ao longo do séc. XV. Com o advento da Expansão e dos Descobrimentos, surgiram novas rotas de navegação que, conseqüentemente, conduziram à intensificação da navegação no Mar das Índias – condição que, desde logo, atraiu o corso protegido pelos Estados adversários e que transformou o golfo luso-hispano-marroquino num teatro de operações onde portugueses, castelhanos, franceses, norte-africanos e turcos se batiam em prol dos interesses dos Estados que representavam ou em função dos seus próprios interesses.

Fontes e Bibliografia

Colectâneas documentais

Archivo Historico Portuguez, 11 Vols, Lisboa, 1903-1916.

AZEVEDO, Pedro de - Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos. Tomo I (1415-1450) e Tomo II (1450-1456). Lisboa: Academia das Ciências, 1915-1934.

BAIÃO, António - Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1925.

CENIVAL, Pierre de; LOPES, David; RICARD, Robert - Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc. Vols I - V, Paris: Paul Geuthner, 1934-1953.

Colección de documentos ineditos para la Historia de España, por los señores marqueses de Pidaal y de Miraflores y D. Miguel Salvá. Individuos de la Academia

⁶⁷ PESSANHA, Fernando - A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna. In Academia de Marinha - Memórias 2019. Vol. XLIX, pp. 445-472. Do mesmo autor veja-se também - A acção do corsário Jean Florin no golfo luso-hispano-marroquino (1521-1525). In Jornal do Algarve Magazine. Nº 3383, 27 de Janeiro de 2022, p. 9 e O corso francês no Mar das Índias na primeira metade do séc. XVI: o caso dos ataques aos mareantes de Faro, em 1538. In Anais do Município de Faro. Vol. XLIV, no prelo.

de la Historia. Tomo XXXVI. Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, 1860.

GODINHO, Vitorino Magalhães - Documentos Sobre a Expansão Portuguesa. Vol. I. Lisboa: Editorial Gleba, s/d.

Monumenta Henricina. 8 Vols. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1967.

Fontes impressas

AFRICANO, Juan León - Descripción General del África. Granada: Fundación El Legado Andalusi, 2004.

Crónica de Portugal de 1419. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

GÓIS, Damião de - Chronica do Principe Dom Joam. Lisboa: Na Officina da Musica, 1724;

GÓIS, Damião de - Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel. Lisboa: 1749.

JESUS, Frei Rafael de - Monarchia Lusitana. Parte Setima. Lisboa: Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor de El Rey nosso Senhor, MDCLXXXIII.

JOSÉ, Frei João de São - Corografia do Reino do Algarve (1577). In Duas Descrições do Algarve do Século XVI. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983, pp. 21-132.

LEÃO, Duarte Nunes de - Chronicas e vidas dos Reys de Portugal D. Duarte, undécimo, e D. Affonso o V, duodécimo. Tomo II. Lisboa: Na offic. de Joze de Aquino Bulhoens, 1780.

LIMA, Luíz Caetano de - Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, com as mudanças, que houve nos seus domínios, especialmente pelos tratados de Utrecht, Rastad, Badesn, da Barreira, da Quadruple Alliança, de Hannover, e de Sevilha; e com as geneologias das Casas reynantes, e outras muy principaes, dedicada à sacra, real, augusta magestade delrey D. João V Nosso Senhor. Tomo II. Lisboa: Academia Real, 1736.

OSÓRIO, Jerónimo - Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel. Biografias da História de Portugal, Volume XXVII. Matosinhos: QuidNovi, 2004.

RODRIGUES, Bernardo - Anais de Arzila, 2 Vols. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919.

SARRÃO, Henrique Fernandes - História do Reino do Algarve. In Duas Descrições do Algarve do Século XVI. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983, pp. 133-174.

ZURARA, Gomes Eanes de - Chronica do Conde D. Pedro de Menezess. In Collecção de livros inéditos de Historia Portugueza, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II. Tomo II, Lisboa: Na oficina da mesma academia, M.DCC.XCII, pp. 213-626.

ZURARA, Gomes Eanes de - Chronica do descobrimento e conquista de Guiné. Paris: 1841.

Estudos

AZNAR VALLEJO, Eduardo - Corso y piratería en las relaciones entre Castilla y Marruecos en la baja Edad Media. En la España Medieval. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, Nº 20, 1997, pp. 407-419.

CAMPOS, Nuno Silva - Don Pedro de Meneses y la fundación de la Casa de Vila Real. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2011.

COSTA, João Paulo Oliveira e - D. Manuel I. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

CRUZ, Abel dos Santos, - A guerra de corso e pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437). In A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX). Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003, pp. 57-99.

CRUZ, Maria Leonor García da - Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do Norte de África no século XVI. Abertura de um estudo. In Espírito e Poder – Tavira nos Tempos da Modernidade. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2006, pp. 21-45.

FARINHA, António Dias - Os Portugueses em Marrocos. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

FIGANIER, Joaquim - História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) – 1505-1541. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.

FONSECA, Luís Adão da - A ligação do Algarve aos grandes centros do comércio internacional. In O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história. Maria da Graça Maia Marques (coord.). Lisboa: Colibri, 1999, pp. 131-138.

GODINHO, Vitorino Magalhães - História Económica e Social da Expansão Portuguesa. Lisboa: Terra Editora, 1947.

GOZALBES BUSTO, Guillermo - Convivencia judeo-morisca en el exilio. In Espacio, Tiempo y Forma, serie IV, Hª Moderna, T. 6, 1993, pp. 85-108.

IGLESIAS RODRÍGUEZ, Juan-José - Las entradas de cristianos en Berbería (Siglos XV-XVI). Relaciones pacíficas y violentas. In Revista de Historia de El Puerto, Nº 50, 2013, pp. 9-34.

IRIA, Alberto – O Algarve e os Descobrimentos. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

IRIA, Alberto - O infante D. Henrique no Algarve. Braga: Editora Correio do Minho, 1995.

LOUREIRO, Rui Manuel - O infante D. Henrique no Algarve. In O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história. Maria da Graça Maia Marques (coord.). Lisboa: Colibri, 1999, pp. 139-141.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de - Tavira no Algarve do Século XVI. In O Algarve na Época Moderna – Miunças 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 81-96;

MAGALHÃES, Joaquim Romero de - O assalto dos ingleses a Faro em 1596. In O Algarve na Época Moderna – Miunças 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 107-140;

MAGALHÃES, Natércia - Algarve - Castelos, Cercas e Fortalezas (As muralhas como património histórico). Letras Várias, 2008.

MAIA, José dos Santos & SOARES, Luís Couto (coord.) - 700 anos Almirante Pessanha. Lisboa: Academia de Marinha, 2017.

MAIA, José dos Santos (coord.) - O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis. Lisboa: Academia de Marinha, 2019.

MATOS, Artur Teodoro de & CARNEIRO, Roberto (coords) - D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. Lisboa: CHAM / CEPCEP, 2004.

MONTEIRO, Saturnino - Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa – 1139-1521, Vols I – III. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989.

OLIVEIRA, Luís Filipe - Da Defesa da fronteira à Guerra no Mar: A Coroa e as Ordens Militares. In Guerra santa y cruzada en el Estrecho: El occidente peninsular en la primera mitad del Siglo XIV. Carlos de Ayala Martínez; J. Santiago Palacios Ontalva; Martín Rios Saloma (eds.). Madrid: Sílex, 2016, pp. 275-296.

PEREIRA, José António Rodrigues - Grandes Batalhas Navais Portuguesas. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

PESSANHA, Fernando – Sobre o corso e a pirataria magrebina no Algarve. In Jornal do Baixo Guadiana, Nº 135, Agosto de 2011, p. 18;

PESSANHA, Fernando - Vasco Fernandes César – Um aventureiro nas costas do Algarve quinhentista. In Jornal do Baixo Guadiana, Nº 166, Março de 2014, p. 21;

PESSANHA, Fernando – Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar. Olhão: Edições Mandil / 4 Águas Editora, 2014;

PESSANHA, Fernando - Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África. In Jornadas de História de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte. Vol. XXI. Ayamonte: Ayuntamiento de Ayamonte, 2017, pp. 111-179;

PESSANHA, Fernando - Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha. In Anais do Município de Faro. Vol. XL. Faro: Câmara Municipal de Faro, 2018, pp. 63-94;

PESSANHA, Fernando - Cristóvão de Mendonça, navegador no oriente e capitão de Ormuz – um desconhecido comendador de Arenilha. In e-Strategica – Revista da Associação Ibérica de História Militar. Nº 2. Chernache, Dezembro de 2018, pp. 165-203;

PESSANHA, Fernando - A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia. In Revista de História, da Sociedade e da Cultura. Nº 19. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2019, pp. 97-123;

PESSANHA, Fernando - Rui Barreto: a capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor (1513-1514). In Anais do Município de Faro. Vol. XLI. Faro: Câmara Municipal de Faro, 2019, pp. 117-149;

PESSANHA, Fernando - A Pirataria na foz do Guadiana na primeira metade do séc. XVI. In Jornadas de Historia de Ayamonte. Vol. XXIII. Ayamonte: Ayuntamiento de Ayamonte, 2019, pp. 72-93;

PESSANHA, Fernando - D. Fernando de Meneses - Capitão de Ceuta, 1º Conde de Alcoutim e 2º Marquês de Vila Real. Olhão: Gente Singular Editora, 2019;

PESSANHA, Fernando - A Andaluzia na Expansão Portuguesa em Marrocos – Espaço de mobilidade e oportunidade nos alvares da Idade Moderna. In Mobilidad, interacciones y espacios de oportunidade entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2019, pp.209-229;

PESSANHA, Fernando - A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna. In Academia de Marinha - Memórias 2019. Vol. XLIX. Lisboa: Academia de Marinha, 2020, pp. 445-472;

PESSANHA, Fernando - 1521: o capitão Vasco Fernandes César e o combate no Estreito de Gibraltar contra uma frota inglesa. In Jornal do Algarve Magazine, Nº 3357, 29 de Julho de 2021, p. 6;

PESSANHA, Fernando - A acção do corsário Jean Florin no golfo luso-

hispano-marroquino (1521-1525). In *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3383, 27 de Janeiro de 2022, p. 9.

PESSANHA, Fernando - Garcia de Melo – Bellator da Expansão Portuguesa nos Algarves de Aquém e de Além-mar. In *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3392, 30 de Março de 2022, p. 13.

PESSANHA, Fernando - O corso francês no Mar das Éguas na primeira metade do séc. XVI: o caso dos ataques aos mareantes de Faro, em 1538. In *Anais do Município de Faro*. Vol. XLIV. Faro: Câmara Municipal de Faro, no prelo.

PINTO, Pedro - Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo. In *Anais da História de Além-Mar*. Lisboa / Ponta Delgada: Centro de História de Além-mar – Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores. Vol. XI, 2010, pp. 249-380.

PISSARRA, José Vergílio Amaro - Vasco Fernandes César, capitão da Armada do Estreito. In *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003, pp. 139-156.

QUINTELA, Ignácio da Costa, Annaes da Marinha Portuguesa. 2 Tomos. Lisboa: Na Academia Real das Sciencias, 1839.

RESENDE, Vasco - Os Portugueses em Marrocos e a guerra no mar no princípio do século XVI. In *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003, pp. 101-116.

RILEY, Carlos - Ilhas atlânticas e costa africana. In *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (Dirs.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 139-142.

RUMEO DE ARMAS, Antonio - La Torre Africana de Santa Cruz de la Mar Pequeña – Su segunda fundación. In *Anuario de Estudios Atlánticos*. Gran Canaria: Universidad de las palmas de Grand Canaria / Biblioteca Universitaria, 2004, pp. 397-477.

SILVA, Maria do Rosário Duarte Ferreira e - Dom Fernão Teles de Meneses – Governador do Reino do Algarve. In *Anais do Município de Faro*, Vols. XXXI – XXXII. Faro: Câmara Municipal de Faro, 2001/2002, pp. 106-110.

SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e - A Ordem de Cristo (1417 – 1521) - *Militarium Ordinum Analecta*. Nº 6, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

SILVA, Tiago João Queimada e - Os feitos de D. Fuas Roupinho na Crónica de 1419. In Revista Portuguesa de História. Nº 43. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de História Económica e Social, 2012, pp. 91-104.

VICENTE, Paulo David - As Primeiras Expedições Marítimas (1415-1437)”, in Viagens e Operações Navais 1139-1499. José António Rodrigues Pereira (coord.). Lisboa: Academia de Marinha, 2020, pp. 127-142.

FERNANDO PESSANHA

Doutorando em Património Histórico, pela Universidade de Huelva, mestre em História do Algarve e licenciado em Património Cultural, pela Universidade do Algarve. Conferencista e investigador da Associação Ibérica de História Militar. É autor de “A Cidade Islâmica de Faro” e de vários artigos publicados em Portugal, Espanha e Marrocos. Actualmente exerce funções no Arquivo Histórico Municipal de Vila Real de Santo António



Citar este texto:

PESSANHA, Fernando – O Corso e a Pirataria no Golfo Luso-Hispano-Marroquino: Da Conquista de Ceuta (1415) à Morte de D. Manuel (1521). Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/WPEY6057>

LA ACCIÓN PORTUGUESA EN LA COSTA RIFEÑA, DESDE EL INICIO DE LAS HOSTILIDADES HASTA MEDIADOS DEL SIGLO XVI

Ahmed Tahiri

Resumen

Por razones relacionadas con el rumbo que tomaron los acontecimientos y la creciente importancia de la navegación oceánica y de los descubrimientos portugueses, la historiografía contemporánea se dedicó exclusivamente a resaltar la acción de Portugal en el Marruecos atlántico, sin prestarle la debida atención a su otra acción en la costa mediterránea. Con este trabajo de investigación nos proponemos arrojar luz sobre la presencia de Portugal en el Rif, desde el inicio de las hostilidades en el año 1217 hasta la total y definitiva destrucción de la floreciente ciudad mercantil rifeña de Badis (Vélez de la Gomera) en el año 1564. Lo que nos ayuda a descifrar los enigmas de una implacable lucha que se desató para el control de las vías de comunicación intercontinental en el Mediterráneo occidental.

Palabras clave: Rif; Portugal, África, Mercaderes, Navegación.

Introducción

Es obvio reconocer que la historia del Rif ha sido completamente silenciada. Todo el Rif sigue siendo una tierra verdaderamente muy desconocida. Si tan deficiente es el estado actual de la investigación ¿cómo podríamos estudiar la acción portuguesa en la costa rifeña, desde el inicio de las hostilidades hasta mediados del siglo XVI? Nos encontramos ante un eslabón perdido de la historia medieval y moderna del Mediterráneo occidental que deberíamos sacar del olvido. Ya es tiempo de aunar esfuerzos para indagar el asunto, no solo a través de un ángulo de visión europeo como es habitual en estos casos, sino mediante las normas universales de la investigación científica, que requieren sacar a la luz

el contenido de todos los géneros de escritos y manuscritos: árabes, portugueses, castellanos, aragoneses, catalanes e italianos.

I. La costa del Rif

La costa rifeña ha sido definida por un eminente geógrafo e historiador andalusí del siglo XIII, autor del Libro de la extensión de la tierra en longitud y latitud, quién destacó su estratégica posición en el Mapmundi de la época, mediante sus coordenadas geográficas, valorando las distancias entre sus más importantes ciudades: Ceuta, Badis, Al-Mazamma y Melilla. “A aquel litoral se le llama el Rif” (IBN SA‘ID: 74), según sus propias palabras. No nos faltan referencias de eminentes polígrafos de la época que han resaltado su especificidad como territorio dentro de la geografía histórica del Magreb, mediante el denominativo de “Bilad al-Rif” (IBN AL-JATIB: 151, II), o sea país o territorio del Rif. Quien mejor que un autor rifeño nativo de la desaparecida ciudad de Badis (Vélez de la Gomera) podía demarcar su extensión cuando decía: “el Rif se halla entre Ceuta y Telemcen” (AL-BADISI: 15).

No obstante, podemos distinguir dos áreas que han ido ordenándose en la comarca, cada una con su propio tejido socio- cultural. La primera se llamaba “Rif Gumara” (IBN ‘IDHARI, 1980: 97, II) por ser el lugar donde se asentaron los descendientes de una numerosa confederación tribal de estirpe bereber. Se les llamaba Gumara por tener como antepasado común a “Gumar hijo de Mustaf hijo de Malil hijo de Masmud” (IBN JALDUN: 117-118, VI). Es la parte más cercana del Rif a las tierras de Portugal y la mejor conocida por sus navegantes. Fue un cruzado anónimo del siglo XII quien dio a conocer por primera vez en tierras portuguesas este topónimo, a través de un relato elaborado en latín y traducido posteriormente al portugués, en los términos siguientes: “Desde el Cabo del Estrecho, en la otra orilla, se ensanchan altísimas montañas; y se le llama Ogrimera, ou Barbaria” (DA SILVA LOPES: 46).

Ceuta ha sido durante la edad media la ciudad más importante de Gumara. Su posición clave “entre dos mares” (IBN SA‘ID: 73) le permitió controlar las vías de navegación entre el Mediterráneo y el Atlántico. Además “era el punto de embarque entre dos continentes” (IBN SA‘ID: 73). Antes de ser conquistada por los portugueses en el año 1415, ninguna otra ciudad había podido arrebatarle la supremacía en la cuenca occidental del Mediterráneo. Disponemos de una mera referencia que nos informa sobre “sus ricos comerciantes que compraban, en una sola transacción, grandes barcos con todas las mercancías procedentes de la India y de otros países” (IBN SA‘ID: 73).

Además de asegurar el enlace comercial de Europa occidental con los grandes mercados de Oriente Medio y Extremo, fue a través del puerto de Ceuta que se operaban las transacciones de los mercaderes europeos con África subsahariana. Se trata según un viajero del siglo XII de “una ciudad muy rica en Barbaria

adonde concurrían todos los comerciantes cristianos que traficaban con África y sobre todo los de Génova y Piza y allí también es donde se recogían las galeras del Rey de Marruecos” (DA SILVA LOPES: 50).

La segunda área se le llamaba “Rif al-Magreb” (AL-MAQQARI, 1978: 67, I) y también como tierra de “Nakur y Nafza” (IBN HAYYAN: 290). Denominativo que rememora el antepasado común de sus linajes bereberes descendientes de “Nafzaw hijo de Luwa” (IBN HAZM: 497; TAHIRI, 2013: 58-80). Todos los indicios que poseemos demuestran que fue el área donde se libró durante los siglos XIV-XV el desafío más arduo entre las naciones para el control del comercio intercontinental y el traslado de las vías de navegación del Mediterráneo hacia el Atlántico. Lo que posibilitó la expansión de Portugal por el mundo.

Recordemos que las grandes vías de comunicación que unían África subsahariana a Europa surcaban la costa rifeña. Cabe señalar la importancia del antiguo reino de los Banu Salih de Nakur en asentar las bases de un imponente eje de comunicación que canalizó por primera vez el tráfico entre los dos continentes. Los viajeros recorrían el itinerario desde “Nakur... hasta *Siylimāsa en quince*” (AL-MAQDASI: 247) etapas, según las aclaraciones de ilustres geógrafos orientales. Después había que cruzar el desierto, desde “*la ciudad de Siylimāsa... hasta Ghāna*” (AL-BAKRI, 1857: 149), como lo había apuntado el eminente geógrafo onubense en su magnífica obra de los itinerarios y reinos. El viaje “se realizaba... durante dos meses” (ANÓNIMO: 200-201).

Todos sabemos que “Ghana es el país del oro” (YAQUT: 192, III), como lo había aclarado un autor oriental del siglo XIII, en su voluminosa enciclopedia geográfica. Los viajeros se aventuraban para traer “el metal precioso: oro en polvo” (ANÓNIMO: 202). Traían también otros productos y artículos de lujo como el “marfil, ébano y colmillos de elefante” (AL-ZUHRI: 118), la “mandolina de al-taswit” (AL-ZUHRI: 118) y “La piel de al-Šarq” (AL-ZUHRI: 118; AL-BAKRI, 1857: 162), entre otros productos más (TAHIRI, 2013: 213).

Todo pasaba a través de Nakur considerada como “la primera ciudad que se edificó en el Magreb” (AL-ZAYANI: 79). Gran metrópoli que controlaba durante los siglos VIII-IX el tráfico entre los dos continentes, como lo habíamos detalladamente analizado en otros trabajos de investigación (TAHIRI, 2013: 212-237; 2018b: 263-265). Se asentaba cerca del litoral, a cinco millas del antiguo “puerto de Nakur” (IBN HAYYAN: 413) que desempeñaba un papel clave en la mencionada red de comunicación intercontinental. Este episodio histórico ha sido totalmente omitido por la historiografía contemporánea.

Fue el cuarto rey de la dinastía de los Banu Salih quien diseñó su fondeadero, hacia mediados del siglo VIII, frente a la “isla que se llamaba al-Mazamma” (IBN HAWQAL: 53). Gracias a su estratégica posición, controlaba las vías de navegación hacia Pechina, Ibiza, Mallorca, Barcelona y la Narbonense donde se bifurcaban los itinerarios en tierra firme hacia Bulgaria, Rusia y los países Bálticos

(TAHIRI, 2013: 212-222; TAHIRI, 2015: 78-81). Otra línea de navegación unía la costa rifeña con Sevilla y los puertos de Gharb al-Andalus (TAHIRI, 2013: 218-222). Más intenso ha sido el tráfico por tierra y mar en el sentido opuesto hacia Alejandría donde se conectaba con las vías de comunicación de larga distancia hacia los atractivos mercados de India y China.



Fig. 1: Nakur de los Banu Salih y su red de comunicación intercontinental

Gracias a su actividad mercantil, el puerto de Nakur no tardó en transformarse a partir del siglo X en una floreciente ciudad costera, con sus mercados, alhóndigas, baños, barrios y arrabales. Lo que ha sido reflejado en las fuentes de la época atribuyéndole el calificativo de “ciudad de Al-Mazamma” (AL-BAKRI, 1857: 99; AL-ZUHRI: 113; IBN ‘IDHARI, 1980: 180, II). Ocupaba en la cuenca occidental del Mediterráneo el mismo rango que la ciudad de Alejandría en su cuenca oriental (TAHIRI, 2002: 153-161). A juzgar por las observaciones de un eminente geógrafo, no había mejor ejemplo como “su mezquita que, en su aspecto, era análoga a la mezquita de Alejandría, con sus torres vigías y sus demás dependencias” (AL-BAKRI, 1857: 91).

Señalamos que la ortografía del topónimo ha sufrido todo tipo de distorsiones gráficas, como es habitual entre los autores europeos. En los documentos como en la cartografía moderna leemos su nombre con las siguientes variantes: Algouzemes, Al-bouzemes, Albouzème, Buzemma, Arbosien, entre otras más. Fue a partir del

siglo XII, cuando se realizó un ligero desplazamiento de la red intercontinental de comunicación hacia la ciudad de Badis o Vélez de la Gomera. Ciudad costera que ha ido creciendo hasta convertirse durante los siglos XIII-XV en una de las más importantes ciudades artesano comerciales de la época. Entablaba estrechas relaciones comerciales con Venecia, Túnez, Alejandría, Beirut (AL-WAZZAN: 327, I; AL-BADISI: 74) y otras ciudades más.

El intercambio de mercancías, la acuñación de dinero y la producción artesanal, favorecieron el crecimiento urbano en toda la costa rifeña. Por ello, se le atribuyó el nombre del Rif a este territorio cuyo significado “simboliza la fertilidad y la abundancia en abastos y la cercanía al agua. También, se le llama Rif al lugar donde florece la vida urbana” (IBN MANDHUR: 128-129, IX; AL-FARAHIDI: 169, II), según los más acreditados diccionarios de la lengua árabe clásica.

La acumulación de la riqueza en forma de moneda de oro y plata favoreció el nacimiento en la costa rifeña de la más antigua forma del capitalismo mercantil, como lo habíamos detalladamente analizado en otros trabajos de investigación (TAHIRI, 2015: 7-61; 2013: 201-237). Hemos logrado, a través de un estudio profundizado en las crónicas históricas, dictámenes jurídicos, epístolas filosóficas y otros géneros de escritos árabes detectar el proceso de la acumulación del capital en manos de una emergente clase social, denominada por los escritos de la época, como: “*Arbab al-tiyyā‘āt wa-l-mu‘āmalāt wa-l-amwal*” (IJWAN AL-SAFA: 248, I) es decir: los dueños de comercios, transacciones y dinero. Su más antigua versión ha sido detectada en el puerto de Nakur por el decano de los historiadores andalusíes quien hizo referencia a aquella emprendedora clase social, denominada como “*ashāb al-salāma min al-tuḡḡār*” (IBN HAYYAN: 414) o sea, los plácidos señores comerciantes.

No se trataba de simples comerciantes como lo habíamos averiguado, sino de verdaderos capitalistas que realizaban inversiones a través de contratos bilaterales mediante una serie de formularios y procedimientos. Tampoco escatimamos esfuerzos en analizar los pormenores de aquel precursor modo de producción capitalista, desde que vio la luz en las costas rifeñas hasta que alcanzó la cima de su evolución en la Córdoba califal, cinco siglos aproximadamente antes de su posterior reaparición en una segunda versión en las ciudades italianas. Nuestros análisis se dedicaron a estudiar su impacto en el sector monetario (TAHIRI, 2015: 15-37; 127-147) agrícola (TAHIRI, 2004: 265-282), artesanal (TAHIRI, 2009: 235-264, 317-402), comercial (TAHIRI, 2015: 41-61) y minero (TAHIRI, 2009: 265-316).

II. Costa del mar o el cimiento de la expansión portuguesa

Todos los indicios que obran en nuestro poder indican la importancia del océano atlántico como factor determinante en favorecer la peculiaridad del

territorio denominado por las fuentes árabes como “Qasiyat al-Gharb” (TAHIRI, 2011: 54-58), es decir la parte más occidental de Gharb al-Andalus. Al litoral atlántico que bordea aquellas tierras se le denominaba como costa del mar oceánico (IBN BASSAM: 22, 187, II-I), según los términos utilizados en el siglo XII por el eminente autor de Santarém en su enciclopédica obra histórica. Nos encontramos ante un entorno geográfico singular, al que otros autores andalusíes llamaban “la costa del mar” (ABU-L-JAYR, 372, 633, II; IBN AL-ABBAR: 202, II). Para matizar su condición particular, los hombres de letras solían atribuirle el denominativo de “país costero” (IBN BASSAM: 860, III-II) y a su gente el calificativo de “pueblo de las costas” (ABU-L-JAYR, 416, II).

Formaba parte de la gran entidad regional ordenada, según el concepto territorial de la época, dentro de lo que se llamaba entonces “Gharb al-Andalus” (IBN AL-QUTIYA: 31, 45; AL-MAQQARI, 1968: 167, 414, I; 471, IV) es decir la parte occidental de al-Andalus o de la Península Ibérica, que incluía las coras de Sidonia, Sevilla, Niebla y Mérida, como lo habíamos averiguado en otros trabajos de investigación (TAHIRI, 2006: 342-348). A toda esta parte occidental de la Península se le calificaba en aquel tiempo como “la parte de Algarve” (IBN AL-QUTIYA: 101) o simplemente como “Algarve” (IBN BASSAM: 14, II-I; 62, III-I; IBN ‘IDHARI, 1980, 52, 84, 198, II), mucho más amplio que el Algarve actual.

Para marcar la diferencia entre este espacio concreto de Qasiyat al-Gharb y Gharb al-Andalus en general, los polígrafos andalusíes solían utilizar las siguientes expresiones: “Todo Algarve” (IBN AL-QUTIYA: 48, 102), “Algarve entero” (IBN ‘IDHARI, 1980: 52, II) o “Algarve en su totalidad” (IBN BASSAM: 14, II-I), como lo habíamos detalladamente analizado en otro trabajo de investigación (TAHIRI, 2018^a: 13-26). También utilizaban otras expresiones como “aqtar al-Gharb kulliha” (AL-IDRISI, 1975: 543), es decir: todas las regiones de Algarve.

El territorio de Qasiyat al-Gharb comprendía como subdivisiones administrativas las coras de Occónoba, Beja y Santarém, incluyendo la comarca fronteriza que se extendía hacia el norte hasta la actual Galicia. Es precisamente allí donde se desmarcaba de otra entidad territorial, designada por un ilustre historiador andalusí como: “Ardh Yiliqiya” (IBN HAYYAN: 425), que traducido literalmente quiere decir: “Tierra de Galicia” donde moraba el pueblo vecino denominado “Yalaliqat Al-Garb” (IBN HAYYAN: 381), o sea: los gallegos de Algarve. Nos encontramos ante un término andalusí que se utilizaba durante toda la época para designar un territorio concreto que coincide exactamente con el actual Portugal.

Dejando aparte la situación geográfica, nos encontramos ante una entidad territorial específica con la cual los nativos se sentían social y culturalmente identificados y diferenciados de los demás pueblos de la Península ibérica. Nos referimos a los denominados por las fuentes de la época como: la gente de Algarve

“(=Ahl al-Gharb)” (IBN AL-QUTIYA: 48; AL-IDRISI, 1975: 549). Para marcar aquella sensibilidad, los nativos solían expresar su pertenencia a la tierra que los vio nacer, en los términos siguientes: la región de nuestro Algarve “(=Yihat Garbina)” (ABU-L-JAYR: 488, II). Ha sido precisamente en esta tierra donde el conocimiento, la experiencia y las técnicas de navegación en el océano atlántico alcanzaron durante los siglos IX-XI la cima de su evolución.

No había durante aquella época mejor navegadores en las aguas del “Grandísimo Mar” (AL-ZUHRI: 91) oceánico ni mejor conocedores de sus peligros como la gente de Qasiyat al-Gharb. Utilizaban grandes y potentes navíos llamados “Al-Qaraquer al-Kibar” (IBN SA’ID: 114) para viajar, a través de las vías de navegación hacia Burdeos, Inglaterra y Irlanda, como lo habíamos averiguado en otro trabajo de investigación (TAHIRI, 2009: 126-127). Navegaban también en las aguas de África “hasta Ribat Quz en el litoral de Agmat” (AL-BAKRI, 1857: 153). Ponían rumbo al sur “hasta alcanzar Al-Sus Extremo, donde se enmarcaba la meta final de los barcos provenientes de al-Andalus” (IBN ABD AL-BARR: 35) según lo documentamos en trabajos dedicados a este tema (TAHIRI, 2009: 109-110).

No es casualidad que sea en Lisboa donde se organizó en el siglo X la primera expedición que se conoce en la historia con el objetivo de explorar lo que había más allá del océano atlántico, cinco siglos aproximadamente antes del descubrimiento de las Américas. El evento fue señalado por el erudito geógrafo de Ceuta en los términos siguientes: “de la ciudad de Lisboa salieron los aventureros para navegar en las desconocidas aguas del océano para descubrir lo que había en él y hasta dónde llegan sus límites” (AL-IDRISI, 1975: 548).

Recordemos que fue en “Qasr Abi Danis” (AL-MAQQARI, 1968: 414, I), actual Alcacer do Sal, donde se estableció en el siglo X la base naval más grande en todo Occidente (TAHIRI, 1989: 124; TAHIRI, 2018c: 142-143). En sus astilleros se perfeccionaban los más majestuosos barcos de la época. No nos faltan detalles sobre los diferentes tipos de navíos y embarcaciones que se producían durante aquella época, tanto para uso comercial como militar, algunos con gran capacidad de carga. Las fuentes consultadas nos aportan detalles de sumo interés sobre los nombres, los componentes y las características técnicas de cada tipo, según detallamos en otro trabajo de investigación (TAHIRI, 2009: 366-370). Disponemos de una mera referencia que nos informa sobre el más hermoso y sofisticado buque que jamás se había construido antes en los astilleros de Gharb al-Andalus. Fue en los años ochenta del siglo XI (IBN BASSAM: 661, II-II) y no tenía parecido en el mundo, por su calado, anchura, capacidad y altura, según la descripción del célebre autor de Santarém.

Sería oportuno recordar el viaje emprendido en el siglo XII por el eminente filósofo, cartógrafo y geógrafo de Ceuta Al-Idrisi por las tierras de Qasiyat al-Gharb hasta llegar a Lisboa. Desde sus calles y también desde Hisn Al-Ma’den situado

en la otra orilla contempló la desembocadura del río Tajo, una de “las maravillas del Mundo” (AL-IDRISI, 1975: 527) según sus propias palabras. Estamos ante un incansable viajero por el mundo entero, quien había puesto en prueba todo “lo que aprendió de los libros de sabios, filosofastros e ilustres expertos en la ciencia de la configuración del mundo habitado” (AL-IDRISI, 2007: 104; 1975: 7). No escatimó esfuerzos en “examinar lo dicho por los expertos ingenieros y los sabios investigadores sobre la parte poblada de la Tierra, comprobando sus medidas y analizando los comentarios de los antiguos especialistas del tema” (AL-IDRISI, 2007: 107).

Dada la enormidad del campo de sus investigaciones que abarca todo el mundo habitado, al-Idrisi se apoyó en un equipo de exploradores, cuyos miembros se distinguían por ser “gente inteligente, ingeniosa y sagaz” (AL-SAFADI, XIV: 106). A cada grupo encargado de investigar la geografía de una provincia o de una zona determinada, le asignaba un equipo técnico compuesto de “una cuadrilla de diseñadores para dibujar lo que vieran con sus propios ojos” (AL-SAFADI, XIV: 106). Se trata de un magno proyecto cuya realización duró “alrededor de quince años” (AL-IDRISI, 1975: 6) de trabajo.

Los geógrafos magrebíes y andalusíes de la época estaban al tanto de todo lo referente a la esfericidad y a los movimientos de rotación y traslación de la tierra. Conocían también los giros de los orbes celestes y su impacto sobre la tierra. Los grandes logros científicos llevados a cabo durante los siglos IX-XI por los pioneros sabios del Rif y de al-Andalus permanecieron vivos en Qasiyat al-Garb hasta mediados del siglo XIII. Impresionante ha sido la innovación técnica en los campos de la física, química, mecánica y aerodinámica. Lo que no llevó a confirmar el inicio de una precoz revolución científica en las tierras de al-Andalus, seis siglos antes de la acontecida en Europa occidental (TAHIRI, 2019: 109-112). Episodio que ha sido totalmente omitido de la Historia de la Ciencia.

III. Portugal y el comienzo de la hostilidad

Hemos podido documentar la palabra Portugal como topónimo en varias fuentes árabes de la época. Al principio se mencionaba como nombre de una ciudad, como lo podemos apreciar en la voluminosa obra dedicada a la historia del mundo, compuesta por Ibn al-Athir bajo el título de *Al-Kamil fi al-tarikh* (=Historia Completa). Aparece en un contexto relacionado con la campaña militar desplegada por Fruela I de Asturias hijo de Alfonso I, en el año 757. Fue este rey quien logró “expulsar a los musulmanes de las comarcas fronterizas de Galicia, adueñándose de Lugo, Portugal, Salamanca, Zamora, Ávila, Segovia y Castilla” (IBN AL-ATHIR: 83, V) según las palabras del autor.

Portugal aparece también como entidad urbana en la célebre crónica de los reyes de Marruecos, compuesta por Ibn Abi Zar' de Fez, quien la mencionó en un pasaje relacionado con la incursión almorávide llevada a cabo “en el año

504 de la hégira (1110) bajo el mando de Siri b. Abi Bakr, a raíz de la cual se tomaron las ciudades de Jerez, Badajoz, Portugal, Évora, Lisboa y toda la parte occidental” (IBN ABI ZAR’: 161). Asimismo, se le asignó el calificativo de “ciudad de Portugal” (AL-BAKRI, 1992, 891: II) por el eminente geógrafo onubense en su prestigiosa obra de los Itinerarios y Reinos, compilada en el siglo XI. Tampoco nos faltan referencias en las fuentes cristianas a “la villa que dizen Portogal” (ALFONSO EL SABIO: 651), aludiendo a una pequeña población de época andalusí situada cerca de Viseo y Lamego en el norte del país.

Según “el arzobispo don Rodrigo de Toledo que compuso la historia de los reyes de España” (ALFONSO EL SABIO: 650), fue el conde Henrique de Borgoña (1096-1112), padre del primer rey de Portugal quién arrebató la ciudad a los almorávides. Este notable hombre de estado nos informa, en su calidad de historiador militar experimentado en la organización de las cruzadas contra los almohades de al-Andalus, sobre como “aquel conde don Henrric... gano de los moros la tierra” (ALFONSO EL SABIO: 650-651), especificando que se le había ganado las localidades de “Viseo, Lamego, et la villa que dizen Portugal” (ALFONSO EL SABIO: 650).

Nos encontramos ante el momento crucial que vio nacer una nueva entidad territorial; la denominada en los documentos y crónicas portuguesas como “Portucale o Terra portugalense” (HERCULANO: 12, II). Evento que ha sido anotado en el magnífico diccionario geográfico magrebí con la siguiente expresión: “Bilad Portugal” (AL-HIMYARI: 471), es decir: Tierra de Portugal. Lo que ha sido puesto en evidencia por el autor de la voluminosa enciclopedia medieval egipcia quién, al referirse a “Portugal, lo sitúa en el lado occidental de Castilla como pequeña provincia que abarca Lisboa e Gharb al-Andalus” (AL-QALQAXANDI: 270, V). Es exactamente lo que anotaron eruditos historiadores portugueses en su magnífica Historia de Portugal en los términos siguientes: “Portucale... comienza entonces a figurar como provincia distinta” (HERCULANO: 12, II).

Sin embargo, sería oportuno señalar que no se trataba de un simple distrito dependiente de Galicia, sino de una nueva entidad política que acaba de ver la luz en la zona. La entidad no tardó de ser reconocida en la Historia de la Península Ibérica como “Condado de Portugal” (ALFONSO EL SABIO: 650) o “Condado portucale” (HERCULANO: 8, II) fijando su capitalidad en “Coymbria, que era entonces tenida en Portugal por ciudad real” (ALFONSO EL SABIO: 650), según notifica la primea crónica general de España. Evento que coincide con la decadencia del sultanato almorávide “lo que animó a sus enemigos cristianos a arrebatarle muchas de las comarcas fronterizas” (AL-MURRAKUXI: 208), según la expresión de los cronistas magrebíes.

Con ello se referían a las conquistas realizadas por el sucesor del Conde don Henrique, denominado por las crónicas de la Historia de Marruecos, como “Ibn

Al-Rink” (IBN ‘IDHARI, 1985: 105) y también como “Adfunis Ibn Al-Rink” (IBN SAHIB AL-SALAT: 436), es decir: Alfonso hijo de Henrique. Logró con su persistente lucha ampliar al máximo su señorío aprovechando el desplome del poder almorávide en al-Andalus que ha ido consumiéndose, desde el año 1106 hasta la llegada de los Almohades en el año 1145. Se le atribuía el calificativo de señor de Coímbra: “Sahib Qulmuriya” (IBN ‘IDHARI, 1985: 105; IBN SAHIB AL-SALAT: 436), según las fuentes árabes que hemos consultado.

Fue más tarde cuando se proclamó Rey concediéndole el apelativo de Alfonso I y primer rey de Portugal. Los documentos portugueses nos aportan valiosos detalles sobre ello a través de la misiva real enviada al papa Inocencio II día 13 de diciembre de 1143 en la que se autodenomina como sigue: “ego Adefonsus, rex Portugalensis” (DIAS DINIS: 1). Título que ha sido ratificado por la máxima autoridad eclesiástica mediante la célebre bula papal que le ha sido remitida por Alejandro III desde Roma el día 23 de mayo de 1179. En ella, se le califica como rey de Portugal con la siguiente expresión: “Karissimo in Christo filio Alfonso, jllustri Portugalensium regj” (DIAS DINIS: 18). Evento de magna importancia que ha sido estudiado por eminentes historiadores portugueses que analizaron cómo “Alfonso I toma el título de rey” (HERCULANO: 189-294, II; LOPES: 340-358).

Estamos asistiendo a la formación del estado y de la nación descrita por las fuentes y documentos de la época como “Regnum Portugalense” (DIAS DINIS: 18). Sus élites no tardaron en ampliar su territorio, delimitar sus fronteras y establecer las reglas de una lengua nacional, adoptando el catolicismo como única confesión. Para ello, había que dismantelar las estructuras político administrativas de Qasiyat al-Gharb, desarraigar las raíces de la sociedad andalusí y de toda una cultura basada en la diversificación étnica, la pluralidad lingüística y la libertad de culto. No nos faltan detalles sobre la persistente intromisión eclesiástica mediante bulas papales enviadas a los reyes de Portugal insistiendo en que “no se permite ejercer la religión mahometana en las regiones conquistadas” (DIAS DINIS: 251).

Los fondos de archivo portugueses y del vaticano abundan en detalles sobre la relación de “vasallaje” (DIAS DINIS: 1) establecida entre los reyes de Portugal y la Santa Sede, a la que deberían prestar subordinación y pagar un censo anual. En contrapartida los papas se comprometían a poner el reino bajo su amparo y protección (DIAS DINIS: 36). Cabe señalar la importancia que representaba lo que consideraba Roma como “grandes servicios prestados a la Santa Iglesia... por las victorias alcanzadas contra el enemigo de la fe católica” (DIAS DINIS: 18, 26, 36), primero en Qasiyat al-Gharb y más tarde en la costa rifeña.

Muy significativa ha sido la precoz avanzadilla portuguesa que logro cercar por tierra y mar la ciudad de Silves consiguiendo conquistarla en el año 1189. Los acontecimientos han sido compendiados por las crónicas de la Historia de

Marruecos señalando como “en el año ochenta y seis de la hégira los cristianos conquistaron la ciudad de Silves y las ciudades de Béja y Evora en Gharb al-Andalus” (IBN ABI ZAR': 219, 269). Se trata de una gran campaña naval en la cual participaron “55 navíos... de Flandes” (DA SILVA LOPES: 10), “36 navíos grandes” (DA SILVA LOPES: 12) de Inglaterra e de otros países. Se unieron a ellos “muchos navíos de Lisboa” (DA SILVA LOPES: 12; HERCULANO: 168, III), “una Galera... de Galicia” (DA SILVA LOPES: 12) y otro “navío de peregrinos de Bretaña” (DA SILVA LOPES: 12).

Las crónicas portuguesas nos aportan datos de interés sobre aquel transcendental suceso en el cual participaron cruzados “alemanes, flamencos, franceses” (RUY DE PINA, 1727^a: 18) e ingleses (DA SILVA LOPES: 2-4). Todos ellos “invitados por el Rey de Portugal” (DA SILVA LOPES: 12) a aunarse a las hostilidades, contra los que se consideran infieles. El aplastante éxito no hubiera sido posible sin “la ayuda prestada a él por mar con Gáleos y Galeones extranjeros” (AL-MURRAKUXI: 280) según relata un autor magrebí.

Los cruzados actuaron con excesiva agresividad contra la población local, embriagados por el odio religioso predicado por el papado contra el islam y los musulmanes considerados como “paganos” (DIAS DINIS: 30, 33), “infieles” (DIAS DINIS: 41) y “enemigos de la fe católica” (DIAS DINIS: 18, 26). Al tomar tierra, redujeron “en ruinas el castillo de Alvor” (DA SILVA LOPES: 12) donde acometieron una horrible matanza, según atestigua el cruzado anónimo en los términos siguientes: “hemos escuchado de verdad que han matado a cerca de 5.600 personas, sin distinción de sexo o edad” (DA SILVA LOPES: 10). Hechos que han sido relatados por la historiografía portuguesa haciendo hincapié en la localidad de Alvor que se vio “reducida en un monte de ruinas” (HERCULANO: 168, III).

La participación de la flota extranjera ha sido también decisiva en la conquista de la imponente base naval andalusí de Alcacer do Sal, según anotó el conde holandés y condestable de los cruzados extranjeros en su carta enviada al papa Honorio III el 26 de octubre de 1217 diciendo: “con 100 barcos tomamos aquella plaza a los sarracenos” (DIAS DINIS: 48). Los pormenores de aquella batalla en la que participó “una flota tan grande” (RUY DE PINA, 1927b: 9) han sido narrados por cronistas portugueses (RUY DE PINA, 1927b: 9-17). Se trata de “una de las grandes derrotas, muy parecida a la derrota de las Navas de Tolosa” (AL-NACIRI: 227, II) según apuntan las crónicas marroquíes.

Impactante ha sido el exterminio de la población de Alcacer do Sal y de su entorno rural. Sus mandos fueron pasados a cuchillo y “treinta mil Moros más” (RUY DE PINA, 1927b: 16). “Otros moros que los cristianos encontraron en las aldeas y en los lugares de alrededor, todos a hierro murieron” (RUY DE PINA, 1927b: 17), según afirman las crónicas portuguesas. Lo mismo testifican los cronistas marroquíes sobre el triste destino sufrido por los aldeanos “que

han sido todos sacrificados hasta el último individuo” (AL-NACIRI: 227, II). Son los mismos términos utilizados para describir lo que ha tenido que sufrir la población cercada dentro del recinto amurallado de Alcacer do Sal. Tras “asaltarlo por la fuerza de las armas mataron a todos los musulmanes que había dentro” (AL-NACIRI: 227, II).

Fue precisamente en aquel momento, según consideramos, cuando se determinó el porvenir de la navegación en el Mediterráneo occidental. Se inició una nueva era marcada por la expansión, la destrucción y la piratería cristiana en la costa rifeña. Actividad que no tardó en revelarse muy beneficiosa. Recordemos que tras la conquista de Silves, se difundieron confidencias sobre “las galeras de Lisboa que acompañaron a los cruzados hasta el Estrecho. Al regresar se propagaron noticias sobre su prospero viaje y como trajeron cautivos algunos Moros” (DA SILVA LOPES: 10-12).

Actividad que se incrementó drásticamente después de la conquista de Alcacer do Sal y sobre todo tras la gran ofensiva naval genovesa contra la ciudad de Ceuta en el año 632 de la hégira (1234). Asediaron la ciudad, asfixiaron su actividad comercial y constriñeron sus habitantes a liberarse del yugo mediante el pago de un rescate de 4000 dinares de oro (AL-NACIRI: 244, II). Toda la costa rifeña se encontró desde aquel entonces enfrentada a una constante amenaza, a la merced de la piratería cristiana.

Recordemos que la formación del reino de Portugal permaneció incompleta hasta la caída del castillo de Aljezur en 1249. Acontecimientos que han sido narrados por la célebre crónica dedicada a explicar “cómo el Maestro Dom Payo Corea arrebató este reino de Algarve a los moros” (DA FONSECA, 1987: 81-109). A partir de aquel entonces se le atribuyó a Alfonso III, quinto rey de Portugal, un nuevo y rectificado título real. Según las crónicas portuguesas dedicadas a su reino, “él fue el primero en otorgarse el título de rey de Portugal y del Algarve” (RUY DE PINA, 1728: 21).

Desde entonces, a todos los reyes posteriores se les reconocía el calificativo de “rey de Portugal e de Algarve” (DIAS DINIS: 143, 150). La nueva dimensión territorial del reino de Portugal no tardó en aparecer reflejada en los documentos de la Santa Sede en los términos siguientes: “Regnorum Portugalie et Algarbij” (DIAS DINIS: 218) o sea: “Reinos de Portugal y de Algarve” (DIAS DINIS: 194). Una vez concluida esta fase histórica, se inició en Portugal una nueva etapa de su historia. Nos referimos a la expansión portuguesa de ultramar.

IV. Precencia portuguesa en el rif: 1217-1415

Poco sabemos sobre la presencia portuguesa en el Mediterráneo y menos todavía en lo que se refiere a su acción en la costa rifeña. El interés académico se había centrado en la red de plazas que ocupó a lo largo de la costa atlántica, desde

la conquista de Ceuta hasta el abandono de Mazagán en 1769. Sin embargo, la época que datamos desde la caída de la base naval almohade en Alcacer do Sal “en el día de San Lucas a dieciocho del mes de octubre de la era de nuestro Señor de mil doscientos diecisiete años” (RUY DE PINA, 1727b: 17) hasta 1415, permaneció fuera de estudio. Nos encontramos ante un capítulo entero que ha sido omitido de la historia de Portugal y de Marruecos.

Primero porque las crónicas marroquíes centraron su interés en narrar los acontecimientos relacionados con la acción del poder central asentado en Marrakech y Fez, silenciando de manera sistemática todo lo relacionado con el Rif. Lo que suscitó una viva reacción de un historiador rifeño del siglo XIII que no se detuvo en denunciar la postura de la elite oficial hacia “nuestro descuidado Rif” (AL-BADISI: 15), según sus palabras. En segundo plano, porque las bulas papales de la Santa Sede, los documentos y las crónicas portuguesas relacionadas con este asunto permanecen hasta nuestros días fuera de estudio.

Por ello, la sociedad científica sigue hasta hoy en día sosteniendo la idea según la cual “los portugueses solo tuvieron un papel de poca importancia hasta su instalación en Ceuta en 1415” (ROSENBERGER: 149). Cabe señalar que la indagación sobre la presencia portuguesa en el Mediterráneo se orientó principalmente en una única dirección, hacia la costa “este de la Península Ibérica, Provenza e Italia” (PAVIOT: 671) descuidando todo lo referente al litoral rifeño. Lo esencial de nuestros conocimientos sobre la expansión portuguesa en el Mediterráneo se refiere al siglo XV y en menor medida a la segunda mitad del siglo XIV (HEERS: 5-24; DA FONSECA: 1978). Por otra parte, el interés académico se orientó esencialmente hacia temáticas relacionadas con la navegación, el comercio y las relaciones políticas (BARATA, 1998). Por consiguiente, todo un capítulo de la historia de la expansión portuguesa, se había dejado caer en el olvido, según consideramos. Nos encontramos ante un vacío que ha sido descrito por un autor en la siguiente expresión: “la presencia de Portugal en la costa mediterránea no es clara” (PAULA: 2019: 32).

Sabemos a través de los documentos de la época que la navegación portuguesa permaneció por lo menos hasta finales del siglo XIV sujeta a la protección real y al control eclesiástico. No nos faltan datos sobre el poder ejercido por arzobispos, bispos e demás prelados a través del “servicio de los clérigos en las... galeras” (DIAS DINIS: 243). En la navegación como en la transacción comercial, los “Barqueros” (DIAS DINIS: 258, 259) como los “Maestros de las galeras” (DIAS DINIS: 258, 259) residentes en Lisboa - por ejemplo - dependían de la “Autorización notarial del prior de la Colegiata de S. Estevão de la ciudad” (DIAS DINIS: 258). La relación de vasallaje regulaba todo el organigrama social, desde el más humilde remero hasta el “caballero, vasallo del rey y almirante de las galeras” (DIAS DINIS: 262).

Para poder descifrar los enigmas de este periodo histórico deberíamos fijarnos

en los paradigmas y prácticas que lo caracterizaban. El sistema político y la estructura socio- económica del recién nacido estado de Portugal era totalmente feudal. La relación de vasallaje y las órdenes religioso-militares formaban su columna vertebral. Es cierto que la actividad comercial y la marina mercante han ido creciendo lentamente desde mediados del siglo XIII y a lo largo del siglo posterior entablado relaciones esporádicas con los atractivos mercados de Normandía, Flandes e Inglaterra, entre otros. Pero no es solo a través de la actividad mercantil que deberíamos indagar la presencia portuguesa en el Mediterráneo occidental, sino también mediante la acción de su clérigo en su Guerra Santa contra el enemigo de ultramar.

Muy significativa es la bula del papa Gregorio IX con fecha de 18 de febrero de 1241 “dirigida a los cristianos del reino de Portugal para instarlos a acompañar a su rey o a las personas a quien confía luchar, por tierra y por mar, contra los enemigos de la Cruz” (DIAS DINIS: 77). El mensaje quedó muy claro, la guerra contra los musulmanes no iba a quedar zanjada con la conquista de Algarve. Si el combate por tierra estaba entonces a punto de concluir con la toma de Aljezur en 1249, otro desafío de mayor envergadura no hacía más que empezar y sería en los mares.

Si a otras naciones de Europa les tocó el deber de “partir en defensa de la Tierra Santa” (DIAS DINIS: 77) para la “remisión completa de los pecados” (DIAS DINIS: 45-46) según predicaba la Santa Sede, los portugueses tenían campo de batalla justo detrás de la puerta, en la vecina costa rifeña. Es exactamente lo que estipuló la bula papal dirigida por Gregorio X el día 6 de agosto de 1274 “al Maestro y frailes de la Orden de Calatrava, para eximirlos del pago de la diezma de sus ingresos eclesiásticos para Tierra Santa decretada en el Concilio General, pues estaban ocupadas en la defensa de la fe cristiana contra los sarracenos de África” (DIAS DINIS: 83).

Otra bula con fecha de 12 de noviembre de 1275 corrobora la decisión papal “que había dispensado al Maestro y a los frailes de la milicia de Calatrava de pagar el referido diezmo por ocuparse de la defensa de la fe cristiana contra los sarracenos de África” (DIAS DINIS: 86). No nos faltan datos sobre la temprana presencia de esta Orden en Portugal y su impacto sobre las Ordenes religioso militares portuguesas de la época (JAVIERRE MUR: 1952; COCHERIN: 31-47). Nos encontramos ante documentos de sumo interés que nos informan sobre la acción portuguesa en la costa rifeña que se llevaba a cabo desde mediados del siglo XIII por Órdenes religiosas.

Recordemos que las líneas de navegación que unían el Occidente musulmán con el Oriente medio se vieron seriamente amenazadas tras la ofensiva naval cristiana que logró conquistar la estratégica ciudad de al-Mahdiya en Túnez, en el año 1087. Participaron en la ofensiva flotas de Piza, Génova, Amalfi y Salerno (TAHIRI, 2009: 213-214). Desde aquel entonces una nueva era caracterizada

por el enfrentamiento entre el islam y el cristianismo se vio nacer en la cuenca occidental del Mediterráneo. Sin embargo, fue después de la derrota almohade en las Navas de Tolosa y sobre todo después de la caída de su imponente base naval en Alcaccer do Sal en el año 1217, cuando la costa rifeña se vio seriamente amenazada y expuesta al ataque de los navíos cristianos.

Es cierto que antes de emprender su ofensiva, el sultán almohade tomo precauciones fortificando dos de las más importantes ciudades portuarias del Rif. Nos referimos a la “construcción de la muralla de al-Mazamma... y la construcción de la Alcazaba de Badis” (IBN ABI ZAR‘: 233) en el año 1204. Sin embargo, los poblados de toda la costa rifeña permanecieron, después de las mencionadas batallas, al descubierto. Disponemos de importantes detalles narrados por los propios rifeños describiendo el sufrimiento que les tocó vivir y el constante miedo a ser atacados y a caer ellos o sus mujeres e hijos en cautiverio.

En el año 1237, una galera cristiana se arrimó a la costa de Tamsaman donde cautivaron al muy venerado místico Al-Hay Ibrahim b. ‘Isa b. Abi Dawud, nieto del fundador del esplendoroso Santuario de al-Rábida, situado a pocas millas al este de la actual ciudad de Alhucemas. Volvieron unos años más tarde, “asaltaron su casa y saquearon todo su contenido” (AL-BADISI: 61), a sabiendas que la gente le confiaba en depósito sus bienes y ahorros. El lugar no tardó a convertirse en área de descanso para las galeras enemigas porque “al borde del mar había una fuente de agua frecuentada por los cristianos para abastecerse” (AL-BADISI: 60; TAHIRI, 2017: 24).

Se multiplicaban los ataques contra los viajeros rifeños que se desplazaban por las concurridas líneas de navegación que unían pueblos y ciudades de la costa, desde Guisasa en el Rif oriental hasta Ceuta. Mencionamos a modo de ejemplo a un viajante de Badis “que quería ir con su familia a Tiguisas en el país de los Gumara... han sido atacados en el puerto de Yalis (Cala Iris)... cautivaron a su esposa y a una hija suya pequeña y a su hermana” (AL-BADISI: 111). Pidieron para el rescate “de las dos muchachas y de la madre treinta dinares de oro” (AL-BADISI: 112). En otros casos, la suma del rescate alcanzó “cuatrocientos dinares” (AL-BADISI: 97) y más, según la importancia y el rango social de la persona que cayó entre sus garras. Abundan los detalles sobre este o aquel viajero “que ha sido cautivado por el enemigo a proximidades de Badis, durante su viaje hacia Ceuta” (AL-BADISI: 95).

Estamos ante el reverso de la piratería y de la actividad corsaria emprendida por los cristianos en aguas musulmanas que, por tradición, no se le considera como tal en la historiografía europea. Muy duro ha sido el golpe recibido durante aquellas fechas por la vida urbana, la artesanía y la actividad mercantil en toda la costa rifeña. Tampoco se le había prestado la debida atención al derecho marítimo que regulaba el tráfico en el Mediterráneo occidental, según las leyes del derecho malikí en vigor durante cinco siglos. Se trata de otro asunto de magna importancia

que ha sido igualmente silenciado, como lo habíamos detalladamente analizado en otro trabajo de investigación (TAHIRI, 2009: 209-218).

Los dictámenes jurídicos que hemos consultado en su estado manuscrito nos aportan datos de sumo interés sobre las grandes transformaciones que revolucionaron el equilibrio de fuerzas en el Mediterráneo occidental durante los siglos XI-XIII. Los barcos mercantes “caían en manos del enemigo con toda su tripulación y contenido: comerciantes y mercancías” (IBN AL-HAY: 280). Un mercader nativo de la ciudad rifeña de Badis nos informa sobre “el tremendo susto que les dio un galeón de guerra que puso rumbo hacia ellos cuando estaban a punto de llegar a Badis” (AL-BADISI: 74). Se llamaba Mohamed hijo de Idris y estaba de vuelta de un viaje de negocios en su barco capitaneado por el Raïs Yusuf al-Yidi.

Desde su incorporación en la entidad político institucional denominada según los términos jurídicos de la época como Dar al-islam o sea tierra de Paz en el año 699, el Rif gozaba de plena seguridad. Situación que se revolcó a partir de mediados del siglo XII convirtiendo sus costas en “un lugar donde reina el miedo por el enemigo que viene del mar y mata a los musulmanes” (AL-BADISI: 51), según la expresión de un testigo ocular. A los cristianos que atacaban la costa, se les calificaba entonces como: “cristianos del mar” (AL-BADISI: 60), sin distinguir su procedencia. Se les llamaba también como “enemigo que viene del mar” (AL-BADISI: 51) o “el enemigo que nos atosigaba por mar” (AL-BADISI: 111) por los actos que cometían. Recordemos que a los rifeños también se les calificaba por la Santa Sede y por el reino de Portugal como “enemigos de la fe” (DIAS DINIS: 83, 86), por ser musulmanes.

Disponemos de algunos indicios sobre las actividades dirigidas por “el prior y los comendadores portugueses de la Orden del Hospital” (DIAS DINIS: 199) contra los considerados como enemigos de la fe católica en “Ultramar” (DIAS DINIS: 135-236). Lo que ha sido confirmado de manera implícita en la misiva enviada el día 1 de julio de 1330 por el papa Juan XXIII al rey D. Alfonso IV de Portugal demostrando que “la verdad es que siempre el dicho Maestro y frailes fueron exentos de pagar por exponerse, en las partes de ultramar, contra los enemigos de la fe” (DIAS DINIS: 199).

Tampoco nos faltan indicios sobre otras “Ordenes Militares” (DIAS DINIS: 247) portuguesas que se sumaron a las operaciones en Ultramar. Nos referimos a la Orden de Cristo y también a la prestigiosa Orden de Avis (DIAS DINIS: 257). Parece ser que todo el país se había involucrado en aquel empeño según deducimos del contenido de la carta enviada por el rey D. Denis el día 12 de abril de 1280 “al municipio de Atouguia da Baleia, para ordenar que 30 hombres que remaban por esa aldea pagaran un servicio anual al rey, por mar, en su flota, durante seis semanas, con sus armas y víveres” (DIAS DINIS: 87).

El reino de Portugal ha ido confirmando progresivamente su condición

de potencia naval capaz de asumir la responsabilidad de controlar las vías de navegación en el extremo occidente del Mediterráneo. Por ello, se le había concedido al rey D. Denis, el 23 de mayo de 1320 “el diezmo sexenal de los ingresos eclesiásticos del reino impuesto por el concilio de Viena” (DIAS DINIS: 133) correspondientes a un periodo de tres años “para que pueda preparar galeras contra los enemigos de la fe que pasan por sus mares” (DIAS DINIS: 133).

La acción portuguesa en las costas rifeñas y la declarada “guerra contra los moros” (DIAS DINIS: 239) no tardó en suscitar una viva reacción por parte de los rifeños que sufrieron los ataques de los “galeones” (DIAS DINIS: 135) portugueses. Organizaron sus fuerzas y “súbitamente invadieron con un elevado número de galeras las tierras portuguesas y tomaron una localidad en Algarve, donde robaron las iglesias, mataron y cautivaron a los habitantes y amenazaron con volver” (DIAS DINIS: 239) si no se detengan las hostilidades, según nos informa un documento papal con fecha de 27 de febrero de 1355.

No nos faltan evidencias acerca de destacados místicos rifeños que se organizaban en grupos de combatientes y se desplazaban en barcos para combatir los cristianos en las costas ibéricas (Al-BADISI: 134). Es normal en estas condiciones que el papado ordenase, mediante una bula expedida por Gregorio XI el día 12 de octubre de 1377, “la concesión al Rey de Portugal de la mitad del diezmo de los ingresos eclesiásticos del país para cubrir los gastos de guerra contra los moros” (DIAS DINIS: 257), reconociendo de esta manera su constante esfuerzo.

V. La llaves del Mediterráneo en manos portuguesas: 1415-1564

Fue en la Península Ibérica y en el sur de Italia donde se sembraron las semillas de una esplendorosa civilización que alcanzó la cima de su evolución, primero en Nakur de los Banu Salih y luego en la Córdoba califal y en la Sevilla abadí, durante los siglos IX-XI. Había que esperar hasta mediados del siglo XIII para que rebroten, a través de los círculos de estudio que se formaron en los recién nacidos reinos cristianos de Sicilia, Portugal, Castilla y Aragón.

La conexión de Europa occidental con la herencia científica y técnica heredada del medievo musulmán ha sido fructífera gracias a la magna labor de transmisión del saber realizada por maestros inigualados de conducta moral y dedicación. Nos referimos a toda una generación de científicos musulmanes que, para salvar la humanidad de la ignorancia y sacar a Europa de las tinieblas de la edad media occidental, pusieron sus talentos al servicio de los pocos reinos cristianos que han demostrado su afición a la filosofía y a la sabiduría. Recordemos por ejemplo la entrega del erudito geógrafo magrebí Al-Idrisi poniendo en bandeja las llaves de la cartografía, astrología y ciencias de la navegación a sus discípulos en Lisboa y Palermo, poniéndose finalmente al servicio del sabio rey normando Rogerio II (TAHIRI, 2011: 46-48).

Se destaca también la sorprendente dedicación del ilustre científico murciano Mohamed hijo de Ahmed hijo de Abi Bakr al-Qarmuti quien se ofreció “enseñando a sus discípulos en sus idiomas todas las asignaturas que desean conocer” (AL-MAQQARI, 1968: 130, IV). Él también se puso al servicio de otro rey sabio, a sabiendas que tenía una gran sed de saber y mucho respeto a la cultura. Nos referimos a Alfonso X quien “fundó para él una Escuela en Murcia donde instruía a los musulmanes, cristianos y judíos” (AL-MAQQARI, 1968: 130, IV). Se trata de la más antigua institución de Altos Estudios que conocemos en aquel reino de Castilla (TAHIRI, 2014: 28-29).

En las ciudades italianas como en la Península ibérica, se multiplicaron los círculos de traductores que no tardaron en ponerse a trabajar a toda máquina vertiendo al latín y a otros idiomas la magnífica herencia científica, literaria y artística recogida de los fondos manuscritos de la Dar al-islam cuyos reinos se vieron entonces sin perspectivas y en plena descomposición. ¿Quién no recuerda el célebre traductor italiano Gerardo de Cremona con sus cerca de setenta obras traducidas del árabe al griego y al latín?

Se trata de un gigantesco puente tendido entre la agonizante Dar al islam y la renaciente Europa occidental que una vez cruzado lo derrumbaron y borrarón, una a una, todas sus huellas. Debido al contexto cultural de la época, no se consentía admitirla como fase intermedia y colocarla en el curso natural de la historia de las ciencias y de la civilización. A los musulmanes se le consideraba entonces como “infeles” (DIAS DINIS: 41) y “barbaros enemigos de la religión cristiana” (DE PISANO: 6). Por ello, se procedió por razones ideológicas relacionados con la Guerra Santa a borrar sus huellas y a enlazar la modernidad europea, directamente, con la antigüedad greco romana. Ha sido, según consideramos, un incoherente salto al vacío que sigue hasta hoy en día obstruyendo la concepción de la Historia Universal.

No ha sido casual que fueron los herederos de Dar al-islam quienes tomaron las riendas de la modernidad, llevando a cabo la magna labor civilizadora de la humanidad, lo que habitualmente se denomina renacimiento y descubrimientos geográficos. Es obvio reconocer que ha sido Portugal quien logró, en medio de una tremenda rivalidad con Castilla y Génova, tomar la iniciativa de dar el primer paso hacia la mundialización. Paso premeditado minuciosamente elaborado e ingeniosamente llevado a cabo, según los detalles apuntados por el autor de la “Crónica da Tomada de Ceuta” (DE ZURARA, 1915) y también por el autor del “Livro da guerra de Ceuta” (DE PISANO, 1915) entre otros.

Con la conquista de Ceuta en agosto de 1415, se inaugura una nueva era en la historia de la humanidad. Se trababa, según las propias palabras del rey Don João I., de controlar “la más floreciente ciudad de Mauritania” (DE PISANO: 7) y la “más extensa y populosa” de toda la costa rifeña. Es cierto que “muchas son las razones que deberían moveros a conquistar Ceuta” (DE PISANO: 7), según

las palabras dirigidas por los infantes: D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, a su padre el rey. Sin embargo, sería interesante concentrarnos sobre dos objetivos que nos parecen fundamentales en promover aquella acción. El primero consistía en permitir a los “portugueses que se convirtiesen en los señores de la llave del Mediterráneo y al mismo tiempo de África septentrional” (DE ZURARA, 1841: X).

Lo que requería poner en marcha una amplia operación de destrucción de todas las ciudades portuarias de la costa rifeña con la finalidad de asfixiar el Rif, cegar sus vías de comunicación intercontinental y prohibir a sus mercaderes el acceso a los mares. El primer paso en este sentido sería poner bajo control de la armada portuguesa a Ceuta por ser la más importante ciudad mercantil de Marruecos adonde “afluyen navíos de diversas naciones” (DE PISANO: 13). El segundo objetivo sería reestructurar las vías de comercio intercontinental en el mediterráneo occidental poniendo todos sus accesos en manos portuguesas. Para ello, sería imprescindible conservar la ciudad de Ceuta y transformar su estructura urbanística de manera que se convirtiera en punta de lanza en África.

Las crónicas de la época nos aportan minuciosos detalles sobre “como el rey convocó un consejo acerca de la conservación de esta ciudad” (DE ZURARA, 1915: 257) y como después de “la gran discusión que había sobre este asunto” (DE ZURARA, 1915: 257) tomaron la decisión de ponerla bajo control de la corona. Fue en aquel momento cuando se emprendió el andar por el largo camino que culminó con la formación del gran Imperio portugués. El propio rey D. João I. nos desveló los iniciales de aquella estratégica ambición, dando las gracias a Dios por la victoria y afirmando que “con su poder y la flota consiguiéramos algunos otros lugares de esta conquista” (DE ZURARA, 1915: 257). Harto es sabido cómo se encadenaron los acontecimientos convirtiendo Ceuta en clave maestra de toda la red de plazas conquistadas por Portugal a lo largo de la costa atlántica de Marruecos.

Salvo los clásicos relatos relacionados con la conquista de Ceuta y pocas otras cosas más, las crónicas de Marruecos permanecieron mudas en lo que se refiere a la costa rifeña. Se trata del período histórico que se extiende desde 1415 hasta la destrucción total y definitiva de la ciudad de Badis (Vélez de la Gomera) en 1564. Un siglo y medio de historia marcados por una implacable presión naval portuguesa que acabó despoblando y arruinando todas las ciudades y estructuras portuarias de la costa rifeña. Episodios de enorme impacto internacional que pasaron desapercibidos, incluso por la historiografía marroquí (BRIGNON, 1967; LAROUI, 2001; KABLI, 2011).

No es de extrañarnos que se cumpliera de esta manera la voluntad expresada por la Santa Sede de “combatir los infieles” (DIAS DINIS: 32). Lo que se convirtió en objetivo central de la corona portuguesa. “Guerrear a los barbaros enemigos de la religión cristiana ha sido y continúa siendo mi propósito” (DE

PISANO: 6) según las propias palabras del rey Don João I. La crónica de Don Pedro de Menezes narra detalladamente los acontecimientos que terminaron con la conquista y la destrucción de la ciudad de Tetuán (DE ZURARA, 1792: 599-623), veintidós años después de la toma de Ceuta. Evento que captó la atención del célebre autor nativo de la cercana cabila de Beni Ziyat, apodado León el Africano.

Nos indica en su magnífica obra “que los portugueses habían atacado Tetuán y la habían destruido, permaneciendo en ruinas durante aproximadamente ochenta años hasta que un comandante andalusí se empeñó en reconstruirla” (AL-WAZZAN: 318, I). No sabemos porque un capitán y explorador español atribuyó este hecho al Rey don Henrique III de Castilla, suponiendo que “los castellanos destruyeron en África la ciudad de Tetuán con las galeras de su armada” (GONZÁLEZ DÁVILA: 148). Sus propósitos han sido reproducidos literalmente por el autor de la Descripción General de África (MARMOL CARVAJAL: 222-223) y más tarde por un misionero apostólico. Todos ellos afirmaron que “Tetuán la destruye la escuadra de Castilla” (CASTELLANOS: 33). Nos sorprende la postura de las clásicas crónicas de Tetuán (DAOUD, 1959: 82-83, I; AL-RHUNI, 1998: 153, I; AL-NACIRI: 89-90, 124 IV) que copiaron a la letra estos dudosos relatos, sin hacer referencia ninguna a los mencionados escritos portugueses.

Ninguna de las ciudades y localidades circundantes estaba a salvo de los ataques portugueses. La noble y lujosa ciudad palatina de Belyunes denominada por las crónicas portuguesas como “Bulbões” (DE ZURARA, 1762: 282, 429) fue arrasada. Destacaba en toda la costa rifeña por sus magníficas almunias, casas palacios y arboleados palacetes (AL-ANSARI: 52; AL-MAQQARI, 1968: 210-211, 506). Asaltaron también el “Campo de Benamaden” (DE ZURARA, 1762: 610) y la localidad de “Benagara” (DE ZURARA, 1762: 607) entre otras aldeas y poblaciones. Nadie estaba fuera de peligro “porque cuando los infieles conquistaron Ceuta se pusieron en acción contra la gente de aquellas alquerías del reino wattasí” (IBN AL-TAYYEB: 33, I), según la expresión de un cronista de la época.

No había más remedio para la población indefensa que retirarse hacia los picos más abruptos de las serranía circundante donde un devoto nieto del profeta llamado Al-Hasan hijo de Jama‘a “construyó la ciudad de Chefchaouen... hacia el año 876 de la hégira (1476)” (IBN AL-TAYYEB: 33, I). La reacción portuguesa ha sido inmediata. Para abortar aquel intento de reconstrucción y fortificación urbana mandaron sus agentes para asesinarlo. “Lo sorprendieron rezando en una mezquita de allí, le prendieron fuego y muere quemado, que Dios se apiade de su alma” (IBN AL-TAYYEB: 220, I), según relata un cronista de la época.

Otras crónicas nos informan también sobre la devastadora campaña naval enviada por el rey D. Alfonso V contra la ciudad de Targa en el mes de agosto

del 1481. Participaron en la ofensiva cincuenta navíos de guerra con una armada de 5000 combatientes. Incendiaron y destruyeron la ciudad quedándose la flota que estaba amarrada en su puerto y en el cercano puerto de Tiguizas totalmente aniquilada. Ha sido un gran golpe contra la navegación y la vida urbana en Rif Gumara cuya población y estructuras han ido degradándose drásticamente “desde que los portugueses pisaron” (AL-WAZZAN: 325, I) su tierra. Pocos años más tarde se aniquiló por completo con “la Tomada de Targa e Çamjce en el año mil cuatrocientos noventa” (DE ZURARA, 1792: 103).

Para endurecer el bloqueo naval, Portugal se apresuró saboteando las demás ciudades portuarias de la costa rifeña. Los ataques contra la ciudad de Al-Mazmma se multiplicaron hasta que se consiguió reducirla en “ruinas, solo permanecieron de pie sus murallas. Su última y definitiva destrucción data del año 872 de la hégira (1467)” (AL-WAZZAN: 329, I). La acción culminó con el cierre total de la costa rifeña después de la colosal ofensiva naval perpetrada contra Badis (Vélez de la Gomera). La ciudad ha sido asediada, bombardeada, saqueada, incendiada y completamente arrasada en el mes de septiembre de 1564. Participaron en la ofensiva galeones y carabelas de guerra “de la flota de Portugal” (MARMOL CARVAJAL: 237) con “los navíos de guerra de Italia” (MARMOL CARVAJAL: 237), “los navíos de España” (MARMOL CARVAJAL: 237), de Malta, de Savoie y de otras entidades y potencias.

Se había puesto en acción una fuerza desproporcional constituida por noventa y tres galeones, galeras y carabelas además de sesenta buques menores. Las fuentes consultadas nos informan sobre la imponente maquinaria de guerra que se había puesto bajo el mando del Marques García Álvarez de Toledo. El Rey de “Portugal don Sebastián envió... mil quinientos combatientes acompañados de trescientos caballeros que vinieron para participar en la campaña” (MARMOL CARVAJAL: 238) con las demás fuerzas europeas. Nos referimos a los “seis mil combatientes de Castilla, Extremadura, Andalucía” (MARMOL CARVAJAL: 237) “y tres mil combatientes alemanes” (MARMOL CARVAJAL: 237) entre otros contingentes y ordenes religiosas. Nos encontramos ante la más desastrosa campaña naval que había acabado de manera drástica con la vida urbana del Rif, reduciendo sus florecientes ciudades en escombros.

Fue precisamente en aquel entonces cuando la costa rifeña quedó totalmente cerrada a la navegación. Las grandes vías de comunicación y del comercio intercontinental que unían África subsahariana con Europa a través de la costa rifeña quedaron bloqueadas y para siempre. Todo ello se enmarcaba dentro de una amplia estrategia planeada por Portugal para tomar el control del comercio intercontinental estableciendo sus magníficas vías de navegación por el mundo, empezando por implantar una red de plazas fuertes a lo largo de la costa atlántica de Marruecos.

El primer paso dado en este sentido data de mediados del siglo XIV, según

informes atribuidos a mercaderes florentinos establecidos en Sevilla sobre la “expedición a las Islas Canarias que salió de Lisboa el 1 de Julio de 1341” (DIAS DINIS: 201). Con la posterior conquista portuguesa de Guinea, las raíces africanas de Marruecos quedaron totalmente arrancadas y el país apartado definitivamente del comercio intercontinental. Las crónicas de Marruecos nos aportan detalles sobre el último intento de recuperación liderado por el sultán Ahmed Almanzor al-Saadí, en el año 1590 (AL-WAFRANI: 88-98). Tenía planeado aprovechar la derrota portuguesa en la batalla de los tres reyes y pasó a la acción organizando una gigantesca campaña militar para conquistar África subsahariana. Todo indica que aquel colosal esfuerzo quedó fuera de contexto.

CONCLUSION

Por razones ideológicas relacionadas con la denominada como Guerra Santa, nos encontramos ante un capítulo omitido de la historia de Portugal y de Marruecos. Sin sacarlo del olvido, no podemos entender con la debida precisión histórica porque los portugueses pasaron a la acción en las costas mediterránea y atlántica del país africano, justo después de constituirse como estado. Sin ello, tampoco podríamos entender cómo y porque ha sido Portugal quien tomó las riendas de la navegación por los océanos consiguiendo llevar a cabo impresionantes descubrimientos. Suponemos que los elementos que ponemos al alcance de los historiadores, mediante el presente trabajo, podrían servir de punto de partida para iniciar una labor más exhaustiva.

Fuentes y bibliografía

1.- FUENTES

ABU-L-JAYR, Al-Xayyar al-Ixbili – ‘Umdat al-tabib fi ma‘rifat al-nabat li kulli labib. 1ª Edición, A. AL-JATTABI. Beirut: Dar al-Garb al-Islami, 1995. 5/1000/277.

AL-ANSARI, Mohamed b. al-Qasim – Ijtisar al-ajbar ‘amma bi thagr Sabta min saniyye al-athar. 2ª Edición A. W BEN MANSOUR. Rabat: 1983.

AL-BADISI, Abdelhaq b. Ismaïl – Al-maqṣad al-xarif wa-l-manza‘ al-latif fi al-ta‘rif bi sulaha’ al-Rif. 2ª Edición: S. A‘rab, Rabat: Imprimerie Royale, 1983.

AL-BAKRI, Abou-Obeid – Description de l’Afrique septentrionale. 1ª Edición: Le B. DE SLANE. Alger: Imprimerie du Gouvernement, 1857.

AL-BAKRI, Abu Ubayd – Kitab Al-Masalik wa-l-mamalik. Edición: V. P. VAN LEEUWEN & A. FERRE, Túnez: Al-Dar al-Arabiya lil-Kitab, 1992.

AL-FARAHIDI, Al-Jalil b. Ahmad – Kitab al-‘ayn. Edición A. H. HANDAWI. Beirut: Dar Al-Kotob Al-Imiyah, 2003.

ALFONSO EL SABIO - Primera Crónica General: estoria de España. 1ª Edición: R. MENENDEZ PIDAL. Madrid: Bailly Bailliere e Hijos Editores, 1906.

AL-HIMYARI, Mohamed b. Abdelmun‘im – Al-Rawd al-mi tar fi jabar al-aqtar. 2ª Edición: I. ABBAS. Beirut: Librairie du Liban, 1984.

AL-IDRISI, Mohamed b. Mohamad – Nuzhat al-muxtaq fi ijтираq al-afaq in: Geographicum Fasciculus Quintus. Napoli- Roma: Instituto Universitario Orientale & Instituto Italiano per il Medio ed Estremo oriente, 1975.

AL-IDRISI, Mohamed b. Mohamad – Uns al-muhay wa rawd al-furay. 1ª Edición A. W. NOUHI. Rabat : Ministère des Habous et des Affaires Islamiques : 2007. 9954-0-5116-3.

AL-MAQQARI, Ahmed b. Mohamed – *Azhar al-riyad fi ajbar ‘Iyād*. 1ª Edición: Comité mixto para la edición del legado islámico. Rabat: Reino de Marruecos & Emiratos Árabes Unidos, 1978.

AL-MAQQARI, Ahmed b. Mohamed – Nafh al-tib min gusn al-Andalus al-ratib. 1ª Edición I. ABBAS. Beirut: Dar Sader, 1968.

AL-MAQDASI, Abu Abdellah Mohamed - Ahsan al-taqasim fi ma‘rifat al-aqalim, 2ª Edición. Leiden: Brill, 1967.

AL-MURRAKUXI, Abdelwahid – Al-Mu‘yib fi taljis ajbar al-Magreb. 1ª Edición: M. S. AL-ARYAN & M. A. AL-ALAMI, El Cairo: Matba‘at al-Istiqama, 1949.

AL-NACIRI, Ahmed b. Jalid – Kitab al-Isiqsa li ajbar duwal al-Magreb al-aqsa. Edición Y. AL-NACIRI & M. AL-NACIRI. Casablanca: Dar al-Kitab, 1997.

AL-QALQAXANDI, Ahmed b. Ali – Subh al-a‘chaa fi sina at al-inchaa. 1ª Edición. El Cairo: Al-Matbaa al-Amiriyah, 1915.

AL-RHUNI, Abu-l-Abbas Ahmed – ‘Umdat al-rawin fi tarij Tittauin, Mohammedia: Facultad de Letras y Ciencias Humanas de Tetuán, 1998.

AL-SAFADI, Jalil b. Aybak – Al-Wafi bi-l-wafayat. Das Bibliographische Leixikon das Salahddin Halil Ibn Aibak as-Safadi. Edición: M. Y. NAJM. Wiesbaden: Bibliotheca Islamica, 1981.

AL-WAFRANI, Mohamed al-Saguir b. al-Hay – Nuzhet-Elhadi (Histoire de la dynastie saadienne au Maroc 1511-1670). Edición O. HOUDAS. Paris: Ernest Leroux, Editeur 1888.

AL-WAZZAN, Al-Hasan b. Mohamed – Wasf Afriqiya, trad. M. HAYYI & M. AL-AJDHAR. 2ª Edición. Beirut: Dar Al-Gharb al-Islami, 1983.

AL-ZAYANI, Abu-l-Qasim b. Ahmed – Al-Turyumana al-kubra fi ajbar al-ma‘mur baran wa bahran, 2ª Edición A. K. AL-FILALI. Rabat: Dar Naxr al-

ma'rifá, 1991.

AL-ZUHRI, Mohamed b. Abi Bakr – Kitab al-Yugrafiya. Edición M. H. Sadoq. El Cairo: Maktabat al-Thaqafa al-diniya, (s/f).

ANÓNIMO, Autor de Marrakech – Kitab al-Istibsar fi 'aya'ib al-amsar. 1ª Edición S. Z. ADELHAMID. Casablanca: Les Editions Maghrébines: 1985.

DA FONSECA, Luis Adão – Navegación y curso en et Mediterráneo occidental. Los Portugueses a mediados del siglo xv, Pamplona: Universidad de Navarra, 1978.

DA FONSECA, F.V Peixoto – “Crónica da Conquista do Algarve” in: Boletim de Trabalhos Históricos, vol. XXXVIII, Guimrães, 1987. p. 81-109

DAOUD, Mohamed –Tarij Tetuán. Instituto Muley El-Hasan, 1959.

DA SILVA LOPES, João Baptista [Ed. & Trad.] – Relação da derrota, façanhas, e sucessos dos cruzados que parti'rão do escalda para a Terra Santa no anno de 1189, Escrita em latim por hum dos mesmos Cruzados, Traducida e annotada, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1844.

DE PISANO, Mateus – Livro da guerra de Ceuta. Trad., R. CORRÊA PINTA. Edición: Comissão dos Centenarios de Ceuta e Alburquerque. Comemoração do Quinto Cetenário da tomada de Ceuta. 1ª Serie: Textos Históricos. Coimbra: Academia das Sciências de Lisboa, Imprensa da Universidad 1915.

DE ZURARA Gomes Eannes – Chronica do Conde D. Pedro de Menezes, in: Collecção de livros ineditos de historia portuguesa dos Reinos de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, M. DCC. XCII (1792) p. 205-635).

DE ZURARA, Gomes Eannes – Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné. Pariz: J. P. Aillaud MDCCCXLI (1841).

DE ZURARA, Gomes Eannes – Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. Joao I. Edición: F. M. ESTEVES PERREIRA, Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, Imprensa da Universidad 1915.

DIAS DINIS, Antonio Joaquim [& al., Eds.] – Monumenta Henricina. 1ª Edición. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenario da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

GONZÁLEZ DÁVILA, Gil – Historia de la vida y hechos del Rey don Henrique Tercero de Castilla, Madrid, M.DC. XXXVIII (1638).

IBN ABD AL-BARR, Yusef b. Abdellah – Al-Qasd wal-l-umam fi al-ta'rif bi ansab al-'rarab wa-l-'ayam. Edición: I. AL-ABYARI, Beirut.: Dar al-Kitab al-arabi, 1985.

IBN ABI ZAR', Ali b. Abdellah – Al-Anis al-mu'trib bi-rawd al-qirtas fi ajbar muluk al-Magreb wa tarij madinat Fas, 1ª Edición. Rabat: Dar Al-Mansour, 1972.

IBN AL-ABBAR, Mohamed b. Abdellah – Al-Hulla al-Siyara. Edición H.

MU'NIS. El Cairo: Al-Xarika al-arabiya li al-tiba'a wa-l-naxr, 1963.

IBN AL-ATHIR, Ali b. Mohamed – Al-Kamil fi al-tarij. Edición: M. Y. AL-DAQQAQ. Beirut: Dar al-Kotob Al-Ilmiyah: 1987.

IBN AL-HAY, Mohamed b. Ahmed – Kitab al-Nawazil, Manuscrito de la Biblioteca General de Rabat (actual Biblioteca Nacional de Marruecos), Numero Y 55.

IBN AL-JATIB, Abu Abdellah b. Mohamed – Al-Ihata fi ajbar Garnata, 2ª Edición: M. A. 'INAN, El Cairo: Maktabat al-Janyi, 1974.

IBN AL-QUTIYA, Mohamed b. Umar – Tarij iftitah al-Andalus. Edición: I. AL-ABYARI, Beirut: Dar al-Kitab al-lubnani, 1982

IBN AL-TAYYEB, Mohamed – Nachr al-Mathani li ahl al-qarn al-hadi 'axar wa-l-thani. Edición M. HIYYI & A. TAOUFIQ. Rabat: Dar al-Magreb: 1977

IBN BASSAM, Abu-l-Hasan Ali – Al-Dhajira fi mahasin ahl al-Jazira, 1º Edición: I. ABBAS, Libia-Túnez: Al-Dar al-Arabiya li-l-Kitab: 1981.

IBN HAWQAL – Kitab al-Masalik wa-l-mamalikin Bibiotheca Geographorum Arabicum. 1ª Edición: M. J. DE GOEJE. Leiden: I. J. Brill, 1873. Volumen II.

IBN HAYYAN, Hayyan b. Jalaf -Al-Muqtabas V. 1ª Edición: P. CHALMETA [& al.]. Madrid, Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1979. ISBN 84-7472-010-9

IBN HAZM, Ali b. Ahmed – Yamharat ansab al-'arab. 5ª Edición: A. M. HARUN. Beirut: Dar al-Maarif, 1983. ISBN 977-02-0072-2

IBN 'IDHARI, Ahmed b. Mohamed – Al-Bayan al-mugrib fi ajbar al-Andalus wa-l-Magreb, 2ª Edición: G. S. COLIN & E. L. PROVENÇAL, Beirut: Dar Assakafa, 1980.

IBN 'IDHARI, Ahmed b. Mohamed – Al-Bayan al-mugrib fi ajbar al-Andalus wa-l-Magreb, qism al-Muwahhidin. 1ª Edición: M. I. AL-KATTANI [& al.]. Casablanca: Dar Al-Thaqafa, 1985.

IBN JALDUN, Abd al-Rahman b. Mohamed – Kitab al-'Ibar wa diwan al-mubtada wa-l-jabar fi ayyam al-'arab wa-l-'ayam wa-l-barbar min dhawi al-sultan al-akbar. Edición: Jalil XAHADA, Beirut: Dar al-Fikr, 1981.

VERNET, Tetuán: Instituto Muley El-Hasan, 1958

IBN MANDHUR, Mohamed b. Makram – Lisan al-'Arab. Edición A. A. AL-KABIR [& al.]. Beirut: Dar Sader, s/f.

IBN SAHIB AL-SALAT, Abd al-Malik b. Mohamed – Tarij al-mann bi-l-imama ala al-mustadh'afin. 3ª Edición: A. H. AL-TAZI, Beirut: Dar Al-Gharb al-Islami, 1987.

IBN SA'ID, Ali b. Musa – Bast al-ardh fi al-tul wa-l-ardh (Libro de la extensión de la tierra en longitud y latitud). 1ª Edición: J.

IJWAN AL-SAFA, wa Jillan al-Wafa – Al-Ras'il. 1ª Edición: J. D. AL-

ZARKALI. El Cairo: Al-Matba‘a al-arabiya al-misriya, 1928.

MARMOL CARVAJAL, Luis del – Ifriqiya. Traducción M. HIYYI [& al.]. 1ª Edición. Rabat : Association des Auteurs Marocains Pour la Publication, 1989.

RUY DE PINA – Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sancho I. Segundo rey de Portugal, Lisboa Occidental: Ferreyriana, M. DCC. XXVII (1727^a).

RUY DE PINA – Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Affonso II. Terceiro rey de Portugal, Lisboa Occidental: Ferreyriana, M. DCC. XXVII (1927^b)

RUY DE PINA – Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Affonso III. Quinto rey de Portugal, Lisboa Occidental: Ferreyriana, M. DCC. XXVII (1928)

YAQUT, Yaqut b. Abd Allah – Mu‘yam al-buldan, Beirut: Dar Sader, 1977.

2. Bibliografia

BARATA, Filipe Themudo – Navegação, comércio e relações políticas: os Portugueses no Mediterrâneo ocidental (1385-1466), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. ISBN 978-9723108224

BRIGNON, Jean [& al.] – Histoire du Maroc, Paris : Hatier, 1967.

CASTELLANOS, Fr. Manuel Pablo - Historia de Marruecos. 3ª Edición. Tánger: Imprenta Hispano-arábiga de la misión católica española, 1898.

COCHERIN, Mauro (Fr.) – “Calatrava y las órdenes militares portuguesas” in: Cuadernos de Estudios Manchegos, nº 9, Ciudad Real, 1958 p. 31-47

HERCULANO, Alexander - Historia de Portugal, 3ª Edición dirigida por David LOPES, Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1939.

HEERS, Jacques –“L’expansion maritime portugaise à la fin du Moyen Age : la Méditerranée” in : Revista de Faculdade de Letras. Lisboa, 1956 t. XXII, pp. 5-24

JAVIERRE MUR, Áurea Lucinda – La orden de Calatrava en Portugal, Madrid: Editorial Maestre 1952.

KABLY, Mohamed (Présentation & Direction.) – Histoire du Maroc. Réactualisation et Synthèse, 1ª Edition. Rabat : Institut Royale pour la Recherche sur l’Histoire du Maroc, 2011.

LAROUI, Abdallah – L’histoire du Maghreb Un essai de synthèse. 2ª Edición Casablanca: Centre Culturel Arabe, 2001

LOPES, David, “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano”, Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa, vol. IV, Lisboa, 1910.

PAULA, Federico Mendes – Histórias de Portugal em Marrocos, Lisboa, Argumentum Edições, 2019. ISBN 978-989-8885-10-4

PAVIOT, Jacques – « Marins et marchands portugais en Méditerranée à la fin

du Moyen Âge » in : Chemins d'outre-mer, Editions de la Sorbonne, Paris 2004. p. 671-679.

ROSENBERGER, Bernard – “El problema del Estrecho a finales de la Edad Media” in: Historia Medieval, Actas del II Congreso de Historia de Andalucía, Córdoba, 1994. ISBN 84-7959-052-1 p. 245-287.

TAHIRI, Ahmed – ‘Ammat Qurtuba fi ‘asr al-jilafa.1ª Edición. Rabat: Editions Okad, 1989.

TAHIRI Ahmed, – “Usul al-taful al-hadhari bayn Masr wa-l-Magreb” in: Al-‘Alaqat al-magribiya al-masriya ‘abr al-tarij. El Cairo: Facultad de Letras, Universidad de Halwan, 2002. p. 153-161

TAHIRI, Ahmed – Al-filaha wa-l-umran al-qarawi bi-l-Andalus jilal asr Bani Abbad, Alejandría: Alex Book Center, 2004.

TAHIRI, Ahmed – Al-Andalus fi ‘asr Bani Abbad, Damasco: Ishbilyah Studies, Publication & Distribution, 2009

TAHIRI Ahmed – “Gharb al-Magreb e al-Andalus nos itinerários geográficos” in: Itinerários e Reinos. Uma Descoberta do Mundo. O Gharb al-Andalus na obra do geógrafo al-Idrisi, VRSA – Portugal: Câmara Municipal de VRSA & Fundacion al-Idrisi Hispano Marroquí para la Investigación Histórica, Arqueológica y Arquitectónica, 2011. ISBN 978-972-8009-21-2 p. 43-58

TAHIRI, Ahmed – Bilad al-Rif wa hadhirat Nakur (El Rif y la desaparecida ciudad de Nakur). 1ª Edición. Sevilla: Recolectores Urbanos, 2013. ISBN 8-7-940196-84-978

TAHIRI, Ahmed – “Al-Muruskiiyyun aw tams al-huwiyya al-andalusiya” in: Los Descendientes andalusíes “moriscos” en Marruecos, España y Portugal. 1ª Edición: Fundación al-Idrisi Hispano Marroquí para la Investigación Histórica, Arqueológica y Arquitectónica, Tánger 2014. ISBN 978-9954- 9484-0-8 p. 17-34

TAHIRI, Ahmed – Al-tiyara wa-l-mubadalat bi-l-Andalus (comercio e intercambios en al-Andalus. Una sociedad capitalista en pleno Medioevo), Sevilla: Graficas Moreno S.L., 1915. ISBN 978-84-606-9218-8

TAHIRI, Ahmed – “Bilad al-Rif min al-tasawwuf al-‘irfānī ilā al-turuqiya al-‘amiyya (El Rif: del misticismo sabio al misticismo popular)” in: Misticismo en el Magreb y al-Andalus, Tetuán (pp. 15-41), 2017. ISBN 978-9954-9484-1-5

TAHIRI,Ahmed – Aljezur e o Ribat al-Rayhana na história do Ghrab al-Andalus. 1ª Edición. Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur & Fundação al-Idrisi Hispano Marroquina para a Investgação Histórica, Arqueologica e Arquitectónica, 2018ª.

TAHIRI, Ahmed – “The Medieval Settlement on the Rif Coast” in: Alborán. Poblamiento e intercambios en las zonas costeras de al-Andalus y el Magreb. Granada: Alhulia, S.L., 2018b. ISBN 978-84-948006-9-6 p. 249-267

TAHIRI, Ahmed – ‘Ammat Qurtuba fi ‘asr al-jilafa. Dirasa fi al-tarij al-iytima’i al-andalusi. 2ª Edición. Tetouan: Al-Khalij al-Arabi, 1918c.

TAHIRI, Ahmed – Bilad al-Rif fi a’maq tarij wa thaqafat al-bahr al-mutawassit (Le Rif au centre de la Méditerranée), Tetouan Al-Khalij al-Arabi, 2019, ISBN 978-9920-38-195-6

AHMED TAHIRI

Profesor Catedrático (P.E.S) en las Universidades Hassan II de Mohammedia y Abdel Malik Essaadi de Tetuán. Presidente de la Fundación al-Idrisi Hispano Marroquí para la Investigación Histórica, Arqueológica y Arquitectónica. Profesor invitado en Universidades árabes y europeas. Miembro asociado al LCJMMO del Instituto Nacional de Lenguas y Civilizaciones Orientales en la Universidad de Paris (Francia) y de otras instituciones universitarias y de investigación científica en varios países. Miembro Fundador del Centro de Estudios Luso Árabes en Silves (Portugal). Autor, co-autor y editor de 89 libros publicados en árabe, español y portugués y de un centenar de artículos en varios países de África, Europa y Asia.



Citar este texto:

TAHIRI, Ahmed – La Acción Portuguesa en la Costa Rifeña, desde el inicio de las hostilidades hasta mediados del siglo XVI. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/QOSO6359>

A BUSCA DE INFORMAÇÕES SOBRE O PODER NAVAL TURCO EM MEADOS DO SÉCULO XVI - ALGUNS DADOS

Carlos Manuel Baptista Valentim

Resumo

Nas conjunturas de 1528-1530 e de 1534 em diante, uma das novidades é expansão territorial e marítima do império turco otomano, em direção ao Índico e ao Golfo Pérsico. Uma das grandes novidades desta época é a concorrência de rotas comerciais. A rota do Levante retoma o seu ritmo, desafiando a rota do Cabo. Esta é uma época dominada pela concorrência entre impérios. O império Otomano é uma das entidades políticas mais poderosas e formidáveis, durante o século XVI. As forças do Sultão contestam abertamente o domínio português nestes dois mares. O império otomano procura recursos e pretende tirar proveito das redes comerciais que se estavam implantadas no Índico e no Golfo Pérsico. O império tendo como objetivo impedir a projeção de forças navais otomanas, tentou destruir as armadas do seu concorrente, inicialmente no Mar Vermelho. A questão de Bassorá estava em suspenso, ocupando os interesses da diplomacia portuguesa nessa época; o poder naval turco reforçava-se e projetava as suas armadas, prestando ao auxílio aos que contestavam o poder português. A guerra era uma realidade, mas a diplomacia estava também presente nessa rivalidade, levando à formação de uma rede de informações para sobre o “turco” e a Índia.

Palavras-chave: Concorrência; Império; Informações; Poder Naval; Otoman

Abstract

In the Years of 1528-1530 and from 1534 onwards, one of the newness was the territorial and maritime expansion of the Ottoman Turkish Empire, towards the Indian Ocean and the Persian Gulf. The competition by the trade routes was one the stake. The Levante Route resumes its pace, challenging the Cape Route. This is an age dominated by competition between empires. The Ottoman empire is one of the most powerful and formidable political entities during the 16th

century. The Sultan's forces openly contested the portuguese rule on the seas and in territorial imperial zones of Portuguese Maritime Empire. The Ottoman empire search for resources and intends to take advantage of the commercial networks implanted in the Indian Ocean and in the Persian Gulf. The Portuguese empire, aiming to prevent the projection of Ottoman naval forces, tried to destroy its competitor's armadas, initially in the Red Sea. The question of Basra was in abeyance, occupying the interests of portuguese diplomacy at that time; Turkish naval power was reinforced and projected its fleets, providing assistance to those who contested Portuguese power. War was a reality, but diplomacy was also present in this rivalry, leading to the formation of an information network, whose purpose was the "Turk" and its naval power.

Key Words: Competition; Empire; Information; Naval Power; Ottoman

Introdução

A 14 de novembro de 1517 o Papa Leão X emitiu o Breve pelo qual alertava D. Manuel I de como o "turco" tinha uma armada de 300 naus no porto de Constantinopla e examinava as plantas de todos os portos de Itália, e de que seria certa a ruína da Cristandade, por isso exortava, "que se apresse para o remédio dela com as suas forças"¹.

Este apelo, poderá dizer-se, dramático, do Papa, é bastante ilustrativo relativamente ao enfrentamento político e militar - entre os reinos cristãos e a cúria romana de um lado, e o império turco otomano, de outro - que teve lugar no Mediterrâneo no início da segunda década do século XVI. O chamamento para "cruzada" era uma clara tentativa de resposta do Papado e dos poderes da Península Itálica ao avanço turco no Mediterrâneo².

Tratava-se de uma realidade geopolítica à qual o império português não se podia eximir, na medida em que o confronto com o império otomano em expansão territorial e marítima, seria inevitável, em outros espaços e mares. Neste caso, iria assistir-se a uma competição geopolítica entre impérios (português e otomano), ao longo do século XVI, quer no Mediterrâneo e no Mar vermelho, quer no Indico ocidental e no Golfo Pérsico.

Para a cidade - Estado de Veneza e para o Papado o "perigo" turco otomano começara mais cedo, em 29 de maio de 1453, com a conquista de Constantinopla. A tomada do último reduto do império romano do oriente ficou-se a dever um

¹ Torre do Tombo, Bulas, Maço 35, nº14, fl.1.

² LIMÃO, Paula - Portugal e o Império Turco na Área do Mediterrâneo (Século XV), Vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, 1994, p. 234.

longo cerco de cinquenta e quatro dias, em que participaram cerca de cinquenta mil homens e as mais modernas armas de fogo, nomeadamente, canhões de grande dimensão, os maiores jamais vistos, que com o seu poder de fogo derrubaram uma parte das muralhas defensivas da cidade, abrindo uma entrada para os exércitos do Sultão³.

Os impérios foram, nesta época (séculos XV-XVI), os atores dominantes de uma realidade internacional⁴ que caminhava, pela primeira vez, para a mundialização das trocas comerciais e a interação entre continentes. E o “império” enquanto forma de organização política, social e económica, veio a alcançar uma longevidade extraordinária, dando testemunho do seu sucesso enquanto forma de Estado⁵. Os impérios não foram estruturas políticas que absorvessem de forma benigna a diversidade. Ao integrarem, no âmbito das suas conquistas, populações e credos diversificados, espaços e redes comerciais diferenciadas, os impérios experimentaram formas diversas de exploração e de governo⁶. O seu quotidiano foi “quase” sempre pontuado de violência e coerção, ações que eram centrais na construção de uma estrutura de poder e para a sua atuação na competição com outros atores congêneres.

Em termos geográficos, o império otomano deteve uma posição determinante nas ligações por terra, entre o Oriente e o Ocidente. Não se podia ignorar, que as terras e águas do Mediterrâneo oriental, com ligações aos espaços do Egipto, Ásia central e Índia, ofereciam a oportunidade para uma variedade de intervenções políticas e militares, que ao materializarem-se ao longo dos decénios seguintes, estiveram na origem de um império simultaneamente terrestre e marítimo, que assentava a sua estrutura económica nos portos e numa rede de rotas e de comércio, que uniam a Eurásia.

Quando os portugueses chegaram ao Índico, em 1498, e iniciaram a edificação de um império que se apoiava, fundamentalmente, no mar e na sua capacidade naval para o controlar, colidiram com os interesses, inicialmente dos mamelucos do Egipto, e a partir de 1517 dos turcos otomanos. De facto, no início do século XVI, a evolução política e militar dava mostras de ser favorável ao império turco otomano, que tinha consolidado a sua posição no Mediterrâneo

³ INALCIK, Halil – *The Ottoman Empire. The Classical Age 1300 – 1600*, London, Phoenix Paperback, 2000, ISBN I 84212 442 0, p. 23.

⁴ SUBRAHMANYAM, Sanjay - *Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640*, *The American Historical Review*, Bloomington, ISSN 1937-5239 Volume 112, Issue 5, december 2007, p. 1359–1385, <https://doi.org/10.1086/ahr.112.5.1359> (Consulta a 30 de maio, 2022).

⁵ O império romano subsistiu ao longo de seiscentos anos, tal como o otomano; o bizantino um milénio; e a sucessão de dinastias chinesas sucederam-se por mais de dois mil anos. Vide BURBANK, Jane; COOPER, Frederick – *Empires in World History. Power and Politics of Difference*, New Jersey, Princeton University Press, 2010. ISBN 978-0-691-15236-3. p. 2-3.

⁶ Idem, *ibidem*, p.2.

oriental. Se em 1530 iniciam a sua progressão no Índico, em 1546 expandem-se para o Golfo Pérsico, em 1550 avançavam em direção ao Mediterrâneo central, colocando em alerta a Espanha e Portugal, que dominava algumas das cidades do Norte de África. Caso os otomanos alcançassem o Mediterrâneo ocidental e aí se instalassem poderiam, através do curso, intercetar as frotas que vinham carregadas de produtos do Oriente, e dessa forma colocar em perigo o comércio marítimo português entre os dois oceanos, Índico e Atlântico. Porém, se o domínio do Mediterrâneo se impunha como um objetivo realista a atingir pelo império otomano, o mesmo já não era realizável para o Atlântico, na medida em que não dispunham dos meios navais necessários para o efeito⁷.

Na competição geopolítica e militar, e em concorrência, com o império otomano, por mercados e lealdade de poderes, no Índico, no Subcontinente Indiano, no Golfo Pérsico e na Insulíndia, a coroa portuguesa vai procurar obter informações que lhe permitam alcançar vantagem nesse confronto, e ao mesmo tempo antecipar possíveis investidas militares do adversário, sobressaindo como informação e tema de carácter “decisivo”, os dados sobre os poderes marítimo e naval, e todas as atividades relacionadas com estas vertentes⁸, do qual dependia em grande medida a sobrevivência do seu império português. Na correspondência trocada entre a Coroa portuguesa e os titulares de cargos no império, na captação de informações nos interrogatórios forçados na Inquisição, nos dados recolhidos na redes de mercadores e nos agentes recrutados junto do império otomano, na atividade diplomática, ressalta o objetivo de “reduzir ao mínimo a surpresa e a impreparação”⁹ da máquina burocrática e militar do império português, com destaque para as estruturas de defesa costeira e as forças novais estacionadas na retalhada estrutura imperial territorial-marítima, que se disseminava do Norte de África ao oceano Pacífico,

Quando nos referimos a «otomano» e «turco», do que é que estamos falamos? Os otomanos não eram turcos, sendo esta uma designação pouco consistente e variável. Os otomanos ou osmanli significa os que seguem “Osman”, o fundador da dinastia; foram a classe dirigente do império otomano, que incluía indivíduos de diferentes regiões e origens, falantes de turco¹⁰. Por seu turno, não havia

⁷ Ver MACEDO, Jorge Borges de - História Diplomática Portuguesa. Constantes linhas de força. Estudo de geopolítica, [s. loc.], Edição da Revista Nação e Defesa, [s.d.]. p. 94-95.

⁸ Importa diferenciar o fator “poder marítimo” (potencial no uso do mar: portos, comércio, navios de pesca e de comércio, dinâmica económica, população vocacionada para a vida marítima), da vertente “poder naval” (capacidades militares no mar, projeção de forças, defesa de portos, esquadras prontas e adestradas, navios disponíveis para combate, meios de bloquear portos e costas, e impedir o adversário de “usar” o mar e comunicar através das suas águas).

⁹ CARDOSO, Pedro-As Informações em Portugal, Lisboa, Gradiva/Instituto de Defesa Nacional, 2004. p. 146 e 210. O autor chama a atenção, para o facto, de entre as atividades que propiciam a recolha de informações, a vertente diplomática é um campo profícuo de análise sobre as situações que se desenvolvem entre poderes (p.210).

¹⁰ Para esta temática ver KUMAR, Krishan – Visões Imperiais. Cinco Impérios que mudaram o

consciência de identidade turca, entre os camponeses do interior da península da Anatólia, que eram designados por “turcos”, de forma pejorativa, e que tinham as suas solidariedades indexadas à comunidade e à região. Nem todos os turcos eram muçulmanos, e se considerados como um grupo étnico, eram mais um entre outros¹¹. Por uma questão operativa, ao longo do texto serão utilizadas as designações de império “otomano” e “turco” e de “turco otomano”, com o mesmo significado, não sendo possível ocultar o facto de as fontes europeias e portuguesas denominaram frequentemente o império otomano, de forma simplista, de “turco”.

A expansão do império turco otomano e a viragem estrutural no segundo quartel Século XVI

Nos reinados de D. Manuel I e D. João III, nas décadas de vinte e trinta do século XVI surgem sinais claros de que está em marcha uma transformação progressiva da sociedade e da economia¹². É neste período, precisamente, que as relações de força na sociedade portuguesa tendem a alterar-se, acompanhando a contração da economia mundial, nas conjunturas de 1528-1530 e de 1534 em diante¹³. Uma das novidades desta nova fase é a mudança do eixo económico. A Rota do Levante reanima-se, face ao dinamismo dos mercadores venezianos e turcos que frequentam os portos do Mediterrâneo Oriental, e afluem à cidade de Alexandria, no delta do Nilo¹⁴. A prisão em Antuérpia de Diogo Mendes, no ano de 1532, inculcado de práticas judaicas e de auxiliar cristãos-novos no êxodo

Mundo, Lisboa, Lisboa, Edições 70, 2017. ISBN 978-972-44-2017-2. p. 135-140.

¹¹ Entre o fim do século XIX e o início do século XX, o nacionalismo turco emergiu, colocando em causa as bases do próprio império.

¹² Segundo Fernand Braudel, em 1489, Alexandria representava possivelmente para Veneza três milhões de ducados. Ainda segundo o mesmo autor, no mesmo ano da partida da frota de Vasco da Gama para a Índia, em 1497, a Senhoria envia para a Síria e o Egipto, juntamente com as suas mercadorias, mais de trezentos e sessenta mil ducados em dinheiro contado. Nesse âmbito, o marco de prata (porque é de metal branco que se trata agora) aumentou mais de cinco grossi por marco. Veneza investe o seu “metal branco” para reconduzir para canalizar para o seu porto - segundo o esquema habitual - a pimenta, as especiarias, as drogas, os algodões, os linhos, as sedas. A garantia dos negócios na Síria e no Egipto, era dada pelos Mamelucos que controlavam esses territórios, mas os Turcos derrotam os sultões do Cairo de 1516 a 1517, e integram aqueles territórios no seu império. Vide BRAUDEL Fernand - O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo, 2ª ed., Vol. I, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995. ISBN, p. 435.

Sobre os aspetos económicos desta viragem, veja-se GODINHO, Vitorino Magalhães - A Viragem mundial de 1517-1524 e o império português, Ensaios II, 1ª ed. Lisboa, Sá da Costa, 1968, pp. 188-189; do mesmo autor “Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII”, *ibidem*, pp. 245-280. Veja-se também OLIVEIRA, Aurélio de, “O Tempo Económico no Tempo de Gil Vicente”, *Revista de Guimarães*, n.º 112, Jan.-Dez. 2002, pp. 229-304.

¹³ A. A. Marques de Almeida, “O Zangão e o Mel...”, p. 33.

¹⁴ *Idem*, *ibidem*, pp. 25-35.

para o Império Turco, é um sintoma das mutações que se estão a dar nesses anos, precipitando e agravando mesmo a conjuntura financeira que a Europa vivia. O encarceramento do banqueiro, um dos mais influentes da Europa seu tempo - credor de Carlos V, Henrique VIII ou D. João III – foi, não há dúvida, um rude golpe para os capitais internacionais que circulavam na cidade do Escalda, pois deviam-se aos Mendes e aos italianos Affaitadi o monopólio da venda de especiarias naquela praça financeira do Mar do Norte¹⁵. É esta uma das razões que leva de imediato D. João III a interceder pela libertação de Diogo Mendes junto do seu cunhado, o imperador Carlos V.

O mundo está a mudar, no segundo quartel do século XVI¹⁶. Às fases depressivas seguem-se em alternância curvas ascendentes, que no seu conjunto compõem os ciclos da vida económica, mas o que interessa aqui realçar, é que o espaço temporal abrangido pela governação de D. João III (1521-1557) coincide com esta fase, na qual uma depressão faz a sua erupção, vão suceder-se implicações nefastas para o aparelho da Coroa e para a economia, incluindo o espaço imperial, tornando difícil a recuperação. Atente-se na circulação dos metais preciosos. Em 1525-1526 a escassez da prata alemã e o esgotamento do ouro da Costa da Mina, metais utilizados na compra de especiarias e de outros produtos de que Portugal era deficitário, condiciona a circulação de mercadorias. Acresce a concorrência simultânea de dois novos espaços políticos. Na Europa Ocidental, Carlos V reúne, numa única entidade política, os principados, cidades e bispados alemães, a Flandres, o Franco-Condado, as Duas Sicílias, o Ducado de Milão, a Espanha unificada e todo o seu império das Índias do Novo Mundo¹⁷; no Mediterrâneo Oriental, o Império Otomano conquista a Síria e o Egipto, e abre uma porta para o Índico através do Mar Vermelho, enquanto intervém no Norte de África. Eis dois novos atores no palco das relações internacionais.

¹⁵ Os Mendes controlam a partir de 1525 o pingue comércio das especiarias. D. João III estava refém, no que aos aspetos financeiros e comerciais dizia respeito, destas duas Casas de mercadores -banqueiros (Mendes/Affatadi), dependendo dos seus capitais e dos produtos que forneciam para o comércio com o Oriente. Vide J. A. Goris, *Op. cit.* pp. 562-564. A. A. Marques de Almeida estudou o papel destas famílias no comércio das especiarias, Veja-se ALMEIDA, A. Marques de Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria, ed. cit., pp. 45-47.

¹⁶ “O Mundo está a mudar, por alturas de 1521”. A Frase é de Vitorino Magalhães Godinho, “A Viragem mundial de 1517-1524 e o império português”, p. 141. Neste ano, o primeiro do seu governo, D. João III depara-se não só com a emergência de uma nova realidade europeia, que já vinha tomando forma nos últimos anos do reinado do seu pai, como também mudanças que ameaçavam abalar as estruturas socioeconómicas vigentes. As dificuldades espreitavam, na verdade. Fontes da época registaram que foi “o ano de 1521 rico e próspero de festas [...], mas tão pobre e estéril dos frutos da terra, não só em Portugal mas por toda a Espanha e até em África, que deu manifesto e triste agouro da infelicidade em que havia de acabar [o reinado de D. João III].” – ANDRADA, Francisco de introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1976, p. 7.

¹⁷ A Espanha imperial de Carlos V desequilibra nitidamente a seu favor todo o quadro geoestratégico peninsular e até europeu.

Dois novos concorrentes de peso para o império português, nas esferas política e económica, que colocam novos desafios às ambições imperiais de Portugal e das suas elites sociais e económicas.

A última depressão a atingir o reinado do Piedoso, denominada de “viragem estrutural”, verifica-se entre 1545-47 e 1551-53. Nada voltará a ser como dantes. São seis anos de mudanças contundentes¹⁸. Desenha-se o fim do domínio português sobre a maior parte das cidades do litoral marroquino, como resultado do aparecimento dos Xarifes do Suz; os ingleses começam a interferir regularmente nos mercados da África Ocidental; mercadores turcos e venezianos instalam-se em Bassorá, Ormuz e no Malabar, ameaçando perigosamente o monopólio comercial português no Índico; a Coroa portuguesa encerra a feitoria de Antuérpia, sinal das dificuldades financeiras e da diminuição do fluxo de tráfico marítimo dos produtos ultramarinos. Os novos tempos obrigavam à introdução de reformas profundas, a repensar seriamente a organização administrativa da máquina burocrática da Coroa e a controlar os custos com a manutenção das possessões imperiais que não paravam de aumentar no Atlântico, no Índico, no Pacífico. A balança comercial, sempre muito deficitária, deparava-se com o engrandecimento oneroso da burocracia e das estruturas administrativas. Para suprimir o deficiente cofre das suas finanças, a Coroa vai contrair empréstimos. Alguns desses credores são cristãos-novos¹⁹.

Todas estas mudanças de cariz económico e social são acompanhadas pelo clima de confronto religioso que se vive um pouco por toda a Europa, que se cinde em partidos religiosos, movimentos, facções, com diferentes programas e diferentes visões sobre a melhor forma de reformar a Igreja. Atingidos pelo debate religioso interno, alguns Estados mergulham em longas guerras fratricidas que ameaçam a sua própria integridade. A França encontra-se na primeira linha destes conflitos religiosos e das dissensões internas, mas, ali ao lado, o Império de Carlos V, que conhecera em primeira-mão as ideias de Lutero, ameaça ruir como um baralho de cartas, dividido entre bispados, cidades, principados, cada um destes “micro” poderes a defender posições diferentes sobre a Reforma religiosa.

É neste clima de confronto religioso, por um lado, e de mudança estrutural da economia mundial, por outro, que se terá de analisar as relações entre os impérios português e otomano.

Nos séculos que antecederam as conquistas e a formação de um império,

¹⁸ Há vários fatores que caracterizam esta fase depressiva da economia portuguesa, cujos efeitos levam à falência das finanças régias, com impacto decisivo, por sua vez, no sector financeiro e económico interno e de todo o Império. Entre o fecho da feitoria de Antuérpia (1549) e a Casa da Índia (1560), dá-se toda uma série de acontecimentos sociais, que caminham a par com graves dificuldades do aparelho produtivo e das finanças públicas. Veja-se Aurélio de Oliveira, “O Tempo Económico de Gil Vicente”, pp. 235-238; Vide também A. A. Marques de Almeida, “Finanças Públicas”, História de Portugal, Dir. de João Medina, loc. cit.

¹⁹ Torre do Tombo, Corpo Cronológico, parte II, maço 145, n.º 143.

entre a Ásia e a Europa, os otomanos assumiram um papel de intermediários entre o Oriente e o Extremo Oriente, nomeadamente no controlo das rotas caravaneiras da Ásia central. Com a conquista de Constantinopla em 1453, os turcos otomanos estabeleceram acordos comerciais com genoveses, florentinos, venezianos, reservando para si o comércio marítimo próximo da Anatólia. Esse espaço despertava grande interesse económico e comercial a uma indústria europeia nascente. O império turco otomano usufruiu num primeiro momento dos conhecimentos técnicos e comerciais das colónias de estrangeiros que permaneceram no seu território, mas quando alargaram o império procuraram integrar no seu próprio sistema económico os novos espaços, regulamentando a seu favor a atividade económica e comercial²⁰.

Quando é conquistada Constantinopla, o poder turco otomano teve como prioridade o controlo dos estreitos do Mar Negro para se lançar no domínio do Mediterrâneo oriental, por terra e mar²¹. A construção naval foi incrementada e recrutados corsários (Kemal Reis, Burak Reis e Piri Reis) para levar a efeito uma guerra naval que permitisse o domínio da navegação e do comércio marítimo, através da tomada de ilhas e bases navais, como Negroponte e Gallipoli, de onde projetavam o seu poder naval, para reduzir o movimento e a manobra das armadas inimigas, nomeadamente a veneziana.

Os mamelucos mantiveram um domínio sobre o território egípcio e sírio, apesar do avanço turco-otomano. Herdeiros da dignidade califal sunita, os mamelucos controlaram até 1517 alguns dos principais portos do Levante: Beirute, Cairo e Alexandria, o Mar Vermelho. Na sua maioria de origem turca, impõem-se pela força das armas e por uma rede de alianças²², que lhes permite a sustentação de um poder militar e político sobre algumas das áreas geográficas mais importantes na confluência entre a Europa, a África e a Europa. O Egipto, em particular, tinha um papel bastante importante nas trocas comerciais, entre os três continentes, e no desenvolvimento de produtos manufaturados, como o algodão, açúcar e os cereais eram procurados e variados mercados. De facto, os grandes mercados distribuidores nos séculos XIV e XV, para o Mediterrâneo, Europa Central e do Norte²³, são os eixos Cairo-Alexandria e Damasco-Beirute, onde um conjunto de especiarias e drogas se encontra disponível, incluindo o raro e dispendioso almíscar, produtos que viajem de leste para oeste.

O Mediterrâneo permaneceu um importante espaço comercial e estratégico

²⁰ Ver LIMÃO, Paula, Portugal e o Império Turco na Área do Mediterrâneo (Século XV), Vol. I, Lisboa, Dissertação de Mestrado e História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa orientada pelo Professor Doutor António Dias Farinha Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994, pp. 62-64.

²¹ LIMÃO, Paula, Op. cit., p. 67- 68.

²² Idem, ibidem. p 73.

²³ “Cristandade” segundo GODINHO - Vitorino Magalhães, Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar, Lisboa, Difel, 1990, p. 325.

para Portugal²⁴. Os judeus sefarditas que se impuseram como um elemento de dinamização económica e social na capital otomana, Istambul, servindo de intermediários entre poderes políticos e militares, com destaque entre venezianos e otomanos²⁵, tiveram um papel igualmente importante na canalização de informações para a Coroa portuguesa sobre a ameaça turca aos interesses portugueses, sobretudo no Índico e no Golfo Pérsico,

Grande via de comunicação entre o Oriente e o Levante mediterrâneo, o golfo Pérsico tem litorais pobres, mas dispõe de cavalos para exportar, tem ainda no fundo do mar de jazidas de pérolas e de uma ativa e frenética ligação marítima entre a costa de Mascate e Ormuz com ligação deste porto a Bassorá. A partir deste ponto abra-se uma rota que vai da Pérsia, Turquia, Damasco, Alepo seguindo para Veneza e Génova. De Bassorá vem para Ormuz vem muito metal amoadado²⁶.

A rota do Cabo e o bloqueio do Mar Vermelho à navegação no Índico, tinham contribuído para o colapso do império mameluco²⁷ que, privado das suas receitas e onerado com pesadas despesas para envio de forças navais e terrestres até ao golfo de Cambaia, não tem força suficiente para impedir a sua absorção pelo antigo aliado, o império turco otomano, em 1517.

Os turcos otomanos ocuparam a maior parte do Iraque em 1534-1535. O comércio através do Mar Vermelho que nunca foi na sua totalidade erradicado, voltou a reanimar-se em 1540, ainda que as os circuitos do Golfo Pérsico e do cabo da Boa Esperança permanecessem bastante ativos. A produção de especiarias na Ásia e a sua procura na Europa duplicaram na segunda metade do século XVI e os preços acompanharam esse incremento, chegando a triplicar o seu preço²⁸. Nesse sentido, o império turco otomano procurou ter acesso a esses circuitos; conquistaram Adem em 1538 e Bassorá em 1546, limitando de certa forma a atuação dos portugueses na entrada das águas do Mar Vermelho e concorrendo no Golfo Pérsico, enfrentando a Pérsia xiita, com quem estava em guerra permanente²⁹.

Com os otomanos a controlarem todas as escalas levantinas, desde 1517, e as vias do Próximo Oriente, através da anexação do Iraque(1535) e de Bassorá (1546), o o que estava em causa era impedir que chegassem à Europa, pelas escalas do Levante, a pimenta e outras especiarias e drogas, que viessem a limitar o escoamento desse stock de produtos a partir de Lisboa. Nessa perspetiva, os sucessos e os fracassos do império português, estavam dependentes, de alguma

²⁴ Ver Paula Limão, Op. Cit., p. 141 e ss.

²⁵ Ver LIMÃO, Paula, Op. Cit. p. 222.

²⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães - Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar, p. 402.

²⁷ GODINHO Vitorino Magalhães - Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar, p. 423.

²⁸ Vide BOXER C. R., O Império Marítimo Português 1415 -1825, Lisboa, Edições 70, imp. 1992, pp. 70-71

²⁹ C.R. Boxer, Op. cit., p. 65.

forma, do que se passava no quadro político e económico de outros impérios e poderes: inicialmente do espaço controlado pelos mamelucos, em seguida no império otomano e safávida³⁰.

O que não deixa de ser curioso, é que se em meados da década de 1530 e no início de 1540 os otomanos estavam a planear uma posição de força no Guzarate, tal ambição perde força com o seu “aventureirismo militar” no golfo Pérsico, esforçando-se por consolidar a conquista de Bassorá, com a preocupação de reverter os custos dessa ocupação, promovendo nos anos de 1540 o comércio com Ormuz e mesmo com Goa, ao mesmo tempo que encetavam contactos diplomáticos e trocavam embaixadas com o Estado Português da Índia³¹. O império turco otomano não abandonou os seus aliados indianos e sudeste-asiáticos (Achém)³², mas a sua estratégia a curto prazo alterou-se. Ações concentraram-se fundamentalmente nas duas margens do golfo Pérsico (Bahrein e Musqat) e as intervenções na Índia Ocidental e no Achém, motivadas por pressões internas e eternas de alguns grupos, são mínimas³³, em termos de forças navais e terrestres, o que não deixava de ser alvo da atenção dos informadores ao serviço do império português. A conquista de Bassorá em 1546 delimita o expansionismo turco-otomano, impedindo-o de ser mais contundente em espaços de grande interesse para os portugueses.

A busca de informações sobre o poder naval turco

Portugal exportou poder organizado para o Índico no início do século XVI³⁴, de que o exemplo mais ilustrativo é a armada comandada por D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei do Estado Português da Índia, que largou de Lisboa em 1505. Tratou-se de um conjunto de estruturas políticas, institucionais, religiosas e militares, que passaram a constituir Estado Português da Índia, com um centro de poder (Goa), que exercia autoridade política e administrativa sobre um (vasto) espaço descontínuo, estando a seu cargo a defesa e mobilização de forças militares, nomeadamente, armadas fortemente artilhadas e o transporte de

³⁰ Sanjay Subrahmanyam, - Impérios em Concorrência, Histórias Conectadas nos séculos XVI e XVII, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, ISBN 978-972-671-300- , p.36.

³¹ Esta expressão designava no século XVI, não um espaço bem definido, mas todo um conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrativos, geridos ou tutelados pela Coroa no oceano Índico e mares adjacentes e territórios marítimos, num espaço que ia do cabo da Boa Esperança ao Japão. Vide THOMAZ, Luís Filipe F. R. - Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no Século XVI, De Ceuta a Timor, 2ª ed. Lisboa, Difel, 1998. ISBN 972-29-0308-X. p. 206.

³² SUBRAHMANYAM, Sanjay - Impérios em Concorrência, Histórias Conectadas nos séculos XVI p.125.

³³ Idem, *ibidem*, p.168.

³⁴ Ver MACEDO Jorge Borges de, “Portuguese Model of State Exportation”, In *The Heritage of the Pre-Industrial European State*, pp.25-31.

homens para combater no mar e em terra.

O desenvolvimento das atividades de espionagem e da procura de informações sobre o “turco” é um dos fatores mais evidentes do poder organizado que os portugueses tinham exportado da Europa. As informações, sobretudo acerca do poder naval turco otomano e das suas atividades marítimas, eram um instrumento decisivo no confronto estratégico e na disputa comercial entre os dois impérios, o português e o da Sublime Porta³⁵. Esta disputa vai levar ao estabelecimento de uma rede de informadores, que recolhe e canaliza informações para os centros de decisão portugueses, na corte em Lisboa, mas igualmente para o governo do Estado Português da Índia, em Goa. Essa informação é veiculada em inúmeras missivas, nos contactos entre governadores e entre estes e o Rei. As informações relativas às questões navais e marítimas assumem, como referido, particular relevância, na medida em que o poder português no Oriente assenta fundamentalmente no mar.

Tanto no Mediterrâneo como no Mar Vermelho e Índico, ou no Golfo Pérsico colidiam com os interesses dos Otomanos com os de Habsburgos e Portugueses. A questão de Bassorá estava em suspenso, ocupando os interesses da diplomacia portuguesa; muita especiaria afluía ao Levante; o poder naval turco crescia no “mar interior”; as hostes de janízaros avançavam e subiam os Balcãs e deslocavam-se em direção ao Ocidente. Todas estas preocupações levaram à formação de uma rede de informações para Portugal, sobre o império turco e as suas forças navais em meados do século XVI³⁶. Relativamente ao mapeamento desse confronto militar e estratégico, a que não foram as alheias as relações diplomáticas e as negociações³⁷, destaca-se a seguinte a seguinte cronologia: 1526-1546, em que o foco está situado no Mar Vermelho e os combates e ações que têm lugar no seu interior e a parte daí. Desde a conquista do Egipto os otomanos tinham mostrado a sua vontade de intervirem no oceano Índico, mas os preparativos para esta intervenção prolongaram-se, o que não deixa de causar interrogação³⁸, em face de terem herdado uma esquadra pronta a navegar, forças militares e uma base naval situada no Suez. Essa demora na projeção para o Índico ficou a dever-se, certamente, aos combates e ações militares que se travaram até essa altura, no

³⁵ COUTO, Dejanirah, “L’espionnage portugais dans l’empire ottoman au XVe siècle, In *La Decouvert, le Portugal, l’Europe, Actes do Colloque*, Paris, Fundion Calouste Gulbenkian, Centre Culturel de Paris, de 267.

³⁶ Veja-se CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Op. cit., p. 103 e passim.

³⁷ A aproximação foi efetuada por várias vias e meios, inclusive entre os dois detentores do poder, o Rei português e o Sultão otomano. Ver ÖZBARAN, Salih – *Na Imperial Letter from Süleyman the magnificent to Dom João III Concerning Proposal for na Ottoman-portuguese armistice, [...]m The Ottoman Response to European Expansion*, Istanbul, The Isis Press, 1994. ISBN 975-428-066-5. p. 11-118.

³⁸ Para alguns autores, como GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª Ed., Vol., III, Lisboa, Editorial Presença, 1994. ISBN. p. 118-119.

Norte de África, no Mediterrâneo central e oriental e em território europeu, na tentativa de expandir-se para Ocidente os exércitos do Sultão.

Em 1538 os otomanos aumentam a sua pressão no Índico e levam a cabo, sem sucesso, uma robusta ação de cerco à cidade de Diu, onde se encontram os portugueses. A armada turca acabou por levantar o cerco sem lograr vencer os portugueses, ao que tudo indica, por dificuldades logísticas, preparação deficiente das forças navais e militares que integravam a expedição, e o surgimento de desentendimentos no comando da operação de cerco, entre o capitão turco Suleimão Paxá e o capitão das forças guzarates, Khawaga Safar³⁹.

Por fim, a data de 1546, os combates estendem-se ao Golfo Pérsico, após uma campanha vitoriosa contra os persas xiitas da mesopotâmia, conquistam Bassorá, logrando uma saída para o Golfo Pérsico e o acesso ao Índico, por essa via⁴⁰. Contudo, os otomanos tiveram dificuldade em operar os seus navios nesse mar, pois não dispunham de bases e instalações navais apropriadas, e o seu equipamento naval para as primeiras campanhas teve de ser transportado a partir das suas bases navais, do Suez e judah, situada nos Mar Vermelho⁴¹

No ano de 1539, D. João de Castro questionava-se, em carta ao rei D. João III, “como cuyda alguém que se pode fechar ho Oçeano Indico aos turquos?” Não seria necessário o mesmo para o Golfo Pérsico? O futuro governador do Estado Português da Índia era da opinião que se devia reccar mais o perigo turco em Bassorá, na boca do Eufrates e em Ormuz, que o seu ataque a partir de Suez e do Mar Vermelho⁴².

D. João de Castro desaconselhava a utilização de galés nos mares do Oriente, porque “velhas e mal repairadas”, a sua manutenção era onerosa para os cofres da Coroa, sendo preferível o armamento de galeões e caravelas⁴³. De facto, na tipologia de navios que engrossavam as esquadras portuguesas, o galeão português surge como uma resposta ao crescente poder turco otomano nos mares, na utilização de galeões e galés otomanas, principalmente estas⁴⁴. E as notícias

³⁹ Veja-se JESUS, Roger Lee de – A Governação do “Estado da Índia” por D. João de Castro (1545-1548) na Estratégia Imperial de D. João III, Coimbra, Tese no âmbito do Doutoramento em História, especialidade História Moderna, Universidade de Coimbra, 2021. p.47.

⁴⁰ Ver COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Victor Luís Gaspar – Portugal y Oriente. El Proyecto Indiano del Rey Juan, Madrid, Editorial Mapfre, 1992. ISBN. p. 205-209.

⁴¹ ÖZBARAN, Salih – The Ottoman Turks and the Portuguese in the Persian Gulf, 1534-1581, [...]. The Ottoman Response to European Expansion, p. 130,

⁴² Carta de D. João de Castro a D. João III (1539?), In Obras Completas de D. João de Castro, Lisboa, Academia Internacional da Cultura, 1982, p. 21.

⁴³ Ibidem, pp.21-22.

⁴⁴ Tal como referem os estudos recentes. Vide PISSARRA, José Virgílio– Portugal e o Desenvolvimento das Marinhas Oceânicas. O Galeão Português, Doutoramento em História, Especialidade História dos Descobrimentos e da Expansão Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016. p.264.

davam conta da expansão marítima e territorial turca. Em 1540, segundo D. João de Castro dominavam os portos e lugares do mar arábico e controlavam o estreito de Adem. Perante o crescente poder turco, seria necessário reforçar as armadas e fortificar as posições portuguesas. No entanto, as notícias não eram as melhores, segundo o roteirista, “A costa da Índia esta cheia de fortalezas e castelos homde se consomem as remdas da Índia e quamta fazenda vem de Portugall, sem que della se terá outros frujtos saluo apreçõis e trabalhos [...]” Para D. João de Castro, não se poderia, também, iludir o facto de haver poucos homens para combater, e dispersos, podendo o turco alcançar com facilidade a barra de Goa⁴⁵.

Quando os otomanos conquistaram o Egipto e se expandiram para o mar Vermelho em direção ao Índico, passaram a enfrentar o mesmo desafio que anteriormente os mamelucos já tinham defrontado: um poder marítimo dotado de um claro objetivo económico, que se apoiava numa organização comercial⁴⁶.

Enquanto se aliavam com os guzarates no cerco às forças os portugueses em Diu, em 1546, os otomanos mobilizavam forças militares na descida do Eufrates para ocupar posições em Záquia e Bassorá, no Golfo Pérsico, o que era uma ameaça clara à posição portuguesa em Ormuz.

Luís Falcão, informava a partir de Ormuz D. João de Castro, a 14 de dezembro de 1546, que os rumes “trazem por mar cemto e syquoenta navyos pequenos de seys remos por bamda, como o já tanho espyto a Vosa S., e algumas bascasas em que trazem artelharya; sua detrymynação não he boa e se desta vez não tomão Baçora tenha Vosa S. por certo que nom hamde llevar mão deste neguocoe ate ho não acabem, e por yso he necesareo acudir lhe Vosa S. com tempo[...]. Nesse sentido era necessário reforçar o dispositivo naval na região, pelo que se enviava uma proposta. “Meu parecer he que Vosa S. deue de mandar com muyta presteza navyos e gemte, porque se hos rumes tomarem Baçora rrezão he que esteja esta ffortalleza muy percebida e vyerem há tempo que nom seja tomada[...]”⁴⁷

A 26 de abril de 1547, D. Manuel de Lima informava D. Álvaro de Castro, que alguns navios turcos tinham saído de Suez e que tudo indicava que nesse ano a “armada do turco” se iria dirigir a Ormuz, que se assim fosse, a posição portuguesa no Golfo Pérsico ficaria vulnerável, pois em Ormuz “estaa muj pouca gente e não estão hi mais que os casados, e os turcos que estam em Baçora são dous mil e dizem que o passatempo que eles teem de tirar com espingardas[...]”⁴⁸

⁴⁵ Carta de D. João de Castro ao Infante D. Luis, 30 de outubro de 1540, in Obras Completas de D. João de Castro, Vol. IV, p. 28.

⁴⁶ ÖZBARAN, Salih, “Expansion in the Southern Seas”, in The Ottoman Response to European Expansion, p.81.

⁴⁷ Carta de Luiz Falcão para o governador D. João de Castro”, 14 de dezembro de 1546, in Luís de Albuquerque, p. 381.

⁴⁸ Carta de D. Manuel de Lima a D. Álvaro de Castro”, 26 de abril de 1547, in Luís de Albuquerque, p. 381.

No entabular de relações diplomáticas entre o capitão de Bassorá e o governador de Ormuz, D. Manuel de Lima⁴⁹, colocava-se a possibilidade de serem construídos muitos navios em madeira transportada do Eufrates; ficava-se ainda a saber que no Suez se encontravam 44 galés armadas, prontas a zarpar para qualquer eventualidade.

O bispo do Porto⁵⁰, à semelhança de outros prelados, tentava manter a corte portuguesa ao corrente da notícia do “turco2 e das suas armadas. Em uma das suas missivas, escreve:

[...] quomdo me party de Veneza encomemdey muyto a Fernão Rodriguez de Castelo Bramco que me sprevese todas as novas que das cousas da india e do turquo podese saber das naos que hy vyesem d’Alexamdrya e elle me spreveo duas cartas ssobre ysso que com estaa vão polas quaes Vossa Alteza vera o que diso se pode em Veneza saber.

A cúria romana e o Mediterrâneo eram dois locais privilegiados para a recolha de informações sobre a frota otomana. O testemunho de Tomé Pegado de Paz, um cristão-novo, à Inquisição portuguesa, revela-nos em grande medida a importância que as informações sobre a vertente naval e marítima turca tinham neste tipo de interrogatório e de como funcionavam essas redes de espionagem. O cristão-novo carreará a informação que, do seu ponto de vista, importava à sua defesa pessoal e, claro está, aquela que os próprios inquisidores estariam mais interessados em ouvir, relacionada com o Império turco, as suas armadas e estratégias. Questionado sobre a eventualidade de o turco enviar uma armada à Índia, respondeu que a única informação que tinha era a de que os turcos se preparavam para cortar “çerto pas[s]o no ryo Nyлло pera poderem pas[s]ar muitas gallees.”⁵¹

Refere ainda Tomé Pegado, que o embaixador do Achem se deslocara à corte turca, em 1562 ou 1564, em busca de auxílio naval, contra os portugueses, para a conquista de Malaca, tendo Matias Bicudo⁵², um judeu de Alepo, recrutado por Lourenço Pires de Távora, quando embaixador em Roma no ano de 1559, vindo do Cairo para Instambul, no intuito de saber notícias sobre as galés que o

⁴⁹ Veja-se ALBUQUERQUE, Luis de, “O Domínio Português no Índico e a resposta turca” In [...], Estudos de História, Vol. V, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977, pp. 232-233.

⁵⁰ Carta do bispo do Porto a D. João III a respeito das coisas do Concílio Tridentino. Roma, 1547, Novembro, 7, in As Gavetas da Torre do Tombo I (GAV I-II), 435 II, 5-37, Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos, 1960, p. 687.

⁵¹ ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 10906, fl. 11 v.º.

⁵² Sobrinho de Isaac Bicudo, que passava informações sobre o turco via Veneza e Roma à Corte portuguesa e ao vice-rei da Índia. Veja-se CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo - Os Diplomatas Portugueses em Roma no Século XVI e as informações acerca do Turco e da Índia, Separata de Portugaliae Historica, 2ª Série, Vol. I, 1991, pp. 105 e ss.; e TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “Judeus, Cristãos Novos e os Descobrimentos Portugueses, Sefarad , XLVIII 2 (1988), pp. 296-297.

Sultão pretendia lançar no Índico. Joseph Nasci, outro cristão-novo com notável influência junto do poder otomano, apercebendo-se que Bicudo estava ao serviço dos portugueses, envia Tomé Pegado de Paz no seu encalço, numa primeira missão, antes de o enviar à corte gaulesa. Segundo agora o testemunho de próprio Tomé Pegado, ele próprio alertou Matias Bicudo, em Alepo, quando este tentava alcançar Ormuz, aconselhando-o a desviar caminho para não ser detido⁵³.

Toda esta teia de informações estava relacionada com a aliança entre o sultanato de Achém e o império otomano, que se inicia a partir da década de trinta do século XVI, e que tem na sua base as ligações entre o sueste asiático e a Rota do Levante. Desde a segunda metade do século XVI a Ásia do sudoeste assiste a um reequilíbrio geoestratégico e económico de grande amplitude, sobretudo motivado pela dinâmica expansionista do Sultanato de Aceh, o grande rival da cidade de Malaca, controlada pelo portugueses⁵⁴. Nos anos de 1537-1538, aquele sultanato recebe de Solimão o Magnífico (1520-1566), um contingente de 300 homens de guerra e em 1562, mais de 500 turcos adestrados em artilharia, que vão contribuir para a conquista de Aru em 1564⁵⁵.

Uma pedra angular desta estrutura de informações eram os judeus - que estavam bem posicionados no terreno, em lugares estratégicos, para obtenção de informação⁵⁶ - muitos deles anteriormente cristãos-novos, mas que perseguidos pelas Inquisições espanhola e portuguesa, tinham regressado ao judaísmo e ao Mediterrâneo, atraídos pelas novas oportunidades que se abriam no Levante.

Considerações Finais

Na primeira metade do século XVI, a expansão dos portugueses pelo Índico Ocidental encontrou a resistência, não só dos muçulmanos que dominavam o comércio local, mas também de algumas cidades-estado, que se aliaram ao império turco otomano

O termo “Índia” confundia-se com todo o Oriente, isto é, com todas as terras que estivessem para leste do cabo da Boa Esperança. “Índia” era, assim, um termo

⁵³ Torre do Tombo, Inquisição Processo 10. 905, fl. 8.

⁵⁴ COUTO, Dejanirah. D’Aden à Aceh : routes maritimes, réseaux marchands Rumi-Gujarati Et interférences portugaises (XVIe siècle). *Revue Historique de l’océan Indien, Association historique internationale de l’océan Indien*, 2018, Routes, Flux et Réseaux en Indianocéanie Du VIIIe siècle à nos jours, pp.49-62. fhal-03249773, p. 57.

⁵⁵ BARRETO, Luís Filipe – Lavrar o Mar. Os Portugueses e a Ásia c. 1480- c.1630, Lisboa Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, ISBN 972-787-024-4. p. 36.

⁵⁶ Os judeus encontravam-se, no século XVI, entre os que estavam na posse de informação por via do comércio. Vide COUTO, Dejanirah - L’espionnage portugais dans l’empire ottoman au XVe siècle. p.249; e BURKE Peter - A social History of Knowledge, Cambridge, Polity Press. 2000, p. 155-156.

usado com alguma ambiguidade. Na segunda metade do século XVI, o cronista João Barros identifica a “regiam a que os geographos própriamête chamã Jndia, é a térra que jáz entre os dous jllustres & celebrados rios Jndo & Gange, do qual Indo ella tomou o nome [...]”⁵⁷

A Índia estava profundamente dividida entre hindus e muçulmanos⁵⁸. O território repartia-se numa miríade de reinos, principados e “pequenos” poderes, muitos deles rivais e inimigos, combatendo-se mutuamente. Os mongóis ainda não tinham atravessado as montanhas do Hindo-Kush. O Norte fora invadido e conquistado por muçulmanos, sendo os sultanatos de Guzarate, Delhi e Bengala um produto desse domínio. O planalto do Decão fragmenta-se politicamente entre cinco sultanatos que se guerreavam entre si e enfrentavam um poderoso vizinho hindu – o império de Vijayanagar, que os portugueses denominaram por reino de “Bisnaga”. A região costeira do Malabar, a sul de Goa, encontrava-se nas mãos de príncipes independentes, os Rajás hindus. Zinadim, um cronista muçulmano da segunda metade do século XVI, refere a esse respeito que “Os príncipes do Malabar estão divididos em duas parcialidades, a dos aliados do samorim, e a dos príncipes de Cochim[...]”⁵⁹

Tirando partido das rivalidades e dos jogos do poder que se teciam na Índia, entre finais do século XV e princípios do século XVI, aliando o poder de fogo dos seus navios, a superioridade técnica em vários domínios (construção naval, fundição, armamento, fortalezas defensivas) e a surpresa que causaram aos potentados locais, os portugueses adquiriram rapidamente supremacia marítima no Índico. No curto espaço de quinze anos, numa região tão distante, ergueram um sólido Império, controlando pontos-chave do comércio asiático

“O motivo da sua vinda ao malabar, segundo se diz, foi entrar em relações com o país da pimenta, a fim de que monopolizassem o seu comércio, porque antes só a podia haver comprando-a a intermediários, que por sua vez a compravam aos que a importavam do Malabar, e estes também indiretamente.”⁶⁰

Eis uma dedução de um cronista muçulmano da época.

Na primeira metade do século XVI, os portugueses vão-se adaptando à realidade dos mares orientais. No Índico Ocidental experimentam mais o conflito militar e naval do que as parecerias mercantis. Esta é uma zona de comércio feito

⁵⁷ Ásia de João de Barros, Primeira Década, fac-símile da edição de 1932, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 144.

⁵⁸ Veja-se descrição política e religiosa da Índia, em meados do século XVI, feita por BOXER, C.R., O Império Marítimo Português (1415-1825). p. 57.

⁵⁹ História dos Portugueses no Malabar por Zinadim, manuscrito árabe do século XVI traduzido por David Lopes, 2ª Ed., Lisboa, Edições Antígona, 1998, p. 44.

⁶⁰ História dos Portugueses no Malabar..., p. 53.

com base na guerra naval, que impõe a ordem a um espaço estratégico que abarca as rotas do Mar vermelho, do Golfo Pérsico-Arábico e a Rota do Cabo. Conflito ainda latente no estreito de Malaca, ponto para onde confluem produtos e rotas, articulando o Índico aos mares da China e a Ásia do sueste ao Levante, por intermédio do Sultanato do Guzarate, primeiro, e depois dos otomanos⁶¹. Porém, à medida que se caminha para o extremo asiático surge muito mais a parceria mercantil que o conflito, no Índico Oriental, na Ásia do Sueste e Ásia Oriental. São pontos do comércio interno asiático que estão em jogo. A superioridade militar-naval, ainda que relativa dos portugueses, face aos otomanos, propicia o poder suficiente para uma presença competitiva nas redes e circuitos comerciais euro-asiáticas e asiáticas, com um impacto assinalável nas hierarquias de poder e na concorrência entre impérios⁶².

Interessa-nos destacar o facto de que o império português enfrentar ao longo do século XVI a concorrência e o conflito com outros dois impérios: o otomano e o safávida. Em relação ao primeiro, chegaram até à atualidade um conjunto de testemunhos e registos que nos permitem entender de que forma o império português procurou insistentemente informações e dados sobre os poderes marítimo e naval turco otomano, no sentido de posicionar da melhor forma as suas próprias forças navais e defender os territórios que dominava. Essa busca constante de informações foi pontuada pelo conflito, mas também pela coexistência de posições e pela diplomacia.

⁶¹ Seguimos de Perto as propostas do Professor Luís Filipe Barreto, *ibidem*, p. 15-25.

⁶² *Idem*, *ibidem*, p. 37

CARLOS MANUEL BAPTISTA VALENTIM

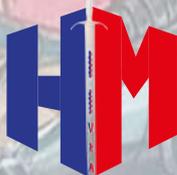
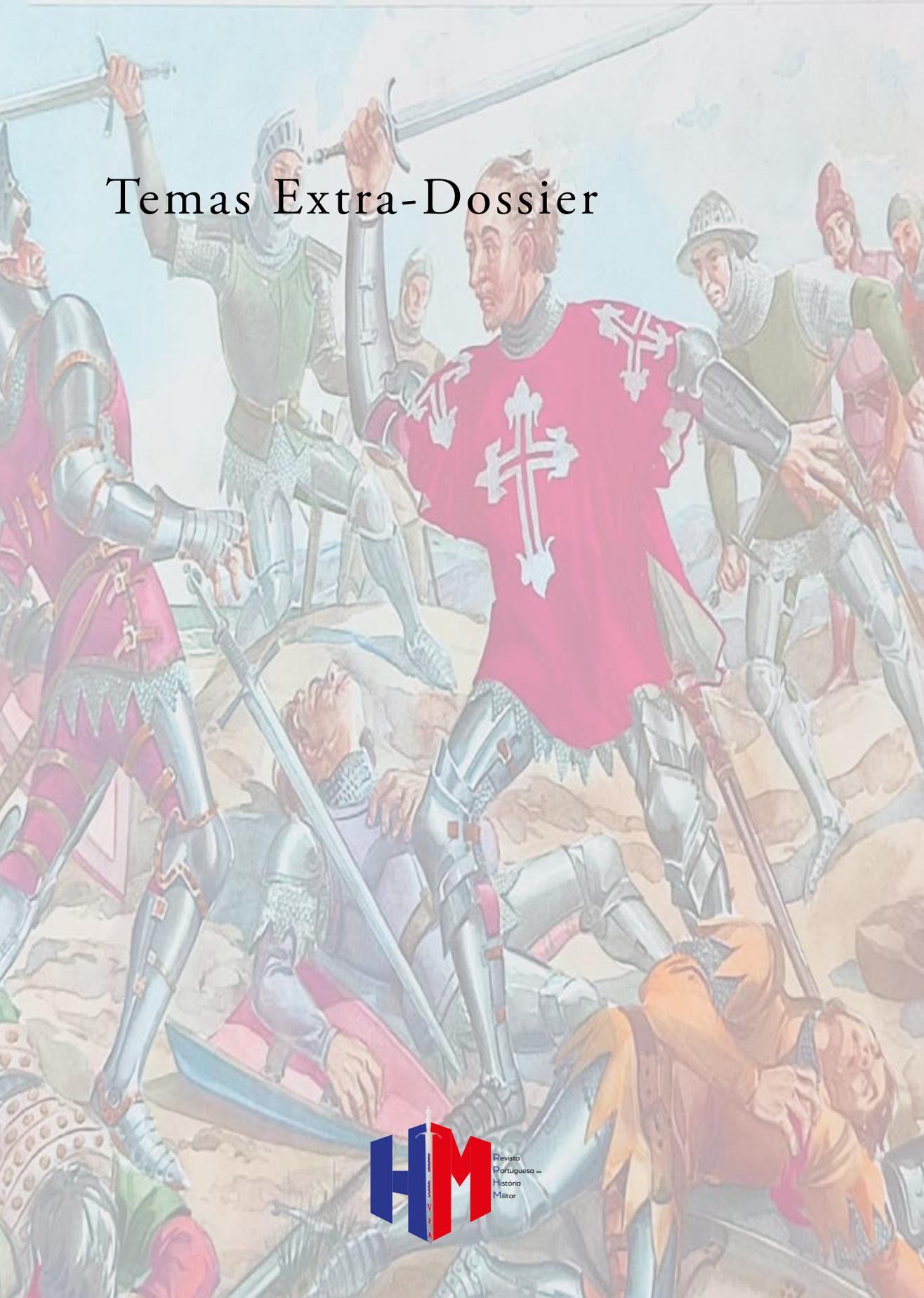
Licenciado em História e Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; tem o Diploma de Estudos Pós-Graduados em História Defesa e Relações Internacionais (2009) e frequenta o Doutoramento em Estudos de Segurança e Defesa no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente desempenha o cargo de Chefe do Departamento de Museologia do Museu de Marinha. É Membro Emérito da Academia de Marinha e Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa – vogal das secções de História e de Geografia dos Oceanos



Citar este texto:

VALENTIM, Carlos Manuel Baptista – A Busca de Informações Sobre o Poder Naval Turco em Meados do Século XVI– Alguns Dados. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), [https://doi.org/ 10.56092/JMXJ4423](https://doi.org/10.56092/JMXJ4423)

Temas Extra-Dossier



Revista
Portuguesa de
História
Militar

GRUNWALD 15 DE JULHO DE 1410. A GRANDE BATALHA ESQUECIDA

Abílio Pires Lousada



Quadro-Puzzle da Batalha de Grunwald. Património do autor. A pintura original, de Jan Matejko, está exposta no Museu Nacional de Varsóvia.

Resumo

A 15 de Julho de 1410, travou-se na Prússia Oriental uma das mais mortíferas e decisivas batalhas da História Medieval. Opondo a Ordem da Cavalaria Teutónica ao reino Polaco-Lituano, o desenlace resultou na emergência deste como grande referência político-estratégica na Europa de Leste e o princípio do fim da proeminência daquela no seio da cristandade germânica!

Palavras-Chave: Grunwald; Ordem Teutónica; reino Polaco-Lituano.

Abstract

On July 15, 1410, one of the deadliest and most decisive battles in Medieval History was fought in East Prussia. Opposing the Teutonic Knights Order to the Polish-Lithuanian kingdom, the outcome resulted in the emergence of the latter as a major political-strategic reference in Eastern Europe and the beginning of the end of the former's prominence within Germanic Christianity!

Keywords: Grunwald; Teutonic Order; Polish-Lithuanian kingdom.

Nota Prévia

Em tempos recentes fui simpaticamente agraciado, em contexto familiar, com a oferta pessoal de um Quadro-Puzzle Alusivo à Batalha de Grunwald por Susana Cipriano.

A pintura original, da autoria do polaco Jan Matejko e datada de 1878, encontra-se exposta no Museu Nacional de Varsóvia. É um quadro de forte representação e complexidade, que conjuga força e movimento, cor e heroicidade, morte e desespero, com toda uma carga simbólica que a envolve nos mais ínfimos pormenores. No essencial, o quadro conta o momento decisivo da batalha, concretamente a heroica carga protagonizada por Witold, Grão-duque da Lituânia, que virou o curso operacional dos acontecimentos, e a morte do Grão-Mestre da Ordem Teutónica, Ulrich von Jungingen, trespassado na garganta por uma lança.

Apreciar o quadro é como termos o privilégio de assistir ao desenrolar da própria batalha. Motivado pelo relativo desconhecimento dos seus contornos estratégicos e táticos, conjugado com a iconografia fortemente sugestiva, observei a imagem, li, analisei e descrevia nos seus contornos essenciais, recuperando historicamente um acontecimento militar que merece figurar na legenda das grandes batalhas travada no período da Baixa Idade Média. O resultado é o que se apresenta nas páginas da RevPHM, um singelo contributo de partilha com os leitores.

Enquadramento

No início do século XV, a Guerra dos Cem Anos lavrava no espaço ocidental europeu desde 1337, opondo a França e a Inglaterra, em que a supremacia desta seria fortalecida cinco anos depois com a vitória de Henrique V na Batalha de Agincourt. Na Península Ibérica, a contenda dinástica entre Portugal e Castela aproximava-se do seu término, depois da vitória portuguesa em Aljubarrota, a 14

de Agosto de 1385. Também cinco anos depois, o Portugal de D. João I iniciava a Expansão Marítima com a conquista de Ceuta. A Germânia permanecia envolta em guerras entre estados e entre estes e os senhores feudais, impedindo a unificação espacial, permanecendo os Habsburgos da Áustria como fiéis de uma balança de difícil equilíbrio. Na Península Itálica, será o desenvolvimento das cidades-Estado do renascimento a impedir a sua unidade. A própria Igreja Cristã vive por estes tempos um profundo cisma institucional, com o papado dividido entre Roma e Avinhão. A Sudeste, o Império Otomano estava em crescendo de importância política e capacidade militar, ameaçando o cristianizado centro-sul europeu e pressionando o Mediterrâneo Oriental. Na pouco povoada Escandinávia, a União de Kalmar conjuga sob um mesmo monarca a Dinamarca, a Suécia e a Noruega. Nas estepes, a Rússia é ainda um gigante adormecido. Entretanto, no Centro-Leste continental emerge e contenda entre a Prússia Oriental da Cavalaria Teutónica, a Polónia e os Estados Bálticos. Daqui resultará a Batalha de Grunwald, originando a decadência dos Teutónicos e o adiamento da expansão prussiana, e a emergência da Polónia como Estado de referência na região.

A Batalha

O catalisador geral aconteceu quando a rainha polaca, Królowa Jadwiga, contraiu matrimónio com o duque lituano Jogaila, fórmula encontrada para fazer face às continuadas pressões militares efectuadas pela prussiana Ordem Teutónica. O desenlace ocorreu em 1386, mediante aceitação por parte de Jogaila em se fazer baptizar e assentir a cristianização do seu território. Assumiu o nome de Ladislau Jogaila, em homenagem ao bisavô de Jadwiga, e as rivalidades entre os dois estados anularam-se mediante a sua unificação na dinastia Jaguelónica. Quando, em 1399, a rainha Jadwiga morreu, Ladislau herdou um vasto reino polaco-lituano com uma superfície superior a um milhão de quilómetros quadrados.

Fiéis guardiães da cristandade da Prússia Oriental e em recorrente espírito de cruzada contra os povos pagãos do Báltico após a perda de Outremer em finais do século XIII, a unificação polaco-lituânia significou para a Ordem Teutónica de Santa Maria de Jerusalém uma declaração de guerra, com o Grão-mestre, Ulrich von Jungingen, a contestar a sinceridade da conversão de Jogaila à fé em Cristo. Naturalmente que existiam disputas territoriais do antecedente entre a Ordem e a Polónia pela Pomerélia, situada na região leste da Pomerânia, no litoral sul do mar Báltico, e com a Lituânia na região de Samogitia, concedida à Ordem Teutónica por Vytautas no Tratado de Sallinwerder, em 1398, e confirmado pelo

reino da Polónia em 1404, devido à pressão diplomática do Papa Inocêncio VII.

A partir do momento em que Jogaila se tornou senhor de um vasto reino e, em 1409, os clamores da nobreza contra a influência e domínio teutónicos se fizeram sentir, os dados estavam lançados!

Esse ano e o seguinte foram marcados por escaramuças militares protagonizadas pela Ordem e pelas vãs tentativas de as partes chegarem a acordo pela via diplomática. Consequentemente, durante o Verão de 1410 Teutónicos e Polaco-Lituanos prepararam-se para o confronto decisivo. Assumindo a iniciativa, o rei Jogaila e o grão-duque Witold da Lituânia avançaram em direcção a Marieberg, capital da Ordem Teutónica, à frente de um exército de 39.000 homens compreendido por polacos, letões, um destacamento boémio e moldavo e contingentes russos de Smolensk. Ao seu encontro saiu um exército com 29.000 efectivos, constituído pela cavalaria teutónica e os porta-gládios, ou seja, cavaleiros de diferentes terras germânicas, comandado pelo Grão-mestre von Jungingen. Atendendo ao volume de forças envolvidas, pouco usual numa batalha medieval, e à presença dos mais altos dignatários em cada oponente, estamos perante o que se considera uma batalha decisiva. O tira teimas ocorreria na região da Masúria Ocidental, situada na antiga Prússia e actualmente no Nordeste da Polónia, entre as localidades de Grunwald e Tannenberg, a 15 de Julho de 1410.

Ao início da manhã, os exércitos posicionaram-se no campo, permanecendo um impasse até cerca do meio-dia. Um período de tempo em que o Grão-mestre, confiante na superioridade táctica da sua disciplinada cavalaria pesada, provocou o adversário, enviando espadas para o rei e o duque, ironizando que lhes poderiam ser úteis caso tivessem coragem para as utilizarem em combate. De igual, mandou fazer fogo com os canhões contra a força inimiga, sem efeitos práticos. Acontece que neste entretém, os cavaleiros teutónicos, pesadamente equipados e sob a inclemência do sol a incidir nas armaduras, assavam.

Dá-se então o primeiro momento da batalha, com o ataque da cavalaria ligeira lituana ao flanco esquerdo do dispositivo da Ordem. Prematuramente, o Grão-mestre mandou os canhões abrir fogo, sem resultados práticos, e o choque aconteceu. Mas o ataque não só foi sustido, como rechaçado. A retirada, reorganização e reiteração de esforços lituanos, usuais na acção táctica da cavalaria ligeira, chocou sistematicamente com a solidez teutónica, que destruiu parte da cavalaria lituana e obrigou a restante a debandar. O resultado só não foi conclusivo devido à entreatada na retirada pelas forças de Smolensk.

O segundo momento ocorre quando a cavalaria pesada polaca arremete contra o flanco direito da Ordem. Travada pelos porta-gládios, o confronto resultou

numa batalha dentro da própria batalha. Ao fim de uma hora, a Ordem manteve o dispositivo e os polacos recuaram para o seu dispositivo. Assumindo a vitória antes de tempo, no campo germânico cantou-se *Christ ist erstanden*, o hino da vitória.

É então que sucede o terceiro e decisivo momento da batalha. O contra-ataque teutónico contra as forças polonesas. Feito sem critério e comandado pelo próprio Grão-mestre, arremete pelo centro do dispositivo adversário, enquanto o rei Jogaila, situado à retaguarda do dispositivo, fazia uso das suas reservas, sobretudo tropa apeada boémia e moldava, para lhe fazer face. Neste momento crítico, Jogaila foi salvo in-extremis de ser morto, o grão-duque Witold regressa com o remanescente das forças lituanas e ataca o adversário pela retaguarda, o Grão-mestre von Jungingen, à frente dos seus homens, tenta romper o dispositivo, fica cercado numa bolsa e acaba morto com uma lança na garganta. Com o Grão-mestre morto, o estandarte da Ordem capturado pelo inimigo e o exército cercado, a Ordem perde a ordem e os combates individualizaram-se no seio dos teutónicos, mediante a tentativa de resistir para retirar. No meio da carnificina, alguns contingentes lograram refúgio na zona da carriagem, perto de Frögenau, onde muito acabaram por ser abatidos ou feitos prisioneiros, enquanto outros conseguiram chegar a Marieberg.



Momento decisivo da Batalha de Grunwald: à direita, a carga do duque Witold e, à esquerda, a morte do Grão-mestre von Jungingen.

No final do dia, com oito mil mortos e 14 mil prisioneiros, uma impressionante cifra de cerca de 75% de perdas, que inclui o Grão-mestre e muitos dos

comandantes, e a captura de dezenas de estandartes, o resultado era devastador para a Ordem Teutónica. Jogaila e Witold permaneceram com as suas tropas três dias no campo, conforme costume do vencedor à época e para permitir o saque, o controlo dos prisioneiros e a reorganização das forças.

Seguiu-se o ataque, seguido de cerco polaco-lituano ao castelo da capital Marieberg, que durou até Setembro desse ano, altura em que foram levantados os arraiais. Justificado pela tenaz resistência teutónica, a carência de víveres dos sitiados, o conhecimento de que uma força proveniente da Livónia acorria em socorro de Marieberg e que o rei Sigismund da Hungria, aliado da Ordem, atacava o sul da Polónia.

Considerações adicionais

A 11 de Fevereiro de 1411, celebrou-se a Paz de Thorn, desvantajosa para a Ordem, que perdeu territórios para o rei polaco-lituano. A par das perdas humanas referidas e da avultada indemnização exigida, os Teutónicos perderam a aura de credibilidade e invencibilidade «dada por Deus», o poder detido na Prússia esvaiu-se e influência na cristandade foi colocada em causa. Nunca mais recuperaram. De tal forma que em 1466, na Segunda Paz de Thorn, decorrente da Guerra dos Treze anos, iniciada em 1454 entre a Ordem Teutónica e o reino da Polónia, que resultou em nova e pesada derrota germânica, a Prússia foi dividida e o Grão-mestre ficou vassalo do rei da Polónia.

A Batalha de Grunwald-Tannenberg ficou como a maior coroa de glória histórico-militar da Polónia e da Lituânia, também a Rússia dos czares a enalteceu, à conta da participação do contingente de Smolensk, enquanto para os germânicos ficou como um «espinho cravado na garganta». De tal forma que, no início da Primeira Guerra Mundial, entre 26 e 30 de Agosto de 1914, quando o exército do Kaiser Guilherme II derrotou as forças russas de Nicolau II na Prússia Oriental, o nome dado à batalha foi de ... Tannenberg!

Bibliografia de Apoio

GRANT, R. G., 1001 Battles that Changed the course of History, London, Cassell Illustrated, 2014.

GIGATOS, Batalha de Grunwald, <https://www.trenfo.com/pt/historia-pt/batalhas/batalha-de-grunwald>, 2022.

KAMIŃSKI, Łukasz e KORKUĆ, Maciej, Guia pela História da Polónia de 906 a 2016, Varsóvia, Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Polónia, 2016.

NICOLLE, David, Teutonic Knight 1190-1561, Oxford, Osprey, 2007.

PHILLIPS, Charles, Batalha de Grunwald. Europa 1410, <https://www.britannica.com/event/Battle-of-Grunwald-1410>, 2022.

SARAIVA, Morais, Maria Teresa Mendes Luís Saraiva, *The Teutons in the West: Teutonic Cavalry in the Baltic (13th-15th centuries)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2022.

TURNBULL, Stephen, *Tannenberg 1410: Disaster for the Teutonic Knights*, Oxford, Osprey, 2003.

URBAN, William, “Baltic Crusades”, In *The Crusades An Encyclopedia*, Alan V. Murray (ed.), Santa Barbara, ABC-CLIO, 2006.

[https://familypedia.fandom.com/wiki/Battle_of_Grunwald_\(1410\)](https://familypedia.fandom.com/wiki/Battle_of_Grunwald_(1410)), 2022.

ABÍLIO PIRES LOUSADA

Militar Historiador e Mestre em Estratégia, co-Director da Revista Portuguesa de História Militar. Membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e membro fundador da Associação Ibérica de História Militar. Autor/co-autor de 18 livros e de mais de 70 artigos sobre História Militar e Estratégia. Prémio Defesa Nacional e Jornal do Exército



Citar este texto:

LOUSADA, Abílio Pires – Grunwald 15 de Julho de 1410. A Grande Batalha Esquecida. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/UGKQ7120>

JOHN BROWN NA IMPRENSA PORTUGUESA (1859-1861)

Júlio Rodrigues da Silva

Resumo:

O raid de Harper's Ferry John Brown de 1859 colocou a imprensa norte-americana e europeia, perante um acontecimento político-militar, com a capacidade de provocar uma guerra civil nos Estados Unidos. Neste artigo, analisamos do ponto de vista da imprensa portuguesa, as suas diferentes perceções e repercussões, permitindo compreender o impacto de uma forma de guerra irregular na opinião pública nacional.

Palavras-Chaves: Abolicionista; raid; escravatura; imprensa; liberdade.

Abstract

The Harper's Ferry John Brown raid of 1859 put the North American and European press before a political-military event, with the ability to provoke a civil war in the United States. In this article, we analyze from the point of view of the Portuguese press, its different perceptions, and repercussions, allowing us to understand the impact of an irregular form of war on national public opinion.

Keywords: Abolitionist; raid; slavery; press; freedom

1. A ambiguidade cultural da personagem histórica.

A personagem trágica do abolicionista John Brown (1808-1859), tornou-se um símbolo da luta contra o escravagismo dos estados do Sul dos Estados Unidos, antes, durante e depois da Guerra Civil (1861-1865). O filme norte-americano "Santa Fé Trail" de 1940, relatando os trágicos de Harper's Ferry foi um exemplo do seu impacto na opinião pública americana do século XX. Ícone da cultura norte-americana dos anos 60 do século XX e da luta pelos

direitos civis manteve-se uma figura polémica até aos dias de hoje, não deixando ninguém indiferente. Foi sempre odiado pelos saudosistas da Lost Cause sulista, apresentando-o sob a forma de um terrível terrorista, de um sádico assassino, de um ladrão enfim, um criminoso psicopata responsável pelo despoletar da guerra civil. Em contrapartida, os defensores da União e os abolicionistas criaram um verdadeiro culto em torno da imagem irrepreensível de um lutador pela libertação dos escravos, uma espécie de santo puritano, um mártir que se sacrificou como um novo “Cristo” para “redimir” o povo americano do pecado da escravatura. Na biografia cultural de John Brown, David S. Reynolds salienta a importância destas imagens contraditórias ainda presentes na sociedade e na história americanas. Este facto não o impede de estabelecer as bases sobre as quais se pode construir um consenso sobre a vida e a pessoa de John Brown, assente na sua perceção de que estaríamos perante um reformador religioso malsucedido, responsável por crimes de guerra numa luta sem quartel contra a escravidão, marcado por um excessivo otimismo sobre a capacidade dos brancos ultrapassarem o seu racismo e de os escravos se revoltarem¹. Assim sendo, torna-se possível evitar as posições extremas, abrir as portas a uma visão da figura de John Brown, livre da carga ideológica e passível de constantes distorções, inserindo-o na realidade histórica e cultural da sua época.

O impacto dos trágicos acontecimentos que conduziram à sua morte em 1859, transcenderam a realidade política dos Estados Unidos, tendo tido um forte eco na Europa, com especial incidência na Grã-Bretanha e na França, mas estando igualmente presente em todos os outros estados, incluindo Portugal. A imprensa nacional coetânea, não deixou de referir estes eventos e de fornecer a respetiva interpretação, apesar da distância física e cultural, que separava os dois países. A diversidade dos jornais portugueses da época caracterizada por múltiplas orientações políticas e ideológicas, resultantes da realidade histórica e política portuguesa dos anos 50 e 60 do século XIX, não impediu a valorização deste caso. As dificuldades de análise derivadas do facto de ser o produto de um universo cultural diferente, muitas vezes aparentemente incompreensível ou pelo menos difícil de decifrar, foram sendo progressivamente superadas. O ponto de partida foi o raid de Harper’s Ferry realizado por John Brown e os seus apoiantes entre 16 e 18 de Outubro de 1859. A operação militar visava permitir aos abolicionistas apoderarem-se do arsenal do exército federal, aí existente. O objetivo estratégico consistia em armar maciçamente os escravos do condado de Jefferson, provocando ou apoiando uma insurreição dos afro-americanos do estado da Virgínia, contra o establishment esclavagista. No entanto, John Brown formulou simultaneamente e como alternativa uma campanha com objetivos mais limitados. Com efeito, existia a possibilidade de optar por uma retirada das forças rebeldes com os novos apoiantes para as Blue Ridge Mountains (parte

¹ REYNOLDS, David S., John Brown, Abolitionist. The man who killed slavery, sparked the civil war, and seeded civil rights, New York, Vintage Books, 2005, Vintage ISBN-13: 978-0-375-72615-6, Vintage ISBN-10: 0-375-72615-2, p.8-9.

das Appalachian Mountains), onde seria estabelecida uma base permanente, desencadeando de seguida uma guerra de guerrilha contra os proprietários de escravos.

O plano definitivo não contemplou esta última hipótese, optando pelo excessivamente ambicioso projeto da insurreição generalizada na Virgínia. A execução operacional correu mal devido ao facto dos insurretos, não terem conseguido isolar o teatro de operações, permitindo a circulação dos comboios e dos civis. Assim sendo, os rebeldes foram descobertos demasiado cedo, despoletando uma resposta imediata das milícias locais e posteriormente dos marines. A crença numa adesão espontânea dos escravos mostrou ser uma total falácia, porque poucos afro-americanos estavam a par da operação. A maioria desconhecia totalmente a identidade e objetivos dos atacantes, não estando preparados para prestar qualquer auxílio aos rebeldes abolicionistas. A ilusão de John Smith levou-o a adiar a retirada do grupo para as montanhas, contando até ao último minuto com uma impossível rebelião. As forças combinadas dos marines e das milícias locais conseguiram facilmente assaltar a engine house do arsenal de Harper's Ferry onde se acolhiam os raiders, matando vários deles e capturando os feridos entre os quais se contava o próprio John Brown ².

O diferencial temporal e as dificuldades na receção das notícias, oriundas do outro lado do Atlântico, explicam o atraso na chegada a Portugal das descrições destes acontecimentos. O raid de John Brown decorreu entre 16 e 18 de Outubro de 1859, mas a primeira e sucinta informação, apareceu no Comércio do Porto somente a 4 de Novembro de 1859. Embora, a maioria dos periódicos tenha publicado relatos dos acontecimentos, ainda na primeira metade do mês de Novembro, o diário legitimista a Nação apenas o fez a 31 de Dezembro de 1859. Este lapso temporal permitiu diversas imprecisões e deu azo à interpretação acrítica ou errada do raid, motivada pelas falsas informações dos jornais americanos, principalmente oriundos dos estados escravagistas. Estas limitações informativas permitem compreender, o facto do diário oficial do governo, o Diário de Lisboa tenha omitido na descrição do raid, a presença decisiva do líder do movimento o capitão John Brown e a constituição mista do grupo armado, no qual brancos e negros participavam numa situação de paridade ³. Nesta perspetiva, o acontecimento ganhava uma dimensão arcaica, remetendo para o subconsciente coletivo americano e europeu e acentuando o medo das insurreições “selvagens” dos escravos. A revolta do Haiti na viragem do século XVIII (1791-1804) e a rebelião americana de Nat Turner em 1831, no Estado

² FIELD, Ron - Avenging Angel. John Brown's Raid on Harpers Ferry, 1859, First Edition, Oxford/New York, Osprey Publishing, 2012, ISBN: 9781849087575, p.31-63.

³ “Em Harpers Ferry rebentou uma formidável insurreição. Os negros apoderaram-se do arsenal, intercetaram as comunicações pelo caminho de ferro, ameaçaram os condutores, e cortaram os arames do telégrafo. O número dos revoltosos é de 700 a 800 indivíduos. De Washington foram imediatamente mandadas tropas para o lugar da insurreição. [...]”, Anónimo, Parte Não Oficial – Notícias Estrangeiras, Diário de Lisboa, Lisboa, N.º 5, (05/11/1859), p.25

da Virgínia foram acontecimentos fundamentais, na construção do imaginário negativo do revoltosos afro-americanos. A realidade do movimento de John Brown era diferente, fazendo parte do moderno abolicionismo norte-americano dos anos 60 do século XIX, apenas se diferenciando por optar pela ação armada, em oposição às tendências pacifistas da maior parte dos seus componentes. A percepção da maior complexidade política da insurreição, esteve presente em pelo menos dois diários que admitiam a existência de um manifesto, contendo numerosas reformas políticas e administrativas a realizar nos Estados Unidos. Porém, os dois jornais não referiam as suas implicações sociais, nomeadamente a abolição da escravatura. Tratava-se de um mal compreendida referência à Provisional Constitution da autoria de John Brown, da qual se extraía alguma informação sem nunca nomear o seu autor. Assim, foi referido, pelo Jornal do Porto de 16 de Novembro de 1859. O mesmo aconteceu um dia depois com a Opinião.

A constatação do insucesso da revolta surgia nas páginas do Diário de Lisboa de dia 11 de Novembro de 1859, num breve telegrama sem grandes descrições da luta entre os revoltosos e as forças militares federais e milícias locais. Na verdade, uma descrição mais precisa só veio a emergir tardiamente nas páginas da Nação, mantendo os redatores do periódico a caracterização do movimento como uma insurreição de escravos, embora associando-a contraditoriamente com o movimento abolicionista norte-americano, ao considerar John Brown o seu líder. Assim sendo, os ecos iniciais destes acontecimentos foram relativamente incorretos na imprensa nacional, traduzindo-se numa distorção da informação transmitida aos leitores e à opinião pública. A aparente desinformação resultava da deficiência das fontes e não propriamente de um ato deliberado ou preconceituoso dos jornalistas portugueses.

2. A transfiguração do libertador dos escravos em mártir cristão.

A situação foi essencialmente diferente, quando se tratou de descrever o julgamento e a execução de John Brown, tendo um impacto substancialmente maior, nos periódicos da época. A condenação à morte gerou um conjunto de expectativas, sobre a possível comutação ou perdão da pena, que alimentaram as notícias dos jornais, mesmo depois da sua execução a 2 de Dezembro do mesmo ano. O Comércio do Porto de 5 de Dezembro de 1859 traduziu bem estes sentimentos, explorando a contradição entre a imagem do herói/mártir e a do bandido/revolucionário. O jornal optou por privilegiar a figura da “encarnação da liberdade”, considerando-a predominante na América do Norte. No entanto, de forma aparentemente contraditória pressupunha uma crítica à democracia americana, considerada demasiado conservadora, ao confundir a defesa da moral e da propriedade com a proteção da instituição da escravidão. A valorização positiva da luta pela liberdade dos escravos de John Brown e dos

seus companheiros surgiu, também, nas páginas de outro periódico portuense. Com efeito, o *Jornal do Porto* salientava a trágica ironia da divisa do Estado da Virgínia ser *Sic semper tyrannis* ou seja, “assim sempre aos tiranos”. As figuras do escudo do mesmo estado simbolizavam a libertação dos americanos da servidão inglesa, em aparente contradição com o esmagamento pelos virginianos dos revoltosos abolicionistas, que queriam libertar os verdadeiros escravos da “tirania” dos seus senhores ⁴. Na análise tardia da sua execução o periódico legitimista, a *Nação*, criticou igualmente a democracia e o republicanismo norte-americano por executarem um libertador dos escravos ⁵.

No entanto, a inevitabilidade da execução era óbvia para os jornalistas portugueses, que não tinham qualquer dúvida sobre o desfecho trágico das vidas de John Brown e dos seus companheiros. O jornal oficial do governo português, o *Diário de Lisboa*, referia expressamente este facto na edição de 14/12/1859. O mesmo acontecia com a *Opinião* na edição do dia 15/12/1859, no *Jornal do Comércio* de 16/12/1859, no *Futuro* 16/12/1859, no *Português* na mesma altura e no *Jornal do Porto* no número de 17/12/1859. Nesta ambiência política, os periódicos portugueses traduziam a ansiedade crescente nos Estados Unidos, face à iminente execução de John Brown, salientando a *Opinião* no número de 14/12/1862, o receio das autoridades da Virgínia de uma possível tentativa armada de libertação, por parte dos abolicionistas. As notícias referentes à sua efetiva execução a 2 de dezembro de 1859, assumiam uma dimensão especial e deram origem a uma fascinação, aparentemente mórbida, pelos últimos momentos do condenado, mas característica de uma visão ultrarromântica da morte na época. Na realidade, o objetivo destes relatos consistia em realizar, gradualmente a transfiguração do proscrito no mártir cristão exemplar, precursor da futura libertação dos escravos. As informações referentes à sua morte demoram algum tempo a chegar a Portugal, surgindo pela primeira vez no *Diário de Lisboa* e no *Futuro* nas edições do dia 24/12/1859, difundindo-se gradualmente nos outros periódicos até à última informação do jornal *Parlamento* em 01/01/1860. De imediato, deu azo a uma espécie de culto, sendo o *Futuro* o primeiro a fazê-lo na edição do dia 24/12/1859, designando-o: “libertador dos escravos da Virgínia”⁶.

A imagem do mártir cristão, tão cara ao calvinismo puritano de John Brown, iria ganhando progressivamente importância na imprensa portuguesa. A *Opinião* de 29/12/1859 não deixaria de salientar essa dimensão da personagem. A definição das ações violentas de John Brown como algo excecional, destinaria-se a minimizar o aspeto negativo destas ações na nova imagem da personagem. O testemunho do jornal francês *La Presse* acentuaria esta tendência, ao valorizar o

⁴ Leão, José Barbosa, Coutinho, A.R. da, *Exterior*, *Jornal do Porto*, Porto, Nº 233 (15/12/1859), p.2-3.

⁵ Coronel, A. M.C. Lacerda, *Testamento político do ano de 1859*, *Nação*, Lisboa, Nº 3635, (03/01/1860), p.1

⁶ Magalhães, José Estevão Coelho, *Boletim Estrangeiro*, *Futuro*, Lisboa, Nº 483, (24/12/1859), p.1

papel do sangue dos mártires na memória coletiva, considerando-o um elemento fulcral na libertação dos escravos ⁷. A descrição dos últimos momentos e da execução de John Brown, ocupam um papel essencial na criação desta figura, apenas variando no tamanho e no pormenor das suas narrativas. A Opinião de 29/12/1859 forneceria uma das mais sucintas, salientando a morte exemplar definida em termos elogiosos através dos termos “valor e resignação”. As acusações de traição de John Brown aos seus companheiros, antes da sua morte, poderiam, igualmente, ter ressonâncias crísticas se nos recordarmos da traição de Judas. Duas narrativas mais desenvolvidas apareceriam de forma tardia, no primeiro dia de Janeiro de 1860 no Parlamento e no dia seguinte no Porto e Carta. No primeiro caso, o relato referiria de forma mais desenvolvida, que se tratava de um “desgraçado abolicionista”, expressão ambígua definindo a relativa marginalidade da personagem e gerando um sentimento de compaixão. O seu “estoicismo” perante a iminência da morte seria igualmente elogiado, salientando-se as cartas escritas aos amigos, onde não lamenta o fracasso da sua empresa. A descrição da última entrevista com a mulher, não demonstrando medo ou ansiedade, seria complementada por um toque humano, referindo o breve lamento pelos dois filhos mortos no raid de Harper’s Ferry. Todavia, a profundidade da dimensão cristã da sua vida, emergiria no perdão concedido aos seus antigos companheiros, apesar de o terem traído ao comportarem-se de forma vergonhosa durante o julgamento por não compreenderem a “santidade da missão”. O seu comportamento heroico revelar-se-ia ainda na coragem demonstrada perante o cadafalso e nos momentos finais da sua vida. No último caso, o Porto e a Carta, esforçava-se por fornecer uma versão extensa dos acontecimentos finais da vida de John Brown, mas o texto era igual ao do dia anterior do Parlamento, provavelmente uma reprodução resultante da afinidade política dos dois periódicos, no campo do cartismo ⁸.

O texto mais completo e complexo pertenceria ao jornal oficial o Diário de Lisboa do dia 27 de dezembro de 1859, sendo copiado pelo Comércio do Porto no número do dia 29/12/1859, transcrito pelo Nacional de 30/12/1859 e finalmente pelo Jornal do Porto de 15/01/1860. O texto é igual nos quatro jornais com pequenas diferenças que não alteram o conteúdo, mas revelam nas introduções e títulos, a visão própria de cada periódico. A introdução do Diário de Lisboa dá-nos uma imagem do “suplício” de John Brown, apresentando-o como “o libertador dos escravos da América do Sul”. No caso, do Comércio do Porto a introdução é a mesma, acrescentando “um grande crime cometido por um grande povo” e uma frase de Vítor Hugo, acusando a república norte-americana de ser o carrasco de John Brown. A descrição do Nacional é semelhante embora, o título lhe desse uma entoação mais trágica e sentimental: “FOLHETIM – DESCRIÇÃO DO SUPLÍCIO DO INFELIZ BROWN, O LIBERTADOR”

⁷ Sampaio, António Rodrigues, Boletim do Dia, Revolução de Setembro, N.º 5296, (27/12/1859), p.1

⁸ Silva, Jerónimo José da, O suplício de John Brown, Porto e Carta, Porto, N.º 1, (02/01/1860), p.3.

DOS ESCRAVOS DA AMÉRICA DO SUL qual teve lugar em Charlestown.”⁹. O Jornal do Porto apresentava um título semelhante: “VARIEDADES – Suplício de Brown o libertador dos escravos da América do Sul.” e a introdução parecida: “Esta descrição apareceu publicada por despacho telegráfico no Boston Journal, e é pela forma que se segue: [...]”¹⁰.

Seja como for, o relato do Diário de Lisboa é sem dúvida o mais completo e, portanto, o mais importante, para compreendermos a imagem de John Brown na imprensa portuguesa. O texto tirado de um despacho do Boston Journal do estado norte-americano de Massachusetts, organizava-se de uma forma não cronológica em três partes, da seguinte forma: a primeira narrando a sua saída da prisão e a subsequente execução, a segunda referindo de forma extensa, o último diálogo com os seus antigos companheiros e a terceira descrevendo execução de maneira diferente da primeira e acrescentando novos pormenores elogiosos, para o condenado à morte. A estas três partes acrescentar-se-ia uma transcrição do Times dos seus derradeiros momentos com a mulher, acrescentando uma dimensão humana e moral a John Brown.

Começamos pela primeira parte referente à saída da prisão e dos preparativos para a execução. A descrição começava por valorizar a sua despedida dos antigos companheiros, aos quais se mostrava muito afeiçoado, com a exceção de Cook. Com efeito, acusou-o de o ter iludido, garantindo-lhe o apoio dos escravos, levando-o a pensar que estavam preparados para uma insurreição, o que era manifestamente falso e o fez cair num engano. Podia-se considerar, também, um elemento da construção crítica da figura de John Brown, revelando a traição de um outro “judas” na pessoa de Cook. Seguidamente apresentava-se a sua saída estoica da prisão com um ar tranquilo e amável, saudando as pessoas que conhecia, em oposição ao pesado dispositivo militar dos esclavagistas. O efeito contrastante, era reforçado pela descrição da escolta, que o conduziu ao cadafalso, das tropas que rodeavam a forca, da barreira de baionetas afastando os cidadãos pacíficos. A descrição do estoicismo de John Brown, obrigado a esperar longos minutos com a corda ao pescoço, realçava a crueldade do suplício. O facto de a morte só ter sido declarada ao fim de trinta e cinco minutos, acentuava o dramatismo do seu calvário. No entanto, a retirada do corpo do cadafalso e o seu envio para a roça familiar era descrito de forma muito sintética, não despertando especial interesse. Na verdade, o mais importante era a crítica ao excesso das medidas militares, baseadas no falso boato de um ataque abolicionista.

Na segunda parte, narrava-se de forma mais extensa a reunião entre John Brown e os seus companheiros, anteriormente referida. Em primeiro lugar,

⁹ Anónimo, FOLHETIM – DESCRIÇÃO DO SUPLÍCIO DO INFELIZ BROWN, O LIBERTADOR DOS ESCRAVOS DA AMÉRICA DO SUL qual teve lugar em Charlestown, Porto, O Nacional, Nº 295 (30/12/1859), p.1.

¹⁰ Leão, José Barbosa, Coutinho, A.R. da, VARIEDADES – Suplício de Brown o libertador dos escravos da América do Sul, Porto, O Jornal do Porto, Nº 12 (15/01/1860), p.4.

descrevia--se a visita pacífica aos companheiros fiéis de que se despede com amizade, deixando-lhes o pouco dinheiro que lhe resta, incitando-os a portarem-se como homens. Seguia-se o encontro com os companheiros infiéis Cook e Coppie, acusando-os de traição em Tribunal, embora perdendo ao último. Na terceira parte, regressava-se à execução, realçando o seu estoicismo, ao enfrentar a morte de forma heroica e serena, não demonstrando o menor medo. Salientava-se, igualmente, a forma amável e cordata com que se relacionou com as autoridades políticas da Virgínia, despedindo-se delas sem o menor ressentimento e mesmo com uma certa amizade como foi o caso do Sheriff Campbell. A descrição do estoicismo da mulher, reforçava esta imagem do mártir cristão, construída pela imprensa americana e portuguesa. A quarta parte, referente a uma transcrição do Times referia a entrevista final de Brown com a mulher, sob a supervisão próxima das autoridades, temerosas que lhe fosse fornecida estricnina. Contudo, o essencial consistia na descrição da relação especial entre marido e mulher, na prática um casal modelo, corajoso, normal ... muito normal. Aliás, o desânimo da Sr.^a Brown teria sido ultrapassado pelo carinho e encorajamento exemplares de John Brown.

A personalidade, o comportamento durante o julgamento, a correspondência trocada com os amigos, a despedida dos companheiros e da mulher, as atitudes corajosas perante a morte, estavam de acordo, com uma vivência puritana e cristã. A sua autenticidade era considerada inquestionável, não surgindo como uma construção artificial, parecendo emanar naturalmente da maneira de ser e viver de John Brown. Estas descrições apagavam a anterior visão negativa de um protagonista da violência, um “terrorista” no sentido moderno do termo, que poderia ter provocado um novo Haiti no Sul dos Estados Unidos. De facto, a imagem transmitida era de um homem relativamente pacífico, cordato, amável, um homem de família, apenas movido por uma intensa fé cristã e puritana, tornando-o num mártir cristão, num libertador dos escravos.¹¹

3. A democracia americana perante a consciência universal europeia.

O apelo de Vítor Hugo em prol do perdão a John Brown, teve um grande impacto na imprensa europeia da época, não sendo a portuguesa uma exceção. O caso francês não deixou de ser paradigmático, ao revelar a importância da petição do renomado escritor e humanista francês, como é referido pelo historiador Stève Sainlaude:

“The other event that received major coverage was the struggle led by John Brown. A petition supported by Victor Hugo calling for leniency toward the Harpers Ferry assailant was widely publicized. From his island retreat, where he was ignorant of Brown’s fate, Hugo wrote on the day of Brown’s execution that, “viewed in a political light, the murder of Brown

¹¹ Anónimo, Notícias Estrangeiras, Lisboa, Diário de Lisboa, N.º 49, (27/12/1859), p.214-215.

would be an irreparable fault. It would penetrate the Union with a gaping fissure which would lead in the end to its entire disruption For – yes, let America know it, and ponder on it well – there is something more terrible than Cain slaying Abel: It is Washington slaying Spartacus!”¹² .

Em Portugal a difusão do pensamento e da obra de Vítor Hugo, aparecia muitas vezes na literatura e historiografia nacionais em relação com à Geração de 70. No entanto, a divulgação da sua obra literária na imprensa desenvolveu-se desde os finais da década de 30 e inícios da seguinte, tendo especial impacto nos meios intelectuais portuenses ¹³ . No período de 1860-1865, correspondente à Guerra Civil americana, a sua reputação estava bem estabelecida no meio literário e jornalístico nacional ¹⁴ . No entanto, a dimensão política, humanista e messiânica não se tinha ainda totalmente desenvolvido, sendo o apelo de Vítor Hugo a favor de John Brown, um momento de viragem na perceção deste autor, permitindo uma progressiva descoberta da dimensão militante, profética e política do mesmo¹⁵.

As informações referentes ao apelo de Victor Hugo de 2 de Dezembro de 1859, só foram conhecidas em Portugal cerca de 15 dias depois da sua execução. O desfasamento temporal, resultava do atraso com que as notícias chegavam a Portugal, devido às distâncias a percorrer em relação aos países europeus, sendo ainda maiores no caso dos E.U.A. Os jornais de Lisboa são os primeiros a noticiar esta iniciativa de Victor Hugo como é o caso do periódico oficial do estado português, o Diário de Lisboa em 15/12/1859, recorrendo a um despacho do jornal espanhol a Correspondência de España. A informação era semelhante nos outros periódicos lisboetas, quer no mais conservador Revolução de Setembro, afeto aos Regeneradores, quer no Futuro, mais próximo da extrema-esquerda liberal de José Estevão Coelho de Magalhães, ou ainda, na Opinião da esquerda liberal moderada. As notícias caracterizavam-se pela sobriedade e objetividade,

¹² “The press that was at odds with the imperial regime took Brown’s execution as a starting point to comment on slavery, drawing arguments from books on the “institution”, or refuting the contentions of those who defended a form of ownership that could not be accepted without law, justice, and human dignity. With war and the question of Confederate recognition, the “opposition” press urged France not to cooperate with a republic that maintained such an “anachronist practice.”. The shame of it would be too high a price to pay to safeguard commercial interest.”, SAINLAUDE, Stève - France and the American Civil War. A Diplomatic History, First Edition, Chapel Hill: The University of North Carolina, 2019, ISBN 9781469649948, ISBN 9781469649955, p. 100-101.

¹³ BRITO, António Ferreira de - A Escola do Porto e Victor Hugo (O Grupo de A Grinalda), In Vítor Hugo e Portugal, 1ª Edição, Porto, Humbertotipo, 1987, p.91-119.

¹⁴ MACHADO, Álvaro Manuel – Les romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales, 1^{re} Edition, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986, p.323-328

¹⁵ MEDINA, João, Aspectos da hugolatria portuguesa: A projecção política de Victor Hugo em Portugal, In Vítor Hugo e Portugal, 1ª Edição, Porto, Humbertotipo, 1987, p.51-76.

tendo continuidade no dia seguinte (16/12/1859) no Português, próximo da esquerda liberal do partido histórico. O Jornal do Comércio e o legitimista a Nação foram os únicos periódicos de Lisboa, que ignoraram o apelo de Vítor Hugo. Os jornais do Porto repetiram o despacho anteriormente descrito nos jornais da capital na mesma data, dando-lhe especial relevância o Jornal do Porto, o Comércio do Porto, o Porto e Carta e sendo a única exceção o Nacional. O Jornal do Porto continuou a conceder relevância ao assunto no dia seguinte, referindo-se especificamente ao conteúdo deste apelo de Vítor Hugo e criticando a barbaridade dos Estados Unidos, ao condenar à morte o libertador dos escravos. Estas informações, emparelhando a luta pela liberdade dos escravos com a luta contra a pena de morte, dois dos grandes temas do humanismo de Vítor Hugo, foram desenvolvidas dias depois, tendo o Nacional na edição de 19/12/1859 transcrito a Carta de Vítor Hugo, posteriormente copiada e republicada pelo Português no dia 22 de Dezembro de 1859. A transcrição baseava-se numa tradução do texto em francês, ignorava a versão inglesa, era fiel ao original e centrava-se em torno das principais temáticas do humanismo de Vítor Hugo: o fim da pena de morte e a abolição da escravatura. Intitulada inicialmente “Letter to the London News regarding John Brown” e datada de Hauteville de 2 de Dezembro de 1859, foi reproduzida na imprensa europeia em vários idiomas, sendo publicada em francês pela primeira vez no jornal La Presse de 8 de Dezembro de 1859, endereçada “à tous les journaux libres de l’ Europe”, subtítulo inexplicavelmente ausente dos periódicos portugueses.

O texto estava organizado de forma circular, iniciando-se e terminando com a personagem tutelar da independência dos Estados Unidos: George Washington. O vencedor da guerra da independência e primeiro presidente dos Estados Unidos era a figura simbólica, que corporizava aos olhos dos americanos e europeus, a faceta mais autêntica, exemplar e heroica do povo norte-americano. A evocação da figura majestosa de Washington foi colocada no início do texto, para contrastar de imediato com a negação da liberdade no Sul dos Estados Unidos. A “pátria” de Washington não era só a terra da liberdade dos “livres”, era também pelo menos em parte a terra da escravidão dos escravos afro-americanos. Aqui, radicava o “caso” e a explicação da epopeia de John Brown, que ganhava um carácter excepcional, tornando-se um ato perfeitamente natural, o facto de um homem branco ter resolvido libertar os escravos “negros” da Virgínia, iniciando numa ambiência fortemente religiosa, a obra da “salvação”. O autor acentuava esta perspectiva religiosa e salvacionista, ressaltando as características específicas da sua personalidade: puritano, religioso, austero, fortemente marcado pela leitura do evangelho, claramente expressa na expressão *Christus nos liberavit* [Cristo nos livrou]. O seu espírito evangélico, tê-lo-ia levado a lançar um grito de liberdade aos escravos da Virgínia, infelizmente não correspondido devido à apatia dos mesmos, amolecidos por longos anos da escravidão. Abandonado de todos (como Cristo na hora final) a não ser de um pequeno grupo de fiéis, formado pelos

filhos e correligionários mais próximos, tinha combatido de forma heroica até ao fim, perdendo os dois filhos nesta luta, a que Vítor Hugo crismou de imediato como “Santos Mártires”, dando uma entoação cristã à epopeia de Harper’s Ferry.

Segue-se, uma súmula do seu julgamento e dos seus companheiros, descrita como apressada, malconduzida, baseada em falsos documentos e falsas testemunhas, resultando rapidamente em três condenações à morte, sendo característica de um regime despótico (a Turquia), mas não de um país civilizado como os Estados Unidos. A crítica desta decisão, perante a opinião pública europeia, traduzia-se num apelo à “consciência universal” da humanidade, juiz imparcial e severo destes atos tirânicos. O “mundo civilizado” não podia deixar de condenar as autoridades políticas e judiciais deste estado norte-americano, os proprietários de escravos e por extensão toda a população da Virgínia. O olhar da Europa fixava-se na América esperando e julgando ...tornando-se a imagem viva da “consciência universal”. Perante a iminência da execução e a expectativa de um adiamento, o autor considera chegado o momento de levantar a voz em defesa da vida de John Brown. O otimismo de Vítor Hugo levava-o a supor inevitável uma segunda suspensão da execução e finalmente o perdão. A esperança do autor na possibilidade da comutação da pena, resultava diretamente do facto, dos Estados Unidos serem uma “nobre terra”, um “país livre”, onde os sentimentos humanos rapidamente se difundiam.

Aliás, na perspetiva de Vítor Hugo, o que estava em causa, não era o “pequeno estado da Virgínia”, mas a “grande República Americana” e, por extensão, a própria imagem do republicanismo americano e europeu. A veneração e admiração pela república norte-americana suscitava esta profunda preocupação pelo facto dum pequeno estado, a Virgínia, poder vir a comprometer a imagem positiva dos Estados Unidos. Assim sendo, a intervenção federal era essencial para impedir que isto acontecesse, sendo totalmente legal, evitando que as ações desonrosas de um estado, se estendessem ao conjunto da república. A indignação generosa dos Estados do Norte não chegava para apagar o “oprobrio” do homicídio dos Estados do Sul, pois este punha em causa todos aqueles, que tinham como “pátria comum o símbolo democrático”. Adotando o conceito de “história incorruptível” avisava os americanos de que a “augusta federação do novo mundo” se tornaria numa “solidariedade sangrenta”, passando a identificar-se com o “laço da força” de John Brown. Este era descrito como um “libertador”, mas principalmente como um militante cristão, um “combatente de Cristo”, cuja morte ou assassínio era inadmissível. Os Estados Unidos era um país que pertencia com a França, a Inglaterra, a Alemanha aos “órgãos civilizadores”, excedendo a Europa em “arrosos sublimes do progresso”, “vértice de um mundo inteiro”, “imenso facho da liberdade” e por isso era horrível “a ideia de tão grande crime cometido por tão grande povo”. Do ponto de vista político, seria um desastre para a União, pois consolidaria “a escravatura na Virgínia” e destruiria a “democracia americana”. Do ponto de vista moral, seria ainda igualmente ou mais grave pois, significaria

“o assassinato do livramento pela liberdade”.

Nesta ambiência simultaneamente religiosa e humanista do idealismo filosófico e romantismo europeu, Vítor Hugo definia-se como um “átomo” de uma realidade maior, coletiva, de certa maneira transcendente, a “consciência humana”, implicitamente universal, implicando salvar a “lei moral e universal” e impedir um fratricídio semelhante ao Abel por Caim. O caso americano tornava-se, ainda mais grave, pois era Washington o autor da morte do novo Spartacus, identificado com o “mártir cristão”, John Brown. Os ecos desta carta de Vítor Hugo ultrapassaram o momento da sua publicação, reemergindo, após o conhecimento na Europa da execução de John Brown e o subsequente, repúdio generalizado da imprensa e opinião pública. O Jornal do Porto de 31/12/1859 constatou o engano de Vítor Hugo que pensou ser impossível tal acontecer num artigo publicado na Presse. No mesmo jornal, o jornalista António Augusto Teixeira de Vasconcelos, sob o pseudónimo Daniel, confirmou numa asserção humanista e cristã esta abordagem, dizendo, que ao contrário do que esperava Victor Hugo, Washington tinha matado Spartaco. Todavia, acrescentava numa visão mais otimista do futuro, a inevitabilidade do triunfo da causa da emancipação dos escravos, pois “o sangue dos mártires fertiliza o campo das ideias”¹⁶.

4. A persistência da memória de John Brown.

A memória de John Brown emergiu no imaginário coletivo norte-americano, imediatamente após a sua execução, sendo o ponto de partida a análise da repercussão política do ataque a Harper’s Ferry e a sua subsequente condenação. O periódico Futuro apercebeu-se deste facto no número de 1 de janeiro de 1860, referindo o pânico provocado nos estados escravagistas e as suas subseqüentes pressões sobre o Congresso norte-americano. Algo semelhante aconteceu com a Nação de 07/01/1860, ao relatar as convulsões produzidas no poder legislativo pela execução de John Brown, salientando a intransigência dos republicanos, a divisão em três tendências do Congresso e a impossibilidade de obter um consenso para a eleição do respetivo presidente. A memória de John Brown, também, estava presente nos lamentos referentes, à posterior execução dos seus companheiros de armas como é noticiado pelo Futuro de 10/01/1860 e replicado pelo jornal Nacional de 12/01/1860.

As repercussões da tragédia, não terminaram com a sua execução e dos seus companheiros, tendo um subsequente prolongamento na guerra civil americana de 1861-1865. Vítor Hugo tinha chegado a esta constatação em 1861, tendo sido a sua anterior ação em defesa de John Brown lembrada pela imprensa portuguesa, ao referir um anterior desenho de Vítor Hugo, reproduzido posteriormente pelo

¹⁶ Vasconcelos, António Augusto Teixeira de, (Daniel) - Correspondência política do Jornal do Porto, Jornal do Porto, Porto, Nº 247 (31/12/1859), Correspondências – Paris 19 de dezembro, p.2

gravador M. Chensy. Neste contexto, tornava-se compreensível a transcrição da carta, que Vítor Hugo tinha dirigido a este último, no qual exprime a tristeza pelo facto da sua profecia sobre a divisão dos Estados Unidos, se ter realizado finalmente, embora valorizando de forma positiva a abolição final da escravatura¹⁷.

A Revista Militar na pessoa do seu articulista Major António Florêncio de Sousa Pinto, também reproduziu esta carta, embora parcialmente. No entanto, excluiu o apelo aos republicanos para cumprirem o seu dever e aos escravos para lhes recordar a sua liberdade. Provavelmente, a referência implícita à revolta não casava bem com as suas tendências monárquicas e não abolicionistas. A sua crítica aos países da “liberdade” implicava igualmente uma análise negativa dos regimes republicanos e do republicanismo¹⁸. A abordagem do Jornal do Porto de 11 de fevereiro de 1861 vai no mesmo sentido. António Augusto Teixeira de Vasconcelos no Comércio do Porto, ao referir a crise secessionista em curso e o óbvio risco da guerra civil, reproduzia as observações do abolicionista Wendel Philips, da sociedade abolicionista de Massachussets, lembrando John Brown¹⁹. A polémica em torno do ato radical de John Brown e o seu impacto nas sociedades ocidentais, americanas e europeias teve, também, um eco direto em Portugal em polémicas nas Cortes portuguesas da época, nomeadamente, a propósito da tentativa falhada de impor administrativamente a pena de morte aos escravos rebeldes em Angola, bastando uma decisão do governador, sem intervenção do governo de Lisboa e do rei, como estabelecia a Carta Constitucional de 1826. O Jornal do Comércio de 16/02/1860 era um extenuo opositor desta medida, utilizando-a para a atacar a memória de John Brown o libertador dos escravos da Virgínia.

A memória de John Brown estará bem presente nos posteriores acontecimentos de 1861, que conduziram diretamente à Guerra Civil Americana de 1861-1865. Nesta perspetiva, a ação do presidente Abraham Lincoln, nos dois primeiros anos do conflito entre unionistas e confederados, também foi avaliada em função dos acontecimentos trágicos de 1859. O presidente foi considerado essencialmente um moderado, que era incapaz ou não pretendia seguir as pegadas dos spartakistas, dos extremistas abolicionistas como refere o Jornal do Porto de 13/08/1861. Esta perspetiva foi reforçada pelo dilema de 1862, entre abolicionistas e moderados, sobre a libertação dos escravos dos estados rebeldes, que conduziu à proclamação

¹⁷ Sampaio, António Rodrigues, (R. de S.), Política Externa, Jornal do Comércio, Lisboa, Nº 2208 (08/02/1861), p.1

¹⁸ Pinto, António Florêncio de Sousa, A tempestade cresce, Revista Militar, Lisboa, Tomo XIII, Nº 15 (15/08/1861), p.486-487.

¹⁹ «Descansa John Brown, mártir de Harper's Ferry! O teu sangue não foi derramado em vão! E vós, almas de Lafayette e de Kosciuzko, exultai. A única nódoa que havia nas vossas espadas vai desaparecer. Em breve na América inteira ninguém terá poder, nem desejo de possuir um escravo.» Vasconcelos, António Augusto Teixeira de (Nabucodonosor), Correspondência particular do Comércio do Porto, Comércio do Porto, Porto, Nº 18 (22/01/1861), Revista Política Estrangeira – Paris 14 de Janeiro de 1861, p.1.

de emancipação de 1863 tal como foi referido no *Jornal do Porto* de 13/02/1862.

Todavia, o mais importante era o facto dos fundadores do abolicionismo americano, no início da guerra civil americana serem identificados com John Brown e Beecher Stowe. O *Jornal do Comércio* de 18/07/1861 referiu este facto, não deixando de acrescentar a responsabilidade de ambos, na rutura entre o Norte e o Sul que conduziu à guerra civil. A situação repetia-se no mesmo periódico dois meses depois a 18/09/1861, mas numa perspetiva mais sombria dos acontecimentos e aparentemente negativa no referente aos unionistas e aos habitantes dos Estados do Norte, acusados de racismo. Nesta perspetiva, os verdadeiros abolicionistas, na linha de John Brown e Beecher Stowe são uma ínfima minoria sem peso real no universo político nortista. A mesma questão se colocou à Revolução de Setembro no número de 07/02/1863, quando condenava uma possível intervenção inglesa, na guerra civil americana a favor dos sulistas, sendo uma traição à memória de John Brown e aos abolicionistas ingleses como Clarkson e Wilberforce.

Finalmente, no término da guerra civil em 1865, o tema reemergiu a propósito do assassinio de Lincoln por John Wilkes Booth. A Nação e o *Jornal do Porto* referiram o “testamento” do assassino do presidente e as suas referências a John Brown. O primeiro transcreve uma tradução do mesmo, na qual este se refere “elogiosamente” a John Brown, sendo essencialmente um pretexto ou forma de legitimação e autoelogio do próprio John Wilkes Booth em 17/05/1865. Algo diferente acontece com o segundo periódico na qual uma apreciação crítica e escandalizada acompanhava o respetivo relato de 14/05/1865:

“«Estranha inversão de ideias!» - exclamava ele; e bem invertidas estavam as suas, quando abençoava a escravidão, como um benefício da providência, e não duvidava gloriar-se de ter contribuído para o suplício de John Brown.”

O carrasco de John Brown era um benemérito para o assassinio de Abraão Lincoln! [...]”²⁰.

O raid malsucedido de Harper’s Ferry de 1859, da autoria de John Brown e dos seus seguidores, produziu um terramoto político nos Estados Unidos e na Europa, tendo repercussões no período posterior da guerra civil norte-americana e condicionaram a opinião pública ocidental. A imprensa portuguesa da época na sua multiplicidade e diversidade, mostrou-se capaz de oferecer uma análise fundamentada dos acontecimentos, revelando à opinião pública nacional, a relevância de um acontecimento militar aparentemente marginal na evolução política dos Estados Unidos. Assim sendo, foi precursora de um pensamento estratégico moderno, ao valorizar a interligação entre as dinâmicas políticas e militares na evolução dos conflitos armados.

²⁰ Anónimo, *Revista Estrangeira*, *Jornal do Porto*, Porto, Nº 109 (14/05/1865), p.1

BIBLIOGRAFIA:

BRITO, António Ferreira de - A Escola do Porto e Victor Hugo (O Grupo de A Grinalda), In Vítor Hugo e Portugal, 1ª Edição, Porto, Humbertotipo, 1987.

FIELD, Ron - Avenging Angel. John Brown's Raid on Harpers Ferry, 1859, First Edition, Oxford/New York, Osprey Publishing, 2012, ISBN: 9781849087575.

MACHADO, Álvaro Manuel – Les romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales, 1^o Edition, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986.

MEDINA, João, Aspetos da hugolatria portuguesa: A projecção política de Victor Hugo em Portugal, In Vítor Hugo e Portugal, 1ª Edição, Porto, Humbertotipo, 1987.

REYNOLDS, David S., John Brown, Abolitionist. The man who killed slavery, sparked the civil war, and seeded civil rights, New York, Vintage Books, 2005, Vintage ISBN-13: 978-0-375-72615-6, Vintage ISBN-10: 0-375-72615-2.

SAINLAUDE, Stève - France and the American Civil War. A Diplomatic History, First Edition, Chapel Hill: The University of North Carolina, 2019, ISBN 9781469649948, ISBN 9781469649955.

JÚLIO RODRIGUES DA SILVA

Doutorado em História e Teoria das Ideias (1999) pela FCSH da UNL. Professor Associado da FCSH da UNL (2011-2022). Investigador Integrado e Membro do Conselho Científico do CHAM da FCSH da UNL (2013-2022). Investigador Colaborador do CEIS 20, da FLUC da U.C. (2007-2022). Membro Efectivo do Conselho Científico da CPHM (2007-2022).



Citar este texto:

SILVA, Júlio Rodrigues da – John Brown na Imprensa Portuguesa (1859-1861). Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/QGGJ6167>

THE GREAT WAR AS THE REFERENCE POINT IN BILATERAL COOPERATION BETWEEN SERBIA AND PORTUGAL

Aleksandra Pećinar

Resumo

Hoje, uma vez mais, a Europa como região que há muito tempo é uma zona de religiões, ideologias, nacionalismos e ambições opostas, enfrenta desafios históricos. Parece que o período de evolução pacífica das relações internacionais após a Guerra Fria terminou, e que é muito difícil prever cenários futuros e, de acordo com eles, a evolução dos acontecimentos na cena mundial. Durante a Guerra Fria, os acontecimentos da Grande Guerra não possuíam ligação aos problemas actuais. Contudo, o facto de os procedimentos diplomáticos, e a sua correlação com as operações militares no final da Primeira Guerra Mundial, terem voltado a atrair a atenção ultimamente, pode ser em grande parte justificado pela preocupação, mas também pela necessidade de descobrir o nosso próprio mundo.

A fim de analisar as dimensões menos conhecidas das relações diplomáticas e militares da Sérvia e de Portugal, as reviravoltas da política de guerra sérvia e portuguesa são brevemente demonstradas no seu contexto internacional, enquanto a utilidade de certos territórios e instalações para os beligerantes é sumariamente explicada. O papel das forças armadas sérvias e portuguesas é também brevemente examinado em termos das suas realizações e restrições contemporâneas durante a secção cronológica acima referida. Caracterizando a Grande Guerra como o ponto de referência na história das relações bilaterais entre duas nações heróicas, comemoramos também os milhares de mortos de ambos os lados que lutaram e caíram durante a Grande Guerra.

Palavras-chave: Sérvia; Portugal; Grande Guerra; diplomacia; relações militares

Abstract

Today, once again, Europe as region that has long been area of opposing religions, ideologies, nationalisms and ambitions is once again facing historical

challenges. It seems that the period of peaceful evolution of international relations after the Cold War is over, and that it is very difficult to predict future scenarios and, in accordance with them, the development of events on the global stage. During the Cold War, the events of the Great War were not linked to the current problems. However, the fact that the diplomatic procedures and their correlation with military operations at the end of the WWI have been attracting attention again lately, can be largely justified by the concern, but also by the need to figure out our own world.

In order to analyse the less known dimensions of diplomatic and military relations of Serbia and Portugal, the twists and turns of Serbian and Portuguese war policy are briefly shown in its international context, while the utility of certain territories and facilities for the belligerents is summarily explained. The role of the Serbian and Portuguese armed forces is also briefly examined in terms of its achievements and contemporary constraints during the aforementioned chronological section. Characterizing the Great War as the reference point in history of bilateral relations between two heroic nations, we also commemorate the thousands of dead on both sides who fought and fell during the Great War.

Key words: Serbia; Portugal; Great War; diplomacy; military relations

On March 10th 1882, the King of Serbia, Milan Obrenovic sent a letter to King Luis I of Portugal and the Algarves, informing him about the new status of the former principality of Serbia and the establishment of the independent kingdom. A few days later, Serbian King sent also the highest Serbian decoration, the Grand Cross of the Royal Order of Takovo. Although theoretically it can be assumed that the date of establishment of diplomatic relations between two countries was a little earlier, a strongest assertion is that of November 14th 1842, when in response a special envoy of King of Portugal delivered the decorations of Portugal Monarch to the Serbian King.¹

A quarter of a century elapsed between the independence of Serbia in 1878, as a result of the Berlin Congress, and the opening of the first Consulate in Lisbon, which attests to the traditional distance of Portugal to the Eastern European affairs. In addition, from the date of the opening of the Consulate to the continued establishment of diplomatic relations was another sixteen years, if we consider, according to H.N. Oliveira, the debatable date of 1919.² In

¹ O. Antic, Jubilee of 140 years of diplomatic relations between Serbia and Portugal, *Diário de Notícias*, 14.02.2022

² H.N. Oliveira, (2010). *Subsídio para a história das relações bilaterais entre Portugal e a Sérvia*. Lusíada. História 7.

spite of certain estimates (which specifies the opening date of the legation of the Kingdom of Serbia in Lisbon on October 19, 1917)³, truth is that only in 1919, there is a reference to the Envoy and Minister Plenipotentiary Dragomir Stefanovitch presenting credentials to the President of the Republic, Admiral Canto e Castro, „charged with the mission of establishing and strengthening the bonds of friendship” between Kingdom of SCS and Portugal.⁴

Unambiguously, due to distance the diplomatic affairs of Serbia and Portugal were often little known. However, the fact that could not be neglected is that during the World War I, the two countries were on the same side, as allied powers. In spite of the fact that the Battle of the Lys marked the end of independent existence of the Portuguese Expeditionary Corps (CEP) in France and „from that point until the end of the war the Portuguese were held in reserve as labor troops”, there is another information that could not be substantiated yet, but is under investigation, regarding the presence of two battalions from Portugal at Salonica Front at the beginning of 1918.⁵ Although the official Portuguese history states that : “From the Battle of Lys Portuguese forces as a large cohesive unit were left with only a diminished role”⁶, the aforementioned reference potentially means that Portuguese army was involved and contributed to the Salonica Theatre of operations. Here, we should notice, in support to it, that the sizes and the multinational character of armies involved in this important “area of supply and transit” lead us to denominate the military conflict in this secondary front as “A Mini World War in the Balkans”.⁷

Contemporary strategies in historical perspective

Today, once again, Europe as region that has long been area of opposing religions, ideologies, nationalisms and ambitions is once again facing historical challenges. It seems that the period of peaceful evolution of international relations after the Cold War is over, and that it is very difficult to predict future scenarios and, in accordance with them, the development of events on the global stage. All the more so, the perspective of this region. Namely, the withdrawal of

³ Also the Wikipedia entry “Portugal-Serbia relations”

(http://en.wikipedia.org/wiki/Portugal%E2%80%93Serbia_relations – accessed February 14, 2022) points to the same date, basing it on the supposed information on page 35 of Gerhard Schultz’s work, *Revolutions and peace treaties, 1917-1920*, which does not correspond to reality. However, Santos Carvalho also mentions the date 1917 (1986: 53), possibly by consulting Serbian sources.

⁴ Ibid 2.

⁵ <https://www.kathimerini.gr/life/city/848127/i-vavel-ton-fylon-sti-thessaloniki-toy-1916/>

⁶ <https://fsi.stanford.edu/events/geographies-memory-geographies-loss-first-world-war-portuguese-east-africa>

⁷ The term A Mini World War in the Balkans was coined by the author of the article in 2018 on the occasion of the 100th anniversary of WWI

Great Britain from European institutions, the rise of extremist national leaders, as well as the challenges imposed by aggressive policies of global political actors, pose new, seemingly difficult-to-understand questions. The “neighbourhood” of the European Union has been turned into an area of instability in recent years, and especially the Mediterranean area is facing uncertain political and security situations. It turns out that Europe is far from achieving one of its main goals contained in the revised common policy strategy - establishing security in the EU’s neighbourhood and in the Balkans, the Mediterranean, the Middle East and the Caucasus.

Due to the global confrontation for new distribution of power and influence around the world, in all these scenarios Europe has been brought to the brink of a new, modern version of the Cold War confrontation, much more dangerous than the classic Cold War, because its actors are unable to control the consequences of their actions.

During the Cold War, the events of the Great War were not linked to current problems. However, the fact that the diplomatic procedures and their correlation with military operations at the end of the WWI, the peace solution from Paris in 1919 and the territorial changes caused by it, have been attracting attention again lately, can be largely justified by the concern, but also by the need to figure out our own world. Although history is so often misused to support political ideologies, or to promote extravagant territorial demands, we conclude that it is necessary to understand the historical perspective of contemporary political, economic and security dilemmas we are witnessing and strategies that are more or less successfully implemented. In itself, the question arises as to where the real causes of such a development are.

Following the long thread of history and winding it backwards, we will get to the tangle from when the events began. This hub bears the “stamp” of the First World War, today only a seemingly faded event of modern history.

In time of war it is difficult to speak of diplomacy *stricto sensu*, in the sense that country uses its influence to expand its` international, territorial, political, economic or any other status. What occurs is rather an exercise in navigation and in searching for tactical supports in the maze of conflicting interests of the Great Powers and the peripheral interests. Nevertheless, in an attempt to emphasize the importance of the research of WWI, we would try to correlate some military operations and diplomatic developments during the Great War.⁸

The twists and turns of Serbian and Portuguese war policy are briefly shown in its international context, while the utility of certain territories and facilities for the belligerents is summarily explained. The role of the Serbian and

⁸ Cyril Bentham Falls, *Military Operations Macedonia from the Outbreak of War to the Spring of 1917*. [... From the Spring of 1917 to the End of the War.], vols I-II, London, HMSO, 1933-35.

Portuguese armed forces is also briefly examined in terms of its achievements and contemporary constraints during the aforementioned chronological section.

Salonika Theatre of Operations

Although the name of Salonika front does not have the same resonance as those of Verdun or the Somme e.g., which have become history landmarks, it could and should claim a share both in the collective endeavor of 1914-1918 and in its eventual outcome. As far as the significance of the Salonika Theatre of Operations is concerned, the leadership, press and public opinion of the Western Alliance had already made up their minds during the course of the First World War: it was a far-off and insignificant front, a waste of manpower and resources, and was depriving the main field of operations of forces. However, we attempt to provide an answer to the question of what is the role and the value of secondary fronts, which after period of relative inertia, are activated at just the right moment with a view to dynamically reversing the current situation and even forcing the final outcome.

Undoubtedly, the political division in Greece contributed to this lack of clear strategic policy and diminished allied interest in the significance of this front. Nevertheless, diplomatic processes closely related to strategic development of operations at Salonika front, greatly affected the outcome of the Great War. The intensity of diplomatic initiatives to obtain the consent of political leadership of ideologically, but also territorially divided Greece for the country's entry into the war, as well as the size and multinational character of armies that were located in the "entrenched Camp of Thessalonica" from the moment of its creation until the breakthrough of the Front, lead us to more detailed appraisal of military and diplomatic developments on this secondary battle front. The importance of the analysis of strategic options and goals of divided Greek political and military leadership in the light of Great Powers' tendencies in the Balkans and their efforts to preserve this region as the "safe route to the East", become even more striking if the outburst of war in this "area of supply and transit" should be further clarified by examining the significance of Greece in German strategy, the place of Southern front in Bulgaria's foreign policy, the aims and prospects of Italy, but also the activities of "Athens Intelligence", geo-strategic importance of Cyprus, and especially the Allied operations to "neutral" Greek territory that followed later.

As to Serbia, after the victory of the Serbian army in the Battle of Kolubara, in December in 1914, on the Serbian front there was a lull until the early autumn of 1915. Under the command of Field Marshal August von Mackensen, the Austro-Hungarian Balkan Army, the German 11th Army and river flotillas on the Danube and the Sava began an offensive on 6 October 1915, the largest offensive against Serbia. By September 1915, despite the extreme sacrifice of the Serbian army, the

Austro-Hungarian Balkan Army, having crossed the rivers Sava and Drina and the German 11th Army after crossing the Danube, occupied Belgrade, Smederevo, Požarevac and Golubac, creating a wide bridgehead south of the Sava and Danube rivers, forcing Serbian forces to withdraw to southern Serbia. That same day, 15 October in 1915, the two Bulgarian army was suppressed the weak Serbian units, penetrated into the valley of the South Morava river near Vranje up to 22 October 1915, occupied Kumanovo, Štip, Skopje, and prevented the withdrawal of the Serbian army to the Greek border and Thessaloniki. For a year, the Allies (Britain and France) had repeatedly promised to send military forces to Serbia, while nothing had been realized. But with Bulgaria's mobilization to its south, the situation for Serbia became desperate. The developments finally forced the French and the British to decide upon sending a small expedition force of two divisions to help Serbia, but even these arrived too late in the Greek port of Salonika to have any impact in the operations. The main reason for the delay was the lack of available Allied forces due to the critical situation in the Western front, while the Greek neutrality was used as an excuse, although the Albanian coast was also available for a rapid deployment of reinforcements and supplying of equipment during the past 14 months. In any case the lack of Allied support sealed the fate of the Serbian Army. Against Serbia were marched the Bulgarian Army, a German Army, and an Austro-Hungarian Army, all under the command of Field Marshal Mackensen. The Germans and Austro-Hungarians began their attack on October 7 with a massive artillery barrage, followed by attacks across the rivers. Then, on the 11th, the Bulgarian Army attacked from two directions, one from the north of Bulgaria towards Niš, the other from the south towards Skopje. The Bulgarian Army rapidly broke through the weaker Serbian forces, that tried to block its advance. With the Bulgarian breakthrough, the Serbian position became hopeless; either their main army in the north would be surrounded and forced to surrender, or it would try to retreat. Serbian Marshal Putnik ordered a full retreat, south and west through Montenegro and into Albania. The weather was terrible, the roads poor and the army had to help the tens of thousands of civilians who retreated with them. Only c. 125,000 Serbian soldiers reached the Adriatic coast and embarked on Italian transport ships that carried the army to Corfu and other Greek islands before being sent to Thessaloniki. The French and British divisions marched north from Thessaloniki in late November under the command of French General Maurice Sarrail. However, the British divisions were ordered by the War Office in London not to cross the Greek frontier. So the French divisions advanced on their own up the Vardar River. This advance was of some limited help to the retreating Serbian Army as the Bulgarian Army had to concentrate larger forces on their southern flank to deal with the threat, which led to the Battle of Krivolak. By mid-December, General Sarrail concluded retreat was necessary in the face of massive Bulgarian assaults on his positions. As with the British, the Germans ordered the Bulgarians not to cross the Greek borders reluctant to risk a Greek entrance to the war against a Bulgarian invasion

in Macedonia. The Allies for their part took advantage of that, reinforcing and consolidating their positions behind the borders.

A flaw in the victory was that the Allies managed to save a part of the Serbian Army, which although battered, seriously reduced and almost unarmed, escaped total destruction and after reorganizing was able to resume operations six months later. But the most damaging event for the Central Powers was that the Allies—using the moral excuse of saving the Serbian Army—managed to replace the impossible Serbian front with a viable one established in Macedonia.⁹

Greek Prime minister, Eleftherios Venizelos, was the architect of Greek involvement in the First World War and it was him who invited the British and French troops to land at Thessalonica in September 1915.¹⁰ At the same time, in his foreign policy, he was defending the balance of power which had emerged in the Balkans following the Treaty of Bucharest and was envisioning a peaceful future for this region as well as the creation of a Balkan federation.¹¹ The international conditions, however, were not all favorable to such a policy. The new state of affairs in the Balkans which had arisen from the Balkan wars was at odds with the territorial claims of Bulgaria and Turkey and also represented a setback for the imperialist ambitions of Austria-Hungary and Italy in the area.¹² Thus, on the eve of the outbreak of the Great War Greece was again facing the threat of a new Greek-Turkish war. The Turks laid claim to the islands of the Eastern Aegean and were unleashing a wave of pitiless persecution against the Greeks in Asia Minor. The revisionist policy in Bulgaria, the enmity of Austria–Hungary, the conflicts with Italy over the Dodecanese Islands and the frontier with the Albania, and first and foremost the Turkish threat, in the conjunction with the reluctance of Romania and Serbia to be drawn into a war with Turkey over the Aegean Islands, obliged Venizelos to seek strong international support in order to counter the serious danger threatening the country.¹³

When Austria-Hungary declared war against Serbia in 1914, she thought of a sharp, short, military engagement, which would have resolved the South Slav question to her benefit. However, the absorption of much of her military resources in the fighting against the Russians, and several suboptimal decisions

⁹ Falls, C. (1933). *Military Operations Macedonia, From the Outbreak of War to the Spring of 1917* (IWM and Battery Press 1996 ed.). London: HMSO. ISBN 0-89839-242-X.

¹⁰ Papadakis, N.E., “Eleftherios Venizelos` Strategic Goals and the Salonica Theatre of Operations”, *The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War* (Thessalonica 2005).

¹¹ Venizelos` address to Parliament which is published in the nsp. Efimeris Sizitiseon Voulis (September 21, 1915).

¹² G. Leontaritis, “The international situation of Greece on the eve of the World War I”, (in *Ιστορία του Ελληνικού Έθνους*, 15), Athens 1978, 8-10.

¹³ E. Gardikas-Katsiadakis, “Venizelos and Churchill: the bases of the anglo-hellenic understanding (1912-1913)”, in: Th. Veremis&Od. Dimitrakopoulos (ed.), *Μελετήματα γύρω από το Βενιζέλο και την εποχή του*, (Athens 1980), 87-100.

of the Austrian High Command, enabled Serbia to withstand successfully several Austrian offensive operations.¹⁴

The concurrent failure of the Moltke's version of the Schlieffen plan, the nature of the coalition warfare, which encouraged exhausted belligerents to remain in the war by the hope and promises of aid from their allies, and the singular inability of achieving a breakthrough through the enemy lines for most of the war, led to its prolongation, and spurred a search for new allies by the competing European Alliances.¹⁵

Despite the fact that the grand total of the mobilized men of the Balkan states could have been higher than that of Austria-Hungary, their backward transport system and underdeveloped productive base, meant that they could not sustain a long war without outside help. Indeed, the geographic unity of the Balkans and the relative weakness of the Balkan States made advisable their entry to the Great War as a Bloc, since this would have enhanced their military and diplomatic standing, while opening the way for a mutually-agreed post war settlement of the outstanding questions there.¹⁶ Venizelos never really abandoned the idea of a reconstituted Balkan Block against the Central Powers and their Balkan Allies (Turkey and Bulgaria) with which Greece was seriously divided on a number of issues, but the course of the War dictated that Greece would enter it individually.¹⁷ He had always intended to "tie Greece to the apron-strings of the Sea Powers,"¹⁸ and the First World War offered a promising opportunity for this to happen. At the beginning of the War, he permitted the use of various bays in the Ionian and the Aegean Seas by Entente destroyers and torpedo boats.¹⁹ He also entrusted the command of the Greek fleet to Vice Admiral Mark Kerr, the Head of the British Naval Mission to Greece²⁰ in the aftermath of the Greek rejection of Kaiser's offer of alliance and the escape of the Goeben and Breslau to the Dardanelles. Under these circumstances the outbreak of war was presented Venizelos with unique opportunity to obtain the support he was seeking. His proposal eventually fell through due to the preference of Russia for a Serbo-Bulgarian understanding and British pre-occupation with the situation in Antwerp and the Channel ports. Venizelos further offered to place all the naval and military forces of Greece at the disposal of the Entente. This was also declined, since it was feared that it would push Turkey and Bulgaria into the opposite camp and complicate the Russian claim to Constantinople before the stabilization of the Western front and the

¹⁴ H. Strachan, *The First World War: To Arms*, vol. 1, (Oxford New York 2001), 335-347.

¹⁵ P. Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, (New York 1987), 256.

¹⁶ M. S. Anderson, *The Eastern question, 1774-1923: a study in international relations*, (London & New York 1966), 310.

¹⁷ C. Svolopoulos, *Ελληνική εξωτερική πολιτική 1900-1945*, (Athens 1993), 109.

¹⁸ G. F. Abbot, *Greece and the Allies 1914-1922*, (London, 1922) 4-5.

¹⁹ Z. Fotakis, *Greek Naval Strategy and Policy 1910-1919*, (London & New York 2005), 108.

²⁰ *Ibid* 19.

reinforcement with Indian troops of the Suez Canal had been effected.²¹ In spite of the rejection of this proposal, the Greek Prime minister returned to the Allies on the 18th August 1914 with the proposal that his country should participate in the war on condition that it would be accepted as an ally. Realizing that domestic and inter-allied considerations precluded the conclusion of a formal alliance between Greece and the Entente at the time,²² he offered good services to it, without usually asking for quid pro quo.²³ The logic of Venizelos' proposal lies within the terms of his strategic aim, namely, first to ensure the security and territorial integrity of the country in face of Turkish threat within the framework of an allied system of security such as that of the Entente, and subsequently to seek satisfaction of the unredeemed territorial claims of the country.²⁴

As is known, Venizelos' initiatives did not find acceptance with the Western Allies, who, after Turkey's decision to join the camp of the Central Powers, were exerting pressure on Greece and Serbia to make territorial concessions to Bulgaria in order to bring Bulgaria into their side. The allied leadership couldn't appreciate that the Athens-Belgrade axis constituted the only stable support which it possessed at the start of the war. The exploitation of this axis could, if nothing else, have secured the neutrality of Bulgaria and influenced the final decisions of Romania. This anything but clear sighted policy of the allied states would not only fail to bring the Bulgaria into their camp, but would undermine Venizelos' position domestically and strengthen the pro- German neutrality of the Palace and the General Staff.

The events, which followed, were to test severely the policy of Allies in the Balkans and were to draw them into the whirlpool of the Greek drama, which, for the Greeks cost a disastrous division, and for the allies cost in all probability the prolongation of the war.²⁵

At the beginning of 1915 a Greek offer of support for Serbia conditional upon Romania covering Bulgaria was withdrawn because Sazonov promised Romania in October 1914, all that she could have reasonably hoped to gain in return for her neutrality, thus making Romania unwilling to enter the war, unless she was tempted with extravagant promises by the Allies.²⁶ On January

²¹ J. C. Smith, "Great Britain and the 1914-1915 Straits Agreement with Russia: The British Promise of November 1914", *The American Historical Review*, 70 (4) (1965) 1017.

²² G. Leon, *Greece and the Great Powers, 1914-1917*, (Thessaloniki 1974).

²³ G. Leontaritis, *Greece and the First World War: From Neutrality to Intervention 1917-1918*, (New York 1990), 409.

²⁴ Venizelos was convinced from the outset that Great Britain, the country which was ruling at sea, would be the country which would affect decisively the outcome of the war. (S. Markezinis, *Political History of Greece*, (Athens 1967), 274.)

²⁵ Papadakis, *The Salonica Theatre of Operations*, 99

²⁶ C. J. Lowe, "The Failure of British Diplomacy in the Balkans, 1914- 1916", *Canadian Journal of History*, 4 (1) (1969) 81.

7th 1915 Venizelos also told Elliot that a war against Turkey would be popular in Greece and that in return for Greek intervention the allies should guarantee his country territorial gains in Asia Minor. Thus he alluded for the first time to a possible partition of the Ottoman Empire and to a firm allied control of the Straits as the only guarantee for the future security of Greek acquisitions in Anatolia. His Majesty's Government took up this proposal and offered on 24th January the Smyrna area to Greece in the event of Greek help to Serbia against Austria. Venizelos and King Constantine of Greece eventually shrunk from this, since it did not appear to be a practical proposition given the poor state of the Thessalonica-Belgrade line and the reluctance of Romania to help.²⁷

In March 1915 the Greek Prime Minister offered to help the Allies in the Dardanelles campaign, thus creating a profound impression in London.²⁸ Notwithstanding the quality of the Greek troops, which appeared eminently high to the British military attaché in Athens, the contribution of the Greek light fleet was, in British eyes, of greater importance for the success of this campaign. The insistence of the British Admiralty on the participation of the Greek flotillas in the Dardanelles operations is understandable considering that Greek naval assistance could have been useful for minesweeping purposes.²⁹ King Constantine of Greece eventually blocked Greek participation in the Dardanelles campaign setting off the "National Schism", which divided the Greek people until the Second World War. Indeed, in Greece, "as in other belligerent regimes across Europe, the war served to radicalize pre-war political animosities and expose political military tensions".³⁰ The Dardanelles campaign took then its well-known, unhappy path and contributed to the prolongation of the war and its many, severe concomitants. However, what was unfortunate for humanity at large, was not necessarily bad for Greek national interests, since the Greek King maintained "that it would be folly to go to war in order to help Russia to obtain and retain Constantinople". In the summer of 1915, after his visit to the Balkans, Hanke, the Secretary to the Committee of Imperial Defense similarly reported that "all authorities on the Balkans and on Turkey insisted on the objections which all Balkan states have to a Russian occupation of Constantinople". In all truth, the establishment of Russia in the Balkans would have made a Greek alliance of little utility to Serbia, thus opening the way to a Serbo-Bulgarian territorial understanding at the expense of Greece.³¹

The Allies were soon to pay for their blindness with the failed operation in Dardanelles, which with Greek participation would in all probability have had successful outcome with unforeseeable consequences for the length of the

²⁷ Leon, Greece and the Great Powers, 99.

²⁸ Fotakis, Greek Naval Strategy, 112.

²⁹ The National Archives, ADM 116/1437B,(Dardanelles Commission), Examination of Sir Thomas Montgomery Cunninghame, 13 March 1917, 1152.

³⁰ Fotakis, Greek Naval Strategy 118-119.

³¹ Ibid, 114-115.

war. However, this operation, besides everything else, brought about the first open clash between the King and the Prime Minister leading the resignation of Venizelos who, after elections, returned to power in August 1915.

In the meantime, helped by the inept allied policy in playing the Bulgaria card, a strong current of public opinion in favor of neutrality had formed, issuing from the Palace the military, Venizelos' political opponents and of course, the German propaganda. Venizelos had no longer the domestic support which he had enjoyed at the beginning of the war. One month after Venizelos' return to government Bulgaria announced a general mobilization and Greece responded with the same measure. In the meantime Serbia found itself in a dire situation in view of the impending joint attack of German and Austrian forces against the country. This, together with the certainty of Bulgaria's joining the camp of Central Powers, would lead inescapably to the crushing of the Serbian army and the eclipse of the Serbian factor from the Balkan chess-board.³²

The Serbian campaign in autumn 1915 was the moment in which the Greek question became urgent. The German Army Commanders in Serbia, Field Marshal August v. Mackensen and his Chief of Staff, Hans v. Seeckt, wanted to attack the Allied forces in Thessalonika and "throw them into the Mediterranean". Their Bulgarian allies were in a very similar mood, but they did not attack for two essential reasons: The railway connections were not sufficient to bring the necessary troops and ammunition to the Salonica front, and, the Germans did not want to bring Greece into the war, since they knew quite well the very difficult internal situation and feared that an advance into Greek territory would drive the country into the arms of the Allied powers. Greek neutrality was considered a great advantage and the Germans initially respected it, despite the open violation by the Allied Powers.³³

While the war was raging in the Balkans, and the Kingdom of Serbia accepted a powerful attack from the German-Austrian forces, the Kingdom of Greece remained neutral, a fact that went hand in hand to the Central Powers, and weakened the alliance of Entente, to which Serbia belonged. After the disastrous defeat of Anglo-French in the Dardanelles (February 1915), while during the April-December 1915 Allied operations in Gallipoli, the British Embassy in Athens was transformed into a military information collection center, found in continuous contact with the British General Staff in Cairo, as the largest city of Africa and the Arab world. The main source of information collection and the center of intelligence-counter-intelligence was established in Athens in 1915

³² P. Spyropoulos, "The civil-military situation in the Balkans on the eve of World War One- The reasons of Greece's neutrality in relation to the position of the other Balkan states and Great Powers", *The Serbian (Yugoslav)- Greek relations in the first half of the twentieth century*, (Belgrade 2016), 82-83.

³³ H. Afferbach, "Greece and the Balkan Area in German Strategy, 1914- 1918", *The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War* (Thessaloniki 2005), 53-66.

as a part of the Secret Operations Office, with the code name “Organization R”, which was subordinate to the British Admiralty. The British Ministry of the Armed Forces considered that, as a result of the widespread operations in the Middle East and Eastern Mediterranean, the priority was to set up an Information Processing Expert in relation to the Ottoman army, as well as to coordinate services in Athens and Cairo.

The withdrawal of the Serbian army under the pressure of the joint attacks by Germany, Austria-Bulgaria and Bulgaria in October 1915 made Greece a territory of key importance for the Allies. In October 1915, British Prime Minister Herbert Asquith offered Greek Cyprus, as well as post-war territorial concessions in Thrace and Asia Minor, where the Greek population lived, in exchange for its entry into the war on the side of the forces of Entente and the attack on Bulgaria. The King of Greece, Constantine, rejected this offer, and pro-British Prime Minister Eleftherios Venizelos was forced to retreat.³⁴ The conquest of Serbia was of the utmost importance for Germany, because it represented the bridge, through its Austro-Hungarian ally with Bulgaria, and through it with the allied Turkey. All this should have been done in order to create a continental passage Germany-Turkey-Middle East. In this way, Germany would have had direct access to the natural resources of the Middle East, as well as the possibility of easier transportation of military troops and equipment to the front. On the other hand, this “territory of high priority” was the last Allied bridgehead to the Middle East.³⁵

These developments confirmed Venizelos’ worst fears. From the very outset he had believed and proclaimed that the defeat of Serbia would mean a dramatic overthrow of strategic balances in the Balkans, leading unavoidably to the creation of an powerful Bulgaria, which, sooner or later, Greece would be obliged to deal with alone after the war.³⁶

Venizelos at this point reminded Constantine of Greece’s treaty obligations towards Serbia, but the Palace and General Staff cited as a pretext for ignoring these obligations Serbia’s inability to position 150.000 troops in the Axios valley as required by one of the provisions in the Greek-Serbian treaty. With an inspired maneuver and against all expectations, Venizelos succeeded in persuading Constantine, albeit for a few hours, to accept the landing of British and French troops at Thessalonica to take the place of the Serbian troops envisaged in the Greek-Serbian treaty. After receiving the King’s assent, Venizelos, fearing that Constantine would change his mind, moved with lightening speed and requested

³⁴ Toni Breidel Hatzhdemetriou, *War and diplomacy in the Middle East*, (Athens 2015), 184-188.

³⁵ A. Mitrović, “Political Consequences of the Break up of Salonica Front,” *The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War*, (Thessalonica 2005), 321-343.

³⁶ A more extensive exposition of Venizelos’ positions on this question is to be found in his speech to Parliament on 13th August 1917, Efimeris Sizitiseon Voulis (August 13, 1917)

the Allies to dispatch the troops required. In the event, the Allies responded at once to the request and the forces that were based at the Dardanelles embarked and set sail for Thessalonica. Despite Greek neutrality of the Anglo-French troops, they landed in Thessalonica under the command of General Morris Sarrai, and in Macedonia where they were created the Salonika Front (1915-1918). Also on the Greek island of Limnos (in the Gulf of Mudros), from the beginning of 1915, the Expedition Corps of the Mediterranean was anchored, from where it was led by the anti-war operations in Dardanelles and Gallipoli.³⁷

Thus the curtain was raised on the Salonica Theatre of Operations.³⁸ The Armée d'Orient also prepared the ground for the postwar economic penetration of the Balkans by France and for the containment of Russia, Italy and Germany in the Near East. It was finally expected that it would facilitate the postwar political preponderance of France in Greece and French territorial expansion into Syria and Cilicia.³⁹ Over the same period Britain shifted her attention to the protection of her Eastern Empire through the encouragement of Arab nationalism and paid a reluctant regard to the French insistence on maintaining the Allied camp in Macedonia, whose high handiness vis-a-vis Royalist Greece climaxed.

In the next couple of years, the Armée d'Orient established itself in Macedonia in order to preclude Romania or Greece from coming in against the Entente according to Asquith⁴⁰, and to prohibit the use of Greek naval facilities by German submarines.⁴¹

In May 1918, General Guillaumat's Greek troops attacked and captured the strong Bulgarian position of Skra-di-Legen, marking the first major Greek action on the Allied side in the war. With the German spring offensive threatening France, Guillaumat was recalled to Paris and replaced by General Franchet d'Esperey. Although d'Esperey urged an attack on the Bulgarian Army, the French government refused to allow an offensive unless all the countries agreed. General Guillaumat, no longer needed in France, traveled from London to Rome, trying to win approval for an attack. Finally in September, agreement was reached and d'Esperey was allowed to launch his grand offensive. The Allies were certain of their impending victory, while the Bulgarians could see the war was lost. The Ottoman Empire was near collapse, the Austro-Hungarian government was in chaos and the German Army was beaten on the decisive Western Front. The Bulgarians were not willing to fight and die for a lost cause.

³⁷ It should be noted that in addition to the French troops (the "Eastern Army") and the British military units ("Salonica Army"), the Russian and Italian units were present on the Salonica front as well as the recovered Serbian army.

³⁸ From Venizelos's speech to Parliament on 13th August 1917.

³⁹ D. J. Dutton, "The Balkan campaign and French war aims in the Great War" *English Historical Review*, 94 (170) (1979) 101-107.

⁴⁰ Lowe, "The Failure of British Diplomacy", 94.

⁴¹ M. Larcher, *La grande guerre dans les Balkans, direction de la guerre* (Paris 1929) 15-16.

The preparatory artillery bombardment of enemy positions for the Battle of Dobro Pole began on September 14. The following day, the French and Serbians attacked and captured their objective. On September 18, the Greeks and the British attacked but were stopped with heavy losses by the Bulgarians in the Battle of Doiran. The Franco-Serbian army continued advancing vigorously and next day, some Bulgarian units started surrendering positions without a fight and the Bulgarian command ordered a retreat. On September 29, the Bulgarians were granted the Armistice of Thessaloniki by General d'Esperey, ending their war. The Salonika front was brought to an end at noon on 30 September 1918 when the ceasefire came into effect.⁴²

Portugal in WWI

In the first decades of the twentieth century, Portugal's overseas possessions were generally seen as a critical component of the nation's self-identity and standing in the world. Even though many contradictions and paradoxes can be identified in Portugal's imperial project, it seems indisputable that among the ruling classes and large sectors of the nation's public opinion there was a solid consensus regarding the necessity of defending the overseas territories. As a small, backward, semi-peripheral, and near bankrupt country, Portugal struggled to mobilize the necessary means to take full advantage of its vast African possessions. Those campaigns consumed most of the available fiscal resources of the state, leaving it with few means to promote the economic development of the territories. Even though the preservation of the colonies may not have been the key issue behind Portugal's decision to play an active part in the Western Front in 1916, it was nevertheless an important element in the debates sparked by the outbreak of the hostilities in Europe and Africa in 1914.⁴³

Portugal went to war after a long and acrimonious debate agitated public opinion. The decision to seize the German merchant vessels at anchor in Portuguese waters since 1914, which provoked Germany's declaration of war, was initially presented by Prime Minister Afonso Costa (1871-1937) as arising out of economic necessity. Soon afterwards, however, Portugal's belligerence began to be ascribed to the obligations arising out of the country's ancient alliance with Great Britain, a more consensual explanation. These diplomatic arrangements were necessary for the preservation of nationalities, while for Portugal, it was not a war of conquest. It was very difficult for those in power to deviate from description of Portugal's participation in the conflict based on

⁴² Falls, C. (1935). *History of the Great War: Military Operations Macedonia, From the Spring of 1917 to the End of the War* (IWM and Battery Press 1996 ed.). Nashville, TN: HMSO. ISBN 0-89839-243-8

⁴³ P.A. Oliveira, Portugal's empire in the wake of WWI: Coping with the challenges of pan-africanism and the league of nations, *E-Journal of Portuguese History*, Volume 15, Issue number 1, Published - 1 Jun 2017

material gains, given the generalized lack of public enthusiasm for military intervention in Europe. However, the link to Great Britain placed on the old alliance served as well to obscure the difficulties experienced by the Portuguese in obtaining permission from London to become a belligerent and to send an expeditionary force to France.⁴⁴

The Great War witnessed the most important military operation carried out by Portuguese troops outside the country's borders during the first half of the twentieth century. Portugal was the only country involved in the conflict which, between 1914 and 1916, was able to preserve a position of undeclared neutrality in Europe and, simultaneously, wage war against Germany in Africa. The defence of the Portuguese colonial empire's integrity has often been signalled by historians as one of the factors which justified the declaration of war against Germany in March 1916 and Portugal's participation in the European theatre of operations alongside its ally, Great Britain. From early 1917 onwards, however, the Portuguese military intervention on the African battlefield always played second fiddle to the sending of troops to Flanders. Moreover, the attitude towards the sending of troops to Africa, provoking grave doubts among the colonial and metropolitan population regarding its necessity, changed in March 1916 when Germany declared war on Portugal and thus began the preparations for the dispatch of the CEP to France.⁴⁵

In December 1917 Sidonio Pais (1872-1918), Portugal's prewar minister in Berlin, took power after a quick military struggle on the streets of Lisbon. A number of leading interventionists, beginning with Prime Minister Afonso Costa, were detained; others sought shelter aboard British ships at anchor in Lisbon. The coup represented a shock to interventionist opinion, which cast Pais in the role of a German agent, doing Berlin's bidding against the Allies – a Portuguese Lenin of sorts. Pais moved swiftly to exile a number of figures, beginning with President Bernardino Machado; he then closed down parliament and municipal chambers. For the interventionists, the war now took a backseat to the struggle to recapture power, undoing Pais' attempt to establish a "New Republic." Pais and his supporters, meanwhile, concentrated on securing their hold on the country. While they paid lip service to the ongoing war effort, and professed their support for the Allied cause, there is no doubt that the war meant a lot less to them than to their displaced predecessors. Pais understood that as close an alignment as possible with Britain would allow him to wind down the CEP gradually; in the meantime, its officers provided him with the administrative staff necessary to replace previously elected local officials.

Abandoned to their fate, interventionist officers were left with a choice: remain in France or return to Portugal to fight the nascent "New Republic." This choice

⁴⁴ <https://nzhistory.govt.nz/war/republic-portugal-facts>

⁴⁵ <https://fsi.stanford.edu/events/geographies-memory-geographies-loss-first-world-war-portuguese-east-africa>

was made easier by the military defeat suffered on 9 April 1918 at the battle of La Lys, after which the CEP disappeared from the front lines.⁴⁶

The CEP suffered an undeniable defeat on the Lys. An objective view of the evidence reveals that the British made the Portuguese the scapegoat for the embarrassing defeat. Several prominent historians have drawn similar conclusions. The manner in which the CEP's relief was carried demonstrates the First Army's acute lack of preparedness for the impending attack. Lloyd George pulled no punches in assessing the blunder: An incomprehensible piece of carelessness on the part of our Army Command was directly responsible for what happened. General Horne, the Commander of the Second Army, being warned that the next general attack would come in that sector decided to withdraw the Portuguese Corps from the line and substitute two British divisions. However, he only withdrew one Portuguese division (the second) without substituting a British division and then left the forward position, which had been held by a corps of two divisions, with a brigade of the other division in reserve. What followed was inevitable with any troops.⁴⁷

Morale of CEP was low throughout the winter of 1917–1918, partly due to bad weather and partly due to a perception among the soldiers that there was no reason for them to be in France. Another major problem was a gradual loss of manpower; by April 1918, 10% of the CEP's strength had become casualties, due to the constant attrition of front-line service, and almost half of the officers were no longer present at the front. After the Lys, the remnants of the CEP were withdrawn for rear-area pioneer and security duties, though the 1st Division would later be returned to the front line for a short period. On 16th June 1918, the 1st Division, supplemented by British units, replaced the 14th British Division in the defense of the Lillers-Steenbekque line. In September 1918, already under the command of General Garcia Rosado, the remnants of the CEP started to be re-organised in order to re-enter combat. The objective was to form three brigades, composed of nine infantry battalions, that were to be organised with the remnants of the former CEP's original infantry units. By the end of October, four battalions were already combat-capable. These four infantry battalions (I, IV, VIII and IX battalions), together with several artillery, engineer, heavy machine gun and other remaining CEP units, participated in the Hundred Days Offensive.

The last Portuguese combat action in World War I happened on the day of the Armistice. On 11th November 1918, under the command of Captain Barros Bastos, the 4th Company of the IV Infantry Battalion (former 23rd Battalion of the 1st Division) made the last assault against the Germans on the passage of the

⁴⁶ F.R. de Meneses, *Making Sense of the War (Portugal)*, Available at https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/making_sense_of_the_war_portugal Last updated 12 October 2017

⁴⁷<https://fsi.stanford.edu/events/geographies-memory-geographies-loss-first-world-war-portuguese-east-africa>

Scheldt river, Belgium.

By the Armistice in 1918, the CEP had lost 2,160 dead, 5,224 wounded and 6,678 taken prisoner – 14,000 casualties and losses out of an establishment of 60,000.⁴⁸

Conclusion

The ongoing research dedicated to WWI have resumed once more among historians and politicians, the long lasting debate on the responsibility of the conflict. Political implications from various sides still prevent an objective approach of the question. Nevertheless, the fast deployment of a heavy military power by the German Empire, threatening in particular the British naval supremacy; the aspiration of the Austrian Double Monarchy to dominate the Balkans against the old Russian influence, the growing collapse of the Ottoman Empire on one side; on the other the colonial rivalries between Great Powers; French revanchism and Italian irredentism had spread germs of deep antagonism for decades.

Almost everything that happened in the remainder of the century was in one way or another a result of World War I, including the Bolshevik Revolution in Russia, World War II, the Holocaust, and the development of the atomic bomb. The Great Depression, the Cold War, and the collapse of European colonialism can also be traced, at least indirectly, to the First World War. Its` political importance could be understood by perceiving it as global and three-part historical process, consisting of series of diverse but essentially the same events.⁴⁹ World War I probably had more far-reaching consequences than any other proceeding war. It represented historical turning point that conditioned the downfall of four monarchies--in Russia in 1917, in Austria-Hungary and Germany in 1918, and in Turkey in 1922. It contributed to the Bolshevik rise to power in Russia in 1917 and the triumph of fascism in Italy in 1922.⁵⁰ The Treaties of Versailles, Saint Germaine, Trianon and Sevres, as well as the end of four continental empires upon which the European balance of power had laid for a century had opened the way to a second conflict, after a truce seriously troubled by the aggressive impact of dictatorships and devastating economic crisis as a consequence of political instability.⁵¹ Accordingly, WWI created the

⁴⁸ Pyles, J. (2012). "The Portuguese Expeditionary Corps in World War I: From Inception to Destruction, 1914–1918" (PDF). PhD. Texas US: University of North Texas. OCLC 823504820.

⁴⁹ Andrej Mitrović, "Political Consequences of the Break up of Salonica Front," *The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War*, (Thessalonica 2005), 321-343.

⁵⁰ <https://www.gilderlehrman.org/history-resources/teaching-resource/historical-context-global-effect-world-war-i>

⁵¹ Pasquale Baldocci, 1914-2014: From the clash of Imperialism to the Soft Power of the European Union, 52-55, *New Balkans and Europe-Peace Development Integration Proceedings of the Tenth ECPD International Conference on Reconciliation, Tolerance and Human Security in the Balkans*, Belgrade 2015.

preconditions for the complete geopolitical transformation of Europe in the period that followed.

A more than century after the conclusion of the World War I, the reopening of a matter of this kind for public discussion is of particular historical and moral value. It is of historical value because it provides us with the opportunity to arrive at a more definitive appraisal of its` significance and consequences. It is, moreover, of moral value, because, after so many years, we commemorate once again the thousands of dead on both sides who fought and fell during the Great War.

Bibliography

Afflerbach, H., "Greece and the Balkan Area in German Strategy, 1914-1918", *The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War* (Thessaloniki 2005).

Abbot, G. F., *Greece and the Allies 1914-1922*, (London 1922)

Anderson, M. S., *The Eastern question, 1774-1923 : a study in international relations* (London & New York 1966).

Baldocci, P., "1914-2014: From the clash of Imperialism to the Soft Power of the European Union", *New Balkans and Europe-Peace Development Integration, Proceedings of the Tenth ECPD International Conference on Reconciliation, Tolerance and Human Security in the Balkans*, Belgrade 2015.

Breidel Hatzhdemetriou, T., *War and diplomacy in the Middle East*, (Athens 2015).

BG Ciampini, M. "The system of alliances before the WWI", *ACTA 2014, World War One 1914-1918, Proceedings of 40th Congress of Military History*, Bulgarian Commission of Military History, (Varna 2014).

A Concise History of the Participation of the Hellenic Army in the First World War 1914-1918, An Army History Directorate Publication, (Athens 1999).

Dutton, D.J., "The Balkan campaign and French war aims in the Great War" *English Historical Review*, 94 (170) (1979).

Falls, Cyril Bentham. *Military Operations Macedonia from the Outbreak of War to the Spring of 1917. [... From the Spring of 1917 to the End of the War.]*, vols I-II, London, HMSO, 1933-35.

Fotakis, Z., *Greek Naval Strategy and Policy 1910-1919*, (London & New York 2005)

Gardikas-Katsiadakis, H., “Venizelos and Churchill: the bases of the anglo-hellenic understanding (1912-1913)”, in: Th. Veremis&Od. Dimitrakopoulos (ed.), *Μελετήματα γύρω από το Βενιζέλο και την εποχή του*, (Athens 1980).

Larcher, M., *La grande guerre dans les Balkans, direction de la guerre*, (Paris 1929)

Leon, G., *Greece and the Great Powers, 1914-1917*, (Thessaloniki 1974).

Leontaritis, G., *Greece and the First World War: From Neutrality to Intervention 1917-1918*, (New York 1990).

Leontaritis, G., “The international situation of Greece on the eve of the World War I”, (in: *Ιστορία του Ελληνικού Έθνους*, 15), (Athens 1978).

Lowe, C.J., “The Failure of British Diplomacy in the Balkans, 1914- 1916”, *Canadian Journal of History*, 4 (1) (1969).

Kennedy, P., *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, (New York 1987)

Lt. Colonel Kariotis D., “Diplomatic proceedings on the eve of the attack of the attack of the Allies in the Macedonian Front “ (January – September 1918)”, *The Serbian(Yugoslav) Greek Relations in the first half of the twentieth century*, Ministry of Defence of Republic of Serbia, Defence Policy Sector, Institute for Strategic Research.

Mitrović, A., “Political Consequences of the Break up of Salonica Front,” *The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War*, (Thessalonica 2005)

Oliveira P.A., *Portugal’s empire in the wake of WWI: Coping with the challenges of pan-africanism and the league of nations*, *E-Journal of Portuguese History*, Volume 15, Issue number 1, Published - 1 Jun 2017

Pyles, J., “The Portuguese Expeditionary Corps in World War I: From Inception to Destruction, 1914–1918” Ph.D. Texas US: University of North Texas 2012.

Ribeiro de Meneses, F, *Making Sense of the War*, Available at https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/making_sense_of_the_war_portugal

Sfika-Theodosiou, A. “Italy and the War in South East Europe: Aims and Prospects”, *The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great war*, (Thessalonica 2005).

Smith, J.C., “Great Britain and the 1914-1915 Straits Agreement with Russia: The British Promise of November 1914” *The American Historical Review*, 70 (4) (1965).

Spyropoulos, P., “The civil-military situation in the Balkans on the eve of World War One- The reasons of Greece`s neutrality in relation to the position of the other Balkan states and Great Powers”, The Serbian (Yugoslav)- Greek relations in the first half of the twentieth century, (Belgrade 2016).

Strachan, H., The First World War: To Arms, vol. 1, (Oxford New York 2001).

Svolopoulos, C., Ελληνική εξωτερική πολιτική 1900-1945, (Athens 1993).

Papadakis, N.E., “Eleftherios Venizelos` Strategic Goals ans the Salonica Theatre of Operations”, The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War (Thessalonica 2005).

Pachalidou, E., “Greece confronts the conflict; assuming benevolent neutrality”, ACTA 2014 World War One 1914 – 1918 40th International Congress of Military History, (Sofia 2016).

Petrović-Piroćanac, Z., “Reality of the New Balkans-Serbian positions”, New Balkans and Europe-Peace Development Integration, Proceedings of the Tenth ECPD International Conference on Reconciliation, Tolerance and Human Security in the Balkans, Belgrade 2015.

Zahariev, Z., “The Balkans –the new/old European Apple Of discord “, New Balkans and Europe-Peace Development Integration, Proceedings of the Tenth ECPD International Conference on Reconciliation, Tolerance and Human Security in the Balkans, Belgrade 2015.

Nsp. Patris (August 30, 1913) where Venizelos`s interview with the Romanian paper Epocul is reprinted (in Nikolaos E. Papadakis, “Eleftherios Venizelos` Strategic Goals and the Salonica Theatre of Operations”, The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War (Thessalonica 2005)

Efimeris Sizitiseon Voulis (September 21, 1915) and (August 13, 1917)

(in Nikolaos E. Papadakis, “Eleftherios Venizelos` Strategic Goals ans the Salonica Theatre of Operations”, The Salonica Theatre of Operations and the Outcome of the Great War (Thessalonica 2005))

The National Archives, ADM 116/1437B, (Dardanelles Commission), Examination of Sir Thomas Montgomery Cunninghame, 13 March 1917, 1152. (in Zisis Fotakis :”Greece and the First World War: Her actual role and performance”, ACTA 2014 World War One 1914 – 1918 40th International Congress of Military History, (Sofia 2016.)

ALEKSANDRA PEĆINAR

Dr. Aleksandra M. Pećinar, licenciada em Língua e Literatura Grega Moderna, mestre e doutora em História Contemporânea pela Universidade de Belgrado. Mestre em Gestão em Turismo, Universidade de Sheffield.

Membro de diversas academias nacionais e estrangeiras.
Directora e Editora da Revista Sérvia de Estratégia.



Citar este texto:

PEĆINAR, Aleksandra – The Great War as the Reference Point in Bilateral Cooperation Between Serbia and Portugal. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/VSSH4220>

MUSEU DE MARINHA. UM MUNDO DE DESCOBERTAS

José António Croca Favinha

Resumo

Fundado em 22 de julho de 1863 por D. Luís I, o Museu de Marinha (MM) é um dos mais antigos museus nacionais, detendo um espólio riquíssimo e único que testemunha o relacionamento da comunidade portuguesa com o mar, bem como a história e a cultura marítima de Portugal.

Palavras-chave: História; Mar; Marinha; Marítimo; Museu

Abstract

Founded on July 22, 1863 by D. Luís I, the Museu de Marinha (MM) (Portuguese Maritime Museum) is one of the oldest Portuguese national museums, holding a very rich and unique collection that bear witness to the relationship of the Portuguese community with the sea, as well as the history and the maritime culture of Portugal.

Key words: History; Sea, Maritime; Museum; Navy

O Museu de Marinha encontra-se entre os mais antigos museus nacionais, detendo um espólio riquíssimo e único que testemunha com esplendor o relacionamento da comunidade portuguesa com o mar, e bem assim a história e a cultura marítima de Portugal.

Sendo um órgão de natureza cultural da Marinha, o Museu de Marinha, não se limita a ser o “museu da marinha militar”, afirma-se igualmente como o museu das marinhas mercante, de recreio e de pesca, contribuindo dessa forma para preservar e desenvolver a forte relação do país com o mar, e para a divulgar junto dos muitos turistas que nos visita.



Entrada e ala poente do Museu de Marinha

O Museu de Marinha, foi criado por decreto de 22 de julho de 1863, assinado pelo rei D. Luís I, que tinha a formação de Oficial de Marinha, comandara inclusive navios, tendo ascendido ao trono acidentalmente por morte do seu irmão, o rei D. Pedro V, e de outro irmão, que seria o sucessor imediato. Do ponto vista cultural, este monarca¹ foi um entusiasta e um animador por excelência. Recebia cientistas, incentivava a criação musical e a pintura, atividades que também praticava. Haveria de patrocinar, inclusive, a fundação de um Museu de Arte Antiga (1884). Por seu turno, favoreceu o cultivo da Ciência e da investigação científica do mar, nomeadamente da Oceanografia, apoiando dessa forma o financiamento de projetos científicos e técnicos e ao equipamento de navios de pesquisa oceanográfica. A paixão e o interesse pelo mar estiveram, de facto, na origem da vontade manifestada por D. Luís – que dispunha de animada sensibilidade artística e cultural - em conservar um passado histórico que se relacionasse com as atividades no mar e a história marítima portuguesa.

¹ A educação de D. Luís (que viveu entre 1838 e 1888) foi esmerada e apurada. Estudou caligrafia, grego, francês, latim, alemão, inglês, italiano, história, retórica, filosofia racional e moral, princípios de Direito Natural, desenho e pintura, música. Como atividades extracurriculares, praticou a dança, ginástica, esgrima e equitação. Uma formação com tanta qualidade, levou a que D. Luís, incentivasse as Letras e as Artes, as Ciências e a Cultura, de uma forma geral e, por exemplo, ser tradutor de Shakespeare.



O Rei D. Luís em uniforme de oficial de Marinha

Foi instalado inicialmente junto da Escola Naval, com objetivos didáticos, sendo o seu acervo primitivo constituído pela coleção de modelos de navios do núcleo museológico do Palácio da Ajuda, que a rainha D. Maria II doara à Academia Real de Guardas-Marinhas. O Museu de Marinha deveria ainda ser enriquecido com peças que deixassem de ser utilizadas no ensino da Escola Naval².

Em 1916, um incêndio de grandes dimensões, consumiu grande parte das instalações da Escola Naval, que se situava na Sala do Risco. O fogo reduziu a cinzas um grande número de peças do espólio do Museu de Marinha. No entanto, e de forma resiliente, o Museu permaneceu junto da Escola Naval, com o que restava da sua coleção, adotando nos anos seguintes várias designações. Por exemplo, em 1936 denominava-se «Museu Naval Português». É, precisamente, nesse ano que se encontra a mais antiga referência relativamente à deslocação do Museu para o Mosteiro dos Jerónimos.

² Veja-se Tiago Filipe Resende de Carvalho, *História do Museu de Marinha. Um Legado de D. Luís*, Dissertação de Mestrado em História Marítima, Lisboa, Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013, p.65; e *Tesouros do Museu de Marinha*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 2012, p. 12

Quando a Escola Naval foi transferida para o Alfeite em 1936, o Museu permaneceu na Sala do Risco e tornou-se autónomo, sendo seu primeiro diretor o Capitão-de-mar-e-guerra Quirino da Fonseca. A doação da extraordinária coleção de Henrique Maufroy de Seixas, à Marinha, em 1948, constituída por mais de trezentas peças, entre as quais várias tipologias de modelos de navios, a que se juntaram vários milhares de fotografias que tinham por tema o mar, a Marinha e, de uma maneira geral, a cultura marítima portuguesa, deu um impulso significativo às coleções do Museu. As condições da doação impunham a sua exibição num local condigno, o que conduziu à transferência do museu, com carácter provisório, para o Palácio do Conde de Farrobo, nas Laranjeiras, em 1949.



Henrique Maufroy de Seixas

O Comandante Jaime do Inso, diretor, ao tempo, do Museu de Marinha, e que assistirá á sua transferência para Belém, acentuava em 1950, que “O Museu de Marinha, terá de incluir, pois, todas as atividades marítimas e navais dos portugueses, que podem decompor-se em: História Naval, Ciência Náutica, Descobrimientos e Fomento Marítimo.”³ Seguia-se, com esta metodologia, as recomendações que o National Maritime Museum adotava em Inglaterra, denotando-se uma vontade de acompanhamento das novas correntes de museologia.

O estudo e o debate, em que intervieram, entre outros, o Almirante Gago Coutinho e o Comandante Quirino da Fonseca, sobre a constituição e a edificação de um Museu Marítimo português, teve um desenvolvimento decisivo no início dos anos 60 do Século XX. De facto, em 15 de agosto de 1962 o Museu de Marinha é transferido para o complexo dos Jerónimos, após a construção, de

³ Jayme do Inso, O Museu de Marinha, Separata de Anais de Marinha, n. 13, 1950, pp. 17-18.

raiz, do Pavilhão das Galeotas - primeira instalação do género em Portugal para albergar as galeotas reais - e da ala poente, segundo um projeto do arquiteto Frederico George.

Nas décadas de setenta e oitenta do Século XX, o Museu de Marinha aumentou as suas coleções. Tal como a sociedade portuguesa, entre meados dos anos setenta e o início da década de oitenta, o Museu de Marinha encontrava-se numa fase de transição. O núcleo da exposição permanente é constituído no essencial pelas peças e coleções que haviam transitado do Palácio das Laranjeiras em 1962. As peças que iam sendo incorporadas eram adquiridas por compra ou por doações efetuadas, principalmente, por oficiais da Marinha. A coleção de cartografia, dispendo de poucos espécimes, mas raros, ganhara importância no computo geral do acervo. No início dos anos setenta surge uma nova remodelação das salas e a ocupação do piso superior, a incorporação dos quadros de Roger Chapelet, das pinturas de Elisa Felismino e algumas réplicas de quadros da autoria de Alberto Cutileiro. Em meados da década de setenta, com a Revolução de 25 de abril de 1974 e o fim do ciclo imperial, ficava para trás a ideia de um Museu dos Descobrimentos e das Conquistas, evoluindo-se para uma conceção museológica que privilegiava o relacionamento de Portugal com o mar e o papel que a Marinha Portuguesa tivera na consolidação da vertente da maritimidade na identidade portuguesa. O Arquiteto Lixa Filgueiras terá um papel importante na incorporação e no estudo das várias tipologias de embarcações tradicionais, que se encontram ao longo da costa portuguesa. Alguns dos estudos deste investigador têm como alvo a coleção de modelos de embarcações da coleção “Seixas”.



Caravela latina de dois mastros



Nau S. Gabriel

Durante a década de 1980, salienta-se a constituição de uma notável coleção de astrolábios náuticos e o contributo de investigadores, para que essa coleção se formasse, com destaque para o Vice-almirante Avelino Teixeira da Mota (1920-1982) e do Capitão-de-mar-e-guerra Estácio dos Reis (1923-2018). De facto, uma das coleções mais emblemáticas do Museu de Marinha é a dos Astrolábios, em que se salientam os astrolábios náuticos, pela sua importância científica e cultural, representando estes instrumentos náuticos uma presença, um testemunho “vivo” da época dos Descobrimentos e das grandes viagens oceânicas dos séculos XV e XVI. Os astrolábios Náuticos na exposição permanente do Museu de Marinha, a maior coleção exposta ao público, em permanência, no Mundo, integra os seguintes espécimes: “Ericeira”; “Sacramento B”; “Santiago”; “Atocha III e IV”, “Aveiro”; S.Julião da Barra I, II e III”.



Coleção de Astrolábios do Museu de Marinha

Atualmente o acervo do Museu de Marinha dispõe de mais de 25000 peças, distribuídas por coleções de carácter diversificado, incluindo peças das armadas de Vasco da Gama, o hidroavião com o qual Gago Coutinho e Sacadura Cabral completaram a travessia área do Atlântico sul, as Galeotas reais, instrumentos de navegação da época dos descobrimentos e de períodos posteriores, espécimes e réplicas rigorosas da cartografia da época dos Descobrimentos, modelos de navios de guerra, navios mercantes, embarcações de pesca e quadros de pintores famosos como João Vaz, Roger Chapelet e o Comandante Pinto Basto. Dispõe ainda de 140000 espécies fotográficas e 1500 desenhos e planos de navios e embarcações.



Astrolábio Sacramento



Estátua do Arcanjo S. Rafael que viajou na armada de Vasco da Gama na primeira viagem marítima á Índia



Hidroavião Santa Cruz que terminou a primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul em 1922

Para além do complexo dos Jerónimos, o Museu de Marinha integra o edifício da ex – Fábrica Nacional de Cordoaria, o Pólo Museológico de Cacilhas composto pela fragata D. Fernando II e Glória e o submarino Barracuda, o Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão em Faro, no Departamento Marítimo do Sul, o polo museológico do Farol do Cabo de S. Marta e o Pólo Museológico do Cabo de S. Vicente. A Marinha do Tejo constitui ainda um polo vivo do Museu de Marinha.

Contando com quase 10000 m2 de área expositiva, este Museu tem em curso, desde 2015, um programa de longo prazo para requalificar a sua atratividade através da renovação da exposição permanente, nomeadamente através da implementação de uma comunicação de conteúdos de acordo com os novos padrões da museologia e com recurso a novas tecnologias. A renovação do piso térreo, ala poente, que inclui a Sala dos Descobrimentos e a Sala dos Grandes Veleiros, encontra-se concluída, tendo-se conseguido um resultado muito agradável na “ativação” do acervo exposto. O trabalho de Museografia da renovação da Sala dos Grandes Veleiros foi premiado em 2020 pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

No início de abril, inaugurou-se a renovação do núcleo da Aviação Naval do Pavilhão das Galeotas, no âmbito das comemorações do Centenário da primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul que decorrem durante o presente ano. O projeto de renovação das salas do Séc XIX á atualidade encontra-se concluído, aguardando-se financiamento para a sua execução. Existe a expectativa que possa ser inaugurado no dia do 160º aniversário do Museu de Marinha (22 de julho de 2023).



O Pavilhão das Galeotas

O projeto de renovação do piso superior, que incluirá as coleções de modelos das embarcações tradicionais, das embarcações de pesca longínqua, das embarcações de recreio, dos navios da marinha mercante e uma sala sobre a sustentabilidade dos oceanos, encontra-se em desenvolvimento, perspetivando-se que a sua execução possa ainda começar no ano de 2023.

A gestão integrada das diferentes coleções do Museu, nomeadamente o acervo de peças, o Centro de Documentação, o Arquivo Histórico de Imagens da Marinha e o Arquivo de Desenhos e Planos, é realizada desde 2011 com o programa InPatrimonium. Esta base de dados possibilita o registo e a gestão de todos os aspetos relacionados com o acervo museológico, como os empréstimos, movimentos de peças, intervenções de conservação e restauro, exposições e outros eventos realizados pelo Museu.

Em 2019 atingiu-se o número de 175.000 visitantes, valor que colocava o Museu de Marinha como um dos museus mais procurados e visitados do país.

A Pandemia da COVID 19 teve um forte impacto no número de visitantes e nas condições de trabalho do Museu, tendo-se procedido ao encerramento ao público durante dois períodos, um no ano de 2020 e outro no ano de 2021. Esta situação acelerou a tendência de digitalização do Museu, nomeadamente das suas coleções e da comunicação dos seus conteúdos e programação, ações essas que têm vindo a decorrer, de forma progressiva, nos últimos anos. O contacto do público e dos investigadores com as coleções e peças do museu não se limita hoje às visitas presenciais. É possível efetuar a consulta dos registos do museu através da aplicação InWeb na página de internet do MM, no chamado “Museu Digital” (<https://museudigital.marinha.pt/pesquisa/>). O acesso pode ainda ter lugar através do Portal das Instituições de Memória da Defesa Nacional (<https://portalmemoria.defesa.gov.pt/>).

Entretanto incrementaram-se a produção de vídeos com conteúdos sobre o Museu, as suas coleções e ações on-line de mediação cultural, procurando-se manter a ligação com o seu público tradicional e criar empatia com novos públicos, em particular com os mais jovens. Para além de poderem ser acedidos através do sítio da internet do museu (<https://ccm.marinha.pt/pt/museu>), no link “O Museu em sua Casa”, os vídeos são divulgados nas redes sociais, nomeadamente nas páginas de Facebook da Marinha Portuguesa e da CCM - Comissão Cultural de Marinha. Foi igualmente inaugurada a página do INSTAGRAM do Museu de Marinha (@MuseuMarinha) dirigida aos jovens. Encontram-se ainda em desenvolvimento projetos para elaboração de guias digitais para visitantes e para se poderem efetuar visitas virtuais, nomeadamente no âmbito do programa Google Arts and Culture. O programa de webinars do Museu de Marinha, sob o título, Navegar com o Museu de Marinha, aborda temas históricos relacionados com a Marinha e o Mar e sobre as coleções expostas ou em reserva. Esta iniciativa foi igualmente premiada pela APOM em 2021.



Modelo da Corveta Couraçada Vasco da Gama

O aumento destas atividades através de suportes e plataformas digitais, com acento na divulgação e comunicação pela internet, são reveladoras da importância crescente do desenvolvimento de conteúdos adequados dos museus, visando a realidade virtual/digital, verificando-se uma intensificação da sua procura em tempo de confinamento. Esta alteração do produto a oferecer, impõe a necessidade de aperfeiçoamento de novas competências para os profissionais do museu, representando um desafio adicional à sua gestão.

O programa educativo e de mediação cultural, do Museu de Marinha, encontra-se focado nas escolas e nos grupos organizados, realizando-se visitas guiadas temáticas ou de carácter geral e ainda visitas teatralizadas realizadas com

o recurso a parceiros do Museu. No dia 7 de abril organizaram-se atividades promocionais aos Fuzileiros, no âmbito das comemorações dos 400 anos desta força especial, tendo-se desenvolvido um conjunto de atividades com meios e elementos dos Fuzileiros, em articulação com diversas escolas, nomeadamente:

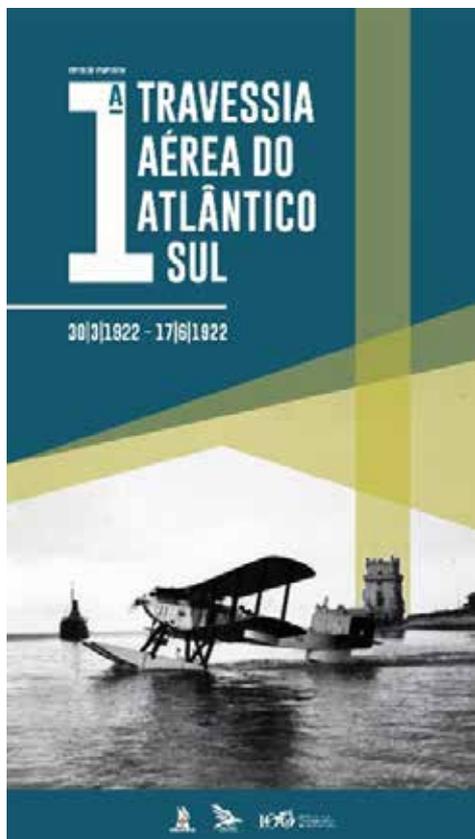
- Torre de escalada
- Tenda de airsoft
- Tenda Fuzileiro
- Exposição de viaturas clássicas
- Visita guiada à exposição



Teaser de atividades educativas no Museu de Marinha

Por outro lado, o Museu de Marinha tem como objetivo ser mais inclusivo nos seus públicos, tendo para esse efeito elaborado um programa de melhoria de acessibilidades que foi aprovado pelo Turismo de Portugal, que irá contribuir com 70% do financiamento necessário. Este programa designado por “Valorizar”, inclui projetos de diferentes tipologias que se destinam a melhorar o usufruto do Museu por pessoas com diferentes tipos de limitações.

A divulgação cultural inclui um programa dinâmico de exposições temáticas temporárias, que evoquem figuras ou factos de interesse histórico, associados a atividades do mar e possibilitando uma porta aberta a iniciativas da sociedade portuguesa. Durante o ano de 2021 inauguraram-se as exposições temporárias “Fuzileiros - 400 anos”, “Centenário do nascimento do CAIm Rogério de Oliveira”, “A Sala Mágica da Dra.”, “Design com Lata” e “Arte e Mar”. Atualmente, permanece em exibição até ao fim do ano a exposição “Fuzileiros - 400 anos” e será inaugurada em outubro a exposição “Albert I do Mónaco”. O Museu de Marinha em colaboração com o Museu do Ar, integra e desenvolve um conjunto de atividades relacionadas com o centenário da primeira travessia área do Atlântico Sul. Registe-se uma exposição itinerante alusiva ao tema, que percorre, durante o ano de 2022 vários locais do país.



Painel inicial da exposição itinerante do centenário da primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul

A cooperação com a Escola Naval e com o Centro de Investigação Naval (CINAV) na área da investigação científica é complementada com protocolos com outras entidades científicas e académicas, nomeadamente, a Universidade Lusófona, a Universidade Autónoma de Lisboa, a Universidade de Lisboa, o Instituto Politécnico de Tomar, existindo ainda uma intensa cooperação com vários museus municipais. A nível internacional, é de referir alguns projetos de investigação, que têm sido levados a cabo, com a Universidade Federal de S. Paulo e com a Rede CoopMar Cytred, que envolve instituições científicas e culturais de 12 países latino-americanos.

O Museu de Marinha localiza-se numa área nobre da cidade de Lisboa sendo visitado por milhares de turistas nacionais e estrangeiros, que procuram conhecer melhor a ligação histórica de Portugal com o Mar. A modernização da exposição permanente em curso será instrumental para melhorar a atratividade do Museu de Marinha e para que os visitantes, de todas as idades, fiquem com vontade de regressar.

Caro leitor, endereçamos-lhe um convite para visitar o Museu de Marinha e os seus tesouros e a seguir-nos no mundo digital.

JOSÉ ANTÓNIO CROCA FAVINHA

Especializado em Comunicações, Guerra Eletrónica e Operações de Superfície e Subsuperfície.

Comandou o NRP João Roby, a Força Naval Portuguesa e o Comando da Zona Marítima dos Açores. Foi Diretor da Estação Radionaval de Porto Santo e do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval. Prestou serviço na OTAN durante 8 anos, em Portugal, Estados Unidos da América e Reino Unido. É Diretor do Museu de Marinha desde 28 de fevereiro de 2020, na situação de reserva.

director.museu@marinha.pt



Citar este texto:

FAVINHA, José António Croca – Museu de Marinha. Um Mundo de Descobertas. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/QHPS1134>

